

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL**

**REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS
O CASO DOS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DA AECIA**

SIMONE PORTELA DE AZAMBUJA

**Porto Alegre
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL**

**REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS
O CASO DOS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DA AECIA**

Orientador: Fábio Kessler Dal Soglio
Co-orientadora: Ana Luiza Carvalho da Rocha

SIMONE PORTELA DE AZAMBUJA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos exigidos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Rural

**Série do PGDR nº 52
Porto Alegre
2005**

Ficha Catalográfica

A 991r

Azambuja, Simone Portela de
Representações e práticas socioambientais: o caso dos
agricultores ecologistas da AECIA/ Simone Portela de
Azambuja. Porto Alegre – 2005.

257 f il.

Dissertação (Mestrado) UFRGS. Faculdade de Ciências
Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural.

Orientador: Fábio Kessler Dal Soglio. Co-orientadora: Ana Luiza
Carvalho da Rocha.

1 Agricultura ecológica. 2 Agroecologia. 3 Cooperativismo. 4
Etnografia. 5 Recursos naturais.

CDU 631.147

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer as pessoas, instituições..., enfim, a quem, de diversos modos, influiu nesta fase de minha vida, voltada para a realização deste mestrado e para a nova criaturinha de um ano de idade que hoje convive diariamente comigo, minha filha Manoella.

Este estudo foi construído mediante o compartilhamento com muitas pessoas, em ambientes de significativas influências nos quais convivi neste período.

Agradeço, sinceramente:

- a minha mãe, Arlita e aos meus irmãos, Jacques, Plínio, Denise e Andréa pelo incentivo constante;
- àquela que ajudou a me criar, Maria Teresa de Oliveira;
- ao meu companheiro de fé, Carlos, pelo amor, paciência e bom humor;
- à UFRGS, universidade pública, gratuita e de qualidade;
- ao meu orientador, Prof. Fábio Kessler Dal Soglio, que além da orientação imprescindível, conseguiu amenizar muitos dos meus devaneios dissertativos;
- a minha co-orientadora, Ana Luiza Carvalho da Rocha, igualmente importante, com a qual muito aprendi e que me fez perceber “outros olhares”;
- ao PGDR, que me oportunizou esta interessante experiência acadêmica, a todos seus funcionários e professores;
- aos meus colegas da turma 2003 e aos das demais turmas (principalmente 2002 e 2004) com os quais estabeleci relações muito gratificantes;
- de maneira especial, a cada agricultor ecologista da AECIA, os quais sempre me receberam de forma carinhosa, compartilhando sua casa, comida, seus afazeres, lazer e conhecimento. Essas pessoas sempre terão um significado especial para mim;
- aos técnicos do Centro Ecológico que me permitiram a aproximação com esse grupo de agricultores;
- ao CNPQ pela concessão do auxílio financeiro sem o qual teria sido difícil concluir esta dissertação;
- aos técnicos da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, em especial à Luiza Chomenko, Moema Leitão de Araújo, Márcia Jardim e Marco Azevedo;
- ao BANRISUL, instituição a qual estou vinculada e onde iniciei meu contato com o setor agrícola, que me possibilitou, através da licença concedida, o tempo necessário para finalizar esta dissertação.

***Todos nós, humanos, somos feitos da
substância com que se tecem os sonhos.***
Shakespeare

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE FIGURAS	7
RESUMO	8
ABSTRACT	9
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS PRINCIPAIS	22
1.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS	22
1.3 HIPÓTESE PRINCIPAL	23
1.4 HIPÓTESES SECUNDÁRIAS	23
2 METODOLOGIA	25
3 A DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DE UM PROBLEMA DE PESQUISA	33
3.1 CHEGANDO EM ANTÔNIO PRADO	33
3.2 A BEIRA DOS RIOS DAS ANTAS E PRATA	40
3.3 RELIGIOSIDADE E RELAÇÕES DE PARENTESCO	44
3.4 ALGUNS ASPECTOS DA DIFUSÃO DA AGRICULTURA ECOLÓGICA ENTRE AS FAMÍLIAS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS	51
4 VISÃO DE MUNDO E ESTILO DE VIDA, A QUALIDADE DE VIDA ENTRE AS FAMÍLIAS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS EM ANTÔNIO PRADO E IPÊ (RS)	78
4.1 EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES PARA O FUTURO DA REGIÃO	90
4.2 GRAU DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES	92
4.3 COMO OS AGRICULTORES SE VÊEM OU SE CLASSIFICAM EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVEM MELHOR E PIOR NO BRASIL (AUTO-AVALIAÇÃO DO SEU NÍVEL DE VIDA)	101
4.4 O QUE ESTÁ FALTANDO PARA A VIDA NESTE LUGAR FICAR MELHOR?	105
5 RECURSOS NATURAIS (SOLO, ÁGUA, BIODIVERSIDADE) E RESÍDUOS SÓLIDOS	108
5.1 SOLO	110
5.2 ÁGUA	113
5.3 RESÍDUOS SÓLIDOS	118
5.4 FLORA E FAUNA OU BIODIVERSIDADE	133
5.5 TRANSGÊNICOS	164
6 CERTIFICAÇÃO	175
6.1 CERTIFICAÇÃO: ORIGEM E SITUAÇÃO ATUAL EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	175
6.2 MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO	179
6.3 REDE ECOVIDA	192
6.4 COMERCIALIZAÇÃO	198
7 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
ANEXOS	225

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Situação atual e expectativas futuras dos agricultores em relação à qualidade de vida, renda familiar, trabalho/atividade e meio ambiente local	84
Tabela 2 Expectativas futuras dos agricultores em relação à qualidade de vida, renda familiar, trabalho/atividade e meio ambiente local	90
Tabela 3 Grau de confiança nas instituições	92
Tabela 4 Tipos de peixes criados pelos agricultores	116
Tabela 5 Animais que não são mais vistos atualmente na região	136
Tabela 6 Animais silvestres mais comuns na região	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Disciplinas relacionadas com a Agroecologia	20
Figura 2: Mapa das antigas colônias italianas na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul	36
Figura 3: Mapa do Município de Antônio Prado.....	37

RESUMO

O modo como o ser humano vê, pensa e imagina a natureza é muito variável no tempo e no espaço. O meio ambiente é um campo que toca profundamente o imaginário, as representações e o sistema de valores sociais, obrigando o homem a repensar as relações entre sociedade, técnica e natureza e, portanto, tudo o que rege essas relações na organização social. Escolheu-se analisar, neste estudo, o grupo de agricultores que pertencem à primeira associação de agricultores ecológicos criada no estado. A AECIA – Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado, foi criada em 1989, por um grupo de jovens que assumiu o desafio da agricultura ecológica e do associativismo. Esses municípios localizam-se na Serra do Rio Grande do Sul, região de forte presença da imigração italiana. Através de suas histórias de vida e de alguns indicadores ambientais, analisa-se a percepção que esses agricultores possuem a respeito dos recursos naturais locais (água, solo, biodiversidade), sua relação com o destino final dos resíduos sólidos, e suas concepções e expectativas a respeito da certificação e comercialização de produtos orgânicos. Igualmente, dentro de uma perspectiva antropológica, pretendeu-se trabalhar com o estudo do contexto cultural, em que esses agricultores estão inseridos, analisando-se a questão dos sentidos que são construídos nas relações sociais e como eles são negociados, a dimensão simbólica dos discursos, a valorização do cotidiano como campo fundamental das relações sociais, suas relações de parentesco, processos de mediação, ritos, símbolos religiosos, a forma como as políticas públicas afetam a vida desses agricultores, sua relação com as diferentes instituições, as ligações e associações que eles mantêm com os animais e plantas de seu ambiente e o quanto o conhecimento empírico que esses agricultores adquiriram ao longo de sua história pode estar relacionado aos princípios básicos da ecologia. Por meio dos diferentes aspectos analisados, podem-se conhecer quais fatores foram fundamentais para a mudança de modelo agrícola experimentada por esses agricultores. Através dos relatos, pode-se observar, também, quais instituições tiveram papel essencial nessa transformação. Suas visões sobre qualidade de vida, expectativas futuras, o grau de confiança nas instituições e como eles se vêem em relação à situação das pessoas que vivem melhor e pior no Brasil também estão contemplados neste estudo. A relação desses produtores com os recursos naturais da região e os conceitos e expectativas que eles apresentam frente aos processos de certificação e comercialização de seus produtos são, igualmente, discutidos ao longo do texto.

ABSTRACT

The way humans see, think about and imagine nature varies a lot in time and space. The environment is a realm that touches the imagination deeply, the representations and the system of social values making us rethink about the relationship among society, technique and nature, and therefore everything that rules relationships within the social organization. The purpose of this study is to analyze the group of growers belonging to the first association of ecological growers established in the state. The AECIA – Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado, was established in 1989, by a group of youngsters who assumed the challenge the ecological agriculture and associativism. These municipalities are located in the Serra do Rio Grande do Sul, a region characterized by a strong presence of Italian immigration. Through their histories of life and some environmental indicators we analyze the perception these farmers have regarding the natural local resources (water, soil, biodiversity), their relationship with the final destination of solid residues, and their conceptions and expectations concerning the certification and the commercialization of organic products. Similarly, from an anthropological perspective, we intended to work on the study of the cultural context in which these growers live, analyzing the issue of meanings constructed in their social relationships and how they are negotiated, the symbolic dimension of discourse, the valuation of daily activities as a fundamental field for the social relationships, their kinship relationships, mediation processes, rites, religious symbols, and the way public politics affect their lives, their relationship with different institutions, the connections and associations they keep with animals and plants in their environment and how much of the empirical knowledge these growers have acquired during their history might be related to basic principles of ecology. By means of the different aspects herein analyzed, one may get to know which factors were fundamental in the changing of the agricultural modal experienced by these farmers. Through these accounts, one can also notice which institutions played an essential role in this transformation. Their views about quality of life, future expectations, the degree of confidence in the institutions and how they perceive themselves in relation to people who live better and worse in Brazil, are also contemplated in this study. The growers' relationship with the natural resources in the region and concepts and expectations they have regarding the certification and commercialization of their products are also addressed in the course of this paper.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de seus 10.000 anos, a agricultura continua sendo a atividade humana que mais intimamente relaciona a sociedade à natureza. Por mais que se esteja vivendo na “aurora de uma nova era” – rotulada de pós-industrial, pós-moderna, ou pós-escassez – a verdade é que a humanidade continua muito longe de encontrar uma fonte da energia necessária à vida que substitua o consumo das plantas e dos animais, como ocorre há dois milhões de anos. Por mais que venha a ser transformada a esfera da produção alimentar, essa importância singular da agricultura manter-se-á até que surja uma alternativa à transformação biológica da energia solar em nutriente. Afora isso, em contraste com outros processos produtivos, a intervenção humana na agricultura não é realizada com o propósito de transformar matéria-prima. Nela, o trabalho humano visa a regular as condições ambientais sob as quais as plantas e os animais crescem e se reproduzem, porque, nesse processo, há um momento de transformação que se realiza através de dinâmicas orgânico-naturais e não pela aplicação do trabalho humano¹.

O que se conhece, hoje, por agricultura moderna teve sua origem nos séculos XVIII e XIX, em diferentes áreas da Europa, na chamada Primeira Revolução Agrícola. Naquele período, ocorreram intensas mudanças quanto aos aspectos econômico, social ou tecnológico.

Essas transformações tiveram um papel central no processo de decomposição do feudalismo e no surgimento do capitalismo. Do ponto de vista tecnológico, a Primeira Revolução Agrícola foi caracterizada pelo abandono paulatino do pousio e pela introdução de sistemas rotacionais com leguminosas e/ou tubérculos, plantas que podiam ser utilizadas na adubação do solo e na alimentação humana e animal (OLIVEIRA Jr, 1989 apud MARCATTO). Foi possível, então, intensificar o uso da

¹ Agricultura Sustentável. Maria do Carmo Lima Bezerra e José Eli da Veiga (Coordenadores) – Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.

terra e alcançar aumentos significativos na produção agrícola, eliminando a escassez crônica de alimentos que caracterizaram os períodos anteriores (EHLERS, 1996).

O final do século XIX e início do século XX foi um período de intensas mudanças na agricultura, principalmente na Europa e Estados Unidos. Uma série de descobertas científicas, aliadas ao grande desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas) terminaram por impor um novo padrão de desenvolvimento para a agricultura. As mais significativas transformações desse período foram: a diminuição da importância relativa da rotação de culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, principalmente, a absorção de algumas etapas do processo de produção agrícola pelas indústrias. Essas mudanças abriram as portas ao desenvolvimento de sistemas mais intensivos de produção, representando o início de uma nova fase na história da agricultura, denominada Segunda Revolução Agrícola² (EHLERS, 1996).

A partir da Primeira Guerra Mundial, as indústrias químicas e mecânicas emergentes, aumentaram significativamente a produção de insumos agrícolas. A agricultura passa a depender cada vez menos dos recursos locais, e, cada dia mais, dos tratores, colheitadeiras, arados, agrotóxicos e ração animal produzidos pela indústria. A indústria passa a transformar produtos provenientes da agricultura, industrializando, acondicionando e distribuindo uma parte crescente da produção agrícola (OLIVEIRA Jr., 1989 apud MARCATTO). Ao mesmo tempo, os avanços nos processos de transporte, armazenamento e conservação de produtos agrícolas, tornaram possível o surgimento de um mercado internacional “unificado”. Todas essas transformações, aliados às conquistas da pesquisa nas áreas química, mecânica e genética, e o fortalecimento do setor industrial voltado para a agricultura, culminaram no final dos anos 1960 e início da década de 1970, em um novo

² Na Segunda Revolução Agrícola consolidava-se o padrão produtivo que vem sendo praticado nas últimas seis décadas, baseado no emprego intensivo de insumos industriais. Esse padrão, também denominado agricultura “convencional” ou “clássica”, intensificou-se após a Segunda Guerra Mundial, culminando na década de 1970, com a chamada Revolução Verde (EHLERS, 1996).

processo de transformação profunda da agricultura mundial, conhecido como Revolução Verde (MARCATTO, 2003).

Esse termo é utilizado para identificar o modelo de modernização agrícola baseado no princípio da intensificação através da especialização (CROUCH, 1995 apud MARCATTO, 2003). O modelo tem como eixos a monocultura e a produção estável de alimentos, principalmente de arroz, trigo, soja e milho. O “pacote tecnológico” da Revolução Verde abrange as tecnologias de motomecanização, uso de variedades vegetais geneticamente melhoradas (para obtenção de alto rendimento), fertilizantes de alta solubilidade, pesticidas, herbicidas e irrigação.

Esse processo significou um dos principais esforços para internacionalizar o processo de “apropriacionismo”, afirmam Goodman, Sorj e Wilkinson. Os avanços obtidos com o melhoramento genético de variedades de climas temperados puderam ser repassados para diversos países de clima tropical juntamente com os demais componentes tecnológicos desse padrão. A genética aplicada à agricultura preocupava-se em modificar e controlar os processos biológicos que determinam a estrutura, a absorção dos nutrientes, a maturação e o rendimento das plantas. Além disso, buscava-se a compatibilização desses fatores biológicos com os insumos produzidos industrialmente (EHLERS, 1996, p.33).

A Revolução Verde surgiu no contexto da “Guerra Fria”. Naquela época, se entendia que o rápido crescimento populacional unido a uma distribuição inadequada de alimentos eram as principais causas da fome e da instabilidade política no Terceiro Mundo. Muitos dos países desenvolvidos passaram a investir de forma intensa nessas tecnologias. A expansão da pesquisa pública e a difusão das tecnologias da Revolução Verde foram financiadas pelos governos dos países desenvolvidos e por agências internacionais controladas por esses governos, por exemplo: Fundação Ford, Fundação Rockefeller, *United States Agency for International Development* (USAID – Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (DEO et al., 1990 apud MARCATTO, EHLERS, 1996).

Esse modelo de produção foi introduzido no Brasil no período da ditadura militar, como parte da estratégia de modernização do país. Esse processo incluiu a criação de sistemas de assistência técnica e extensão rural, o sistema de pesquisa agrícola, a reformulação dos currículos das universidades de agronomia, linhas especiais de crédito rural, construção da infra-estrutura necessária e a liberação de

parte da mão-de-obra rural para mover as indústrias da área urbana (SILVA, 1992 apud MARCATTO, 2003).

O regime militar foi capaz de “modernizar” o campo brasileiro, sem alterar o elevado grau de concentração de terras que caracterizava (e caracteriza) a estrutura agrária nacional. Assim, o processo de modernização levado a efeito no Brasil é conhecido como “Modernização Conservadora” (SILVA, 1992 apud MARCATTO, 2003).

O livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*), de Rachel Carson, publicado em 1962, teve um papel fundamental, como início do questionamento das bases tecnológicas do padrão convencional de agricultura (utilização generalizada de insumos químico-industriais). Em pouco tempo, essa obra transformava-se não somente em um *best-seller*, mas em um dos principais alicerces do pensamento ambientalista nos EUA e em outras partes do mundo (EHLERS, 1996).

Desde então, as preocupações e o conhecimento a respeito da degradação ambiental foram se multiplicando. Diversas propostas surgiram de organismos internacionais. As ações mais representativas são o primeiro informe do Clube de Roma (1972), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), o Informe Brutland da Comissão Mundial de Meio Ambiente e do Desenvolvimento (1987) e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), nos quais as questões pertinentes à agricultura sempre estiveram relacionadas aos temas gerais abordados (COSTABEBER, 1998).

Nos anos 1960 e início dos anos 1970, tomou forma um ambiente contestatório que provocou, em vários países, uma reviravolta em diferentes segmentos da sociedade: a chamada “contracultura”. Esse movimento questionava vários aspectos comportamentais das sociedades modernas, principalmente os padrões de consumo. A contracultura fortaleceu outros movimentos, como o feminismo, a consciência sobre a saúde, a luta contra o racismo, o ambientalismo, o movimento hippie, o movimento estudantil – que mostrou sua força em maio de 1968 nas ruas de Paris – dentre outros (EHLERS, 1996).

Giddens (1991, p. 160) declara que

a área de luta dos movimentos ecológicos – em cuja categoria os movimentos de contracultura também podem ser incluídos – é o meio ambiente criado. Formas antecedentes dos atuais movimentos ‘verdes’

também podem ser localizadas no século XIX. Os primeiros destes tendiam a ser fortemente influenciados pelo romantismo e procuravam basicamente responder ao impacto da indústria moderna sobre os modos tradicionais de produção e sobre a paisagem. Na medida em que o industrialismo não era imediatamente distinguível do capitalismo, particularmente em termos dos efeitos destrutivos de ambos sobre os modos tradicionais de vida, esses grupos com bastante frequência tendiam a se alinhar com os movimentos operários. A separação atual entre os dois reflete o aumento da consciência dos riscos de alta-conseqüência que o desenvolvimento industrial organizado ou não sob os auspícios do capitalismo, abarca em sua esteira. As preocupações ecológicas, todavia, não derivam apenas dos riscos de alta-conseqüência e focalizam também outros aspectos do meio ambiente criado.

Os movimentos sociais geram vislumbres de futuros possíveis e são, em parte, veículos para sua realização. Outras influências, porém, incluindo a força da opinião pública, as políticas das corporações de negócios e dos governos nacionais e as atividades de organização internacionais são essenciais para obtenção de reformas básicas.

Na década de 1970, a oposição ao padrão produtivo agrícola moderno concentrava-se em torno de um amplo conjunto de propostas “alternativas”, movimento que ficou conhecido como *agricultura alternativa*. Esse movimento passou a empregar a denominação *agricultura convencional* para o padrão agrícola então dominante, assinalando sua oposição em relação ao padrão alternativo. Em diversos países aumentava o interesse por essas idéias e, em 1972, era fundada em Versalhes, na França, a *International Federation on Organic Agriculture Movement - IFOAM* (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica). Inicialmente, ela reuniu cerca de quatrocentas entidades “agroambientalistas”, tornando-se a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura alternativa. Suas atribuições passaram a ser a troca de informações entre as entidades associadas, a harmonização internacional de normas técnicas e a certificação de produtos orgânicos.

O ambiente de contestação da chamada contracultura também se manifestava no Brasil nos anos 1970 e início da década de 1980. Intelectuais, estudantes e políticos progressistas questionavam o tratamento dado à questão agrária e à estratégia de modernização que estava sendo implementada pelo regime militar. Essa postura desafiava, ao mesmo tempo, os setores produtivo, industrial e agrícola, os órgãos governamentais envolvidos com esse processo e até a opinião pública, satisfeita com as conseqüências do “milagre econômico”. No campo acadêmico, o

questionamento sobre os impactos ambientais da agricultura moderna partiu de alguns pesquisadores atuando em diferentes locais do Brasil. Dentre esses se destacam: Adilson Paschoal, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria, Luis Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o engenheiro agrônomo José Lutzemberger, um dos primeiros “ativistas ambientais” do Brasil (EHLERS, 1996).

Segundo NOAL (1999), o Rio Grande do Sul foi o estado precursor das preocupações ambientais no país, remontando, ao final da década de trinta, as primeiras articulações envolvendo a preocupação com a degradação do meio ambiente. Talvez não com o caráter orgânico, pois eram atitudes isoladas de preocupação e defesa dos recursos naturais do Estado, mas, segundo todos os participantes do movimento nos últimos vinte anos que foram ouvidos, essas atitudes desencadeadas na década de 1930, por Henrique L. Roessler, e, na década de 1940, por Balduino Rambo, foram vitais para desencadear o movimento ecologista organizado, que surgiu no final da década de 1960 no Estado. Anterior a essa fase, alguns pesquisadores europeus que por aqui passaram deixaram enorme acervo científico e cultural em suas obras, o que proporciona melhor compreensão sobre as transformações culturais e ambientais ocorridas no Rio Grande do Sul desde então, entre os quais pode-se citar os franceses, Auguste de Saint-Hilaire, Aimé Bonpland, Arsène Isabelle, o alemão Robert Avé-Lallemant, Friedrich Von Huene e os suecos Carl Lindman e Gustav Malme.

As manifestações ecologistas assumiram um caráter multidisciplinar pela sua abrangência e pela sua influência em diversos setores da sociedade (industrial, comercial, militar, escolar, estatal, etc.), nos quais sua abordagem passou a ser praticamente necessária, tanto do ponto de vista científico e tecnológico quanto na esfera das políticas públicas e, também, no plano do senso comum.

José Antonio Lutzemberger, personagem importante do movimento ecologista brasileiro, foi diretamente influenciado por Balduino Rambo e quando volta a residir em Porto Alegre, no início da década de 1970, após vários anos de trabalho na Europa e África, encontra, no Rio Grande do Sul, um grupo de ecologistas dispersos, dentre os quais César Augusto Carneiro e Hilda Juarez Zimmermann interessados em constituírem uma entidade organizada para reivindicar, denunciar e agir sobre as questões que envolvem o ambiente. Esse grupo de pessoas que, em certo sentido,

estava desarticulado por falta de alguma iniciativa que desse organicidade a esse tipo de demanda social, fundou, em 1971, a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que iniciou a promoção de discussões, palestras, reuniões ampliadas e paralelamente passou a publicar boletins, folhetos, textos mimeografados e livros (NOAL, 1999).

Em 13 de março de 1964, através de Magda Renner, acontece a fundação da Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). A partir de 1974, a ADFG e a AGAPAN começaram a atuar paralelamente por questões ambientais. Em 26 de janeiro de 1978, é fundada a Cooperativa Ecológica Coolméia que, mesmo não sendo juridicamente uma entidade ambientalista, acabou se consolidando como experiência cooperativa no ramo da produção agrícola, entreposto, feiras e restaurante, enfatizando, sempre, a oferta de produtos – tanto naturais quanto beneficiados – isentos de adubos químicos e, principalmente, de agrotóxicos. Imprescindível lembrar, igualmente, da participação ativa do agrônomo Sebastião Pinheiro neste processo (NOAL, 1999).

A partir de 1980, o número de entidades cresce em progressão geométrica, passando de, aproximadamente, 40, em 1980, para 400, em 1985.

É nesta conjuntura que a partir de meados da década de 1980, diferentes ONGs 'agroambientalistas' passam a constituir-se na forma de um movimento contestatório ao processo de modernização agrícola instaurado no Brasil. A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE) cria, em 1983, o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), o qual em 1989 dá origem a uma organização independente, a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) que realiza trabalhos nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Mais especificamente no Sul, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) cria, em 1978, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), o qual a partir de 1982 estendeu-se para outras regiões formando o CAPA-Erexim. Na região de Passo Fundo, a partir das reivindicações dos movimentos populares surge em 1986 o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), com sede na cidade de Passo Fundo. Também no Rio Grande do Sul, a partir das lutas sócio-ambientais, é criado, em 1985, o Projeto Vacaria, posteriormente denominado de Centro de Agricultura Ecológica (CAE-Ipê). Na Região Celeira do Rio Grande do Sul existe o trabalho da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceileiro/Departamento de Educação Rural (DER-FUNDEP), com sede em Braga (BRACAGLIOLI, 1997, p. 177)³.

³ Bracaglioli, Alberto. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. Rede Tecnologias Alternativas/Sul. Contribuições desta Rede, p. 177 – In Almeida, Jalcione e Navarro, Zander (org.) Reconstruindo a agricultura – idéias e ideais do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1997.

Essas ONGs tinham trajetórias diferenciadas e diversidade em termos de concepção do processo tecnológico e organizativo, porém compartilham, inclusive atualmente, sua unidade na forma de uma rede onde convergem idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. De maneira geral, pode-se afirmar que existem princípios que são componentes da equação que estas entidades procuram trabalhar. Essas premissas podem ser agrupadas e envolvem basicamente produtividade, sustentabilidade e eqüidade social⁴.

Guivant (1995, p. 103) enfatiza que existe uma grande confusão terminológica quando se aprofunda a questão da sustentabilidade agrícola. Esse conceito é utilizado para designar “tudo o que se percebe como bom ou benigno na agricultura”. A falta de consenso conceitual emerge ante as inúmeras definições e denominações das tecnologias que são distintas das convencionais e criticam seus pressupostos. Dessa maneira, somam-se ao conceito de “alternativa”, os de: regenerativa, biológica, orgânica, ecológica, entre outros. Essas diversas formas de agricultura têm essencialmente em comum as diferenças com a convencional e a tradicional, e podem ser englobadas no guarda-chuva conceitual de “sustentável”. Os objetivos dessas diferentes propostas para uma agricultura sustentável são: promover a saúde dos agricultores e consumidores; manter a estabilidade do meio ambiente, mediante incorporação dos processos naturais, como os ciclos de nutrientes, a fixação de nitrogênio, o controle de pragas pelos seus predadores naturais; assegurar os lucros dos agricultores no longo prazo; e produzir para responder às necessidades atuais da sociedade, considerando-se também as gerações futuras.

Lowrance e outros cientistas (1986) apresentam um modelo de sustentabilidade agrícola que abrange quatro subsistemas. Conforme GUIVANT (1995, p.104),

a *sustentabilidade agronômica* pode ser entendida como sendo a capacidade que tem a menor unidade agrícola de produzir indefinidamente, respeitando os ciclos naturais e o equilíbrio dos agroecossistemas; para tanto, o período de tempo se vincula fundamentalmente a fatores como características da formação dos solos, práticas de cultura utilizadas, localização geográfica e períodos de produtividade da terra. A *sustentabilidade microeconômica*, no nível da propriedade rural, denota a capacidade do agricultor de substituir a destinação de certas áreas, segundo estejam respondendo ou não às necessidades produtivas. A *sustentabilidade ecológica*, no nível de uma região maior que a

⁴ Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. Rede Tecnologias Alternativas/Sul - texto coordenado por Alberto Bracaglioli, ... Op. cit. Nota 3.

propriedade rural, refere-se à interação de florestas, fauna, flora, cursos d'água, agroecossistemas e áreas não cultivadas. A *sustentabilidade macroeconômica* refere-se aos planos nacionais e internacionais, em que se determinam políticas das quais dependem as capacidades dos sistemas de alimentar as populações, respeitando a equidade entre gerações e dentro de uma.

Ehlers (1996) cita que na Europa, em abril de 1991, a FAO reuniu um grupo de especialistas que elaborou um documento denominado *Declaração de Den Bosh*. Esse documento assim definiu a agricultura e o desenvolvimento rural sustentável (ADRS):

O manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação da mudança tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (na agricultura, na exploração florestal, na pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável (EHLERS, 1995, p. 115).

Altieri (1992 apud EHLERS, 1995) também reconhece o mérito da expressão agricultura sustentável e destaca a abrangência de suas preocupações ao relacionar a produtividade dos sistemas agrícolas a aspectos econômico, sociais e ambientais:

Sustentabilidade refere-se à habilidade de um agroecossistema em manter a produção através do tempo, face a distúrbios ecológicos e pressões sócio-econômicas de longo prazo (EHLERS, 1995, p. 116).

Altieri (1992 apud EHLERS, 1995) afirma que a agroecologia pode servir de paradigma científico capaz de guiar a estratégia de desenvolvimento rural sustentável, pois essa disciplina estuda os sistemas agrícolas dentro de uma perspectiva ecológica e socioeconômica. Veiga (1992 apud EHLERS, 1995) afirma que,

sem dúvida, a agroecologia terá um papel fundamental na sustentação científica de novos padrões produtivos que incorporem a conservação ambiental. Mas, decididamente, não se trata de um conjunto de práticas agrícolas alternativas, e sim de um ramo da agronomia (EHLERS, 1995, p. 78).

Gusmán (2003), por sua vez, declara que

a Agroecologia constitui o campo de conhecimentos que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação coletiva que apresentam alternativas à atual crise de Modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da co-evolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sociocultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis”.

Conforme Norgaard (1989, p. 44),

os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo – sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores. Os povos selecionaram características de espécies por séculos. Que espécies e variedades são selecionadas e quais relações são assistidas depende dos valores das pessoas, do que elas sabem, de como estão organizadas socialmente para interagir com o meio ambiente e com o sistema biológico, e das técnicas disponíveis. E tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura. Cada qual pressiona seletivamente o outro. Os povos e seus sistemas biológicos desenvolveram-se mutuamente. O ecossistema, nesta visão inclui o sistema de conhecimento, o sistema de valores, a organização social e a tecnologia do povo paralelamente ao seu sistema biológico.

Para Dalgaard, Hutchings e Porter (2003), agroecologia é definida como “o estudo das interações entre plantas, animais, humanos e o meio ambiente, dentro de sistemas agrícolas”. No entanto, a agroecologia enquanto disciplina abrange estudos interdisciplinares (integradores) dentro da agronomia, ecologia, sociologia e economia (Figura 1). Muitos autores reconhecem a agroecologia como uma disciplina de integração, mas a definem em outros termos, por exemplo, como “a aplicação da ciência ecológica para o planejamento e gerenciamento de agroecossistemas sustentáveis” (GLIESSMANN, 1998 apud DALGAARD, p. 4). Desse modo, a parte superior da janela na Figura 1 é excluída. Claramente, continua não existindo uma única definição, indicando que se trata de uma disciplina em desenvolvimento. O desenvolvimento histórico da agroecologia que iniciou originalmente como parte da fisiologia das plantas e plantações, da zoologia agrícola

e da ecologia, teve o termo adotado por um movimento que desejava promover o desenvolvimento da agricultura sustentável através da integração de idéias e métodos de outras disciplinas (ALTIERI, 1980). Hoje, departamentos de agroecologia existem em várias universidades ao redor do mundo, mas, particularmente, nos EUA e Europa. Isso significa que ao menos algumas pessoas acreditam que a agroecologia fez a transição de uma proposição para uma disciplina científica separada.

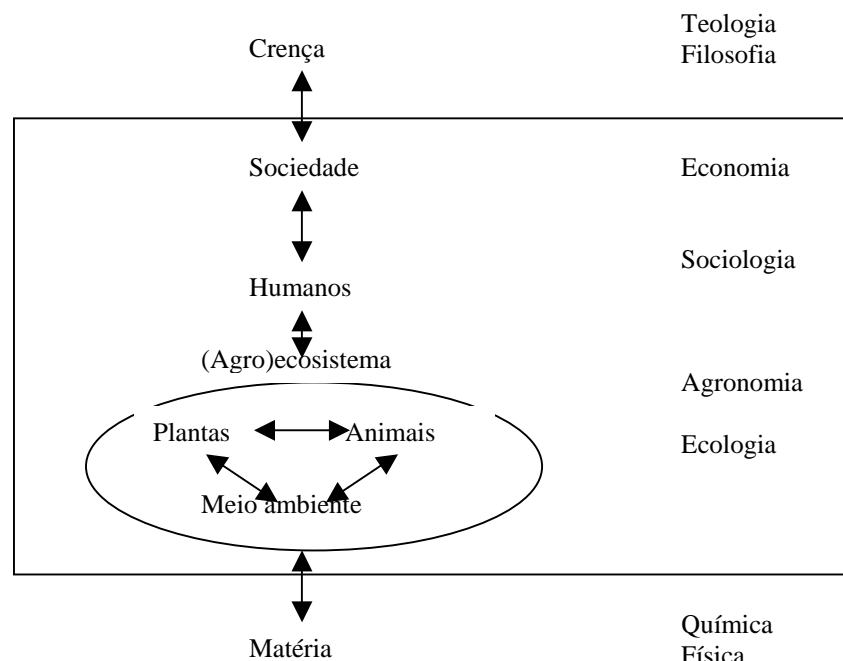


Figura 1: .Disciplinas relacionadas com a Agroecologia

Fonte: Tradução da figura constante na obra de DALGAARD, Tommy; HUTCHINGS, Nicholas J.; PORTER, John R. **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**, 2003.

Na Figura 1, a caixa simboliza a janela da agroecologia dentro dos sistemas de produção de alimentos. As disciplinas científicas clássicas, em que algumas estão dentro da janela de agroecologia, alinhadas na coluna à direita, ordenadas em uma

hierarquia com as disciplinas *hard*, na parte de baixo, e as *soft*, na parte de cima (CHECKLAND, 1999).

Para a agroecologia, a questão-chave é continuar desenvolvendo o conhecimento da agricultura e da ecologia para incluir seus aspectos relevantes na economia e na sociologia. Esse desenvolvimento é desejável porque os humanos são parte integrante e importante dos sistemas de produção de alimentos e é necessário que os tomadores de decisão atuem com base em princípios ecológicos, sociais e econômicos (DALGAARD, HUTCHINGS e PORTER, 2003).

Tendo por base o referencial teórico até aqui citado, escolheu-se analisar, neste estudo, o grupo de agricultores que pertencem à primeira associação de agricultores ecológicos criada no estado. A AECIA⁵ – Associação dos Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado, foi criada em 1989, por um grupo de jovens que assumiu o desafio da agricultura ecológica e do associativismo. É formada por 22 famílias de agricultores que têm a produção e a comercialização de produtos ecológicos como principal atividade econômica. Ipê e Antônio Prado são municípios localizados na Serra do Rio Grande do Sul, região de forte presença da imigração italiana.

Através de suas histórias de vida e de alguns indicadores ambientais, analisa-se a percepção que esses agricultores possuem a respeito dos recursos naturais locais (água, solo, biodiversidade), sua relação com o destino final dos resíduos sólidos, e suas concepções e expectativas a respeito da certificação e comercialização de produtos orgânicos.

Igualmente, dentro de uma perspectiva antropológica, pretendeu-se trabalhar com o estudo do contexto cultural, em que esses agricultores estão inseridos, analisando-se a questão dos sentidos que são construídos nas relações sociais e como eles são negociados, a dimensão simbólica dos discursos, a valorização do

⁵ Ela surge a partir das discussões estimuladas pela Pastoral da Juventude Rural da Igreja Católica de Antônio Prado/RS e pelo **Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS**, acerca dos problemas causados pela agricultura industrial, como a intoxicação de agricultores e a poluição ambiental causada pelo uso de insumos químicos na produção, a crescente dependência da agricultura em relação à indústria de máquinas, insumos químicos e sementes, o empobrecimento dos agricultores e o êxodo rural. Fonte: www.aecia.com.br.

O **Centro Ecológico Ipê** é uma ONG que desde 1985, trabalha para viabilizar avanços sustentáveis na produção agrícola, mediante a adoção de tecnologias alternativas orientadas pela filosofia da preservação ambiental e da justiça social. Através de visitas, reuniões, cursos e oficinas de capacitação e planejamento, o Centro Ecológico Ipê assessora organizações de agricultores familiares na produção, processamento e comercialização de alimentos ecológicos. Uma decorrência natural deste trabalho é a busca do resgate e manejo da biodiversidade agrícola e alimentar, o estímulo à organização de produtores e consumidores, o desenvolvimento de mercados locais para produtos ecológicos e o estímulo a formulação de políticas públicas que incentivem uma agricultura sustentável. Fonte: www.centroecologico.com.br

cotidiano como campo fundamental das relações sociais, suas relações de parentesco, processos de mediação, ritos, símbolos religiosos, a forma como as políticas públicas (principalmente ambientais) afetam a vida desses agricultores, sua relação com as diferentes instituições, as ligações e associações que eles mantêm com os animais e plantas de seu ambiente e o quanto o conhecimento empírico que esses agricultores adquiriram ao longo de sua história pode estar relacionado aos princípios básicos da ecologia.

As hipóteses e os objetivos do presente estudo são, a seguir, detalhados:

1.1 OBJETIVOS PRINCIPAIS

- analisar as razões pelas quais os agricultores aderiram à agricultura ecológica e que transformações do ponto de vista socioambiental ocorreram na vida dos agricultores a partir da mudança para esse processo;
- identificar que instituições tiveram papel de maior relevância na construção do novo modelo agrícola adotado por esses agricultores;
- analisar o contexto socioeconômico e cultural no qual esses agricultores estão inseridos;
- verificar a relação do agricultor com os recursos naturais existentes em sua propriedade e na região (água, solo e biodiversidade);
- verificar que conceitos e expectativas os agricultores possuem em relação ao processo de certificação de produtos orgânicos;

1.2 OBJETIVOS SECUNDÁRIOS

- averiguar qual a destinação final dos resíduos sólidos na propriedade e como este fator influencia na preservação dos recursos naturais;
- avaliar qual a concepção de bem-estar animal que os agricultores possuem;
- observar que tipo de relação os produtores possuem com os animais domésticos e silvestres;
- verificar o conhecimento que esses agricultores possuem a respeito da biodiversidade em nível de região;

- analisar em que medida a forma de comercialização atual praticada por esses agricultores atende a suas necessidades presentes e futuras;
- avaliar o que representa qualidade de vida para esses agricultores.

1.3 HIPÓTESE PRINCIPAL

Para esses agricultores, a agricultura ecológica não representa simplesmente trocar um modelo de agricultura por outro para melhor atender a um novo nicho mercadológico e, sim, possibilitar que esse mercado emergente traga consigo maior justiça social, qualidade de vida ao agricultor e à comunidade em geral, melhoria dos recursos naturais e tantos outros aspectos que a agricultura sustentável agrega na sua prática.

1.4 HIPÓTESES SECUNDÁRIAS

- os mecanismos de certificação participativa possuem mais elementos a serem agregados a idéia de agricultura ecológica que outros tipos de certificação;
- a maneira como esses agricultores se associam é um diferencial importante na inclusão aos processos de certificação e na comercialização de seus produtos;
- existe uma tendência a uma visão utilitarista em relação aos animais;
- o papel da igreja foi fundamental na mudança de modelo agrícola experimentado por esses agricultores;
- a questão étnica influencia a forma como esses agricultores percebem a natureza;
- ao longo do tempo, na percepção desse grupo de agricultores, houve um aumento na degradação dos recursos naturais da região;
- para a maioria dos agricultores da AECIA, o conceito de qualidade de vida está intrinsecamente ligado ao estilo de vida que escolheram seguir.

A presente tese é composta por 6 capítulos.

No primeiro capítulo é narrada a forma como o trabalho foi desenvolvido, através das diferentes etapas do processo investigativo.

No segundo capítulo, através de uma descrição etnográfica, são analisados aspectos significativos referentes às comunidades onde esses agricultores estão inseridos. Suas histórias de vida, relações de parentesco, religiosidade, o dialeto, saberes fazeres, sua ligação com os movimentos sociais.

No terceiro capítulo, faz-se uma reflexão sobre o que representa qualidade de vida para esses agricultores, relações com as diferentes instituições, como eles se vêem em relação ao restante da população brasileira e quais são suas expectativas e motivações futuras.

No quarto capítulo, apresenta-se uma descrição sobre a relação que esses agricultores possuem com seu meio ambiente (água, solo, biodiversidade) tentando analisar as representações sociais que eles possuem a respeito da natureza. São verificadas, igualmente, suas visões sobre os resíduos sólidos e a questão dos transgênicos, procurando sempre ter presente que “o meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõe” (MORMONT, 1996 apud WANDERLEY, 2000, p.132).

No quinto capítulo, narra-se a forma de comercialização e certificação que esses agricultores possuem situando-os dentro de um contexto econômico mais amplo.

Finalmente, no sexto capítulo, inserem-se as conclusões e as considerações finais, a partir das reflexões derivadas das referências empíricas e teóricas. Mencionam-se, também, algumas questões em aberto que estão intimamente relacionadas ao objeto central deste estudo e que pelas limitações inerentes a uma dissertação, não estão, aqui, contempladas.

2 METODOLOGIA

A busca de uma compreensão aberta aos crescentes desafios emanados de problemas essenciais da humanidade, como o das relações entre as sociedades humanas e a natureza, exige, cada vez mais, um enfoque interdisciplinar, que tenha como princípio a busca de processos interativos de conhecimentos produzidos por diferentes campos do saber científico.

Morin (2000) faz algumas constatações sobre o assunto:

Vejamos os princípios do conhecimento desenvolvidos pela ciência até o final da primeira metade do nosso século. Era um princípio de separação homem-natureza. A idéia era a de que, para o conhecimento do homem deveríamos, eliminar tudo o que fosse natural, como se nós, o nosso corpo e organismo fossem artificiais, ou seja, a separação total. A separação do sujeito e objeto, significando que nós temos o conhecimento objetivo porque eliminamos a subjetividade. Sem pensar que no conhecimento objetivo há, também, a projeção de estruturas mentais dos sujeitos humanos e, ainda, sob condições históricas, sociológicas, culturais precisas... o desenvolvimento da ciência também esteve intimamente atado à quantificação. O que não pudesse ser quantificado estava eliminado do conhecimento, não existia. Entretanto, a existência não pode ser quantificada. Não há como se quantificar o sujeito humano. Dor e amor não podem ser quantificados.

Através de apazíveis leituras, como a do autor supracitado, e com base em anos de dedicação à área socioambiental, na qualidade de bióloga, concluiu-se que é praticamente impossível a compreensão de um problema socioambiental, sem os diferentes olhares proporcionados pelo conteúdo de diferentes disciplinas. Nesse sentido, optou-se por reunir neste estudo, enfoques oferecidos pelas áreas das ciências humanas e naturais: antropologia e ecologia, história e zoologia, economia e sociologia. Buscou-se, igualmente, associar subjetividade e objetividade, utilizando técnicas qualitativas e quantitativas.

No entanto, surgiu uma questão complicada. Os capítulos segundo e terceiro são descrições etnográficas e decidiu-se escrevê-los na primeira pessoa. Segundo Oliveira (2000, p. 30),

o fato de se escrever na primeira pessoa do singular – como parecem recomendar os defensores desse terceiro tipo de monografia – não significa, necessariamente, que o texto deva ser intimista. Deve significar, simplesmente – e quanto a isso creio que todos os pesquisadores podem estar de acordo - , que o autor não deve se esconder sistematicamente sob a capa de um observador impessoal, coletivo, onipresente e onisciente, valendo-se da primeira pessoa do plural: *nós*. É claro que sempre haverá situações em que esse *nós* pode ou deve ser evocado pelo autor. Não deve, contudo, ser o padrão na retórica do texto. Isso me parece importante porque com o crescente reconhecimento da pluralidade de vozes que compõem a cena de investigação etnográfica, essas vozes têm de ser distinguidas e jamais caladas pelo tom imperial e muitas vezes autoritário de um autor esquivo, escondido no interior dessa primeira pessoa do plural.

O terceiro tipo de monografia a que o autor faz menção são as “experimentais” ou pós-modernas, as quais por força dos aspectos já citados, foi adotada aqui. Nos capítulos em que as “ciências, ditas duras”, tiveram maior peso, foi necessária uma abordagem mais objetiva, nesse sentido, retomou-se o uso do impessoal.

Na seqüência, tem-se a descrição detalhada de todo o processo metodológico realizado para efetivação desta dissertação.

A pesquisa bibliográfica foi constante durante o período de realização deste estudo. O fato de a mesma incorporar diferentes disciplinas fez com que em todos os momentos, se buscassem novas informações em diferentes fontes. A análise de documentos do ponto de vista histórico também ocorreu. A Biblioteca Pública do município de Antônio Prado, com seu material disponível, proporcionou, melhor compreensão sobre a comunidade que estava sendo estudada.

A elaboração de um plano-piloto foi um dos aspectos essenciais que incluíram a preparação e o planejamento das entrevistas. Duas questões centrais (antes da realização das entrevistas) foram consideradas: o que perguntar (a especificação do tópico-guia) e a quem perguntar (como selecionar os entrevistados).

O tópico-guia foi parte essencial do processo de pesquisa e necessitou atenção detalhada. Foi fundamentado na combinação de uma leitura crítica da literatura da área, um reconhecimento do campo (que incluiu observações e conversações preliminares com informantes-chave), discussões com pessoas experientes e, certamente, com um sopro de sensibilidade.

Na seleção dos entrevistados, utilizei minha experiência pessoal na área, informações recolhidas com o orientador, co-orientadora, representantes de ONG's e de redes de certificação participativa, dirigentes de associações que trabalham com produtos orgânicos, agricultores familiares ecológicos e consumidores.

A escolha em trabalhar com uma associação de agricultores ecológicos que tivesse um bom histórico na área deveu-se ao interesse do orientador em trabalhar em conjunto com o Centro Ecológico de Ipê, o período de formação desta associação, e o fato de a pesquisadora ter convivido, desde criança, com famílias de origem italiana, além da expectativa de seu companheiro de que o trabalho de campo fosse realizado na região serrana, a fim de que ele pudesse degustar um bom vinho e, ao mesmo tempo, observar o desenvolvimento da gravidez da pesquisadora e ajudá-la nesse período. Esses fatores influenciaram a opção pelo objeto de estudo, a AECIA. O Centro Ecológico de Ipê apresentou a pesquisadora ao grupo em uma de suas reuniões mensais, quando lhes foi informado o objetivo do estudo, o qual seria direcionado a investigar a visão dos agricultores sobre as instituições, os recursos naturais da região, a questão da certificação de produtos orgânicos, a qualidade de vida e a comercialização, entre outros. E por não possuir automóvel e estar grávida, ao menos algumas vezes, a pesquisadora necessitaria pernoitar na casa da família que estivesse entrevistando. O grupo se prontificou a colaborar e uma representante disse que era uma honra serem entrevistados. Por fim, foi-lhes informado que seus nomes não seriam citados no estudo, porém, eles disseram que não teriam restrições quanto ao seu nome aparecer no texto.

No estudo, toda vez que se relatam trechos das entrevistas feitas com essas famílias, elas estão identificadas pelas designações: E1, E2, E3... obedecendo à ordem em que foram realizadas.

Muitas informações presentes nos diferentes capítulos deste estudo foram obtidas através de entrevistas com técnicos de Ong's (ligadas à agricultura ecológica), do Ministério da Agricultura e Abastecimento, da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, FEPAM, da Prefeitura de Antônio Prado e Ipê.

Conforme Bauer e Gaskell (2002, p 73),

toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. Com respeito a isso, tanto o(s) entrevistado(s) como o entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento. Quando nós lidamos com sentidos e sentimentos sobre o mundo e sobre os acontecimentos, existem diferentes realidades possíveis, dependendo da situação e da natureza da interação. Deste modo, a entrevista é uma tarefa comum, uma partilha e uma negociação de realidades.

Quanto à delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados, conforme Duarte (2002), em metodologia de base qualitativa, o número de indivíduos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*. Tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, da profundidade e do grau de recorrência e divergência dessas informações. Enquanto aparecerem “dados” originais ou pistas que indiquem novas perspectivas à investigação em curso as entrevistas precisam continuar sendo feitas. Quando é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão e as recorrências atingem o que se costuma chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para outros esclarecimentos.

No tocante ao número de pessoas entrevistadas, o procedimento utilizado foi o de ir realizando entrevistas até que o material obtido permitisse uma análise mais ou menos densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, idéias e sentimentos” (DAUSTER, 1999, apud DUARTE, 2002).

Mediante esse fio condutor, e com receio de não ter atingido o ponto de saturação, realizei entrevistas semi-estruturadas com todas famílias de agricultores economicamente ativas dentro da associação, que produzem e comercializam seus produtos em feiras, entrepostos, armazéns ou possuem outras formas de comercialização. No total, foram dezesseis entrevistas executadas mediante questionário de sessenta e cinco perguntas abertas e fechadas. Treze dessas famílias moram em Antônio Prado e as outras três, no município de Ipê.

O questionário foi revisto pelo orientador e pela co-orientadora antes da aplicação. Os agricultores eram muito ocupados, assim, a entrevista foi feita à tarde ou à noite e, geralmente, ao visitar a propriedade fazia-se o que se pode considerar observação participante, anotando tudo no diário de campo que, em conjunto com as entrevistas, foi utilizado para observações múltiplas.

De acordo com diferentes autores, um diário de campo pode ser assim definido:

Notas de campo: o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da coleta de dados e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo (BOGDAN e BIKLEN, 1994) .

Para um etnógrafo, seriam dados recolhidos durante a convivência com os sujeitos de pesquisa, com o objetivo de entender todos os aspectos da vida daquelas pessoas.

Eckert (1996/1997) cita que

o método etnográfico se afirma como instrumento epistemológico coerente para construir as tramas e redes de relações nas quais transparecem as ações dos homens e para conhecer a maneira, ao mesmo tempo individual e coletiva, de os entrevistados pensarem, interpretarem e exprimirem as continuidades e descontinuidades de um tempo vivido, reelaboradas e ressemantizadas no presente, tanto quanto suas aspirações e projetos de vida, sem perder de vista as circunstâncias históricas em que emergem essas categorias e conceitos.

A mesma autora enfatiza que

a experiência etnográfica ela mesma é percebida como um fato social total, onde 'tudo o que é observado faz parte da observação, mas, e principalmente, que em uma ciência em que o observador é da mesma natureza que o seu objeto, o observador é, ele mesmo, parte de sua observação'⁶. Isso significa dizer que o sistema social é visto como um sistema de significações, e a cultura como dimensão de um sistema de representações e de práticas sociais no qual se estabelecem as distinções e identificações na constituição de um senso de mundo.

Nessa dissertação, as referências feitas ao termo, representações, seguirão a concepção dada por Durkheim⁷.

⁶ LEVI –STRAUSS. In : MAUSS. 1985. p. 16 – Mauss, Marcel. Sociologie et anthropologie. Paris, Quadrige/PUF, 1985.

⁷ Com efeito, os conhecimentos chamados empíricos, os únicos de que os teóricos do empirismo se serviram para construir a razão, são aqueles que a ação direta dos objetos suscita nos nossos espíritos. São, portanto, estados individuais, totalmente explicáveis pela natureza psíquica do indivíduo. Ao contrário, se como pensamos, as categorias são representações essencialmente coletivas, elas traduzem antes de tudo estados da coletividade; dependem da maneira pela qual essa é constituída e organizada, da sua morfologia, das suas instituições religiosas, morais, econômicas, etc. Há, portanto, entre essas duas espécies de representações toda a distância que separa o individual do social, e não se pode mais derivar as segundas das primeiras, assim como não se pode deduzir a sociedade do indivíduo, o todo da parte, o complexo do simples. A sociedade é uma realidade sui generis; tem suas características próprias que não são encontradas, ou que não são encontradas sob a mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente diferente das representações puramente individuais, e podemos estar seguros, de antemão, que as primeiras acrescentam alguma coisa às segundas.

A própria maneira pela qual se formam umas e outras completa a diferença. As representações coletivas são o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzi-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber. Uma intelectualidade muito particular, infinitamente mais rica e mais complexa que a do indivíduo aí está como que concentrada. (Durkheim, Émile. As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo. Edições Paulinas, 1989, p.44-45. Tradução: Joaquim Pereira Neto;revisão José Joaquim Sobral)

Por exemplo, a idéia de descrever o lugar para passar a noção do contexto. “No lugar atualizam-se as ações, dá-se o pulsar cotidiano da vida das pessoas que edificam suas práticas” (PEIRANO, 1992). O contexto dá sentido às ações.

Tentou-se observar, igualmente, tipos de dados etnográficos, por exemplo:

- a) Os gestos e atitudes do corpo. “Os comportamentos dizem algo a respeito do significado emprestado à situação vivida (os imponderáveis da vida real)”. Ou seja, não apenas o que se faz, mas a expressão ao fazer (A fisiologia da cultura).
- b) O que é verbalizado. Declarações, explicações, pontos de vista, expressões, crenças, termos técnicos e teorias nativas. (A expressão elaborada da cultura) (DUARTE, 2002, p. 144).

Sempre que está em jogo trazer à tona os pontos de vista, perspectivas dos sujeitos, a etnografia tem contribuições metodológicas importantes. Insere-se em um “horizonte político” no sentido de pensar a “convivência possível”. Ou, conforme Peirano (1992), “formular uma idéia de humanidade construída pelas diferenças, resultado do contraste de nossos conceitos (teóricos ou do senso comum) com outros conceitos nativos”.

Todos estes conceitos foram úteis e contribuíram para este estudo. Esses instrumentos também foram utilizados para anotar peculiaridades das propriedades visitadas (recursos naturais, deposição de resíduos, métodos de cultivo, ferramentas, máquinas e utensílios, habitações, espécies de plantas e animais, instalações dos animais domésticos, etc...)

Os procedimentos, análises e hipóteses foram levados ao conhecimento e crítica dos orientadores e outros pesquisadores, em momentos distintos da investigação, para contribuir para a garantia da confiabilidade e legitimidade dos resultados/interpretações apresentados na pesquisa.

Duarte (2002) afirma que métodos qualitativos fornecem dados muito significativos e densos mas, também, muito difíceis de serem analisados. Somente se tem idéia da dimensão dessa afirmação quando se está diante de seu próprio material de pesquisa e se sabe que é preciso dar conta dele.

Ao final do trabalho de campo, obteve-se, além das inúmeras entrevistas semi-estruturadas, registros escritos de conversas não-gravadas, eventuais mensagens

trocadas por correio eletrônico, notas de campo, fotografias, textos e/ou reportagens sobre o tema, publicados em revistas e jornais, notas bibliográficas e, ainda, dados de outras pesquisas sobre o mesmo tema ou temas afins.

Foram adotados, nessa fase do trabalho, os conceitos dos autores Bauer e Gaskell (2002) que enfatizam que a análise e interpretação exigem tempo e esforço, em essência, elas implicam imersão do próprio pesquisador no *corpus* do texto. As técnicas tradicionais empregadas, no processo de ler e reler, incluem: marcar e realçar, acrescentando notas e comentários ao texto, cortar e colar, identificação da concordância no contexto de certas palavras, formas ou representações gráficas dos assuntos, fichas de anotações e, finalmente, análise temática (codificação, categorização e quantificação da informação). Ao ler as transcrições são lembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que consegue reviver a entrevista.

Trata-se de produzir 'resultados' e explicações cujo grau de abrangência e generalização depende do tipo de ponte que se possa construir entre o microuniverso investigado e universos sociais mais amplos (DUARTE, 2002, p.152).

Com a atenção voltada a todas as orientações dadas por esses diferentes autores e visto que o questionário possuía perguntas abertas e fechadas, decidiu-se fazer a análise de conteúdo utilizando duas estratégias, uma mais qualitativa, fazendo uma imersão no corpo da pesquisa, e outra mais quantitativa, com estatísticas simples sobre os resultados dos depoimentos obtidos. O orientador e a co-orientadora foram, basicamente, as principais pessoas que contribuíram com seus diferentes olhares para a interpretação do trabalho de campo.

3 A DESCRIÇÃO ETNOGRÁFICA DE UM PROBLEMA DE PESQUISA

Este capítulo relata, de forma breve, o contexto físico e cultural em que os agricultores ecologistas da AECIA estão inseridos. Mediante o relato de suas histórias de vida pode-se conhecer quais aspectos foram fundamentais para a mudança de modelo agrícola experimentada por esses agricultores. Através da dimensão simbólica dos discursos, pode-se observar, também, quais instituições tiveram papel essencial nessa transformação.

3.1 CHEGANDO EM ANTÔNIO PRADO

A primeira vez que cheguei em Antônio Prado, cidade de colonização italiana, situada na região nordeste do estado, a 184 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, para estabelecer os primeiros contatos com agricultores locais, tive a nítida impressão de estar num lugar que havia parado no tempo. Cidade encravada entre morros, cheia de altos e baixos, avenidas largas e aquelas casas antigas de madeira... Pouco depois, percebi que aquela sensação tinha um motivo óbvio: em 1987, por ser única, a cidade de Antônio Prado foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional - IPHAN como o “Maior Acervo da Arquitetura Urbana em Madeira da Imigração Italiana no Brasil”⁸.

Ao ler as placas que existem nas casas da área central, tombadas pelo IPHAN, foi possível saber muitos detalhes das famílias que formaram aquela cidade. Nessas placas consta o nome das famílias que ali moraram, algumas atividades comerciais que eram praticadas nos locais e, sobretudo, muito das emoções vividas sob aqueles tetos. Foi como viajar num túnel do tempo...

Chamou a atenção, especialmente, a autenticidade do patrimônio arquitetônico, longe dos cenários construídos artificialmente, em cidades da região serrana.

⁸ Antonio Prado, a história viva de um Povo, Prefeitura Municipal de Antonio Prado – Administração Municipal – 1983-1988

Segundo Pozenato⁹, “o Rio das Antas, mantendo esta pequena cidade distanciada do fluxo de novas mercadorias e do discurso de modernização por si mesma, escondeu esse tesouro e o preservou”.

Por ter passado isolada durante quase um século, Antônio Prado ainda escuta em suas ruas um dialeto especial. Uma mistura dos linguajares vindos de Vicenza, Verona, Trento, Pádua e Treviso, regiões de origem dos pioneiros (ISTO É, 16/09/87).

Interessante observar algumas notas de jornais sobre a arquitetura da cidade:

Na tentativa de reviver seu ambiente de origem e mesclando suas lembranças com a matéria prima oferecida pela natureza, o pinheiro araucária, eles acabaram moldando na madeira usada na construção de suas casas, as características arquitetônicas da velha Itália, recriando detalhes, como os lambrequins¹⁰ e as bandeirolas, para ornamentar as fachadas de suas sólidas e amplas construções. Tão sólidas que resistiram ao passar dos anos e se transformaram no conjunto arquitetônico mais representativo da cultura italiana ainda remanescente no País (O ESTADO DE SÃO PAULO, 27/10/87).

As fachadas são pintadas em cores vivas, com detalhes decorativos recortados ou entalhados em madeira, numa singela tentativa dos primeiros colonizadores de enfeitarem as moradias, em meio ao ambiente hostil de floresta, penhascos e índios (JORNAL DO BRASIL, 30/9/87).

É importante lembrar as diversas repercussões sociais e simbólicas no ocorridas no tombamento das “casas históricas” dessa cidade. Segundo LEWGOY (1992 p. 6),

a originalidade deste tombamento, no âmbito da estrutura institucional do campo do patrimônio no Brasil reside não apenas em efetivar uma ação de preservação num conjunto arquitetônico em madeira – o que contraria o padrão tradicional, centrado nos chamados ‘monumentos de pedra e cal’ – mas sobretudo pelo fato de ter valorizado e distinguido nacionalmente um acervo cuja origem étnica não é luso-colonial mas italiana, o que representa uma novidade em termos de Brasil. De outra parte, a história deste tombamento tem sido marcada por mudanças nesta cidade, que vão desde uma hostilidade e rejeição inicial ao tombamento, até a recente exteriorização de indícios, senão de simples aceitação, pelo menos de uma acomodação provisória à nova situação.

O mesmo autor cita que, em assembléia pública, organizada pela SPHAN para esclarecer a população sobre o significado do processo de tombamento, cerca de 20

⁹ Pozenato, J. Antônio Prado: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória. s.d. (recebido pela biblioteca de Antônio Prado em ago/1992).

¹⁰ Minuciosos ornamentos recortados em madeira formando uma espécie de rendilhado colocado abaixo da cumeeira dos telhados (Lewgoy, 1992).

proprietários protestaram “por se sentirem lesados em seu direito de propriedade”, segundo matéria publicada pelo Jornal do Brasil, em 7 de setembro de 1987. “Isto não é cultura, é tombamento de cupim” - expressou na ocasião um dos proprietários. Em sua opinião, relata a matéria do jornal supracitado, “as casas deveriam ser destruídas dando lugar a modernos prédios de alvenaria”. Outras pessoas da cidade, divergiam dessa opinião, entre elas um açougueiro, para quem o tombamento seria a grande saída para Antônio Prado, “porque agora teremos chance de atrair os turistas”.

Um proprietário, médico, que entrou na reunião como opositor do tombamento, saiu dela convencido de que “sua casa entrara para a história da colonização italiana”.

Esses fatos demonstram, em última análise, as distintas visões sobre “desenvolvimento” existentes na população do município, o que acaba se refletindo, também, de certa forma, nos diferentes “modos de fazer agricultura” na região.

Para melhor compreensão desses municípios, Antônio Prado e Ipê, apresento aspectos da sua formação histórica e social.

A unificação da Itália, concluída em 1870, representou a imposição de um sistema capitalista de produção a um mundo de estruturas semifeudais. Impostos, indústrias, economia monetária, queda de alfândegas, etc., acabaram arrasando a velha economia agrária. Nos campos, grassava a fome e a cidade não conseguia proporcionar trabalho a tanta gente. A válvula que coibiu maiores revoltas e dispensou grandes reformas sociais foi a emigração, principalmente para os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil. Foram italianos, na quase totalidade, os colonos que, a partir de 1875, em poucos anos povoaram as colônias Conde D’Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Caxias (Caxias do Sul). Os lotes das colônias do Nordeste da Província estavam ocupados, em sua maior parte, o que obrigou os imigrantes a realizarem a travessia do rio das Antas e São Marcos. Em 1885, no exercício 1886-1887, para além do rio das Antas, nos matos da Vacaria, foi demarcada uma nova colônia, à qual se deu o nome de Antônio Prado, em homenagem ao fazendeiro paulista, conselheiro, senador e ministro Antônio da Silva Prado. Conta a tradição que o primeiro branco a morar na região teria sido Simão David de Oliveira, paulista, que se estabeleceu na margem direita do rio das Antas, no único trecho de terras planas, junto à foz do Rio Leão e do arroio Tigre, por onde, depois, em 1886, foi aberta a primeira picada que dava acesso a nova colônia italiana (DE BONI, in: POZENATO, 1989).

A estrada Passo do Simão, ainda existente no município, liga a margem do rio das Antas ao centro da cidade.

Embora a nova Colônia tenha sido criada oficialmente com o nome de Antônio Prado, os depoimentos de imigrantes e descendentes de italianos referem-se ao lugar, inicialmente, como *Paese Nuovo* a cidade nova que surgia à margem direita do rio das Antas. Mais tarde, o *Paese Nuovo* ganha a simpatia dos imigrantes e passa a ser denominada *Bel Paese*, bela cidade, era a visão que já se formava na mente dos seus habitantes e das vizinhas colônias (ROVEDA, 2003).

Conforme o mesmo autor, não obstante o uso da alvenaria de pedra talhada, o que de fato predominou nas áreas urbanas foram as edificações de madeira. A matéria prima era abundante, os mestres construtores carpinteiros superaram os pedreiros e o custo inicial da mão-de-obra mais barato contribuiu para a supremacia das edificações de madeira. Nas primeiras décadas do século XX, as cidades iam ganhando forma e as construções de madeira tomavam conta dos espaços urbano e rural. Em realidade, um *mundo de madeira* consolidava-se na maioria das cidades colonizadas por imigrantes italianos.

A organização social da vida do imigrante se produziu, de acordo com Frosi e Mioranza (1975 apud ROVEDA, 2003), após serem atendidas, parcialmente, as necessidades básicas do assentamento. As terras que se destinavam à colonização eram demarcadas e divididas de acordo com a Lei de 18/10/1850 da Província do Rio Grande do Sul. Através dessa norma, cada família, ao chegar, adquiria, em concessão, um lote rural de, em média, vinte a trinta hectares, ou um lote urbano nas sedes coloniais que iriam se transformar, mais de meio século depois, nas principais cidades da região.

O sistema aplicado pelo governo dividiu as terras em linhas ou travessões e estes em lotes coloniais numerados. As divisões eram feitas geralmente em mapas, sem se considerar os acidentes geográficos, à exceção dos de maior relevo - o rio das Antas e seus afluentes. Essa nova forma de organização do território favoreceu o isolamento físico, diminuindo, consideravelmente, os contatos e a convivência em grupo, os quais só eram possíveis quando os agricultores se dirigiam ao comércio na sede, ao moinho ou à capela, aos domingos, quando esta já se encontrava organizada.

Abaixo, se inserem dois mapas representativos dessa realidade: o primeiro demonstra a divisão dos lotes na região, no início da colonização; o segundo evidencia as linhas existentes atualmente no município de Antônio Prado, oferecendo uma idéia aproximada de onde se situam as propriedades das treze famílias entrevistadas.

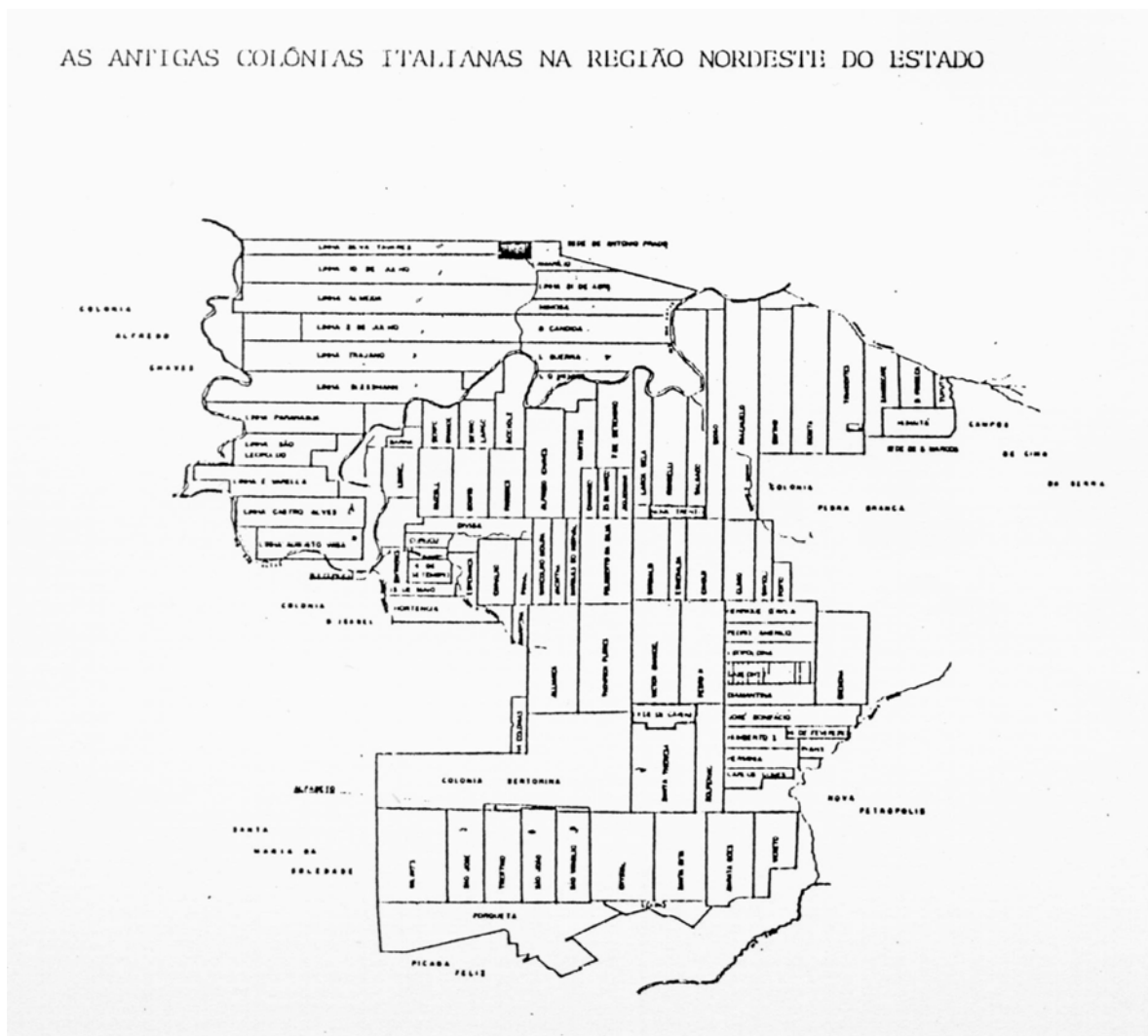


Figura 2: Mapa das antigas colônias italianas na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul

Fonte: BERTUSSI, Paulo. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (org). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

Em relação às famílias entrevistadas do município de Ipê, duas delas moram praticamente ao lado da RS 122, estrada que liga esta localidade à cidade de Vacaria (no km 17). A terceira família tem sua propriedade na Linha São Valentim.

Passei rapidamente pela cidade de Ipê, mas foi possível perceber que é um município novo, onde praticamente inexistem construções antigas. Com base em relatos dos próprios agricultores, em termos de políticas públicas esta municipalidade tem maior abertura a novas idéias do que a de Antônio Prado.

Ipê e Antônio Prado possuem sedes municipais distantes apenas seis quilômetros uma da outra, ligadas por estrada asfaltada. Mesmo com sua proximidade geográfica, suas histórias administrativas são bastante distintas.

Se comparada à trajetória percorrida por Antônio Prado, a história do município de Ipê, como unidade administrativa é bastante recente. A emancipação das localidades de Vila Ipê, Vila Segredo e Vila São Paulo, e seu reconhecimento como município ocorreu em dezembro de 1987. A relação dessas localidades com Vacaria, localizada a aproximadamente 66 quilômetros do perímetro urbano do atual município de Ipê, parece ter sido atingida historicamente pela precariedade do sistema de transporte e comunicações. Antônio Prado tornou-se, desta forma, uma referência primordial, tanto em termos comerciais, quanto no que concerne ao acesso a serviços de saúde, extensão rural, educação e outros (SCHMITT, 2003).

Conforme os critérios de regionalização utilizados pelo IBGE, Ipê e Antônio Prado pertencem a duas microrregiões distintas. Ipê, com 600,2 km² de extensão, integra a Microrregião de Vacaria; Antônio Prado, com uma área territorial significativamente menor (342,7 km²), faz parte da Microrregião de Caxias do Sul.

De acordo com Schmitt (2003, p. 130),

a dificuldade de associar os dois municípios sob um enquadramento regional preciso se torna ainda mais presente se considerarmos a divisão feita pela Igreja Católica em sua organização diocesana. Algumas comunidades de Ipê, por exemplo, pertencem à Diocese de Vacaria, enquanto outras foram vinculadas à Diocese de Caxias do Sul. No entanto, percorrendo as comunidades rurais dos dois municípios, é difícil perceber, de forma clara, as diferenças econômicas, sociais e ecológicas capazes de justificar sua filiação a unidades regionais distintas.

3.2 A BEIRA DOS RIOS DAS ANTAS E PRATA

No primeiro dia de incursão no meu trabalho de campo, tive oportunidade de participar de uma festa local, ao lado de uma igreja, na beira do rio das Antas. Havia um galpão com churrasqueiras compridas, nas quais o churrasco era assado em espetos de pau, vendidos inteiros às famílias, que também adquiriam a salada e pães. Após, se reuniam ao redor de longas mesas. Ao se contatar por telefone, a primeira família a ser entrevistada, recebi o convite para a festa, local programado para o primeiro contato. Ao entardecer ocorreu o encontro em sua moradia, na Linha 30, a, aproximadamente, 12 quilômetros de Antônio Prado.

Os agricultores da AECIA moram em uma região realmente privilegiada do ponto de vista paisagístico. O ambiente natural guarda as marcas de seus antigos habitantes através de suas construções e culturas agrícolas. As estradas de terra percorrem vales e morros, com grandes escarpas à beira dos rios das Antas e Prata. Árvores frutíferas - limoeiros, laranjeiras, bergamoteiras, pessegueiros, goiabeiras, figueiras e os caquizeiros - são bastante comuns, próximas às moradias, e existem hortas para uso doméstico ou para comercialização em feiras. E os parreirais...ah!... os parreirais... legados deixados pelos imigrantes, a tradição de fazer e beber vinho¹¹ talvez seja uma das mais presentes. Seja através da tradição culinária ou religiosa, essa bebida está sempre presente; no momento das refeições ou simplesmente para acompanhar uma boa prosa.

Quando viajei a primeira vez para a Região Serrana, no Planalto Meridional, era início de outono e eles já estavam com o colorido muito parecido com o que vemos nos cartões postais de diferentes regiões do globo que possuem produção vinícola. São tons avermelhados, arroxeados e amarelo-queimados.

Algumas moradias possuem córregos nas proximidades, o que produz, naquele que por ali passa, uma sensação agradável pela presença constante do som natural de água correndo. Outras possuem açudes ou pequenos rios, o que permite aos moradores, irrigação, alimentação, lazer e uma bela paisagem. Vacas pastam em meio a campos e morros com araucárias ao lado da floresta típica da região (floresta ombrófila mista ou mata de araucárias, floresta estacional decidual em suas formações

¹¹ Para maiores informações sobre a tradição do vinho entre os imigrantes, VER: Santos, José Vicente Tavares dos, "Colonos do vinho", São Paulo: Hucitec, 1984, p. 74.

Montana¹² e Campos de Cima da Serra classificado também como Savana Parque). Às vezes, temos propriedades ao longo de grandes desfiladeiros que terminam no rio das Antas.

As casas são sólidas, poéticas e aconchegantes. Antigas ou mais modernas, de alvenaria ou madeira muito resistente, da época em que ainda se podia utilizar o pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) para a construção das mesmas. Os santos católicos estão sempre presentes no interior das casas, e igualmente, os retratos do casal, dos casamentos, dos irmãos ou tios (geralmente com a mãe ou a *nonna*), dos filhos, avós, bisavós. Algumas casas são extremamente originais, com arcos na frente da casa o que acaba formando um avarandado muito aconchegante. A cor verde ou ainda, a azul, predomina no interior das casas. Externamente elas são brancas, azuis, mostarda, bege, marrons...

Muitas vezes, as casas dessa região são de alvenaria por fora e madeira por dentro ou mescladas com os dois materiais (uma parte em madeira e outra em alvenaria) ou inteiramente de madeira. Em muitas casas, o banheiro fica separado do restante da moradia ao lado da entrada. O fogão a lenha é presença obrigatória em qualquer moradia e ele é visível geralmente na primeira peça das habitações ligado aos mais diferentes tipos de chaminés, próximo a mesa de refeições em um local privilegiado. Nas habitações com sala, ela sempre se localiza ao lado da copa-cozinha. Os quartos vêm sempre depois da copa-cozinha, com camas sempre arrumadas, com uma janela à frente, podendo haver, sobre os móveis, lembranças da primeira comunhão, troféus de futebol, chapéus de palha, santos em gravuras ou estatuetas. Os porões, quando presentes, geralmente são de alvenaria ou pedra basáltica e possuem de tudo: lingüiças, salames, queijos, cebolas penduradas, compotas, ferramentas, abóboras, frutas nos cestos, produtos da agroindústria estocados e material para as feiras. Às vezes, pipas de vinho, um trator, madeira para o fogão a lenha e até mesa de sinuca....

Outras propriedades possuem paiol, onde guardam milho e, eventualmente, carroças e um galpão, com muitas ferramentas agrícolas e, às vezes, um trator. De uns anos para cá, alguns desses agricultores conseguiram montar agroindústrias mediante incentivo oferecido pelas políticas públicas que ocorreram na gestão do último governo estadual (1998-2002), aos que trabalhavam com agricultura de base ecológica. Tais

¹² Schmitt, Claudia Job. Tecendo as redes de uma nova agricultura: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.150 p.

construções são, na sua maioria, muito organizadas e limpas, geralmente localizam-se ao lado da moradia familiar, possuindo paredes revestidas com azulejos brancos, pias de aço inoxidável e utensílios para fabricação dos produtos agroindustriais. Atrás desse prédio geralmente fica a caldeira, em um local protegido, que alimenta com calor todo o sistema da agroindústria.

Quanto aos animais domésticos, observei nas minhas idas a campo, que os galináceos, continuamente presentes, podem estar ao ar livre, ciscando, ou em um galinheiro cercado, com liberdade relativa, não muito longe da casa. Os patos, quando existentes, são criados praticamente livres. Nas propriedades onde há porcos, eles, em geral, estão, em pequeno número, em chiqueiros, com baias ou não, quase sempre presos porque se soltos, estragariam a horta e outras culturas pelo hábito de “fuçar”. No que se refere às vacas, touros e bois, à noite ficam presos, na estrebaria localizada atrás da casa. De dia são soltos nas pastagens, após a ordenha. Geralmente o *nonno*¹³ ou a *nonna* são os responsáveis pelo cuidado com os animais. Encontrei apenas duas propriedades em que a *nonna* dava nome às vacas. Minha expectativa de que esse fato fosse senso comum em todas propriedades, não se confirmou. Segundo uma das entrevistadas, o mais comum é nomear os animais apenas logo que nascem. Talvez isso se torne difícil para eles em função da criação de um maior vínculo afetivo com o animal, o que dificultaria sacrificá-los depois. No capítulo que versa sobre biodiversidade, esta questão terá maior espaço de discussão.

Tedesco (2001) enfatiza que, nos primeiros tempos da colônia, a família e a casa rural constituíam uma *organização social*. A alimentação, os encontros após o trabalho, as visitas, o aquecimento do corpo devido ao frio, a vigilância e a segurança em relação a casa, o culto religioso, a exposição das fotos da família, os nascimentos, as mortes e as discussões eram vividos em casa, no espaço ligado entre a morada e a cozinha. Nos grupos aqui pesquisados pude observar que a fonte de renda da maioria dos entrevistados é produto do trabalho conjunto dos membros da família. As aposentadorias dos entes mais idosos também ajudam no orçamento. Mesmo assim, muitos dos *nonnos* continuam levantando cedo para laborar nas lavouras.

Conforme o mesmo autor (p. 26),

a noção de morada ia além do prédio da casa: abrangia a infra-estrutura para animais, para a conservação de produtos, o porão para o vinho, o salame, o queijo e o pão no cesto. Enfim, o ambiente de vida era

¹³ “*Nonno*” ou “*nonna*” são os termos no idioma italiano de avô ou avó

constituído por essa relação profunda entre espaço natural e o seu domínio em correspondência com a ordem funcional da casa.

Tais observações encontram-se presentes nos meus registros de campo, nos quais percebo que a unidade familiar se mantém como tal. Em meu trabalho com as famílias no local evidenciei que gerações sucessivas coabitam o mesmo núcleo residencial. Nessa coabitação é impossível não ressaltar o papel crucial da *nonna* no equilíbrio e organização social da família. Impossível esquecer o carinho que elas tinham pelo fato de eu estar com uma *panceta* (grávida) já de seis meses. Algumas pessoas se tornavam muito solícitas em função do meu estado. Carregavam minha malinha, me mostravam o quarto que eu iria dormir e me alimentavam. Acredito que a maternidade, nesta região, é valorizada e o fato de eu estar “gestando” facilitou a minha empatia com as famílias pesquisadas.

Todas as pessoas pertencentes à AECIA são de origem italiana (com exceção de um entrevistado que possui também origem francesa) e mesmo os mais novos falam o dialeto vênето. São famílias cujos membros casam-se preferencialmente com os da mesma etnia e entre si e acabam por fixar residência na mesma região. Provavelmente, o estilo de vida e a visão de mundo são transmitidos através dos códigos de aliança que os casamentos dentro do grupo étnico provocam. As relações de endogamia possuem relação com os processos de perpetuação de valores e práticas sociais dentro de uma comunidade específica. Isto ficou evidenciado em muitos estudos de populações consideradas tradicionais. Através do casamento cria-se um sistema de solidariedade interna e de trocas sociais que estabilizam a vida interna do grupo. Desta forma, formam-se as condições ideais para que a tradição do grupo possa se transformar, dentro de uma dinâmica cultural, mas mantendo, ainda, a presença de seus códigos de pertença mais tradicionais.

Segundo Tedesco (2001), há um esforço para que a tradição da propriedade da terra, os sistemas familiares, os vínculos étnicos e o valor família como unidade de trabalho, de convívio e de consumo regulem, pelo menos em parte, a organização social e de vida do colono italiano.

Nas semanas que estive junto a essas famílias, durante meu trabalho de campo, observei que no café da manhã nunca faltou o pão e o queijo feitos em casa (geralmente feitos pela dona da casa), a polenta, a chimíer e o leite recém-tirado da vaca. Segundo seus hábitos alimentares, muitas vezes acompanha o café da manhã, o salame ou até a morcilha. Algumas pessoas da família misturam café com polenta em um prato e a comem com colher, outras molham o pão na xícara de café com leite,

geralmente sempre doce e nunca forte. O pão colonial é quase um produto sagrado entre as famílias locais. No almoço é comum uma boa polenta assada na chapa do fogão à lenha e a sempre presente, salada de *radicci* acompanhando uma carne ou uma boa massa. Na janta é usual tomar uma boa sopa de feijão ou de *capelletti*, um farto café com leite ou, ainda, batata doce assada no fogão à lenha. Em algumas casas usam, inclusive, a presença da máquina de fazer massa caseira.

Em relação às práticas cotidianas é visível que presente e passado se inter cruzam numa relação dinâmica, por vezes, bucólica.

3.3 RELIGIOSIDADE E RELAÇÕES DE PARENTESCO

Os agricultores da AECIA são, em sua maioria católicos (com exceção de uma família moradora do município de Ipê que é evangélica). Os santos católicos estão presentes em todas as casas, em madeira, gesso ou em gravuras na parede. A imagem de São Francisco de Assis¹⁴ só estava presente em uma casa. Ao meu ver, Santo Antônio de Pádua é a entidade mais popular, o que foi ratificado por um dos entrevistados. Em muitas casas se assiste a um canal de televisão religioso que transmite missa diversas vezes ao dia. Presenciei uma situação de conflito engraçada: o *nonno* queria ouvir a novela e depois o “Jornal Nacional”; a *nonna* queria assistir a missa das dezenove horas na televisão. A discussão não foi muito amigável. Tanto neste caso como em outros, observou-se que existem ações de consumo cultural bem diferenciadas, alguns membros da família estão mais filiados a uma cultura local enquanto outros estão mais atentos ao consumo de bens promovidos por uma cultura global.

Ribeiro (2000) cita que, a grande imigração italiana para o estado do Rio Grande do Sul teve início em 1875 e persistiu, com relativa regularidade, até 1914. O projeto de colonização, decorrente da política de instauração de um novo regime de produção, trabalho e de povoamento para o Rio Grande do Sul, previa a ocupação de terras devolutas nacionais por parte de trabalhadores europeus que fossem “agricultores sadios, laboriosos e moralizados”, segundo os termos do decreto do Governo-Geral, de 17 de junho de 1874. Essa ocupação de terras, por parte de imigrantes italianos, teve duas conseqüências principais: no plano econômico, a de incorporar terras devolutas ao sistema produtivo nacional e, no plano das relações sociais, a de propiciar o

¹⁴ Nas festas realizadas em Porto Alegre, das quais participei, em que se homenageava São Francisco, o mesmo era considerado o padroeiro dos animais e da ecologia.

desenvolvimento de formas culturais particulares em relação ao restante da cultura gaúcha e da cultura nacional. Foi um período fecundo de construção interna, na qual muitos dos elementos da cultura tradicional, ou já não existem na colônia, ou não se revelam adequados às condições que se foram estabelecendo, havendo, pois, a necessidade de serem criados outros, para substituí-los, ao lado daqueles que foram mantidos, como os relativos ao casamento, à herança e à religião (por exemplo, as características da habitação e dos seus equipamentos de apoio, ou a criação das capelas como unidades sociais e focos da vida comunal (AZEVEDO, 1975; FROSI e MIORANZA, 1975) .

Nos relatos dos historiadores é recorrente a menção à vida religiosa como importante elemento do gesto de fundação das primeiras comunidades de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Após a capela ser erigida, outros componentes iam sendo acrescentados ao local de moradia das famílias imigrantes: o campanário, o sino. O próprio cemitério era posteriormente construído próximo à capela (sendo que, muitas vezes, antecedia a construção da mesma) tanto quanto o salão para as reuniões da festa do padroeiro, a escola, a cancha de bochas, e, mais tarde, o campo de futebol, entre outros (De BONI; COSTA, 1982, apud ROVEDA, 2003).

Em especial, segundo BERTUSSI (apud WEIMER, 1987, p.134), o campanário era um componente indispensável das capelas. Equipados com sinos importados, eram elevados para que o seu som melhor se espalhasse pelos vales quando anunciavam a hora da missa ao meio-dia, a hora da Ave Maria, os falecimentos e as cerimônias fúnebres. O soar do sino gerava, segundo este autor, uma comunicação direta com o colono em diferentes momentos de sua vida. A vida social e cultural do imigrante foi reconstruída¹⁵ com fundamento na religião, tendo como ponto de referência a capela. Ali, se desenvolviam atividades religiosas, de lazer, da política, entre outras trocas sociais (DE BONI; COSTA, 1982 apud ROVEDA, 2003).

Outra manifestação religiosa característica dos imigrantes italianos que estão presentes na configuração das práticas sociais e culturais das famílias de agricultores com as quais realizei minha pesquisa de campo são os capitéis, também chamados oratórios ou ermidas. São pequenas construções à beira da estrada em forma de capelinhas, que abrigam imagens de santos e santas. São erigidos com a finalidade de

¹⁵ Roveda (2003), cita que construir uma nova vida na América era o imaginado, mas os imigrantes tiveram que recomeçar, praticamente do nada, uma nova vida em terra estrangeira. O mais difícil desafio foi o estranhamento vivido pelos imigrantes no processo de reintegração dos seus laços tradicionais que giravam em mundos completamente diferentes, o da aldeia natal e o da mata subtropical da Serra gaúcha.

homenagear um ou mais santos ou para pagar alguma promessa de conquista espiritual ou material. Construídos de madeira, tijolo e pedra, nos mais diversos tamanhos e formas, constituem-se, ainda hoje, em marco da fé e da religiosidade dos descendentes de imigrantes (ROVEDA, 1998 apud ROVEDA, 2003).

Essa comunidade, além de religiosa, celebra muitas festas. Conforme minha experiência na região, pude perceber que cada “linha” possui uma festa em homenagem a determinado santo que deu origem à fundação da sua paróquia (geralmente o padroeiro), momento em que pessoas de outras “linhas” se reúnem e confraternizam com a comunidade que está realizando a mesma. Conforme uma das agricultoras aqui entrevistadas, a festa do padroeiro é a maior celebração, pois, atualmente, não existe capital financeiro para outras festas. Entretanto, congregando todas as famílias moradoras nas mais diversas linhas situadas na região formada pelos rios Antas e Prata, a maior festa de cunho devocional, segundo outro agricultor, é a de Nossa Senhora do Caravaggio.

Esses depoimentos se complementam com as práticas observadas no universo das dezesseis famílias entrevistadas, quatorze das quais têm como principal fonte de lazer, principalmente, nos domingos, “ir para a comunidade”. Mas o que significa “ir para comunidade”, segundo a fala “nativa”? Significa ir à missa da sua capela, rezar o terço, às vezes almoçar no salão da igreja, jogar cartas à tarde, jogar futebol, fazer lanche, se encontrar na capela com os amigos e, ainda, “jogar conversa fora”. De forma geral, a maioria das famílias dos agricultores com quem tive contato em meu trabalho de campo participa ativamente das atividades de sua comunidade de origem. Segundo uma destas famílias: “todo mundo trabalha e reverte para a própria comunidade”. Em termos de participação religiosa, um dos entrevistados é diretor de uma das capelas e outro é Ministro da Eucaristia em sua comunidade. Há os que fazem parte da RCC - Renovação Carismática Católica ou, ainda, são catequistas. Nestas famílias há, inclusive, pessoas que participam da Romaria e da Pastoral da Terra.

Corroborando com o observado, alguns historiadores locais relatam que a vida na comunidade de Antonio Prado é marcada, no decorrer do ano, pelas festas religiosas nas capelas que reúnem as comunidades do interior. Ao mesmo tempo em que reverenciam o Santo Padroeiro, essas festas se traduzem em um acontecimento social que marca a identidade social das famílias locais e seus laços de pertença ao seu território de vida; festas que têm como marca simbólica a mesa farta e o vinho à

vontade, ambos regados aos cantos de corais que se expandem nas regiões vizinhas¹⁶.

Algumas famílias de agricultores, fazem parte dos corais de suas respectivas capelas. Uma das famílias entrevistadas possuía, inclusive, um disco do coral de sua capela com músicas típicas italianas. Segundo o filho desta família: “se canta nos enterros na região. Sem coral não existe enterro” (cantos sacros).

Conforme Tedesco (2001, p. 25), “a necessidade de adaptação social, o convencimento da impossibilidade de retorno por muitos, as distâncias reduzidas pela infra-estrutura de transportes propiciaram que as sessões de choro fossem reduzidas”. Segundo o mesmo autor, o canto para essas famílias de imigrantes italianos aparece associado às dimensões simbólicas do sacrifício, da luta e das lágrimas como marcas de um referencial de ligação de espaço e tempo de tais colonos com seu passado cultural. O canto faz parte, portanto, da esfera da nostalgia do colono em relação a sua terra natal. Antigamente, cantava-se no trabalho e no seu retorno, na estrada, na igreja, em casa, e também nos “filós”. Alguns historiadores do folclore local chegam a afirmar que a colonização italiana no Rio Grande do Sul se fez *cantando*. A ambigüidade de sentido do canto, sua instrumentalidade civilizatória, ecoava internamente e tornava mais firme o sentimento dos imigrantes, lembrando e esquecendo de sua terra natal.

Ainda segundo o mesmo autor, o sino da capela, trazido pelos padres, e o “canto” também revelam o apego afetivo dos colonos italianos a sua terra de origem. Além da nostalgia, o sino exercia a função de meio de comunicação em casos de morte, de missa, de festa, como chamamento para o encontro comunitário das famílias e da vida, da oração individual, uma prática cultural que está presente até os dias de hoje, entre as famílias por mim investigadas.

Ser italiano, ou pertencer a uma família com descendência italiana é um ponto referencial para o sistema de interpretação do mundo que compartilham entre si as famílias de agricultores da AECIA. Interessante que, em diversas ocasiões durante a pesquisa de campo, chegando na casa dos agricultores que iam ser entrevistados, uma das primeiras perguntas que me faziam era se eu falava italiano. Geralmente, eu respondia: *quasi niente*. Certa feita, um *nonno* chegou a me perguntar se eu tinha parentes, ali, umas sete vezes no mesmo dia. Ficava claro que eu era “de fora”, de Porto Alegre, logo, estrangeira para a cultura local. Entretanto, isto não era um obstáculo à pesquisa ainda que meus informantes tivessem por hábito conversar em

¹⁶ Antonio Prado. A história viva de um povo. Prefeitura Municipal de Antonio Prado.

“italiano” (dialeto vêneto) mesmo na minha presença, quando assim o desejassem, talvez para manter um ponto de privacidade entre eles. Houve casos em que as pessoas mais idosas presentes na casa, literalmente não falavam português. De qualquer forma, a impressão que tive era a de que mesmo os bilíngües se sentiam muito mais à vontade falando o dialeto do que o idioma português.

Segundo alguns estudiosos de lingüística, necessita-se de uma relação de afeto com a língua para que ela sobreviva¹⁷. O autor BUNSE¹⁸ aborda vários aspectos do colono italiano, entre eles os aspectos socioeconômico, religioso-moral e lingüístico, com seu falar dialetal. Segundo ele, o dialeto aparece com toda sua expressividade, sonoridade e abundância de matizes e se faz presente na faina áspera, humilde e laboriosa dos colonos imigrantes, e acrescenta: “os dialetos são, na verdade, a expressão da cultura regional e do modo de ser de seus habitantes. Não são corruptelas da língua oficial, nacional, no caso o italiano, mas ao contrário são verdadeiras línguas” (apud CALLEGARI, 2000, p. 135).

Segundo Callegari (2000), os colonos de origem italiana, embora, hoje, sendo em sua maioria, bilíngües, servem-se do dialeto em tudo que não seja contato formal: em casa, no trabalho e nas relações de cordialidade. E é através de seu dialeto que se evoca o grupo humano em seus trabalhos, alegrias, suas preocupações materiais e espirituais. Nesta linha de argumentação, Bunse (1978, p. 51) comenta que “os imigrantes trouxeram consigo os dialetos do norte da Itália. Confrontando o português com os dialetos italianos, observamos que se trata de duas línguas românicas em contato com estruturas semelhantes. Isso se refere antes de tudo, a sua estrutura fônica, pois certos fenômenos fonéticos ocorrem tanto nos dialetos da Itália Setentrional como em português”. Para os estudiosos deste tema, em tais dialetos havia grande número de palavras com a mesma significação e pronúncia da língua portuguesa falada no Rio Grande do Sul, facilitando, aos recém-chegados, suas tentativas de comunicação com os luso-brasileiros.

Ainda para Bunse (1978), a população da região italiana está integrada à cultura nacional e o dialeto não se opõe ao uso da língua portuguesa, nem é um obstáculo à integração nacional, mas representa uma característica do grupo.

“A língua nos afeta primeiro por tudo que ela comporta, como efeitos que são afetos” (LACAN, 1982, p. 190 apud CALLEGARI, 2000). Quando o *bambino*, filho de um dos entrevistados grita: “bastardo” para um parente que chega ou sua tia chama as

¹⁷ Callegari, Anna Irma (org) . Imigração e Fundações – tropeçando no dialeto, 1973.

¹⁸ Callegari, A I. O Vinhateiro. Porto Alegre, 1978.

formigas de *benedetta* ou diz que sua mãe gosta de trabalhar na “tera”, essas vogais e consoantes trazem em questão, irremediavelmente, a noção de tempo e espaço. Um espaço e um tempo que não é só presente, mas que envolve, também, uma tradição ancestral, a origem de sua família, a língua, essa herança cultural que faz parte de sua própria história e de um passado, mas que se encontra vivo no dialeto.

O fato, constatado durante o trabalho de campo, de não existirem creches nessa área rural faz com que a participação da família seja crucial para o desenvolvimento das crianças e transmissão de seus saberes e fazeres tradicionais. Em alguns grupos familiares, o cuidado com as crianças é responsabilidade do *nonno* e da *nonna*. O pai e a mãe vão para a roça ou agroindústria de manhã cedo e só voltam à hora do almoço. Em outras, a mãe é sempre quem cuida das crianças. Neste caso, ela alia essa atividade aos afazeres domésticos e, à tarde (geralmente as crianças vão para escola), cuida da horta e de outras culturas. Em alguns casos, pode, também, alimentar os animais ou ajudar na agroindústria (papel dos *nonnos*, igualmente). Às vezes, essas mulheres ainda cuidam dos sogros ou dos seus pais ou os do marido quando estes possuem algum problema de saúde. No âmbito geral, as mulheres parecem ter maior ligação com a esfera privada e a família. Pelo que observei, os homens possuem maior relação com a esfera pública e o trabalho. No entanto, isto não se constitui regra. Em algumas famílias, a mulher praticamente tem o domínio sobre todas as atividades, seja sob o aspecto social, econômico ou político. Tedesco (2001, p. 79) salienta que

a partir de 1970, com a intensidade da modernização técnica e da necessidade de diversificar produtos e trabalhos, a mulher redefiniu suas funções. A administração, a propriedade e a representação da exploração agrícola, ainda que em praticamente todas as unidades esteja centrada no homem-marido, não inviabilizam a co-participação da mulher em decisões, na elaboração de sugestões, de iniciativas de acompanhamento, as quais dão conformidade à relação hierárquica entre os cônjuges.

Durante o trabalho de campo, observei, nas famílias investigadas, que os pais não incentivavam as crianças pequenas a participar dos trabalhos domésticos. A preocupação maior dos pais visava à feitura das atividades escolares pelos filhos e numa aposta de que os saberes escolares os conduzissem a escolha de uma profissão que lhes possibilitasse um futuro melhor que o deles. Necessariamente, isto não significava dizer que os filhos não pudessem seguir a mesma atividade dos pais, se assim lhes aprouvesse.

As crianças são cheias de vida. Algumas mais tímidas, me olhavam com olhar curioso, outras mais expansivas “provocavam-me”, conversando ou querendo que eu brincasse. Em algumas ocasiões, me ocupava durante todo o dia com elas para liberar a *nonna* ou a mãe para outros afazeres.

Uma das maiores emoções pelas quais passei em meu trabalho de campo na região, foi andar de ônibus escolar. Ônibus antigos que sobem e descem pelos morros e planícies, parando na frente da casa dos agricultores que têm filhos em idade escolar, levando-os até a escola mais próxima ou aos colégios da cidade. Geralmente, a mãe, o pai ou um dos *nonnos* espera o ônibus ao lado do filho na frente da morada, permanecendo ali até sua partida e ainda conseguem trocar um último sorriso ou abano com seus filhos.

Em minhas viagens, durante a permanência com as famílias moradoras da região, como não possuía automóvel, era obrigada a utilizar regularmente este tipo de transporte. Os sobressaltos da viagem devido a irregularidade das estradas que ligam as comunidades de famílias, o som das conversas e risadas das crianças e das pedras que estalavam na parte de baixo do veículo, criava uma sinfonia constante. Nesses trajetos, filhos de famílias que já haviam sido entrevistadas, ao entrarem no ônibus e me avistarem, sorriam, conversavam e, às vezes, apenas me observavam de longe. Ao mesmo tempo, as belas paisagens das propriedades nos vales próximos aos rios das Antas e da Prata tornavam o passeio emocionante,...uma grande aventura...

Da mesma forma, foi interessante observar a tolerância e o carinho que os familiares pais e avós têm com os *piccoli*. Segundo minha experiência quando criança, onde passava minhas férias na casa de famílias conhecidas (de origem italiana), em Caxias do Sul, a expressão que mais se escutava no núcleo familiar de meus amigos de infância era: “é de pequenino que se torce o pepino”. Com isto, nutria-se a idéia, como crianças, de que a expectativa familiar era a de que deveríamos acordar de manhã cedo, tomar café e, em seguida, arrumar camas, varrer a casa, fazer compras, ajudar na cozinha, fazer faxina, etc... À tarde, sim, se podia brincar. Atualmente, pelo que presenciei, o grau de exigência em relação aos filhos diminuiu bastante, ao menos na área doméstica. Acredito que essa mudança comportamental em relação aos filhos esteja generalizada nas famílias de diferentes regiões do Estado.

Na localidade onde realizei minha pesquisa, os adolescentes homens que trabalham com os parentes parecem satisfeitos e um deles chegou a me relatar que não gostava da escola e que, ao término do primeiro grau, iria trabalhar definitivamente com seu pai na propriedade.

Em particular, quando já vivenciava um estado avançado de gravidez, em tais viagens de ônibus pelo interior da região, o único medo que tinha era o de que pudesse ter um parto prematuro no meio da estrada. Sempre que o ônibus chegava na cidade de Antonio Prado e estacionava em frente ao Clube União, era um alívio... Passava pela praça e avenida principal arrastando minha malinha e depois de três degraus de escada (quando o recepcionista não estava) chegava na “minha cama” em Antônio Prado. No outro dia, vinha a compensação de trabalhar numa região de descendência italiana: tomava um fausto desjejum com *grostoli* (mais conhecido como “cueca virada”) feito na hora, com bastante figada, queijo colonial e café com leite à vontade, em uma lancheria ao lado do hotel, onde atendia uma família muito simpática. Retornando de campo este era o momento de parada de um, dois ou três dias (no caso de coincidir com o fim de semana) na cidade, num hotel antigo, típico de caixeiros viajantes; espaço onde podia descansar por algum tempo e me dedicar a marcação das próximas entrevistas.

3.4 ALGUNS ASPECTOS DA DIFUSÃO DA AGRICULTURA ECOLÓGICA ENTRE AS FAMÍLIAS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS

Se, no conjunto das relações que se estabeleceram entre os imigrantes italianos no Brasil, a partir da ocupação do lote colonial, o desafio maior desse grupo, diz Azevedo (1975 apud TEDESCO, 2001), foi o de confrontar-se com a própria identidade étnica de origem, pois “todos, praticamente, identificam-se através da religião”, no plano político, a identidade de tais colonos italianos sofreu constrangimentos conforme as culturas regionais e de classe onde estes se situavam (originários de áreas colinares, de montanha e em menor número de planície).

Segundo Ribeiro (2000, p.52),

herdeiros de tradições culturais particulares, possuidores de diferentes domínios tecnológicos que, no limite, se revelarão como diferentes estilos de vida, os imigrantes não se constituem, em termos absolutos, como um grupo étnico homogêneo¹⁹.

¹⁹ Ribeiro, Cleodes Maria Piazza. Imigração e Fundações, 2000.

Sua identidade étnica estava vinculada à sua aldeia natal, ao seu “paese” e à sua condição de camponeses ou artesões, porque entre os imigrantes aqui chegados inexistia o sentimento de pertença nacional, decorrente do processo de unificação da Itália, ocorrida há pouco mais de uma década do início da grande imigração para o Brasil.

Do ponto de vista sociológico, todos os membros das famílias que foram por mim entrevistados são agricultores que praticam a agricultura ecológica, trabalham preferencialmente com produtos hortigranjeiros e fruticultura (a criação de animais domésticos ocorre apenas para autoconsumo), integram a AECIA (Associação dos Agricultores Ecologistas de Ipê e Antônio Prado), participando ativamente da mesma e são ligados à Rede ECOVIDA²⁰ de certificação participativa. Das famílias pesquisadas, 13 delas são de produtores que comercializam seus produtos nas feiras de Porto Alegre, sendo associadas à Cooperativa Coolméia²¹. Algumas das famílias de associados têm ligações comerciais com as feiras ecológicas de Caxias do Sul e Antônio Prado. Seis agricultores são vinculados também à Cooperativa Agropecuária Pradense que é a maior entidade rural deste nível na região (entidade criada no município de Antônio Prado pelo Padre João Schio).

Em termos da participação em instituições políticas, 50% das famílias de agricultores possuem ligação (filiação) com partidos políticos e, dentre esses, a preferência é pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Dois associados da AECIA foram eleitos vereadores por este partido, sendo que um deles exerce o mandato pela segunda vez. Em seu engajamento na política do referido partido, observei que a metade dos agricultores por mim investigados participou ativamente do Orçamento Participativo, na época em que o PT estava na liderança do governo estadual do Rio Grande do Sul (1999 - 2002), sendo que dois deles ocuparam o cargo de delegados. Dos agricultores entrevistados, três deles fazem parte do Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Antônio Prado. Das famílias investigadas, duas

²⁰ Rede ECOVIDA de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores e agricultoras familiares e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes envolvidos com a produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos ecológicos. Ela trabalha igualmente com o processo de certificação participativa para obtenção do selo Ecovida. (maiores informações no capítulo relativo à comercialização) Fonte: Cartilha da Rede ECOVIDA de Agroecologia – Núcleo Regional Sudoeste do Paraná, s. d.

²¹ A Cooperativa Coolméia teve sua origem em 1978 quando foi fundada por um grupo de pessoas idealistas, praticantes de Naturismo e simpáticas à Ecologia. Hoje a cooperativa é uma realidade que congrega três categorias: associados operacionais, associados produtores e associados consumidores, sendo uma de suas prioridades a integração desses associados. Ela congrega mais de mil associados e através do trabalho cooperativo, vem atuando no sentido de promover: a alimentação natural, a agricultura ecológica, a defesa do meio ambiente, a auto-gestão e a co-gestão. (www.coolmeia.com.br/675/historia.htm)

fazem parte da direção dos sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios de Ipê e Antônio Prado. Observa-se, portanto, que eles possuem razoável participação política e religiosa na comunidade de origem.

Neste subtópico analiso alguns relatos de meus informantes que apontam para a riqueza de detalhes e singularidades que conduziu essas famílias a adotarem a prática da agricultura ecológica como parte integrante de seus valores étnicos e culturais de pertença. O contexto social e histórico da época, relatado pelos informantes, remonta à formação do movimento ecológico gaúcho na região de Antonio Prado tanto quanto à complexidade e efervescência desse movimento em todo o país. A partir das trajetórias sociais desses agricultores abordam-se as narrativas biográficas em que eles descrevem o processo que os conduziu a aderir a determinado modelo agrícola, o qual resultou no seu engajamento e na criação da AECIA.

Retomo, aqui, o contexto de uma de minhas entrevistas com uma das agricultoras mais participativas da AECIA, cuja narrativa biográfica restaura uma das fases de início do movimento ecológico na região e sua influência sobre o *ethos*²² e a visão de mundo das famílias nos locais onde realizei minha pesquisa.

Essa entrevista ocorreu no interior da agroindústria que essa agricultora possui. Pessoa de meia idade, extremamente ativa, olhos castanhos e vivos, seu rosto é arredondado, os cabelos curtos, as mãos grandes e grossas, a voz firme, mas, ao mesmo tempo melodiosa. Possui uma filha de oito anos que está na escola. Nós duas, sentadas em dois banquinhos, cortávamos maracujás pela metade e retirávamos o seu conteúdo para elaboração do suco que ia ser industrializado. Foi nesse ambiente de ajuda mútua que ela foi me contando, de forma vibrante, o cenário de sua juventude e a transformação que ocorreu na sua vida, culminando com a mudança de modelo agrícola adotado.

... porque naquela época a juventude rural era muito forte, era um grupo onde cada comunidade se reunia. Ah... era na época da transição, era na abertura política como se diz... Eram os grupos de jovens. Foi na abertura da ditadura. Anos 80, tinha ditadura militar. Época das diretas já, isso

²² Velho, Gilberto (- p. 26--) coloca que “mesmo dentro de uma sociedade específica – no caso, em função da classe social – pode, haver forte variação quanto à ênfase e preocupação que é dedicada às peculiaridades, gostos, preferências, traços particulares dos agentes empíricos. Isso se associa não só a uma *visão de mundo* (ou um *eidos*) em que a noção de biografia é central, com uma concepção de tempo bastante definida, mas também a um *ethos*, *um estilo de vida*, *uma organização das emoções* (ver Bateson, 1958 e Geertz, 1978) em que a experiência do agente empírico sacralizada como individual é foco e referência básica”.

exatamente, na época que surgiu o PT no Brasil e foi bem nessa época e foi quando a gente começou a libertação, essa juventude gritava por aí, libertação, então libertação era produzir um modelo de agricultura diferente até a gente ... era Pastoral da Juventude né, ... eles eram liberados e ficavam na cidade, na rua, na calçada... comentando... só pra ti ver, nas cidades, eles tinham um jovem pra organizar outros grupos de jovens...mas ficavam ali o domingo inteiro... eles não conversavam outra coisa, era só sobre a liberdade... eram teorias que se falavam.

E daí a gente conversava, se falava, porque a gente tinha interesse em fazer alguma coisa, fazer uma coisa boa, a gente queria fazer alguma coisa, e a gente comentava e ficava o domingo inteiro comentando sobre isso... eles não falavam de namorada, de namorado, eles só falavam dessas coisas...(E 5)

Anos 1980... Época das DIRETAS JÁ... eu não me recorro de momento político mais interessante do que este em toda a minha vida de porto-alegrense. Realmente, íamos para as ruas nas manifestações estudantis, populares, sindicais e uma das palavras que mais me vinha à cabeça era “esperança”. A esperança de que o momento de um novo Brasil havia chegado, tudo era possível e a maior certeza que tínhamos era a de que a gente ia finalmente conseguir mudar nosso país. Identifiquei-me com este relato e, ao mesmo tempo, fiquei surpresa por não imaginar que essa efervescência política estivesse de maneira tão presente no interior do Estado. Na qualidade de urbanos, tem-se certa tendência a imaginar que “tudo acontece” nas grandes cidades e que no interior a vida é muito monótona. Quanta ignorância...

É evidente no depoimento de E5 a referência ao seu engajamento no contexto político da época que a incitava a participar dos movimentos sociais que articulavam a sociedade civil do país nas mais diferentes áreas e nos mais diversos cantões do Brasil.

Em todas as entrevistas, a questão da saúde desponta como uma das mais significativas para os agricultores. Entretanto, como será visto adiante, dois fatores locais foram essenciais para provocar a mudança de modelo agrícola entre as famílias pesquisadas e para a institucionalização deste modelo em termos de entidades criadas com a finalidade de expandirem novas práticas produtivas na região: a influência da igreja, particularmente representada na pessoa do padre João Bosco Luiz Schio e/ou o trabalho do Centro Ecológico, na pessoa da engenheira agrônoma, Maria José Guazelli, conforme demonstram alguns dos trechos das entrevistas a seguir transcritas.

Depois de dois dias na casa desses agricultores, ajudando-os na agroindústria para que eles tivessem tempo de ser entrevistados, consegui realizar a conversação com o casal. Na sala de refeições, entre o fogão a lenha e a televisão, eles se sentaram lado a lado e começaram a narrar suas vidas. As duas crianças, um

menino de cinco anos e a menina de nove, olhavam a cena com curiosidade e atenção. Um pouco depois, o ônibus escolar chegou para levá-los à escola. Após, a narrativa dos agricultores continuou. Ela, jovem, cabelos castanhos, curtos, olhos arredondados, jeito terno, delicado. Ele, de meia idade, boca pequena, cabelos e olhos castanhos, olhar vivo e sagaz, tom de voz reflexivo. Ambos assim se manifestaram:

Esposa do agricultor – Começou em torno dos anos noventa; começou em noventa, aqui em casa. Nós começamos a participar dos encontros, fazer nossa horta, eu e o Volmir, aí por noventa, noventa e um. Depois em noventa e dois a gente casou, a gente veio morar pra cá; praticamente em noventa e dois, noventa e três começou o todo, começamos.

Agricultor – Noventa e dois, em noventa e um ele não mudou. Em noventa e um, não se usou mais veneno, principalmente na uva, que era o foco, em noventa e dois nós casamos, e se consolidou. A partir de noventa e dois passou a ser ecológico. O que fez a gente mudar? Bom, foi a questão principalmente da saúde, em função do meio ambiente e em função de viabilizar a agricultura familiar. Esses são os fatores: o fator econômico, ideológico e social.

Simone – Teve alguma instituição que foi chave pra esse tipo de mudança?

Agricultor - Teve, a Igreja católica, através da Pastoral da CPT, a Pastoral Rural, e o Centro Ecológico, que era Projeto Vacaria, na época. (E1)

Costabeber (1998) relata que a AECIA foi a primeira experiência de caráter associativo, orientada para implementação de uma agricultura de base ecológica, a qual teria sido consolidada a partir do trabalho do Centro de Agricultura Ecológica Ipê (CAE Ipê), em estreita colaboração com a Paróquia da Igreja Católica de Antônio Prado e a Comissão da Pastoral da Terra. Ao mesmo tempo, é necessário salientar que as relações estabelecidas com a Cooperativa Coolméia também foram essenciais para consolidar a experiência. O trabalho de organização da feira dos Agricultores Ecologistas, em Porto Alegre, e a conscientização que já existia em certos setores dessa população urbana permitiram a comercialização da produção desse grupo de agricultores, abrindo, inclusive, espaço para novos produtores que desejassem se agregar ao projeto. O Padre Schio e a engenheira agrônoma Maria José Guazelli tiveram papel fundamental como mediadores culturais no elo dessas famílias de agricultores com outros sistemas de práticas comerciais, nas quais podiam inserir seu *modus vivendi* e continuar sobrevivendo no seu meio. Na seqüência, a fala desse agricultor torna esses aspectos visíveis.

Agricultor – Bom, comecei a agricultura ecológica em oitenta e oito, né, e antes disso eu trabalhava no sistema convencional, só que nós da família chegamos a trabalhar de dois ou três anos com veneno. Antes nós trabalhávamos aqui nas lavouras, se plantava milho, feijão, e se fazia roça nos morros, porque se trabalhava assim, nesse sistema. Nesse meio tempo, um vizinho foi trabalhar em Flores da Cunha, com parreira, né, e em pouco tempo o cara faleceu, nessa época ele faleceu de intoxicação. Foi um dos primeiros casos, pelo menos pra mim e pro meu irmão que estava aqui comigo também que nos chamou atenção, porque a gente ouvia falar: lá em tal lugar se chegava a conversa de que morreu alguém por intoxicação de veneno. Mas aqui pra nós era novidade. E aconteceu esse fato, então, um fato que nos chamou atenção, foi isso, né. Então, juntando a possibilidade de fazer a agricultura ecológica acontecer e esse fato que a gente viu na realidade, que aconteceu de o cara se intoxicar e acabar morrendo por causa disso, nós partimos pra agricultura ecológica. Nós fomos uma das primeiras famílias a começar o trabalho na AECIA.

Afora isso, o meu irmão trabalhava na Pastoral da Juventude Rural e ele ia sempre na segunda e na sexta-feira à cidade, porque fazer o serviço só em casa, na época não se tinha telefone, não dava; ele trabalhava na organização dos jovens, e nesse tempo a Maria José e o Pe. Schio se conheciam e nos deram muita força nesse trabalho, merecem nosso respeito... e aí eles sentaram e precisavam de pessoas pra tentar tocar o trabalho, então meu irmão estava junto nessa história, ouvindo as conversas, conversando com a Maria José e com o Schio, ele disse: Não...nós podemos tentar. Estava começando aquela feira em Porto Alegre. Dali uns dois, três meses começou aquela feira, mas já se pensava em abrir aquela feira lá; e aí tentaram buscar pessoas e acharam quatro famílias: nós, o Nelson Bellé, o Nélío, que morava na mesma família, uma tal de Pícola, que está morando em Caxias, já não está mais com a gente, e o pessoal do centro, que era a maioria. Começou assim o trabalho, e aí se começou o trabalho já no primeiro ano, se começou já plantar alguma parte da horta e a primeira feira, me lembro sempre, nós tínhamos uma moto na época e uma Variant, aquelas Variant dois (modelo de carro), eu acho que chamavam e nós plantamos pouco porque era muito em cima a feira, em dois meses, se plantar cenoura não veio, só se plantava coisa rápida, aí nós tínhamos uma horta e uns radite todo ano que a gente plantava pro nosso consumo e estava sobrando e a Maria José disse: leva isso aí também, vocês botaram algum veneno aqui? Não, a gente botava só esterco. Então, na sexta-feira colhemos aquilo lá e sexta-feira de noite o meu irmão botou num saco, amarrou na moto e foi pro Prado e foi pra Porto Alegre vender. E juntamos também uns carurus, umas coisas que tinha nas lavouras, a primeira feira, que era mensal essa feira, uma vez por mês,...

Simone – Onde era a feira?

Agricultor – Em Porto Alegre, era na João Telles.

Simone – Isso em que ano?

Agricultor – Isso foi em oitenta e nove. A feira começou em outubro e aí foi que nós ficamos animados porque o que foi pra lá vendeu tudo, sabe? Então vamos nos animar pra planejar, no meio da feira, que era mensal, os agricultores viram que ia ser uma vez por mês, até que tinha poucos produtos, então, foi plantado: rabanete, rúcula, cenoura, beterraba, nem conhecíamos brócolis, a Maria José trouxe as sementes, plantem assim, assim, assim...eu nem sabia o que era brócoli... eles estavam aqui uma vez por semana nos orientando, pra nós o brócolis era aquela couve-flor, sabe? A branca, a gente achava que era aquilo. E aí começamos o trabalho devagarzinho e ali, já no ano seguinte, lá pro mês de fevereiro, março já ingressou outras pessoas, só que o Volmir também estava junto nessa época só que ele era, ele trabalhava na vidraçaria, ele não era agricultor,

ele já começou um tempo depois. Aí nessa época conhecemos o Gilmar, conhecemos não, o Gilmar se interessou pelo trabalho e engrenou já a Gessi, entrou duas, três agora, mais duas três depois, mas enfim, nesse ano seguinte, no ano de oitenta e nove, noventa, foi que engrenou, se formou o grupo. E até...O pessoal deu risada de nós porque nós tínhamos um molho de radite, e o pessoal tinha um molho assim, aí a Maria José brincava conosco dizendo: mas vocês fizeram uns fechos pras vacas. A radite aqui pra nós ia lá pra bacia, colhia tudo aquilo que tu queria pra comer, nós não tínhamos noção de que tamanho que era o molho no mercado, como é que era, né. Hoje a gente dá risada. Foram épocas boas, já no mês de dezembro, do ano seguinte, nós estávamos com a safra do pêssego, nós tínhamos volumes de pêssego, nós íamos com a Kombi do centro ecológico, ia o pessoal amontoado no meio das caixas, não cabiam as caixas e ia uma pessoa de pé, pra ir pra lá. Foi suado, foi sacrificado, mas valeu a pena! (E2)

Antes dessa entrevista, jantei com os integrantes da família na copa-cozinha. Uma deliciosa sopa de capelletti foi colocada no centro da mesa. O pai do agricultor falava uma mistura do dialeto vênето com português. Era difícil entendê-lo. Logo que me viu perguntou-me de onde eu tinha saído e se eu era casada e tinha filhos. Eu disse que vinha de Porto Alegre, que estava esperando uma filha e que possuía um companheiro de longa data. Após a refeição, o entrevistado sentou-se no sofá da sala e eu fiquei ao lado, anotando e gravando sua fala. O sotaque típico da região era bem evidente nesse entrevistado. Ele era magro, de estatura mediana, cabelos e olhos escuros, relativamente jovem e com um espírito brincalhão como o conjunto da família. É interessante notar que além dos aspectos supracitados, este e alguns outros agricultores serviram de mediadores na comunidade ajudando a criar canais de comunicação e comércio desses produtores com os consumidores de seus produtos na capital do Estado.

Paulus (1999, p. 102) comenta que no dia 16 de outubro de 1989 – data em que é celebrado o Dia da Alimentação – foi organizada a primeira Feira Ecológica de Porto Alegre. O mesmo autor evidencia:

Em que pese ter sido um marco na história da Coolméia, a experiência foi marcada por uma falta muito grande de produtos orgânicos. Testemunhas presentes à época relatam que a feira iniciou às 08:00 e, uma hora depois, não havia mais nenhum produto para ser comercializado. 'O desespero dos consumidores era tão grande que qualquer coisa era ecológica', lembra um dos dirigentes da Coolméia. A partir desse momento, os membros da Cooperativa decidiram realizar uma feira mensalmente.

Atualmente, existem feiras ecológicas semanais, coordenadas pela Coolméia em diferentes pontos da capital. Paulus (1999, p. 103) declara, ainda, que, como

lembra um técnico, “A gente têm muita consciência que aquele trabalho de cima da Serra se espalhou. E nisso particularmente a AECIA (Associação de Agricultores Ecológicos de Ipê e Antônio Prado) deveria ganhar um Prêmio Nobel por alguma coisa”. Esse registro é condizente com os relatos que se pode observar nesse trabalho, em que os agricultores expressam as dificuldades que tiveram no início do processo de implementação da agricultura ecológica. Verifica-se que a mudança nos discursos e ações, que no início da década de 1980 restringiam-se aos movimentos ecológicos urbanos e algumas ONG’s foi incorporado também pelos movimentos populares agrários, ainda que não tivessem uma visão utópica do desenvolvimento sustentável (PAULUS, 1999)

Em determinado momento, conforme o averiguado nessa pesquisa, esses movimentos se uniram consolidando um projeto social no interior da economia do Rio Grande do Sul e nas práticas de comércio de produtos agrícolas da própria capital gaúcha, inclusive criando ou mesmo aprimorando entidades e instituições.

Velho (1987) enfatiza que

um projeto não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Formula-se e é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, tanto em termos da própria noção de indivíduo como dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes. Em qualquer cultura há um repertório limitado de preocupações e problemas centrais ou dominantes. Há uma linguagem, um código através dos quais os projetos podem ser verbalizados com maior ou menor potencial de comunicação. Portanto, insistindo, o projeto é algo que pode ser comunicado. A própria condição de sua existência é a possibilidade de comunicação. Não é, nem pode ser fenômeno puramente subjetivo. Há, sem dúvida uma relação entre projeto e fantasias que não pretendo explorar aqui, mas o projeto para existir precisa expressar-se através de uma linguagem que visa o outro, é potencialmente público.

Voltando ao contexto do meu trabalho de campo, meu terceiro entrevistado morava em um lugar muito bonito. Imensos parreirais entre dois morros quase repletos de vegetação nativa. Um córrego ao lado da casa de onde se ouvia o barulhinho de água o tempo todo. A moradia era branca, relativamente nova, com um jardim na frente. Ao lado dela, havia uma casa de madeira antiga, de dois andares, que deveria ter sido a moradia da geração anterior (servindo, agora, como depósito). O casal possuía um filhinho de um ano e meio, loirinho com grandes olhos castanhos, o qual era muito bem cuidado pela *nonna*, extremamente risonha e paciente, que era também quem cozinhava. Os cônjuges iam juntos para a roça,

voltando somente no horário de almoço. Brinquei todo o dia com o *bambino* a fim de liberá-los para seus afazeres. À noite, depois de um fausto café, iniciei o colóquio. As mulheres da casa não se pronunciaram (apenas ouviam), de forma que a entrevista foi realizada apenas com o elemento masculino. A agricultora tinha olhos azuis, cabelos negros, traços do rosto e corpo delicados. O entrevistado possuía, cabelos claros, grandes olhos azuis, mãos robustas e tanto quanto sua esposa, uma forma muito tranqüila de falar.

Agricultor: Nós começamos a trabalhar ecologicamente faz um...foi em 88, 89 por aí, bom o que nós fazíamos antes... antes... de 81 a 84 eu fui estudar em Farroupilha porque aqui estava difícil, não tinha ônibus pra ir até a cidade e na cidade não tinha parentes, ou não tinha dinheiro pra pagar então, eu fui pra Farroupilha. Fiquei fora três anos e quando eu voltei aqui em casa, lá em casa junto do pai, nós tínhamos uns parreirais e macieiras, duas coisas assim que, impressionante, a macieira ia muito veneno e se mexia com veneno, com uma coisa e com outra e aquilo sempre ficou como uma pulga atrás da orelha, né, não me sentia bem, aí foi quando que surgiu a Maria José Guazelli e o Laércio com o Centro Ecológico, passando nas comunidades assim, um vídeo mostrando as conseqüências do veneno, então ali aparecia umas fotos tiradas nos hospitais de pessoas fisicamente degradadas, com problemas mentais. Bom, uma série de problemas feios, horrorosos, então aquilo também, bom, já tava meio assim e com aquelas fotos, daí a gente começou a pensar qual seria o nosso futuro usando veneno, pode ser que não, mas há uma chance daquilo lá...e não só pra mim como por descendência porque tem agrotóxicos que pode aparecer sintomas na segunda, terceira geração, então aquilo me deixou muito assustado, mas, isso pra mim, mas o pai, a mãe e o meu irmão ficaram chocados mas não se deram muito conta que poderia ter esse efeito pra todos. Daí como eu fazia parte da Pastoral da Juventude dentro da nossa comunidade, porque a pastoral agora é formada por um e dois elementos por comunidade e da nossa comunidade aqui era eu e o Itair, éramos nós dois que fazíamos parte...

Simone: Itair?

É irmão do Jamir. E aí como nós fazíamos mais de três anos que participávamos da Pastoral da Juventude, nós discutíamos muito os problemas que existiam dentro da pastoral, detectávamos os problemas, mas só que parava por aí. Discutia mas não tomava nenhuma atitude, foi aí que o padre né, o João Schio, ele começou a cobrar uma coisa de nós, é pegar alguma coisa e tentar resolver, né, pegar e abraçar e foi justamente que coincidiu esta cobrança do padre com os vídeos e o centro ecológico aparecendo nessa hora juntos, né, como a maioria era mesmo Pastoral da Juventude, onde que nós estávamos participando, eram todas pessoas ligadas a agricultura, então foi quando em uma reunião a gente decidiu que ia abraçar, pelo menos procurar ver os caminhos da agricultura ecológica e aí a gente marcou um encontro lá no Centro Ecológico com todos os jovens que estavam aí, tudo gurizada de 16, 20 anos, no máximo era 20, 21 anos por aí, e a gente foi fazer uma visita lá no centro ecológico e ali junto com isso, apareceu a oportunidade, não era bem uma feira, lá da Coolméia, que promoveu ali onde que tinha a feira de a gente levar alguma coisa pra lá, então eu lembro muito bem que a gente não tinha nada de ecológico....tinha umas coisas na horta....sei que o Itair ia de moto lá levar os produtos e juntou lá na horta uns radites, carqueja que eles levaram, eu

não fui, e eu não sei se era feira, eu não sei o que era, eu não sei se era feira que eles deram propriamente pra essa exposição de produtos, a Coolméia era ali na João Telles, mas a feira foi ali na José Bonifácio mesmo, a feira não, esse evento, né. Então eu sei que eles voltaram muito animados, os agricultores ecológicos, porque foram lá e venderam tudo, tinha pouca coisa na verdade, mas aquela coisa entusiasmou eles e eles nos entusiasmaram também.

Acredito que isso foi em 88, 89, foi por aí, 88 eu acho, depois desse encontro e dessas coisas, foi ali que eu comecei a trabalhar dentro da família pra começar a tentar mudar, quer dizer, o pai não foi assim, contra, mas também não foi assim também tão a favor, porque a renda que nós tínhamos era praticamente toda da maçã e da uva, por um acaso se nós quiséssemos eliminar tudo de uma vez só e não desse certo qual é que seria a nossa renda? Então assim, parte do parreiral nesse primeiro ano vai pro ecológico, e daí foi aceito né, e daí já era o começo porque não tínhamos experiência nenhuma por perto, não sabíamos onde é que tem um trabalho parecido pra ver e depois fazer para gente ver, só existiam teorias por parte do Centro Ecológico, prática não, mas teoria sim, e tínhamos o Delvino Magro que apostava e dizia dá pra fazer sim, mas também ele não sabia o certo, mas dá pra fazer! Então isso deu uma segurança pra nós e além disso nós tivemos uma sorte muito grande, tá e daí no primeiro ano, tá... vamos fazer essa parte e daí decidimos a área do parreiral, mas como o ano começou bem porque era pra começar com frio e chuva, daí eu propus pro pai, até que o tempo trabalhasse bem a gente fazia toda área ecológica e no momento que a gente percebesse que tá complicando as coisas, aí a gente toca parte que nós tínhamos definido pra ser ecológico. Mas o ano foi correndo tão bem que todo período crítico passou bem e daí nós não precisamos usar veneno e passado aquilo a gente usou toda a área, já a partir do primeiro ano toda ela 100% ecológica. A gente deu sorte que foi tudo bem e deu uma safra normal, que nem nos outros anos e sem usar nada, isso então foi um grande passo dentro da família porque daí não tinha mais como voltar atrás e daí nos próximos anos e nos anos seguintes foram ecológicos e os resultados foram bons. A gente conseguiu vender daí na feira um pouco de uva in natura. A gente começou fazendo suco aquele ano e acima de tudo começaram a vir visitas, essas visitas teoricamente eram sem importância nenhuma, mas como um todo elas foram importantes porque começaram a dar confiança pro pai, pra mãe e pra nós mesmos que outras pessoas buscavam informações de nós e com isso levantou a auto estima da família, né, e impulsionou pra que confirmasse que por ali era o caminho. Então no parreiral a gente conseguiu e na macieira já era sabido que iria ser muito difícil. Era praticamente impossível fazer o que a gente tinha feito no parreiral, fazer na maçã, porque já era uma maçã um pouco mais viciada porque já tinha 15, 20 anos e aí gente tentou reduzir, mas, não ficou e daí perdemos tudo, não foi viável, então vimos que não era possível, tentar mais uns dois três anos, talvez era mais longe, era possível se chegar, dentro de uns quatro, cinco anos era possível produzir sem veneno, mas mais 4, 5 anos na nossa cabeça nós já vimos que era por demais, então o que a gente fez tirou e arrancou tudo, tirou o pomar de macieira pra não mais usar veneno ali, e partiu pra outra cultura e daí plantamos outro parreiral e ali com a experiência que nós já tínhamos no outro era mais viável, já era mais perto do que a gente queria, então pra não usarmos a gente tirou aquele parreiral, então a gente começou nos primeiros anos a fazer o suco e vender in natura, a gente viu que dava uma renda maior e a cada ano que foi passando a gente foi aumentando a produção de suco é claro que vieram outros problemas de legalização. Nos primeiros anos que a gente fazia era possível vender na feira da Coolméia, sem precisar de talão de nota, mas conforme os volumes foram aumentando as exigências foram outras, precisava de nota precisava de ... e daí a gente foi adequando, a associação depois já não servia mais

porque não podia emitir talão de nota, então a gente criou a cooperativa (AECIA) pra fazer tudo certinho. (E 3)

O entrevistado termina a pergunta mencionando a importância do Padre Schio (Diocesano, ex-vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em Antônio Prado) para que houvesse a mudança de modelo agrícola.

Conversando com um dos associados, o ex-seminarista que ajudou o padre João Schio na organização dos agricultores ecologistas, ele relatou que nos anos 1970, o pároco era o coordenador latino-americano da Juventude Agrária Católica e um dos mentores da CPT – Comissão Pastoral da Terra, e nessa mesma época possuía relacionamento com Paulo Freire, D. Pedro Casaldáliga, Rubem Alves, Leonardo Boff, Darci Ribeiro e Dom Paulo Evaristo Arns, todos com papel relevante na Teologia da Libertação.

Segundo o mesmo informante, os agricultores não sabiam o que era a Teologia da Libertação²³, mas os mentores, no caso, João Schio, conhecia bem. O pároco via a agricultura ecológica como uma alternativa interessante de geração de vida no campo, mas o elemento principal com o qual ele trabalhava era o da verdade, ou seja, a idéia de que estavam trabalhando para o conjunto da humanidade. Tanto é que nunca ocorreu de alguma técnica utilizada pelos agricultores ser proibida de circular externamente. O conhecimento sempre foi socializado. O trabalho era realizado mediante um somatório de forças. Não se trabalhava somente com a questão ambiental, mas, também, com o resgate da vida e da dignidade humana.

Como foi e será possível observar ao longo deste capítulo, a religião é um fator de integração cultural fortíssimo na região. Ela contribui para a constituição de uma visão de mundo no cotidiano dos agricultores. Com isso, deduz-se a importância do padre, da

²³ Antes de tudo, a teologia da libertação é um corpo de textos produzidos a partir de 1970 por figuras latino-americanas tais como Gustavo Gutiérrez (Peru), Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, Frei Betto (Brasil), Jon Sobrino, Ignacio Ellacuría (El Salvador), Segundo Galilea, Ronaldo Muñoz (Chile), Pablo Richard (Chile-Costa Rica), José Miguez Bonino, Rubem Dri (Argentina), Enrique Dussel (Argentina- México), Juan-Luis Segundo (Uruguai), Samuel Siva Gotay (Porto Rico), para situar apenas os mais conhecidos. Normalmente, refere-se a esse amplo movimento social/ religioso como “teologia da libertação”, todavia, como o movimento surgiu muitos anos antes da nova teologia e certamente a maioria de seus ativistas não são teólogos, esse termo não é o mais apropriado; algumas vezes, o movimento é também chamado de “Igreja dos Pobres”, mas, uma vez mais, essa rede social caminha bem mais além dos limites da Igreja como instituição, por mais ampla que seja sua definição. Propomos chamá-lo de “cristianismo da libertação”, por ser esse um conceito mais amplo que “teologia” ou que “Igreja” e incluir tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática. Dizer que se trata de um movimento social não significa necessariamente dizer que ele é um “órgão integrado” e “bem coordenado”, mas apenas que tem, como outros movimentos semelhantes (feminismo, ecologia, etc.), uma certa capacidade de mobilizar as pessoas ao redor de objetivos comuns (Löwy, 2000, p.56) .

estrutura de liderança das igrejas locais no meio rural, os privilégios canônicos e o capital cultural detidos pelo pároco, o qual foi sempre reconhecido num plano superior de sacralidade e poder (TEDESCO, 2001).

O Padre Schio foi uma alavanca, foi um elemento quase que chave aí pra nós. Ele nos disse: - Ah vão se mexer!... Porque nós nos reuníamos sempre uma vez por mês lá na casa paroquial, então ele que...o padre Schio sempre foi muito ligado à agricultura, aqui na cidade mesmo quem mexeu os paus, quem correu atrás pra montar uma cooperativa aqui pra nós, pra unir os agricultores pra que eles tivessem uma renda melhor, ele sempre fez isso, daí então ele fez ver que esse caminho do veneno, estava se desviando um pouco e precisava de alguém que puxasse isso. Então ele viu nesse grupo de jovens ali um potencial pra isso e foi ali que ele começou porque sempre ia nas reuniões. Se tivesse reunião uma hora ou duas ele passava ali e era bom, porque ele era um padre assim, super inteligente nas colocações dele, no modo de pensar e ver as coisas e a gente sempre gostava de ouvir ele e ele veio cobrando e já que tinha uma luz ali então foi uma alavanca fortíssima, e foi o padre. Para nós no grupo foi o padre. (E 3)

Através dessas outras considerações sobre o pároco de Antônio Prado, confirma-se uma das hipóteses enunciadas no capítulo de introdução; a de que o papel da igreja foi fundamental na mudança de modelo agrícola experimentado por esses agricultores.

No início do oitavo mês de minha gravidez, ainda me encontrava fazendo entrevistas. O medo de um parto prematuro acabou fazendo com que eu travasse amizade com um senhor, motorista de táxi, que, sensibilizado pelo meu estado, cobrou-me preços bem acessíveis para me levar à casa de alguns agricultores. Ele conhecia a maioria das pessoas que habitavam nas linhas, pois, em anos anteriores havia trabalhado para uma empresa recolhendo o leite comercializado pelos produtores da região. Ao chegar na casa do entrevistado, o motorista conversou com o dono da casa e me apresentou. A família ficou surpresa ao me ver chegando de táxi, mas eu não tinha outra opção. O tempo era curto e o ônibus escolar estava se tornando perigoso para mim. Ao chegar, eles estavam cortando lenha para alimentar o fogão. Em seguida, pararam e eu pude fazer a entrevista na copa-cozinha em frente à mesa de refeições. Esse agricultor me lembrou os indivíduos do sul da Itália que aparecem nos filmes de muitos cineastas deste país. Solteiro, jovem, cabelos pretos, olhos castanhos amendoados, com certo ar mouro. Um jeito tímido, mas muito solícito nas respostas às perguntas da entrevista.

Estava praticamente todo o dia no meio do veneno. Porque a macieira, a cada no máximo 8 dias tinha que pulverizar, no mínimo. Aí tu ía trabalhar no meio, ia fazer a poda verde, ficava no meio do veneno. Aí quando não estava lá, estava em baixo do parreiral. Aí isso pesou muito na nossa decisão. E aí que entrou o nosso pároco aqui de Antônio Prado, o padre Schio né, que trouxe pra nós essa possibilidade, através da Maria José Guazelli. Ele trouxe ela na Pastoral e ali se deu um primeiro passo. Embora a gente no começo também não tinha muita fé nisso aí, não acreditava muito. Até que a gente colocou na cabeça, disse: não, vamos tentar. Aí até o meu irmão participava na Pastoral, na PJE. Por isso que facilitou um monte pra nós, porque se não era mais difícil, né, tu não tinha esse contato. (E 12)

A agricultora da narrativa abaixo, é a mesma que aparece no primeiro depoimento registrado neste tópico, que descreve o cenário de sua juventude no meio do movimento DIRETAS JÁ. Na sua fala é visível o cruzamento dos movimentos sociais e religiosos na implantação da agricultura ecológica na região. Atividade que representava algo novo e moderno, mas, ao mesmo tempo, revestida de roupagens das tradições locais dando a elas novos significados.

É que tu tem que falar bem, é que essa história não está bem clara. É que eles eram da Pastoral da Juventude e tinham os grupos e aqui tinha um ecologista que morava aqui e trabalhava na frente agrária gaúcha e trabalhou muito nos países do sul aqui, ele se chama Padre Schio, talvez, você conheça...Ele era um cara muito importante na sociedade aqui, no Brasil e em outros países, mas aqui na América Latina ele fazia um trabalho na frente agrária gaúcha e ele organizava e morava aqui. Acho que ele morou aqui muitos anos...

Daí ele organizou a juventude rural, ele trabalhou com os agricultores e ele gostava que as pessoas tivessem informações e lá na paróquia de Antônio Prado sempre tinha uns livros diferentes e nesse tempo eu trabalhava com organização de juventude rural, da diocese de Caxias e daí o Schio sempre tinha uns livros diferentes e estranhos pra juventude ler. (E5)

Quando me decidi a realizar uma entrevista com o padre Schio, a responsável por cuidar dele me avisou sobre a saúde já debilitada do religioso. Mesmo assim, ele aceitou fazê-la, após as dezessete horas, na Paróquia Sagrado Coração de Jesus, onde ele reside e trabalha. Essa paróquia pertence à Diocese de Caxias.

Em meu primeiro contato, expliquei-lhe que os agricultores da AECIA falavam muito sobre sua pessoa e que ele teria sido um grande incentivador deles a fazer a mudança para a agricultura ecológica. Indaguei-lhe sobre como essa história havia começado e o mesmo me relatou o seguinte:

Pároco – Eu vim do Chile, trabalhei na América Latina, em todos os países daqui da América. Eu vim lá do Chile. Nós estávamos fazendo uma revisão e aí entrou o Paulo Freire. E fizemos um encontro latino americano de todos os países, para ver aonde é que estava a falha, por que o movimento crescia em, de cabeça, mas as bases não. Então o Paulo Freire nos disse o seguinte: vocês voltem pra base e voltem a trabalhar com os agricultores e se organizem. Aquilo pra nós foi um choque muito grande, a gente confiava muito nele, mas ele disse: vocês estão certos, trabalhem onde está o povo. Só que era difícil, parecia começar tudo de novo.

Simone – E no caso assim, o momento inicial foi essa conversa com o Paulo Freire, e aí depois como é que o senhor foi caminhando assim mais para este lado de mudança de modelo de agricultura, como é que isso aconteceu?

Pároco – Eu vim aqui e comecei a trabalhar com o povo. O que que é trabalhar com o povo? Então eles estavam bastante desorganizados. Aqui nós tínhamos movimentos de base nas capelas. Quando eu cheguei aqui eu também não sabia o que que eu ia fazer. Também outros da América Latina não sabiam. Foi um baque muito grande pra nós. Eu vim trabalhar no lugar que eu trabalhei antes, com essa missão: trabalhar com o povo. No começo não se sabia o que ia sair. Tinha esses grupos aqui em Antônio Prado. Então aqui eu comecei a trabalhar. Segui um pouco Paulo Freire, trabalho pela base. Tinha o Fiore também que era brasileiro (segundo ele, foi ministro da educação na época do presidente João Goulart), estava exilado no Chile... era no início do tempo do... bom, foi expulso na revolução.

Quer dizer, nem eu nem outros sabiam ao certo o que fazer. Nós tínhamos movimento já. Não tinha nem idéia o que seria, não tinha idéia. Então a gente reunia estes grupos, com eles, fazíamos reflexões. Depois o trabalho era meio, estava assim. Aqui encontrei a Maria José Guazelli. Eu chamei ela pra dar umas palestras pra nós. Mas eu disse pra ela que ela era uma terrorista. Ela vinha pra cá, (para a paróquia) mas ela também não sabia pra onde ia.

Eu acompanhei a Maria José Guazelli. Então a gente organizava eles. Justamente a mudança que deu foi aí. A Maria José mostrava como os agrotóxicos matavam a terra, matavam os agricultores. Nós fizemos diversos encontros juntos. E ela botou a filosofia dela. Ela disse, porque os agricultores diziam que se não bota veneno não se produz nada. E ela disse que não. Que era possível produzir ecologicamente. A gente aprofundava.

Eu chegava a introduzir métodos naturais. Adubar a terra, pôr sementes. E ela ajudou muito nisso. Ela fazia reuniões com o povo e decidiam mudar a cultura. A cultura, as sementes.

Simone – As sementes começaram a ser as sementes dos próprios agricultores?

Pároco – É. Eles iam colhendo, era duro no começo, depois ela ajudou também nesse sentido. Não adiantava eles produzirem se não havia a comercialização. Então com a Maria José Guazelli, tinha uma organização em Porto Alegre. A gente levava daqui pra lá, todos produtos naturais.

Também obtiveram muitas ajudas de entidades internacionais. Quando veio este trabalho da ecologia, as entidades internacionais que tinham uma boa idéia, eles ajudavam. Mas também ia mais ou menos. Aqui em Antônio Prado também existiu uma cooperativa muito grande. Só que ela caiu na mão desses que só pensam em dinheiro.

Simone – Como é que era o nome desta cooperativa?

Pároco – Agropecuária Pradense. Ela foi muito ajudada pela CEBENE da Holanda. Nos deu muito dinheiro.

Simone – E essa cooperativa foi ajudada pela Holanda na época? E ela tinha quantos agricultores na época?

Pároco – 700.

Simone – 700. Todos eles teriam potencial pra se tornar ecológicos?

Pároco – Deveriam ter.

Perguntado sobre quais teriam sido as maiores barreiras para levar adiante esse trabalho, o pároco disse que uma delas era a mentalidade daquela época de que não se produzia nada sem veneno. A outra, consequência da primeira, era a de convencer os agricultores a produzir sem adubo e sem produtos químicos e, mais adiante, a melhorar o produto. Ele cita que essa mentalidade existia graças aos treinamentos pelos quais os agricultores da região passavam, propiciados por técnicos de instituições governamentais. Para ajudar na mudança de práticas agrícolas, a igreja e o Centro Ecológico passavam filmes, de paróquia em paróquia, que falavam do perigo do uso de agrotóxicos. Seria interessante focalizar que quando o pároco fala em “mentalidade na época”, em verdade, fala sobre a disseminação de um paradigma, este último, conforme o conceito de Kuhn (apud COSTA, 2004), refere-se a uma espécie de código interno à própria ciência, representando um conjunto de regras, métodos e técnicas utilizadas para identificar e resolver problemas, e as respostas aceitas como válidas por uma determinada comunidade científica em um determinado contexto histórico. Do ponto de vista técnico, o paradigma de desenvolvimento da época baseava-se na Revolução Verde²⁴.

Através do registro do Padre Schio, torna-se evidente que na região, a Igreja e o Centro Ecológico eram os únicos órgãos apoiadores da agricultura ecológica. As observações relativas ao papel da Igreja e do Centro Ecológico no interior das transformações dos fazeres e saberes das famílias investigadas na região de Antonio Prado e expressas no relato do pároco corroboram com os relatos de outros agricultores entrevistados, durante o trabalho de campo, conforme as falas a seguir:

Agricultor - Começamos em mil novecentos e noventa e o motivo foi porque a cultura convencional estava saturando, a gente não tinha muita perspectiva ainda, ou saía do campo ou mudava a forma de produzir, então optamos em mudar a forma. Mais por ideologia, nem tanto por questão financeira, mas mais por ter convicção de que aquela agricultura era uma

²⁴ “Nos marcos dessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de “pacotes tecnológicos”, tidos como de aplicação universal e destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas. Intenta-se com isso elevar ao máximo a capacidade potencial dos cultivos, proporcionando-lhes as condições ecológicas ideais, eliminando com agrotóxicos os competidores e predadores naturais e fornecendo os nutrientes necessários sob a forma de fertilizantes sintéticos. A lógica subjacente é o controle das condições naturais por meio da simplificação e da máxima artificialização do ambiente, de forma a adequá-lo ao genótipo, para que esse possa efetivar todo seu potencial de rendimento” (Sarandón, 1996 apud Silvio Gomes de Almeida, Paulo Petersen & Angela Cordeiro, Crise Socioambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola, p.14, 1. ed. , Rio de Janeiro:AS-PTA, 2001)

agricultura que envenenava e não era justo perante o consumidor e nem pro próprio produtor praticar aquilo, daí fomos buscar a agricultura ecológica.

O início da formação do primeiro grupo foi auxiliado pela Pastoral da Juventude, através da própria paróquia, do município, através do Padre Schio e mais o Centro Ecológico, mas teve papel fundamental pra essa transição, início dessa proposta nova. Eu participei do grupo de jovens.

Simone – O pessoal também participava, o pessoal da AECIA?

Agricultor – A maioria, eu acho. Os primeiros e os que vieram depois. Tiveram formação dentro da própria pastoral e depois foram buscar essa alternativa de agricultura.

Simone – Mais alguma coisa que tu lembres? Tu fazias agricultura mais química, depois tu trocaste por questão de saúde?

Agricultor – É, a gente fazia, também produzia em volumes grandes, uma das principais produções eram hortaliças e se fazia nos mercados Ceasa, Porto Alegre, trabalha num volume até razoável, mas também por questões de saúde, sim, eu vivia com dores de cabeça, seguido; e então isso também contribuiu pra mudança.

Irmã do Agricultor – Depressão.

Simone – Depressão também? E era muita gente da família que tinha depressão?

Irmã do Agricultor – Dois.

Agricultor – Acho que era mais isso. Primeiramente quando se formou o grupo eram quatro pessoas que estavam mais envolvidas e depois já se abriu pra um grupo maior, de vinte pessoas, mas todo mundo praticamente, tinha um vínculo com a Pastoral

Simone – Em que ano, mais ou menos?

Agricultor – Foi em oitenta e nove, já tinha uma base do grupo e eu iniciei no ano noventa, por aí. No início era pra ser só um experimento com uma parte da propriedade, não ela integral, mas aí, quando foram fazer essa mudança aí, percebemos que não era necessário; tentava com tudo, na verdade mudamos toda a propriedade.

Simone – Nessa época quem estava no Centro Ecológico?

Agricultor – Tinha a Maria Guazelli, que estava na liderança, o Laércio, e a Ana, esposa do Laércio, principais que estavam no início. (E 8)

Ou ainda,

Agricultor - Eu comecei a trabalhar faz 13 anos, e o motivo de virar ecologista e trabalhar com essa agricultura que era diferente pra nós. Porque nós trabalhávamos com o veneno e ficamos doente e paramos no hospital e passamos por dificuldades por causa do agrotóxico . Depois mudamos de agricultura e daí começamos a visitar alguns agricultores que já tinham um trabalho aqui em Ipê e em Antônio Prado. A AECIA começou em 89 e eu comecei em 91 a trabalhar ecológico e já tinha ali uns ecológicos e já tinha um trabalho desses agricultores e do Centro Ecológico e fizemos uns cursos lá. Começamos uma pequena área da propriedade e daí foi crescendo e vendendo na feira e tendo mais venda, então isto ali estimulou porque a gente só vendia pra atravessador e ganhava pouco e começamos a vender direto pro consumidor e vender sem veneno que era outro ganho grande pra saúde, e daí economicamente mais também, pra vender direto ao consumidor. Daí eu comecei numa terra que não era a minha propriedade, era na propriedade do meu pai e em si foi isso, toda a problemática do veneno que afetou a saúde da família que várias pessoas da família ficaram doentes, daí fez com que a gente buscasse outra alternativa e a outra alternativa foi a agricultura ecológica e até hoje

estamos dentro dessa técnica, dessa experiência, dessa prática que tá dando certo e que a gente está até hoje.

A gente na época participava do movimento da igreja, o movimento da Pastoral da Juventude que foi através daí, que os jovens que estavam na Pastoral é que deram umas dicas pra mim. Olha tem esse trabalho aqui que é bom, que faz bem pra saúde, pro meio ambiente e pra quem consome, e daí a gente começou a participar por aí no grupo de jovens e a igreja deu muito apoio, a igreja e a Pastoral. (E 7)

Nos relatos das histórias de vida desses agricultores, observou-se, igualmente, que o fator saúde, já citado anteriormente, teve importância fundamental para todos os entrevistados, o que pode ser constatado neste e noutros depoimentos:

Agricultor - E nós estávamos também com um certo medo, apesar de ter um receio de ter que ficar sempre no meio do veneno. Depois também o pai e a mãe, o pai já tinha um pouquinho de problema, e quando ele ia passar o veneno, ele sempre tinha que tomar um, tinha um remédio que ele comprava. Eu até não recordo o nome do remédio, e ele sempre tomava um tubinho daqueles antes de ir tratar. E a mãe tinha dado, começado a dar problema de saúde também. Aí isso também pesou muito também na hora de mudar. Até hoje também, graças a Deus, depois que a gente mudou ela não teve mais problema também de... ela estava com uma intoxicação.

Simone – Nunca mais ela teve problema?

Agricultor – Não. Nunca mais teve.

Simone – E nem vocês assim, a família em geral não teve?

Agricultor – Não, não. (E 12)

Novamente, retornando à narrativa do pároco aqui entrevistado, tanto naquela época quanto hoje, a instituição Igreja ajudou pouco na questão da mudança de modelo agrícola. Alguns anos atrás, o pároco levou José Lutzemberger (ambientalista) para falar à Diocese de Caxias, cuja palestra de um dia inteiro mudou muito o ambiente entre os padres. Segundo relata o padre, eles não sabiam que muita gente morria por uso de venenos agrícolas:

Mas aí mudaram rápido também, resolveram, tinham planos, mas pra fazer experiência tinha despesas. Mas isso a gente ia mudando. Eu sei que os padres também tinham a cabeça muito dura. Questionado sobre como ele via o movimento ecológico hoje, o padre fala que ele tem uma base muito importante. A igreja deveria desenvolver isso, porque desenvolver a terra, as sementes são importantes. Logo depois cita: eu acho que a agricultura ecológica deveria produzir para o comércio. Devia dar lucro. Porque o agricultor não pode plantar e não ganhar nada. Claro que teria um papel importante a comercialização. É o povo mesmo que se organiza e vende.

Interrogado sobre porque a sensibilização para a mudança de modelo agrícola é tão difícil para com a maioria dos agricultores, o religioso disse que isso se resumia a uma questão de valores e que Paulo Freire tinha uma metodologia boa com os operários, agricultores e que ela poderia ser melhor aproveitada neste sentido.

Quanto à sua visão sobre o papel da igreja, o padre assim se expressa:

Pároco – A igreja é um horror. Tem uns que aderem, tem outros que são conservadores. E aí?

Simone – O que fazer né? E se o senhor tivesse que começar este movimento de novo, o que o senhor mudaria, talvez pra ter mais êxito.

Pároco – Não precisaria mudar muito. Gostaria que tivesse espírito de caridade, amor e justiça e depois também na ecologia, produzir um alimento bom.

Simone – E de que forma a Igreja poderia fazer isso. Parece que essa idéia ainda não se disseminou tanto. O que será que está faltando?

Pároco – No nosso tempo tinha a Ação Católica²⁵ e era bom.

Simone – E o que fazia a Ação Católica?

Pároco – Ela fazia reuniões e revisões.

Simone – E porque a Ação Católica acabou?

Pároco – Desentendimentos entre eles. A igreja tem que se renovar. A Ação Católica era um método muito bom. A gente entrava aí dentro. Tinha encontros. Mas agora?

Simone – E assim como o senhor vê esse florescimento de outras igrejas que não são ligadas à religião católica.

Pároco – Isso é consequência. Mas também as outras religiões são muito alienantes. Em geral. A igreja não se envolve. A desculpa é que a igreja não se envolve em aspectos sociais. Mas na verdade eles têm organizações alienantes.

Pároco – A igreja deve fazer o bem na caridade e na justiça, e a verdade. Isso é que é o principal.

Um pouco mais adiante, falou sobre os conferencistas que ele levou à região.

Pároco - A igreja também têm uns conferencistas bons.

Simone- Franciscanos?

Pároco- Franciscanos também.

Simone – Leonardo Boff?

²⁵ Essas idéias e práticas dos anos 1960-62 podem ser consideradas o nascimento de um pensamento/ação cristãos autenticamente latino-americanos (“veja, julgue, aja” segundo a conhecida fórmula da Ação Católica). Essa radicalização compreendeu uma seleção das posições mais avançadas nos textos franceses, uma incorporação cada vez maior de elementos marxistas, e uma mudança radical de perspectiva, substituindo o ângulo europeu por uma óptica da oprimida periferia do sistema capitalista mundial. Ela estava intimamente ligada às novas práticas sociais, culturais e políticas dos ativistas católicos: participação no movimento estudantil, muitas vezes em aliança com a esquerda secular, apoio às lutas sociais e compromisso com a educação popular. Esse último aspecto foi certamente um dos mais importantes: nos primeiros anos da década de 60, militantes católicos, com o apoio da Igreja, formaram o Movimento pela Educação Básica (MEB), a primeira tentativa católica de gerar uma prática pastoral radical entre as classes populares. Tendo como base a pedagogia de Paulo Freire, o MEB tinha como princípio não só alfabetizar os pobres, mas também conscientizá-los e ajudá-los a se tornarem agentes de sua própria história. A Esquerda Católica Brasileira da década de 60 foi a legítima precursora do cristianismo da libertação (Löwy, 2000, p.233).

Pároco- Leonardo Boff, isso. O Frei Beto. Aqui tinha muitos conferencistas, às vezes eu convidava. Franciscanos e também outros. Seculares como o Frei Beto (dominicano).

Segundo apontam as descrições dos próprios agricultores sobre o processo de disseminação da agricultura ecológica entre as famílias moradoras do local, no início tudo foi muito difícil, havia insegurança em relação à capacidade de produzir ou não com o novo método, a falta de pesquisa básica nesta área, a ausência de apoio por parte das instituições governamentais que, muitas vezes, ajudavam, inclusive, a boicotar o trabalho. Esses aspectos ficam claros no depoimento abaixo:

Agricultor - Quando nós fomos visitar, o que é que eles tinham lá? Eles tinham umas hortas, não eram muitas porque estavam começando também, tinham algumas coisas boas, pra verduras mas como a terra do campo, lá onde eles estão instalados não é uma maravilha, então em cima disso tinha uma hortinha que era pequena não era grande, mas era coisa boa, mas o que mais tinha lá era adubação verde, então tinha uma aveia bonita, um nabo essas coisas, separado, então era teórico e mais era a confiança que eles tinham e nos estudos que eles tinham feito e então era mais isso, em cima de frutas não tinha nada, tinha só uma horta lá (o agricultor faz referência ao Centro Ecológico)...Não tinha ninguém de fora para mostrar que o trabalho era possível, lá no Espírito Santo tinha o Nasser, eu tinha ouvido falar alguma coisa dele assim, mas era bem pouca coisa, então não tinha nada, por isso é que foi difícil pra nós naquele momento porque não tinha nada, não tinha onde ir visitar, então a única referência foi lá no centro e era pouquinha coisa no caso disso.(E 3)

Os vizinhos, a comunidade e às vezes até os próprios familiares diziam que eles iriam “morrer de fome”. Conforme um agricultor ecológico da região (não-associado da AECIA), esse “medo de passar fome” persiste até hoje nos corações e mentes das pessoas da região. Com base nisso, acredito que esses agricultores possuem traços de “heroicidade”, porque houve várias barreiras a serem enfrentadas, as quais, aos poucos, os mesmos foram ultrapassando. No relato de alguns agricultores das famílias entrevistadas, alguns destes obstáculos são mencionados:

Agricultor - Porque o governo, não é que seja difícil, mas é difícil, às vezes, de produzir ecológico, de compreender o processo, de avançar pela falta de pesquisa oficial. Porque quem se quebra por não conseguir produto, um produto de qualidade igual ao convencional, é o agricultor, porque quem faz a pesquisa dentro do ecológico é o agricultor, no convencional são institutos. O governo deveria trabalhar muito mais com institutos nas duas áreas. Quer trabalhar no convencional, trabalha, mas também deveria trabalhar o ecológico, mais ao nosso favor .

Vida comunitária, na verdade, pra nós é um processo que eu não queria adentrar. Na verdade nós como mudamos, hoje em dia nós somos boicotados. Nós somos boicotados na nossa comunidade porque nós entramos no sistema ecológico, não só na comunidade como na cidade, a maioria das casas agrícolas. Por ser ecológico não quer dizer que tu não depende de nada de fora. Tu tens que comprar, às vezes o calcário ou alguma coisa da cidade, às vezes tu é boicotado, como todo mundo é convencional: “ah... os ecologistas”. Graças a Deus hoje em dia até que diminuiu, mas no início nós éramos muito boicotados. E agora nós somos até certo ponto boicotados pelas duas mudanças que nós fizemos: por ser ecológico e agora por ser evangélico...Eu sofri muito por ser ecológico e por ser evangélico. (E16)

É evidente que se não houvesse um projeto por parte da sociedade civil, da Igreja, do Centro Ecológico e, igualmente, a criação de feiras em que eles pudessem comercializar seus produtos diretamente ao consumidor, sem a necessidade de atravessadores, essas transformações dificilmente teriam ocorrido. Mas isso não retira o mérito individual que cada agricultor teve no momento da escolha: “Porque tu não mudas de uma hora para outra, né. Já tem uma convicção interior em ti, né, depois aí tu desperta”.

Segundo Velho (1987), a idéia central é que, fundamentalmente, reconhece-se não existir um projeto individual “puro”, sem que se faça referência também ao outro ou ao social. Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências socioculturais, de um código, de vivências e interações interpretadas. Novamente, lembramos que ele é elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e socialmente, seja em termos de indivíduo ou dos temas, prioridades e paradigmas culturais existentes.

Ainda em relação ao supracitado, talvez fosse interessante mencionar, nas palavras de Morin (2004, p.60), o propósito do pensamento complexo que: “não é dissolver o ser, a existência e a vida no sistema, mas compreender o ser, a existência e a vida com a ajuda também do sistema”²⁶.

Retornando aos depoimentos dos entrevistados, existem alguns casos singulares, por exemplo, o de uma família que disse que despertou antes do conjunto do grupo (AECIA) para a agricultura ecológica, influenciada por outro campo de possibilidades, associado a práticas alimentares alternativas, como a

²⁶ Morin, Edgar: *religando fronteiras*, organizado por Tânia M. K. Rösing...[et al...] – artigo – *Reduccionismo, holismo, pensamento sistêmico e complexo*(suas conseqüências na vida cotidiana), Humberto Mariotti - Passo Fundo, UPF, 2004.

macrobiótica, que iniciavam sua difusão na região (cidade de Caxias do Sul). Novamente, aqui, a figura quase mitológica do Padre Schio é evocada como aquele que emprestou um livro sobre o assunto para este agricultor, o qual descobriu, através dessa literatura inicial, outros saberes e fazeres para a sua tradição de trabalho com a terra.

Esposa do Agricultor - ... é importante o que ele falou...na verdade a gente nunca passou veneno, antigamente a gente não passava veneno, porque negócio do veneno é muito recente, os meus pais eles plantaram cultivares de uva, eles cultivavam uvas e milhos, mas era muita uva, mas ...Quando eu cresci, que eu fui criada aqui na região, nas encostas, perto dos rios usava, a gente só usava sulfato e cal, calda bordaleza, mas não usava outras coisas, era poucas coisas, algum veneno. Eu nasci em 1960, não sou velha, mas também meus pais plantavam milho e feijão, mas plantavam pouco assim, só pro consumo da família, plantavam de tudo, verduras. E aí que começou a aparecer o GRAMOXONE, a gente limpava os parreirais, eu trabalhei, muito na agricultura sem herbicida, sem nada, eu trabalhei na agricultura até meus 20 anos de idade. Então a gente limpava, limpava uma vez ou duas, as vezes eram roças grandes de 3 ou 4 hectares, limpava trigo, não usava nem adubo porque tinham terras muito férteis.

Agricultor - Eu só queria fazer uma colocação...é milhões e milhões de anos e é tão pouco tempo que está se usando e antes sempre viveram e sempre produziram, tá certo que antigamente as pessoas viviam diferente e foram mudando, mas faz muito tempo e o homem tá aí. Ele não precisou dos venenos, e agora em tão pouco tempo ele tá tão dependente que talvez não seja o homem dependente e sim alguém que tem interesses, que tem a dependência do lucro que dá e agora respondendo a pergunta.....a gente acha que não precisaria tanta porcaria, tanto veneno pra produzir, pra viver.

Antes a gente não usava veneno, pouca coisa, meus pais usavam, pouca coisa, eles usavam o pó de gafanhoto, e usavam quando dava umas pragas na horta e eles jogavam em cima, alguma coisa assim. Nós tinha as macieiras, mas é um outro tipo de maçã diferente das que existe hoje, mas era parecido e os amigos deles conseguiram umas mudas e eles usaram e os técnicos da Emater receitaram veneno ali e tá mas não usavam tanto, e dava umas maçãs bem bonitas e nas verduras quase não usavam. Nas parreiras nós usávamos sulfato e depois com o tempo nós usávamos o Furidarkí pras parreiras porque era muito perigoso, era um veneno muito...

Colocava o Furidor nas parreiras e nas macieiras também e no resto da lavoura quase a gente não usava e com o correr do tempo que veio os da Emater incentivando e mandando usar veneno, e começamos a plantar um pouco de verduras...

Esposa do agricultor – vinha de fora, como eu te falei, vinha da EMATER...

Daí a gente começou a plantar verdura e vender na CEASA e daí começamos a usar no repolho, pra matar lagarta, era o MALATION e outros daí nós percebemos, nós percebemos que era muito prejudicial, daí entramos na agricultura ecológica.

Simone - mas a tua família chegou a usar?

Agricultor - Sim, pouca coisa, porque nós começamos a usar mais quando começamos a plantar verduras e viu que estava errado isso aí e aí descobrimos a agricultura ecológica e logo em seguida já desistimos. Não,

não, eu li um livro que falava sobre agricultura ecológica, daí... Eu encontrei esse livro, foi numa biblioteca! Eu acho que o livro era do Padre Schio. Daí ele (Padre Schio) organizou a juventude rural, ele trabalhou com os agricultores, e ele gostava que as pessoas tivessem informações e lá na paróquia de Antonio Prado sempre tinha uns livros diferentes e nesse tempo eu trabalhava com organização de juventude rural, da diocese de Caxias e daí o Schio sempre tinha uns livros diferentes e estranhos, pra juventude ler, era dele que ele lia, mas depois ele até deixava na biblioteca pra quem quisesse ler e por acaso ele pegou e se interessou, o livro eu não sei o nome, mas era um livro cor de rosa sobre macrobiótica, acho que é sobre a macrobiótica zen e nesse tempo a macrobiótica em Porto Alegre tinha começado um trabalho bom.

E na América Latina falavam muito bem da macrobiótica, no livro tinha um endereço e tem mais livro lá da macrobiótica. A 1ª vez que eu fui lá eu achei fantástico a comida de japonês, eu nunca tinha visto na vida mas eu tinha amado comer aquelas coisas, eu tinha uns 20 anos ou menos talvez, então eu conto né. Essa história... não é que eu estava respondendo a pergunta e daí eu li o livro e falava bastante, deixa eu te explicar direito. Eu li uma parte do livro e depois li todo o livro, mas eu gostei tanto porque eu tinha lido só uma parte do livro, daí eu peguei de volta o livro e li todo o livro e adorei o livro. E procurei em Caxias, porque tinha outras coisas, lá tinha lojas de produtos naturais e tinha restaurantes e eu troquei idéias com eles e estive em Porto Alegre, fui na macrobiótica e comprei mais uns livros da macrobiótica ...

Simone - antes do Padre Schio vocês já faziam agricultura ecológica?

Esposa do agricultor - Não a gente botava veneno e naquela época a gente estava usando mais, porque aí a gente plantava verdura e utilizava o veneno e daí descobrimos... A "Flor de Arroz" (situada em Caxias do Sul) tinha os produtos naturais, a macrobiótica tinha, mas aqui na região não tinha e como eu conheci esse livro eu fui comentando e daí apareceu a Maria José e tinha interesse de formar um grupo e daí o centro ecológico e não sei mais quem apareceram e tinha o meu irmão, porque eu ensinei pro meu irmão e dois irmãos e uma irmã.... eles já comiam natural, eles já eram macrobióticos... Já produziam ecológico. Antes da Maria José e da AECIA. Eles já comiam macrobiótico por causa daquele livro que ele leu. E por causa das viagens que ele fazia a Porto Alegre e ele ia no Rui. O Nélio é pai da agricultura ecológica aqui na região...ele foi produzir agricultura ecológica antes da AECIA, tem que explicar Nélio, isso é muito importante. Não tinha ninguém que produzia ecológico aqui na região.(E 5)

Algumas das famílias entrevistadas mencionam que antigamente, na região, praticamente não se utilizavam agrotóxicos, não fazia parte da tradição de saberes e fazeres locais e pelo referido, a principal instituição responsável pela disseminação dos mesmos foi a EMATER (Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural). Segundo essas famílias, esta instituição ministrava cursos e palestras na região sobre o uso de agrotóxicos e quando questionados pelos agricultores se esses produtos possuíam periculosidade, alguns técnicos chegavam a beber copos de água com agrotóxico misturado, na frente dos agricultores, para provar que os mesmos não faziam mal à saúde.

Existem, ainda, relatos mais precisos dos vínculos entre a disseminação da prática da agricultura ecológica na região estudada e a formação religiosa das famílias ali residentes e que apontam a Romaria da Terra, realizada em 1997, como deflagradora de um processo de “conversão” ao seu sistema de idéias e de valores.²⁷ Nesses casos, novamente o que se destaca é a feição religiosa com que o movimento ecológico é interpretado, tendo como pano de fundo as festas religiosas e as comemorações reunindo os corais nas respectivas capelas, como espaços sociais de disseminação de um sistema de valores ecológicos no interior dos fazeres e saberes locais desses agricultores.

Agricultor - O que me fez mudar foi a Romaria da Terra que esteve aqui em 97, que o lema da romaria era globalização e agricultura ecológica e foi perto daqui de casa e daí a gente falando e refletindo e será que um dia a gente não pode mudar também? E mudou, desde ali pra cá mudou, faz 7 anos que a gente trabalha com isso, a gente já trabalhou com agrotóxico né, a gente usava pouco, mas sempre era um problema se a criança estava lá por perto já era um problema, aí desisti. Aí começamos agricultura ecológica, foi difícil, no início não foi fácil, porque a gente teve que plantar dois anos ecológico e vender como convencional, porque o trabalho, desde a terra tem resíduos e tudo né... mas agora, graças a Deus estamos bem e se virando.

Isso ajudou. Isso influenciou e eu sempre admirei a agricultura ecológica.

O que me influenciou foi também a riqueza que a gente tem na saúde, no meio ambiente, na água, no bem estar social, e sempre eu digo pra todo mundo, aquilo que se come aqui em casa se vende, o que não tem consumo aqui em casa, não pode ser vendido. Porque tem muitos aí que não dão pros animais mas vendem pra CEASA. Aqui a coletividade é igual, igualdade pra todo mundo, isso é ser coletivo. É um trabalho de consciência! (E6)

Ou, ainda,

Agricultora – Foi na Romaria da Terra, para começar, foi sobre agroecologia... em noventa e sete, quem começou foi o Padre Neri, aquela vez que ele reuniu as famílias e só sobramos nós e o José, o resto, todo mundo caiu fora.

Simone – O Padre. Néri ainda está aqui na capela?

Agricultora – Ele é parente, natural daqui, agora ele está em Mato Grosso.

Agricultor – Ele trabalhou em Caxias, em Viamão, e agora foi...

²⁷ Como coloca Leonardo Boff, a teologia da Libertação é, ao mesmo tempo, reflexo de uma *práxis* anterior e uma reflexão sobre essa *práxis*. Mais precisamente, é a expressão de um grande movimento social que surgiu no começo da década de 60, bem antes dos novos escritos teológicos. Esse movimento envolveu setores significativos da Igreja (padres, ordens religiosas, bispos), movimentos religiosos laicos (Ação Católica, Juventude Universitária Cristã, Juventude Operária Cristã, redes pastorais com base popular, comunidades eclesiais de base (CEBs), e igualmente várias organizações populares criadas por ativistas das CEBs; clubes de mulheres, associações de moradores, sindicatos de camponeses ou trabalhadores, etc. Sem a existência desse movimento social não poderíamos compreender fenômenos sociais e históricos de tal importância como a emergência do novo movimento trabalhista no Brasil e o surgimento da revolução na América Central (bem como em épocas mais recentes, Chiapas). (Lowy, 2000, p.56)

Agricultora – Ele convidou os amigos dele, pra começar.

Agricultor – Quatro irmãos dele, mas ninguém desses mudou, daí ele ficou sentido.

Agricultora – Só sobrou nós; nós aqui e eles lá.

Agricultor – Tinha umas seis famílias, eu acho. E sobraram só três.

Simone – O que fez vocês mudarem pra esse modelo de agricultura?

Agricultora – Um pouquinho foi por causa da intoxicação de veneno, nós não podíamos trabalhar com produtos tóxicos, então, depois que veio aquilo lá, nós começamos. O Antônio, o genro, não queria mais trabalhar também. Nós pensamos o seguinte: morrer com veneno e morrer de fome e sem veneno, é melhor morrer de fome sem veneno. Disse: vamos mudar, acho que tem uma solução. Até veio o Laércio, veio a Ana (Centro Ecológico), mulher dele e disse: não é bem assim, devagarzinho a gente vai criando aos poucos. Logo depois saiu uma vaga aqui em Caxias e entregaram pra nós, a feira aqui de Caxias, então pra nós foi um... (E 9)

Outro fator importante que contribuiu para a difusão de todo um sistema de valores e de práticas da agricultura ecológica entre as famílias pesquisadas foi a intensa rede de solidariedade com base no parentesco e na endogamia, a qual garantiu o espaço de influência de familiares próximos que haviam aderido a esse modelo agrícola na região. Esses se revelaram fatores importantes para a sobrevivência tanto cultural quanto econômica das famílias ali residentes.

Agricultor - Eu vi o Itair, lá, começou anos atrás, daí eu vi que ele ganhava um dinheirinho bem na feira, isso e aquilo, e depois começou cansar com esses venenos. É difícil trabalhar com veneno, anos atrás, eu vi que no início tinha que fazer três tratamentos pra ... eu vi que não resolvia, os agrônomos da EMATER diziam: tem que levar pra fora todos os galhos. Daí eu disse: não, eu vou mudar. Eu vou começar a diminuir os tratamentos, porque o pessoal dizia: não, é besteira fazer isso ali. Então eu resolvi diminuir, eu tirei um, depois tirei mais um, dois, tira o três, não tive mais problema.

Simone – O que você tirou?

Agricultor – Cercubim, anos atrás eles usavam Cercubim. Eles faziam o seguinte, na hora que começava a brotar as carreiras, quando tinha cinco centímetros eles queriam passar o Cercubim, três vezes, uma vez por semana, então, eu cansei de passar isso ali, fazia também pra saúde, dava pra sentir que eu ficava meio tonto, às vezes; daí eu resolvi desistir, porque o Itair, até ele me aconselhava: olha não é por aí! E até, ele é vizinho, então fica fácil de pegar o pessoal da ecologia, ele explicava, isso e aquilo. Então, já que eles estavam bem adiantados, sabiam mais do que eu, eu resolvi ver o que eles diziam, acompanhar eles. E depois até os preços da feira, eu vi que tudo aquilo que tu produzia na colônia, tu conseguia ganhar um preço bom, e esse de todas as semanas que tu ganha um pouco então de dinheiro. É melhor assim do que dar o lucro pros outros. Então o negócio é modificar um pouco.

Simone – Mas isso em que ano? O senhor disse que dava varíola nas parreiras...

Agricultor – parreira nova, depois claro automaticamente. Eu desisti um pouco de trabalhar com veneno, e as parreiras ficaram um pouco mais velhas, e elas conseguiram dar a volta tranquilamente, sem precisar dos... até custava meio caro o tratamento.

Simone – O Itair é seu parente?

Agricultor – Sim. É primo. E é irmão do Jamir, mas começou mesmo foi o Itair, depois foi o Jamir; o Jamir é mais novo, e daí eu vi eles lá e fui também. Depois eles até convidaram, se eu queria participar das reuniões, que faziam uma vez por mês, da AECIA, aí, eu resolvi participar, porque na época era só plantar milho, se ganhava pouco e às vezes faltava trigo, soja, então dava pra ver que não se ganhava muito, não, então; não vou desistir, vou ter que lutar. Depois que eu comecei a ver que o Jamir e o Itair, eles evoluíam bastante, compravam uma coisa e outra e eles ganhavam um dinheirinho, então mudei. (E 13)

Em Ipê, outras variáveis parecem ter tido maior importância para a difusão das práticas de agricultura ecológica entre as famílias investigadas. Nos três relatos recolhidos em campo, a questão da saúde ganha destaque especial e, igualmente, o incentivo dado pelo Centro Ecológico, através do grupo da engenheira agrônoma Maria José Guazelli. Houve pouca influência da ação pastoral das igrejas locais.

Agricultor – É, nós aqui é propriedade pequena, como você percebeu, são 5 hectares. Por isso então até antigamente, antes desse movimento ecológico a gente, o pai trabalhava um pouco fora e eu quando comecei no trabalho já trabalhei um pouco fora assim dos 14 até por volta dos 18, 20 anos. E passando daí foi que estamos agora já fazendo 15 anos. Foi há 15 anos atrás que começou o trabalho e apareceram estas oportunidades também desse movimento ecológico e tal e aí que todos nós começamos a se dedicar mais à agricultura e à horticultura assim. E também por ser pequeno, não temos tanta fruticultura e nem tanto terreno com grãos, com milho, feijão, essas outras opções aí.

Agricultor – A Maria José Guazelli foi uma das primeiras incentivadoras de todo o trabalho, aí né que iniciou, até porque nós éramos próximos de onde ela iniciou o projeto ali, né, e ela foi uma das primeiras que nos incentivou.

Simone – E a questão da Igreja? Porque alguns até começaram com grupos religiosos.

Agricultor - Mais foi o pessoal até de Antônio Prado.

Simone – De Ipê aqui não mais...

Agricultor - Mais o pessoal de lá. (E11)

Este relato aponta para uma mudança no status social desses descendentes de imigrantes de italianos na região, de empregados a arrendatários de terra, o que lhes permitiu a escolha de um sistema de práticas em detrimento de outros já enraizados na cultura local. Esses últimos não eram compartilhados por eles e, ao mesmo tempo, naquele momento, não existia a possibilidade de lutar contra esse modelo.

Agricultora – A gente na verdade, antes de vir aqui morar; a gente trabalhava, era empregado, o meu marido trabalhava com veneno no pomar, e daí a gente foi trabalhando, mas aí o veneno começou a fazer mal

pra ele, não tinha mais como ficar. Como a gente tinha um pouco de dinheiro guardado aí a gente comprou esse pedaço de terra aqui, a gente construiu a casa aqui e ali ele foi cuidado por um amigo que trabalha de pedreiro e eu fiquei aqui, sempre plantava, sempre plantei na minha horta, mas não usava veneno, também quando eu trabalhava lá eu não usava veneno. Quem trabalhava com veneno era ele, porque ele era empregado, tinha que trabalhar com aquilo, e depois, há catorze anos, foi em mil novecentos e ... noventa, que ... trabalhava no Centro Ecológico e a Ana ... veio aqui numa manhã e disse: vamos plantar uma horta ecológica, podemos plantar, disse: você não quer trabalhar? Quero, eu disse. Eu ia pra feira com a Maria José e eu achava bom aquilo. E quem começou a fazer os primeiros canteiros foi ela, na verdade. E aí eu comecei. Daí os produtos da cesta viriam pra feira. E daí eu comecei a produzir, eu comecei com brócolis, depois, eu cheguei pra ela, eu quero sim, eu estou gostando, estava crescendo, e a gente alugou um pedaço de terra maior aqui do lado, e eu comecei a plantar, tudo era da horta, era feijão, era rabanete, cenoura, beterraba, tudo essas coisas. E aí eu comecei, gostei e até hoje. Ainda continuo daí. (E 10)

O processo de ascensão social e econômica entre alguns agricultores os faz portadores de novas práticas sociais e culturais no interior de seu grupo étnico de origem. Tais atores sociais agem no sentido da remodelização dos saberes e práticas tradicionais realocados dentro de saberes técnico-científicos em razão de sua formação profissional.

Agricultor filho – Olha, eu me formei em 88 técnico agrícola, que é ensino profissionalizante a nível de segundo grau e aí no colégio eles não tem ênfase nem um pouco voltada pra agricultura ecológica, mas tinha um trabalho se iniciando aqui no ano de 88, 89, exatamente quando eu saí, o pessoal do Centro Ecológico. E aí quando eu me formei, no primeiro ano eu trabalhei no convencional, nós não utilizávamos em larga escala antes de 89, 88, por aí, mas era no sistema convencional. Aí fizemos uma plantação de tomate no ano de 88, 89 e foi mal assessorado, eles deram inseticidas que os insetos já tinham resistência, e perdemos bastante tomate por broca e por vaquinha. E como se fosse hoje, nós íamos aplicando inseticida contra as vaquinhas, o tal de Malatiom e ia passando com o bico da caneta só saía na frente no bico da caneta e os tomates lá atrás das vaquinhas. Então era um produto que já tinham resistência, principalmente a vaquinha, que é um mastigador. Então esse produto não surtiu efeito e a mãe que não podia, que dava dor de cabeça, não podia nem chegar perto.

Agricultor Pai – É, eu aplicava e ela não podia mais agüentar e eu ficava na minha, só que não agüentava mais também, mas depois daquilo ali nunca mais.

Agricultor filho – é, e aí não podia chegar perto dos produtos por causa do cheiro que a maioria dos produtos exalam, porque os produtos são absorvidos pela pele, pela respiração, então uns não podiam chegar perto da lavoura e o produto químico não mostrou efeito e como já estava iniciando um trabalho aqui, mudamos em 88, 89 foi a transição do convencional pro ecológico. Eu me formei em técnico agrícola e depois que voltei só plantei um ano convencional, depois já parti para linha ecológica.

Simone – Mas e como é que tu ficaste sabendo da agricultura ecológica?

Agricultor Filho – Porque o município aqui na verdade é um lugar pequenininho, então não é uma cidade grande e o pessoal a maioria se

conhece e tudo e há um movimento ecológico aqui na cidade de Antônio Prado e Ipê e o pessoal do Centro Ecológico junto com os agricultores.

Agricultor pai – o Jorge.

Agricultor filho – Mas o Jorge veio depois, A Ana Meireles, o Laercio, A Maria José. O pessoal na verdade....

Simone – E tu começaste em que ano mesmo?

Agricultor filho – 89 por aí.

Simone – E esse pessoal estava fazendo palestras?

Agricultor filho – É. Nessa época exatamente.

Simone – E o Padre Schio, não sei qual seria a participação dele?

Agricultor filho – O padre Schio sempre foi um padre de visão muito aberta, um incentivador dessa linha mais natural, linha ecológica, bastante batalhador, um padre muito ativo, ele tem muitos méritos nessa questão toda.

Simone – Mas assim, tu achas que ele seria mais referência, a pessoa dele do que a da Maria José Guazelli e os outros que trabalhavam no Centro Ecológico?

Agricultor filho – Eu não diria mais ou menos, eles pegaram juntos, o Schio junto com o pessoal do Centro Ecológico. Um apoiou o outro na verdade.

Agricultor pai – Na parte técnica era a Guazelli.

Agricultor filho – É, na parte técnica era a Maria José. O Schio é um incentivador dos jovens mais em Antônio Prado, agora a AECIA abrange dois municípios, abrange Ipê e Antônio Prado. Então ele batalhava mais a questão de Antônio Prado. Então acho que pegaram juntos, o Centro Ecológico, o Padre Schio, os jovens também. Nelson, Nélio, Itair Vigolo, todos têm os seus méritos. Aí o trabalho se difundiu bastante. (E 16)

4 VISÃO DE MUNDO E ESTILO DE VIDA, A QUALIDADE DE VIDA ENTRE AS FAMÍLIAS DE DESCENDENTES DE ITALIANOS EM ANTÔNIO PRADO E IPÊ (RS)

O conceito do que seja qualidade de vida²⁸ para cada um dos entrevistados teve respostas bastante diferenciadas em alguns pontos, apresentando algumas recorrências em outros. De forma geral, 75% dos entrevistados associaram o conceito de qualidade de vida ao “fazer uma agricultura saudável para nós e para quem vai consumir”. Os aspectos ligados a ter saúde, respeitar o meio ambiente, estar em um ambiente saudável, foram citados por 31% dos entrevistados.

A questão de uma “boa remuneração” foi relatada por 37,5% das famílias visitadas e “ter o mínimo necessário para viver” por 25%.

A maioria dos entrevistados acredita que em comparação com cinco anos atrás a sua qualidade de vida melhorou. Apenas um dos agricultores respondeu que continua a mesma coisa. Ao serem indagados sobre se nos próximos cinco anos sua qualidade de vida iria melhorar ainda mais, a maioria respondeu positivamente, com exceção de um dos entrevistados que acredita que a situação continuará igual.

Agricultora – Vou demorar uns dois dias pra responder...a gente quer ter liberdade e poder fazer as coisas que se gosta e poder ter uma alimentação que a gente gosta de comer, e também respirar um ar puro, tem uma série de coisas pelas quais tu podes te sentir bem fazendo aquilo.

²⁸ “A qualidade de vida é tanto objetiva quanto subjetiva, cada eixo sendo o agregado de várias dimensões, sendo elas: bem-estar material, saúde, produtividade, relações familiares e de amizade, segurança, comunidade e bem-estar emocional. A dimensão objetiva compreende medidas culturalmente relevantes do bem-estar objetivo. A dimensão subjetiva compreende a satisfação promovida pelas dimensões e avaliadas na sua importância para o indivíduo” (CUMMINS, 1999, p.35-36 apud ASMUS, Rosa Maria, tese de doutorado, Universidade de Brasília, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2004).

“Sen, (2000) define qualidade de vida a partir de dois conceitos: capacitação (combinações possíveis de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser) e funcionalidades (as várias coisas que uma pessoa faz ou é). Assim a qualidade de vida pode ser avaliada em termos de capacitação para conseguir funcionalidades, das mais elementares (nutrir-se adequadamente, ter saúde, abrigo, etc) às que envolvem graus maiores de necessidades (auto-respeito, integração social, participação na vida da comunidade). Dito de outra forma, a capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que elas tem a seu favor e que a dispõem para ser. As oportunidades são dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes”. In: ASMUS, Rosa Maria, tese de doutorado, Universidade de Brasília, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2004).

Usar uma roupa que gosta que não esteja apertando, morar numa casa...a palavra que traduz seria liberdade. Acho que é isso aí e as convivências com outros seres no dia a dia e com a natureza em geral e com outras pessoas que não pensam do mesmo jeito que a gente pensa.(E 5)

Das famílias investigadas, 31% dos entrevistados atribuem alguma importância à liberdade de escolha diante das possibilidades que a vida social se lhes apresenta. Liberdade de ser do jeito que se é, de produzir da forma como se quer, de professar a fé que se deseja, mas no sentido de que tal liberdade de escolha não se contraponha à vida cotidiana de sua própria comunidade. No universo de associados da AECIA, 25% deles consideram importante a manutenção de boas relações entre as famílias locais vizinhas tanto quanto para o caso de parentes pertencentes a uma mesma família. Sobre este aspecto, Velho (1987,p.25) considera que o processo de individualização não se dá fora de normas e padrões por mais que a liberdade individual possa ser valorizada. “Quando vai de encontro às fronteiras simbólicas de determinado universo cultural - ou as ultrapassa –, ter-se-á, então, provavelmente, uma situação de desvio com acusações e, em certos casos, estigmatização”. Poder-se-ia dizer que há regras para a individualização, mais ou menos explícitas.

Agricultor – É trabalhar ecológico, acho que é qualidade de vida sim, porque tu não está no meio do veneno, do agrotóxico. Qualidade de vida pra mim é ter um plano de saúde, qualidade de vida é ter horário de trabalhar e ter horário de terminar, não ser aquela coisa só trabalho, ter tempo no fim de semana pra lazer, pra família, e também estar participando daqui da Igreja, nós que somos de uma região assim que é católica, participar da vida da Igreja, para mim é fundamental, alimentar a espiritualidade também, não adianta pensar só no trabalho, mas estar assim de bem com os familiares, com os vizinhos, com a comunidade e, qualidade de vida também... na Prefeitura, assim eu acho que é poder participar e ver que consegue chegar ao objetivo de certos trabalhos. Só que às vezes, é um pouco fora, mas, as coisas públicas não conseguem dar uma qualidade de vida que nós precisaríamos pras famílias, tanto do interior como da cidade, mas, tudo que a gente faz, eu acho que, nesse trabalho da agricultura ecológica tem melhorado muito a qualidade de vida da nossa família. (E 7)

O entrevistado do relato acima foi eleito, a partir do ano de 2003, vereador pelo PT (Partido dos Trabalhadores), no município de Antônio Prado, ele é o único representante ecologista na câmara de vereadores local. Os associados da AECIA fizeram campanha para E7 a fim de que tivessem representação política na cidade. Apesar de sua esposa julgar que ele gasta muito financeiramente (inclusive o que

ela ganha com a venda de artesanato) com reuniões políticas que a seu ver “não dão em nada”, ele continua atuante na comunidade em prol da difusão de uma nova visão política em nível municipal. Interessante notar a menção aos itens: “alimentar a espiritualidade”, “ter um plano de saúde” (lembrado, também, pelo nono entrevistado) como parte das condições para uma melhor qualidade de vida na região. Esses últimos aspectos estão relacionados ao fato de que, na época da entrevista, a mãe deste agricultor estava muito doente, fato que o obrigava a viajar toda semana a Caxias do Sul para acompanhá-la em exames e tratamento médico (logo depois ela veio a falecer). Situação que acontece, igualmente, com outras famílias aqui pesquisadas. Os fatores: “estar assim de bem com os familiares, com os vizinhos, com a comunidade” e “poder participar mais” (aspecto também mencionado por outros entrevistados) podem ser pensados em termos das redes de solidariedade que configuram a trama da vida social dessa comunidade. Essas redes permitiram a seus membros sobreviver em épocas de crise e penúria diante das condições frágeis em que estavam no exercício de seus direitos como trabalhadores da área rural. Ao longo deste capítulo, e dos outros, pode-se observar que esses produtores rurais viviam uma situação bastante desprotegida, comercializavam seus produtos através, muitas vezes, de intermediários (atravessadores) ou os vendiam diretamente para o CEASA. A adoção da agricultura ecológica lhes trouxe, além de seus méritos intrínsecos (melhoria da saúde, dos recursos naturais, maior autonomia), a possibilidade de comercializarem seus produtos a preços mais condizentes com o valor da sua força de trabalho.

A participação em entidades locais, como a AECIA, é um fator fundamental para esses agricultores, em termos de garantia da manutenção da qualidade de vida de suas famílias. Ela representa um fator essencial na inclusão aos processos de certificação e comercialização de seus produtos, o que se verifica mais adiante, nos capítulos referentes a esses temas. Em muitas épocas do ano, as reuniões da AECIA deixaram de ser mensais para se tornarem semanais e ainda existem encontros com o pessoal do Centro Ecológico, com a Coolméia, Rede ECOVIDA, Cooperativa Pradense, comitês da prefeitura, reuniões que ocorrem nas capelas de cada comunidade, etc. O fato de estarem conectados a muitas redes produz um diferencial importante na vida desses agricultores.

Agricultor – Pra mim qualidade de vida é ter condições de viver bem assim, acho que não passando por dificuldades, nem financeiras, nem... acho que qualidade de vida é tu estar em um ambiente saudável, onde tu possas trabalhar, se satisfazer com teu trabalho, pensando não pra ti próprio, mas num todo, acho que pensando em nível universal; qualidade de vida é uma coisa muito ampla, é vasta. Mas em termos de qualidade de vida ao produtor, eu acho que teria que ser remunerado, ele teria que ter capacidade de sei lá, já que ele não têm as mesmas condições dadas por uma cidade, por uma metrópole, onde tu tens acesso à educação, a cinema, a esporte, a lazer, mais cultura também, pelo menos teria que ganhar remuneração suficiente pra poder se deslocar e acessar esses recursos, essas coisas assim...que a sociedade tem. Eu acho que isso é um fator fundamental, todo o ser humano tem o direito de evoluir independente de onde ele se encontra, isso seria a premissa básica da qualidade de vida pro agricultor, eu acho que o agricultor por ser um trabalho mais braçal, mais físico, não é que ele não precise ter conhecimento, eu acho que acesso à escola, acho que tem o mesmo direito. E depois a pessoa pode também optar onde quiser. Eu acho que às vezes há muito uma política em cima disso: ah... o cara que nasceu na terra, tem que ficar na terra, porque senão vai pra cidade, inchar a cidade, não sei o quê. Mas isso deveria ser uma coisa preferencial da pessoa, se ela quer ficar fica; se não quer não de uma forma... têm muitos casos, em determinadas regiões que as pessoas são forçadas a sair do campo, mas em função dos fazendeiros que tomam posse da terra ou vão comprando as áreas. São obrigados, mas quando há opção da pessoa fazer a escolha, dos dois lados, tanto a pessoa urbana que está cansada da cidade, que pudesse ir pro campo numa boa, e vice versa. Acho que essa liberdade, acho que é por aí. Se a pessoa fica, mesmo quem fica só no interior, no campo, às vezes satura, se a pessoa sai, sai pra cidade, pra outros lugares, tem acesso, talvez ela não fique tão, com tanta vontade de sair, de ir pra cidade, ela não fica tão, criando muita fantasia, porque às vezes a pessoa vai uma vez pra cidade aqui, e acha um encanto, mas quando tu conheces o inverso, o todo, o geral, tu vêes que a coisa não é bem assim, e então, se tu participas das duas, tu vais e volta, aqui não sente muita diferença, de estar em um lugar ou outro. Mesma coisa quem está só na cidade, está sempre ali, não tem oportunidade de sair, ir pro campo, ir pra uma praia, outro lugar mais afastado, retirado à pessoa fica neurótica, eu acho que essa condição seria ótima.(E 8)

Em geral, as famílias dos agricultores com as quais trabalhei possuem um ou dois membros engajados em todas as atividades relacionadas à produção agrícola, e, talvez, por este motivo, 31% dos entrevistados considerem que as horas dispensadas à família e ao lazer são indicadores da qualidade de suas condições de vida. O acesso à educação, a cinema, esporte, lazer, cultura, como fonte de qualidade de vida, também foi mencionado pela décima família entrevistada.

Esses aspectos revelam uma visão de mundo cosmopolita dessas famílias de agricultores que aderiram à agricultura ecológica. A possibilidade para o agricultor de ficar ou não no meio rural ou urbano e, assim, realizar um processo de mobilidade social entre estes dois mundos, mencionada acima pelo entrevistado, faz com que se pense a ruralidade como um processo dinâmico de constante

reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, como bem situa Carneiro²⁹ (1998). Muitos dos agricultores entrevistados já viajaram e até estagiaram no exterior, motivados pelo seu engajamento em algumas das entidades que promovem a difusão da agricultura ecológica entre as famílias locais. Esse cosmopolitismo passa pelas agências com as quais os agricultores estão envolvidos, como o Centro Ecológico, a Coolméia, a AECIA, as quais recebem visitantes de diferentes regiões do mundo, possuindo intercâmbio com várias entidades. Por esse motivo, alguns agricultores ecologistas são mais participativos e, portanto, “mais engajados” a essas instituições. Já, outros têm menor grau de envolvimento e, ao mesmo tempo, características mais representativas de sua tradição cultural local.

O relato supracitado pertence a um agricultor cuja trajetória social é peculiar, pois contempla viagens ao exterior para participar da BIOFACH (Feira Internacional de Produtos Orgânicos), em 2004, na Alemanha. Na seqüência desta viagem, esse produtor esteve na Itália, conhecendo um pouco da realidade dos agricultores daquele país. Outros associados da AECIA fizeram estágio na Suécia, com os agricultores ecológicos de lá. Essas viagens ao exterior são parte de um campo de possibilidades no qual se origina todo um processo individual de adoção a uma prática de agricultura ecológica no interior da comunidade de origem, detentora de outras heranças sociais e culturais para o caso das tecnologias de produção agrícola. Os agricultores associados à AECIA recebem muitas visitas, dão palestras, participam de cursos, possuem organizações em forma de redes sociais, além de conviverem com pessoas do mundo inteiro, através de estágios promovidos pelo Centro Ecológico de Ipê. Tais dados de suas trajetórias sociais permitem que se observem suas diferenciações em relação a outros conjuntos de agricultores do estado do Rio Grande do Sul. Dessas trajetórias singulares é que deriva a idéia da qualidade de vida, presente em alguns dos depoimentos colhidos em campo, associada a uma aproximação entre dois mundos pelos quais transitam: o mundo rural e o urbano.

²⁹ Carneiro (1998, p.61): “Tal processo implica um movimento em dupla direção no qual identificamos, de um lado, a reapropriação de elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os vínculos com a localidade. Desse encontro, como observa Rambaud, nasce uma cultura singular que não é nem rural nem urbana, com espaços e tempos sociais distintos de uma e de outra (Rambaud, 1969:32).

A distância entre esses dois mundos, para eles certamente é muito menor do que para outros agricultores que não passaram pelas mesmas experiências.

Agricultor - Olha, eu entendo qualidade de vida, na verdade cada um tem seus conceitos, é bem difícil de responder essa pergunta, porque é muito ampla. Qualidade de vida eu vejo a questão da pessoa ser, é uma pessoa ser feliz, é estar bem. É lógico, sempre tendo os problemas, mas não com muitos problemas. Se nós tivéssemos políticos ao nosso favor, tivéssemos estrutura material suficiente, a nossa qualidade de vida melhoraria muito mais, se tivéssemos políticas voltadas ao nosso favor, tivéssemos estradas no interior, se os prefeitos batalhassem ao nosso favor, nas estradas. Passa às vezes anos e as estradas esburacadas. Maquinário hoje em dia é um absurdo. Quem produz máquinas agrícolas não paga tudo que é imposto, eles têm certos benefícios, mas mesmo assim é um preço exorbitante. Qualidade de vida é tu estar estruturado, viver bem, viver em harmonia consigo e com o semelhante, entender o processo. Só que hoje em dia não se tem qualidade de vida porque a gente não entende o processo, a gente é atropelado, não tem apoio de uma prefeitura, de cascalhar, ajudar, subsidiar uma máquina. Mas hoje em dia não existe subsídio, nada. Tu vais contratar uma hora de qualquer coisa é 80, 100 reais de um trator. Tu vai pras estradas, tu acaba com o teu pneu, acaba com o teu automóvel. São poucos os benefícios, é difícil. Eu sinto qualidade de vida... eu estou contente porque um processo que não agride, eu dou valor pro cantinho de terra que nós temos, procuro melhorar, tentar ficar bonito, tentar embelezar ele. Você tem que tentar ser feliz no ambiente que tu estás. Isso é qualidade de vida. Nós estamos batalhando pra isso, melhorando o nosso solo, limpando o nosso riozinho, não poluindo, tratando nosso animalzinho da forma ecológica, procurando carrear o nosso gado, que hoje a gente sabe que o pessoal aplica tudo que é... Então isso é qualidade de vida.

Simone – Em comparação com 5 anos atrás, vocês acham que a qualidade de vida da família de vocês melhorou?

Agricultor – É, nós melhoramos consideravelmente, nos estruturamos melhor, maquinário e tudo, estamos entendendo melhor o processo e estamos agora fazendo uma reforminha na casa, pra nos sentirmos melhor e nós recebermos as visitas. Melhorou consideravelmente, tanto material como... estamos melhor. Com certeza, é uma evolução, qualidade de vida é uma evolução, tu não atinge de um dia pro outro. Na verdade, qualidade de vida é um despertar. Tudo é questão de a gente se sentir bem no ambiente que a gente está, pelo menos.

Simone – E a expectativa de vocês com relação aos próximos 5 anos, a qualidade de vida vai melhorar, vai ficar igual, pior?

Agricultor – A minha idéia é assim que acabar de fazer mais uns dreninhos meio ilegal pela lei, mas necessidade minha de sobrevivência, nós pretendemos ampliar o nosso pomar. Nós pretendemos plantar caqui que é uma coisa que nós não temos, ampliar o pêssego, então ampliando essas fruteiras aí, eu creio que vai melhorar, quem sabe até nós termos uma estufa, colocar mais uma ou duas, seria muito benéfico por causa da rotação de culturas. Eu espero ampliar isso e acabar a casa aqui, quem sabe ter uma casa na cidade pra passar o fim de semana lá. Então a perspectiva é que as coisas melhorem.

Agricultor Pai- E trazer uma companheira para você, filho...

Agricultor filho- Pessoal está pegando no meu pé. Eu já estou com trinta anos. (E16)

Novamente, fica evidente a questão de produzir uma agricultura saudável, respeitando o meio ambiente, igualmente para os entrevistados do município de Ipê. Esse aspecto se traduz numa alimentação de melhor qualidade. Particularmente, para o entrevistado acima, o tema qualidade de vida também está associado a um processo de acumulação de capital, modernização dos processos produtivos dentro da agricultura, ampliação de investimentos e da capacidade de consumo cultural, ou seja, todo um sistema de ascensão econômica e social pela via de adoção de novos padrões de consumo e comportamento na linha do “politicamente correto”, a qual é difundida pelas ações das entidades ecológicas na região. A falta de incentivo por parte das políticas públicas no sentido de favorecer a agricultura ecológica e a reclamação sobre o estado das estradas é uma demanda de muitos agricultores, inclusive em respostas a outras perguntas. O município de Ipê, particularmente, possui estradas em piores condições do que o de Antônio Prado. A questão de maquinária agrícola foi citada por apenas dois agricultores mas, alguns produtores, em outras perguntas, também falaram sobre a questão. Esse fator está ligado à idéia de modernização que ainda está presente entre alguns agricultores, ou seja, agricultura ecológica não implica a idéia ingênua de um retorno à natureza e uma volta a tecnologias rudimentares de apropriação dos recursos naturais.

Ao final do relato se torna evidente a pressão da geração mais velha para que a mais nova se case, constitua família e procrie como forma consagrada para que toda uma tradição local possa ser repassada. Conforme se mencionou no capítulo anterior, a base fundamental das formas de trocas sociais entre os moradores locais é a unidade familiar, logo, pessoas com mais de 30 anos, solteiras, são raridade na região. E quanto mais o tempo passa maior é a pressão para que se casem.

E – Acho que qualidade de vida seria viver em um lugar que consuma quanto menos produto químico, quanto menos melhor.

S – E fora isso, não sei se teria outras coisas assim?

E – Fora isso eu acho que, o que eu vou falar. Acho que qualidade é poder melhorar também, poder trabalhar menos na época de safra. Bom se vier a ganhar um pouco mais trabalhando um pouco menos. Na época da safra a gente trabalha bastante, serviço pesado e aí depois no inverno é que baixa o trabalho e dá pra dar uma descansada.

S – E mais alguma coisa assim que tu lembres, que pra ti assim represente qualidade de vida também?

E – Bom é, eu gosto bastante de morar longe da cidade, barulho, isso é muito valioso também. (E4)

Esse agricultor de Ipê lembrou da questão do silêncio como fonte de qualidade de vida, mas outros associados falam também na questão de viver em harmonia consigo, com os semelhantes e com a natureza e, ao mesmo tempo, sentindo-se bem no ambiente onde vivem. (E4)

Nesse depoimento é visível a oposição cidade/urbano/cultura em relação à campo/rural/natureza como parte das representações de qualidade de vida desse agricultor.

Nos próximos parágrafos relatam-se alguns aspectos da visão de mundo desses produtores, tendo como base as respostas dadas a algumas questões do questionário aplicado.

Uma das perguntas objetivas era relativa à situação atual e às expectativas futuras dos agricultores em relação à qualidade de vida, renda familiar, trabalho/atividade e meio ambiente local. Alguns produtores consideraram meio ambiente local, o da região, outros, o da propriedade, o que não deixa de ser uma visão singular. Do ponto de vista científico, esses dois meios físicos estariam inter-relacionados continuamente³⁰. No tocante ao espaço das suas propriedades, todos acreditam que a situação do meio ambiente melhorou.

Logo abaixo estão os itens investigados e os resultados.

Tabela 1
Situação atual e expectativas futuras dos agricultores em relação à qualidade de vida, renda familiar, trabalho/atividade e meio ambiente local

Em comparação com 5 anos, hoje, para o(a) sr.(a) e sua família ?

	Qualidade de vida	Renda Familiar	Vida comunitária	Trabalho/Atividade	Meio ambiente Local
1. Melhorou	* 93,75%	93,75%	81,25%	81,25%	69%
2. Mesma coisa	6,25%	6,25%	12,5%	12,5%	
3. Piorou			6,25%	6,25%	31%
4. Não sabe					

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

* Percentagem relativa ao total dos agricultores entrevistados.
n=16

³⁰ ver ODUM, Eugene P. Ecologia. O Princípio das Propriedades Emergentes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988, p. 3.

Observa-se, na Tabela 1, que a qualidade de vida e a renda familiar, de forma geral, melhoraram. Em relação à dimensão do trabalho, um dos entrevistados citou que piorou em função do aumento de mão-de-obra e da atividade física. Mas, analisando-se as respostas das famílias pesquisadas no seu conjunto, observa-se que a maioria considera que, apesar do fator já citado, este quesito melhorou por não possuírem mais contato com agrotóxicos. A vida comunitária para três dos 16 entrevistados, continua a mesma coisa e um deles diz que piorou, e os motivos de não ter melhorado estão ilustrados nos relatos abaixo.

Agricultora - Essa mística da cooperativa AECIA, a gente tem um grupo muito coeso, muito legal, a gente briga, briga, mas a gente se entende, agora, a vida aqui na região da capela, nós estamos sempre mais distante desse povo, porque é um povo que planta com veneno, que tem uma outra visão de futuro, que só pensa em trabalhar pra juntar dinheiro, eles acham que a gente ...porque imagina se eles soubessem que você veio aqui, mas onde é que foram levar aquela mulher, eles não tem um pingão de vergonha trazer uma mulher de Porto Alegre naquele casebre sujo e poluído que eles moram. (E 5)

Nesse depoimento temos a revelação da disputa existente entre os moradores locais a respeito das formas de vida social que seus sistemas de práticas produtivas, ecológicas ou não, instauram na região. Adotar a agricultura ecológica é se posicionar neste espaço de disputas pelo poder local à medida que este aufere legitimidade ao saber desse grupo, ainda minoritário.

Agricultor - Não sei, eu quase falei primeiro disso, mas tu explicarias um pouquinho melhor pra ver se eu posso falar. Nisso aí me apareceu uma palavra, uma idéia que eu acho sempre mais difícil, que é vida em comunidade, porque se tu convidar o pessoal pra uma reunião, que é importante, que é...Eles não querem saber, porque não vale a pena...

Simone – O pessoal está meio desacreditado, de tudo.

Agricultor – Se tu fizer o seguinte, tem uma reunião que tem um churrasco, aí vai todo mundo, é de graça o churrasco que se faz, de pagar nunca. São poucos os que vêm. (E13)

Pelo exposto, as negociações entre os agricultores na tentativa de superar os conflitos locais devem se ancorar no uso das formas de sociabilidades tradicionais existentes entre eles.

Agricultor filho - Vida comunitária, na verdade, pra nós é um processo que eu não queria adentrar. Graças a Deus hoje em dia até que diminuiu, mas no início nós éramos muito boicotados. E agora nós somos até certo ponto boicotados pelas duas mudanças que nós fizemos: por ser ecológico e agora por ser evangélico.

Agricultor pai – E pobre.

Agricultor filho – Pobre até certo ponto, até como tu analisa, porque pela pergunta que tu fez: o que é qualidade de vida. Qualidade de vida tu não podes só ver a questão monetária, financeira, porque se tu for ver os nossos vizinhos, até eles estão melhor, muitos, nem todos, mas a grande maioria está melhor. Financeiramente, mas a questão de compreender o processo de saúde, do bem estar, esta questão, eles estão pior. Eu sofri muito por ser ecológico e por ser evangélico, porque aqui por ser de origem italiana todo mundo é católico, ou melhor, são pulso meio firme, eles são meio radicais, o pai segue o filho, não admitem mudança, eu agradeço a Deus que toda a família nós mudamos pro evangélico, aprendemos a respeitar, pelo menos nós, o semelhante, embora não sei se somos correspondidos, porque é o livre arbítrio, cada um faz o que quer, mas às vezes essa do livre arbítrio nem todos compreendem, né. Na cidade pequena o catolicismo manda, por ser todo mundo de origem italiana, onde a igreja dita as normas, o padre manda, então o contexto é diferente de uma cidade grande para uma cidade pequena. Influência da igreja católica aqui é muito forte.

Simone – Mesmo assim tu achas que a vida comunitária melhorou?

Agricultor filho – É que a minha vida comunitária mudou, na verdade, por que eu deixei de participar aqui na minha capela, no interior. A minha vida comunitária agora é com pessoas da minha religião que a maioria mora na cidade. Melhorou, não sei, ela mudou, na verdade. Porque, imagina, tu vives em uma capela, já tu e de outra religião, é difícil, e onde ninguém é ecológico, então tu vai lá pra fazer o que? E onde tu viu até ao longo do tempo que tu melhorou até certo ponto em qualidade de vida, mas financeiramente às vezes, até certo ponto deixa a desejar, comparando com eles. Não é que nós estejamos mal, mas comparando com eles que em questão de 10, 15 anos mudaram muito, porque eles detonam tudo e plantam maçã por tudo, se tu analisa as propriedades aí, estão cheias de patamar, morros cheios de patamar. Alguém vem, o ministério público dizer, eles deviam ver, onde eles nem estão aí, derrubam mato, onde não respeitam a vizinhança, tipo a maioria das propriedades, tipo lá em cima, tinha um mato de 10, 15 anos, detonaram. Nós, pra não comprar briga com eles, não denunciemos. O vento ali não vem muito, mas imagina se fosse um pedaço mais perto. Agora o vizinho disse que vai detonar em cima daquele morro lá, tu achas que alguém vai ver? Não. Agora se é ecológico são capazes de denunciar se tu desmata alguma coisa. Mas eles já estão falando. Agora, de repente se ele fizer lá em cima, vou tentar falar numa boa, quem sabe eu seja forçado a denunciar, só que se eu denunciar eu vou comprar briga com a vizinhança. É muito difícil de lidar. Imagina desmatar lá em cima, tem os pêssegos lá perto, com o vento, então é difícil. É difícil então participar com a comunidade. Ela não te entende. Comunidade é conviver com os afins e se tu não tens afinidade, tu muda da tua comunidade.

Agricultor pai – Porque eles visam muito lucro imediato, nós não, quando nós vivemos com a consciência com Deus e com o próximo, não. (E 16)

É interessante observar os conflitos internos vividos por essas duas gerações de agricultores descendentes de italianos com relação à tradição de origem de sua prática agrícola, poluente, e a adesão a outros saberes e fazeres diferenciados de seus antepassados e da comunidade local. Tais saberes e fazeres novos precisam ganhar legitimidade no interior do antigo sistema de práticas sociais, o que acarreta

a todos um intenso e desgastante processo de negociação de realidade entre os “desviantes” e essa comunidade.

Quanto ao meio ambiente local, enquanto 11 associados acreditam que melhorou, cinco concluíram que a situação está pior. Na seqüência, tem-se as visões dos dois tipos de opinião. Alguns agricultores têm domínio dos saberes e fazeres técnico-científicos (coleta de lixo, presença de resíduos sólidos nas margens de rios e arroios, agrotóxico nas fontes de águas locais, desmatamento) e conseguem articular em suas narrativas, um outro campo de conhecimento que não seus saberes tradicionais. Ao mesmo tempo, há outros que, algumas vezes, parecem apenas repetir parte das falas dos técnicos com que entraram em contato ao longo de seu processo de adesão à agricultura ecológica. Acredita-se, no entanto, que esses aspectos, no caso desse grupo em particular, não chegarão a alterar significativamente a estabilidade de adesão às novas práticas agrícolas. Algumas das razões das diferenças internas entre eles têm ligação com as distintas trajetórias sociais experimentadas por esses indivíduos. Os que aderiram à agricultura ecológica no início do movimento incorporaram maior número de conhecimentos relativos à área, seja do ponto de vista técnico, político ou social.

Agricultor - Pelas tendências e pelas leis que existem deve melhorar, acho que deve dar uma baixada no agrotóxico. (E6)

Agricultor – Melhorou, porque com essas leis a FEPAM, a PATRAM, estão sempre por aí e pararam de ser cortadas árvores aqui na nossa região, de cinco anos pra cá, se alguém corta, alguém denuncia e aí a pessoa não corta mais; então melhorou. No entanto, a qualidade de água acho que piorou, porque as águas estão mais poluídas, é muito veneno. (E7)

Agricultor – A gente fez um trabalho com coletas de lixo, né. Via prefeitura a gente ensaca, põe no saco os papéis, latas e trazia aqui pra capela e eles vinham pegar. Então foi feito um trabalho em cima disso também e melhorou assim um pouco o cuidado. Apesar de que hoje em dia é muito plástico, embalagem e a própria gurizada vem de ônibus e joga na beira das valetas e frasco. Está sendo um problema, sabe.

Simone – É. É um problema pra todo mundo isso aí né.

Agricultor marido – É um problema. Na verdade mesmo a questão de lixo piorou até, porque cada vez estão sendo maiores os problemas.

Agricultora esposa – É porque mais vem né.

Agricultor marido – Maiores problema pras águas porque quando tem as enxurradas, sobe... Aqui não tem, mas tem riozinhos aí que tu só vê sacola pendurada nas raízes das árvores. (E15)

Agricultor – Eu não sei, meio ambiente eu falaria sobre o lixo. O lixo melhorou bastante, porque o pessoal antigamente queimava, jogava fora, plástico aqui, plástico ali, agora não se vê, o pessoal melhorou bastante, só que tem um erro, a Prefeitura esses dias aqui parece que, foi há vinte

dias atrás, foi meio difícil juntar o lixo que tinha na comunidade, estava lá ensacado, os cachorros mexendo, espalhando lixo por tudo que era canto, plástico e foi demorado levar aquele lixo, não sei se não vai dar problema amanhã ou depois. Talvez a Prefeitura não venha mais recolher o lixo, pelo que eu estou vendo não é de duvidar.

Simone – Mas ali era lixo seco? Plástico?

Agricultor – Sim, plástico. Agora meio ambiente tu diria agrotóxicos? Águas eu vi conversa que está meio enfeando um pouco, porque dá pra ver que águas, vertentes que nem tinha uma vez não tem mais.. não sei se é por causa do poço artesiano, alguma coisa, mas parece que a água piorou e estão falando que não é mais água que nem antigamente, que é boa pra tomar, tem que tratá-la, construir poço artesiano, a água está complicando.

Simone – E se pegar no geral, ...

Agricultor – Eu acho que, apesar de que as leis estão segurando o cara em linha, piorou um pouquinho, porque se eu observar os rios não tem mais peixe que nem uma vez, sinal que alguma coisa de tóxica foi no rio pra não ter peixe, e tem alguns aí, alguns probleminhas. Eu diria que invés de melhorar, piorou. Porque antigamente não tinha tanto esses abusos de veneno que tem em volta, apesar de que estão tudo em cima, cuidando, mas mesmo assim, é que não adianta, aumentou a área de cultivo, então eles são obrigados. É a mesma coisa, eu falei pro Nereu, aquele parreiral ali seis hectares, sete; tu vai limpar com enxada, tem pedra, adubação verde, é difícil de fazer; não sei o que lá. Sei que.. não adianta. Se tu olhar em diversos pontos está pior. Algum é melhor, mas tem muitos que a coisa está pior.(E 13)

Agricultor filho – Piorou bastante porque o pessoal está utilizando mais química e estão desmatando, às vezes não por necessidade, mas por falta de entendimento.

Agricultor pai – Por ganância.

Agricultor filho – Por ganância mesmo. Estão desmatando, às vezes nas encostas, chegam a fazer patamar pra plantar macieira, já tendo macieira praticamente o suficiente. Então o pessoal, às vezes, falta consciência, de cuidar da erosão, essas coisas. Se tivesse necessidade pra sobreviver, tudo bem desmatar, mas não é necessidade, é ganância. Então piorou bastante. Embora depende se tu considera quantos anos?

Simone – Pode ser 5 anos pra cá.

Agricultor filho – 5, 10 anos piorou. Na verdade piorou por causa dos químicos, mas a área verde está boa. Antigamente eles faziam roçados nas encostas, hoje em dia a pessoa não sobrevive mais plantando milho e feijão, fazendo roçada. O latifundiário trabalha com máquina, então tu não consegue competir. Hoje em dia é fruteira. Pessoal consegue sobreviver por causa das frutas.(E 16)

Agricultor – Eu acho que melhorou né, na propriedade, porque não se usa mais produto químico nas terras, as águas também, não tem mais o problema de botar produto químico.

Simone – Se tu pensares na região tu achas que melhorou, piorou o meio ambiente?

Agricultor – Eu acho que a tendência é ter piorado. Se for pensar os produtos químicos, a tendência é cada vez mais ter resíduo nas águas.(E4)

Alguns informantes possuem um discurso articulado através de razões e argumentos sobre a melhora ou piora da qualidade ambiental. Determinados agricultores comentam as obrigações e deveres dos órgãos públicos no que tange às formas de preservação e conservação do meio ambiente; outros apenas

mencionam o sistema de leis e a coerção como aspectos que foram importantes para a melhoria da qualidade de vida na região. Muitos têm em mente a importância da sua ação concreta no mundo para modificar a situação ambiental de sua região. Dentre eles, há os que associam essa importância a obrigações dos poderes públicos e a todo um sistema de leis criado para a proteção ambiental. Todos esses aspectos representam graus distintos de inserção desses colonos a uma idéia de modernidade, como sujeitos históricos, éticos, morais e como parte de seu *modus vivendi* absolutamente permeado pela religiosidade.

4.1 EXPECTATIVAS E MOTIVAÇÕES PARA O FUTURO DA REGIÃO

Conforme Velho (1987, p. 33), em uma sociedade complexa moderna os mapas de orientação para a vida social são particularmente ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são feitas dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e muitas vezes entram em conflito. A possibilidade da formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize, ou incorpore os diferentes projetos individuais, depende de uma percepção e vivência de *interesses comuns* que podem ser os mais variados, como já foi mencionado – classe social, grupo étnico, grupo de status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc. A estabilidade e a continuidade desses projetos supra-individuais dependerão de sua capacidade de estabelecer uma definição de realidade convincente, coerente e gratificante – em outras palavras, de sua eficácia simbólica e política propriamente dita.

Neste estudo, tem-se a percepção futura dos entrevistados analisando os mesmos aspectos anteriores.

Tabela 2

Expectativas futuras dos agricultores em relação à qualidade de vida, renda familiar, trabalho/atividade e meio ambiente local

Expectativa da sua vida e da sua família nos próximos 5 anos

	Qualidade de vida	Renda Familiar	Vida comunitária	Trabalho/Atividade	Meio ambiente Local
1. Vai Melhorar	* 100%	100%	81,25%	93,75%	75%
2. Ficarà Igual			12,5%	6,25%	18,75%
3. Ficarà Pior			6,25%		6,25%
4. Não sabe					

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

* Percentagem relativa ao total dos agricultores entrevistados
n=16

Novamente, tem-se uma visão positiva em relação à qualidade de vida e renda familiar. A vida comunitária e o trabalho, de maneira geral, melhorarão ou permanecerão iguais. Um dos entrevistados acha que a vida comunitária vai se modificar negativamente em função da erosão social que está ocorrendo.

Agricultor - Pelo o que a gente tem aqui acho que a tendência é piorar, aqui tá ficando uma erosão, porque o pessoal tá querendo sair daqui pra cidade, mas a cidade já tá muito inchada pra isso. Acho que a gente tinha que pegar gente pra trabalhar aqui. (E6)

No que diz respeito às propriedades dos agricultores, todos acreditam que a questão do meio ambiente vai melhorar. Em relação ao meio ambiente local, 12 pessoas acreditam que vai melhorar, três que ficará igual (estão lutando para segurar a situação) e uma delas, moradora do município de Ipê, concluiu que vai piorar em função da invasão de soja transgênica na região.

Agricultor – Olha, acredito que melhore, que a gente consiga incentivar mais pessoas pra entrar nessa linha de produção ecológica, já que tem algumas famílias sinalizando que querem sair do veneno. Um vizinho que eu estava incentivando quase conseguiu plantar o tomate ecológico mas não deu, eu acho que pros próximos anos tem um avanço. Tem outro que tinha desistido de ser ecologista, agora está voltando, então, pouco, mas em nível de porcentagem dá um pouquinho. Mas tipo isso de sair da minha terra e vir para outro lugar, consegui converter uma família já, a visão que teve a agricultura convencional nessas propriedades. Mas aí a gente

conseguiu produzir bem nesses dois anos e tinha uma idéia aqui na região que a agricultura ecológica era coisa que não dava lucro, economicamente era ruim, e a gente mostrou que não, então já têm uma visão diferente, os vizinhos, os moradores daqui, porque aqui é uma região que usa veneno. (E7)

Agricultora – A gente faz a parte da gente, mas nem todos fazem igual. Do jeito que está o nosso trabalho a gente espera que esteja melhor mas as pessoas que não estão nesse lado...

Simone – Na propriedade a senhora acha que vai melhorar?

Agricultora – Vai.

Simone – E na região...

Agricultora – Na região é complicado, acho que invés de melhorar, a região em si, acho que piora, do jeito que está. O grande problema era agrotóxico e hoje é soja transgênica, tudo produto transgênico. Porque não tem como reverter o quadro, do jeito que está, a gente viu esse ano. Esse ano foi o pior, desde que eu estou aqui nunca tinha acontecido isso que está acontecendo. Nos campos, não tem mais campo. Antes era campo de gado, o pessoal vendeu tudo e alugou tudo pras pessoas grandes, lavoureiros, grandes plantadores, isso de um anos pra cá. Queria que tu visse! Não dá pra acreditar, impressionante, demais! E a questão por quê? Só porque dá lucro, dá mais lucro, então o pessoal nem está pensando nos rios, com tudo, daqui uns anos eu não sei como vai ficar. Nunca que a gente ia imaginar, ver aquele campo verde, aqui era só campo, agora é muito pouco campo, é só lavoura, viraram tudo. Mais pro fundo, ali é tudo plantação de alho, que é cultura pior ainda pra veneno, e moranguinho, agora têm colônias e colônias... E o que a gente vai fazer com isso? (E10)

Agricultor – Eu não saberia te dizer. Eu, da minha parte, vou procurar compreender sempre mais o processo, pesquisando e tudo. Dentro da minha possibilidade, da minha área, eu vou tentar melhorar, segundo os meus princípios, que me possibilitem bem estar e com menos degradação. Agora quanto aos vizinhos eu não saberia te dizer se eles vão ampliar as lavouras ou não. Estou muito receoso quanto a isso. (E16)

4.2 GRAU DE CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES

Outro aspecto abordado foi o grau de confiabilidade³¹ nas instituições que se encontram mais próximas ao contexto dos agricultores. Em pergunta feita aos produtores, foram listadas doze instituições e se analisou o grau de confiabilidade que os mesmos possuíam em cada uma delas. As opções a serem escolhidas eram

³¹ Segundo Giddens (Anthony, "As Conseqüências da Modernidade", 1991, p. 40, EDITORA UNESP) "A confiança está relacionada à ausência no tempo e no espaço. Não haveria necessidade de se confiar em alguém cujas atividades fossem continuamente visíveis e cujos processos de pensamento fossem transparentes, ou de se confiar em algum sistema cujos procedimentos fossem inteiramente conhecidos e compreendidos. Diz-se que a confiança é 'um dispositivo para se lidar com a liberdade dos **outros**' mas a condição principal de requisitos para a confiança não é a falta de poder, mas falta de informação plena. A confiança está basicamente vinculada, não ao risco, mas à contingência. A confiança sempre leva à conotação de credibilidade em face de resultados contingentes, digam estes respeito a ações de indivíduos ou à operação de sistemas. No caso de confiança em agentes humanos, a suposição de credibilidade envolve a atribuição de 'probidade' (honra) ou amor.

Outros: Diego, Gambetta: *Can we trust*. in Gambetta, *Trust*.

em número de quatro. Para melhor compreensão observe a questão e a tabela abaixo.

Tabela 3
Grau de confiança nas instituições

Da lista de instituições a seguir, diga o quanto o(a) sr(a) confia em cada uma delas

Instituição	Grau de confiança				Resultados em porcentagem
01. Família	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 100%
02. Igrejas	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 70% + ou – 30%
03. Empresários	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	+ ou – 44% Pouco – 56%
04. Sindicatos	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito- 19% + ou – 37% Pouco- 25% Não confia -19%
05. Partidos Políticos	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	+ ou – 37,5% Pouco – 44% Não confia – 19%
06. FEPAM	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	+ ou – 87,5% Pouco – 12,5%
07. Prefeitura	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	+ ou – 19% Pouco – 44% Não confia – 37%
08. Câmara de vereadores	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	+ ou – 37,5% Pouco- 62,5%
09. EMATER	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 6% + ou – 50% Pouco – 44%
10. IBAMA	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 19% + ou – 62 % Pouco – 19%
11. ONG´s (Centro Ecológico de Ipê)	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 81,5% + ou – 12,5% Pouco – 6%
12. PATRAM (batalhão ambiental)	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Não confia	Muito – 12,5% + ou – 63% Pouco -12,5% Não confia – 6% Não conhece – 6 %

n= 16

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

No universo de entrevistados, constatou-se que a instituição em que os agricultores depositam o maior grau de confiança é a família. Em segundo lugar vem a

igreja. Esses dados ajudam a corroborar as observações já feitas a respeito dessas duas instituições no início da descrição etnográfica.

Giddens (1991, p.103) enfatiza que

quatro contextos localizados de confiança tendem a predominar nas culturas pré-modernas, embora cada um deles tenha muitas variações de acordo com a ordem social específica em questão. O primeiro contexto de confiança é o sistema de parentesco, que na maioria dos cenários pré-modernos proporciona um modo relativamente estável de organização de 'feixes' de relações sociais através do tempo e do espaço. As conexões de parentesco são freqüentemente um foco de tensão e conflito. Mas apesar dos muitos conflitos que envolvem e das ansiedades que provocam, elas geralmente são ligações em que se pode confiar na estrutura de ações nos campos do tempo-espaço.

A terceira influência é a da cosmologia religiosa. Crenças religiosas podem ser fontes de extrema ansiedade ou desespero, mas sob outros aspectos, elas proporcionam interpretações morais e práticas da vida pessoal e social, e do mundo natural, o que representa um ambiente de segurança para o crente. Não somente as deidades e forças religiosas propiciam apoio providencial seguro: funcionários religiosos também o fazem. Ele enfatiza a religião como algo que gera um senso de fidedignidade dos eventos sociais e naturais, e assim contribui para a vinculação do tempo-espaço (GIDDENS, 1991).

Essas duas instituições são muito importantes na formação cultural desse grupo de descendentes de italianos, cujos laços entre família, etnia e religião possuem significativa expressão. O Centro Ecológico também se inclui entre as instituições com bom índice de confiança.

Algumas das questões foram respondidas de forma mais objetiva, o que dificultou o seu maior aprofundamento. Ainda assim, houve alguns casos em que foi possível maior detalhamento das respostas. Começa-se pela análise da prefeitura e câmara de vereadores.

Agricultor - A câmara dos vereadores, que acho que eu não sirvo muito às tendências e a Prefeitura eu também confio pouco, eu falo no local, não tem programas, não existem, vai muito pelas conveniências políticas e pressão. Às vezes vai um conjunto de agricultores fazer uma demanda justa não consegue. Vai um time de futebol que tem um amigo do prefeito, leva. Eu acho isso aí antiético, entendeu? Não dá, não tem princípio nenhum aí.

Este agricultor, no período em que foi entrevistado exercia o cargo de vereador pelo PT e foi eleito com o apoio dos associados da AECIA. Na época ele era o único representante dos mesmos na câmara de vereadores. A visão do restante do grupo sobre estas instituições é semelhante a deste entrevistado. Três dos associados da AECIA resumem bem esta visão.

Agricultor - Até tem um vereador nosso lá, do movimento, está articulando lá, mas a gente não tem conseguido muito espaço pra discussão porque é um no meio de nove, mas a gente faz o nosso trabalho lá, e a gente está conhecendo. Eu também fui vereador há quatro anos, em uma gestão, então a gente tem buscado, lutado por essa linha, pra crescer, mais agricultores, mais famílias, e a gente tem encontrado dificuldades porque a Prefeitura não incentiva muito e nem sindicato, nem cooperativa, e aí a gente acha que, põe dois aí na Câmara. (E7)

Agricultor - Câmara de vereadores e Prefeitura, nós aqui temos um colega nosso que é vereador, mas o coitado, lá no meio, então são nove contra um. Dá o quê? Nada...(E8)

É visível a tendência à descrença nas instituições políticas. Em relação a partidos políticos, a relação maior desse grupo é com os de esquerda, mais especificamente o Partido dos Trabalhadores, inclusive em termos de filiação. Mas, ao mesmo tempo, algumas pessoas manifestaram certo descontentamento com a atuação do mesmo. Interessante observar as citações seguintes.

Agricultor – Ah, isso aí tem alguns que estão, mas o que está mais ajudando são os de esquerda, estão ajudando esse trabalho aí, acho que põe lá no dois. A gente tem tido grandes ajudas com financiamentos nesse governo que passou, o estadual, que tinha financiamentos no longo prazo, coisa que a gente nunca teve em outros governos. Agora a gente está tendo algumas linhas de crédito pelo Banco do Brasil, também pra indústria e ampliação do espaço físico da cooperativa também, a gente está...(E7)

Agricultor – Partido político eu vou botar quatro (na tabela), não dá mais pra confiar, Meu Deus...mais que o presidente, mas o presidente toda a balaca que ele fazia, salário mínimo e não sei o que, todas as brigas que fazia quando estava fora na campanha, agora me vai lá e me fala isso, sempre votei nele. E os economistas, mas eu acho que não é por aí.

Homem – Mas antes queria brigar com FMI que não pagava a dívida, diz que agora estão, ... pois é uma continuidade do que estava acontecendo. Meu Deus... Que barbaridade...Primeiro até achava que era uma coisa diferente, agora... claro que há exceções dentro do partido, mas não sei o que aconteceu, se ele está sendo mandado, qual o tipo de pressão, mas isso aí é um desgaste. Uma coisa mais convincente, a própria questão da agricultura também, os transgênicos, vai liberar os transgênicos, corpo mole! (E8)

Sobre o empresariado, as respostas foram mais objetivas. Foi possível perceber que essa classe profissional está ainda, muito distante desses agricultores. Mesmo assim, alguns expressaram seu ponto de vista.

Agricultor – Olha, empresários pode ser lá no três, porque não temos muito apoio deles. (E7)

Agricultor - Empresário, raro, muito raro ter alguém que dá pra confiar. Pouquíssimo.(E16)

Em relação aos sindicatos, alguns manifestaram que o sindicato de Antônio Prado é “pelego”. Dois entrevistados deram conceito quatro para o sindicato de seu município e um para o de Ipê. Um dos associados da AECIA é diretor do sindicato rural de Ipê, o que faz com que esse tenha uma maior abertura a outras visões de agricultura. Talvez, por esse motivo, os entrevistados tenham uma visão tão positiva deste sindicato.

Agricultor - Sindicato, por exemplo, o de Antonio Prado eu não confio nada e tem o de Ipê que eu confio. Num geral então mais ou menos, porque tem uns que são ótimos e tem uns que são uma porcaria. Nós somos mais ligados ao sindicato de Ipê pelo Flávio que é o presidente e que faz parte da AECIA, mas só que nós somos sócios do de Antônio Prado.(E3)

Agricultor - Sindicatos, também... o Ipê ainda está mais ou menos, mas aqui está meio fracote, aqui pode ser no quatro. Aqui está fraco, fraco.(E7)

Agricultor - Sindicato é questão de representação, eu confio que eles estão batalhando pra nós. Coloca mais ou menos, porque depende da liderança que está na nossa frente, porque tem sindicatos que são manipulados. Se quem agrega ao sindicato não desempenha o seu papel, às vezes coloca lá qualquer um.(E 16)

As opiniões sobre a EMATER são bastante homogêneas. Conforme depoimentos, logo que o grupo começou a trabalhar com agricultura ecológica, esse órgão público “mais atrapalhou que ajudou”. Atualmente há uma melhora no sentido de maior compreensão do que representam as agriculturas alternativas. Além disso, relatam que a EMATER de Ipê é muito mais receptiva ao trabalho deles do que a de Antônio Prado.

Agricultor - EMATER até que melhorou bastante, porque no início do trabalho foi péssima, agora já tá...(E7)

Agricultor - Na EMATER, mais ou menos, melhoraram um pouco.(E2)

Em relação ao Centro Ecológico de Ipê, 81,5% dos entrevistados confiam muito no mesmo. Um dos problemas que os agricultores identificam em relação a essa ONG, no momento, é a falta de verbas para a realização de projetos. Atualmente, os técnicos dessa entidade trabalham com o Projeto de Agroflorestas (através de auxílio do Fundo Nacional de Meio Ambiente) em conjunto com ações de preservação de mananciais hídricos junto aos produtores desse grupo. Dois dos associados que citaram as alternativas: “pouco” e “mais ou menos”, respectivamente, em relação a essa instituição, fizeram menção ao que OLIVEIRA (2004) analisou de forma profunda em seu trabalho:

Verificou-se que a pretensão anunciada por certos agentes, de uma horizontalidade entre os agricultores ecologistas e os mediadores sociais é ilusória. A diversidade de interesses e de atuações que os mobilizam ao redor da agricultura ecológica geram disputas e, ao mesmo tempo, uma interdependência entre eles.

Como este estudo aborda, de forma especial, a questão ambiental, me senti à vontade para questioná-los mais a fundo a respeito dos diferentes graus conferidos aos órgãos ambientais. As falas a seguir refletem a visão dos produtores sobre esses órgãos.

Agricultor - Eu acho que a FEPAM está junto com o IBAMA, eu acho que sim, a FEPAM ela tem mais ou menos o mesmo nível do IBAMA e acho que a postura deles é ética, podem ser questionados, mas dentro da Lei eles têm que trabalhar. (E1)

Agricultor - Porque não é muito atuante, não é muito rigoroso. Exige pra uns, depois fica um tempo assim parece que está exigindo, depois passa um tempo não exige mais, não fiscaliza, não, sabe... não tem aquele, um certo ensino. (E14)

Agricultor - Tinha que haver uma lei severa que funcionasse, falta um número telefônico para ser atendido sobre para quem reclamar em caso de abuso de agrotóxico. (E15)

Agricultor- Não, é que as vezes depende. Em parte eles são mais rígidos e em outras menos. Eles não conseguem entender, no caso o meu sogro, ele saiu daquela barragem do rio Uruguai. Ele morava lá e teve que sair de lá, ganhou 10 mil reais e veio aqui e conseguiu comprar 7 hectares de terra, só que a terra dele tinha um mato meio antigo, vamos supor, árvores grossas que nem isso daqui, né...daí ele pegou e colocou o trator de esteira e destocou pra botar parreira e daí multaram ele. Tem que ter um meio de sobrevivência, então ali tem que ser pensado, quer dizer, eles estavam dentro da lei, fazendo a coisa certa, mas e aí o cara tem que virar bandido, ladrão. Talvez as leis mudaram, mas por outro lado queimaram os campos, que sabe muito bem, das coisas grandes assim e daí nem dão bola e deixam quietos. Então aí por isso o não confiar muito e sim mais ou menos. (E 3)

Agricultor - Não, acho que são obras que eles, me parece, a gente está começando um contato agora por uma questão que aqui no Ipê tem um problema que é a questão do javali, que está sendo prejudicado. O IBAMA está liberando a caça e a gente foi em uma reunião esses dias e agora vai ter uma outra. Mas tirando isso aí que, essa questão ambiental mesmo a gente sente mais no momento negativo a participação do IBAMA e tal, enfim, esses órgãos, a FEPAM, e nunca vi ninguém vir aqui fazer uma palestra educativa. Então a gente só conhece eles no momento que, assim, em termos gerais, assim na hora da punição mesmo. Claro que nós ecologistas não, mas de um modo geral a gente só vê que eles vêm nesse momento. Então por isso...porque o trabalho que eles fazem é mais na questão da punição. Acho que não há uma busca de uma saída para o problema que há. Então, o que os agricultores, de um modo geral, nessa região, fazem: eles sabem que é um órgão que não, parece que é contra a agricultura. Então por isso que eu acho assim, eu confio pouco, porque não há um trabalho educativo no sentido de buscar uma saída então, já que há uma lei, deve ser cumprida. Eu também acho que ela deve ser cumprida, também concordo com tudo isso, mas a gente sabe que tem muitas pessoas que não querem saber dessa história da lei. Por isso que ainda é como os tempos de antigamente, tem que derrubar um mato pra poder plantar. E há a necessidade em alguns casos, a gente sabe que há a necessidade da expansão da punição e tal, mas não existe uma alternativa, a busca de uma alternativa, pelo menos. É um órgão que fica muito longe, distante de nós de todos. (E11)

Agricultor filho - Olha, eu vejo a questão que o Brasil é um país muito imenso na verdade e então tem muita força política nessas histórias, lobby, muito, rola dinheiro, sei lá. Eu mesmo, sendo agricultor ecologista, eu vejo que o pessoal tem que ter consciência, mas essa história tipo de impedir, porque eu vejo que os nossos deputados tudo são pessoas da cidade e às vezes não têm noção do que é campo. A nossa região é tudo de pequena propriedade. Na verdade o governo deveria participar explicando a realidade, se nós acabamos desmatando, não cuidando da nossa água, não cuidando do nosso solo, o que vai acontecer. Deveria ser um mobilizador e conscientizador, só que ele não conscientiza, porque às vezes falta recurso, às vezes jogo de interesse, na verdade o que está muito por trás a gente nem fica sabendo. Por o Brasil ser uma imensidão, às vezes tem muitas leis e regras que não contemplam a pequena propriedade, ou contempla um lado, não contemplam o outro e vice-versa, então a questão é muito difícil. Hoje é uma questão, nós estamos tentando nos adaptar a lei também porque nós sabemos que a questão de consciência ecológica e tudo a pessoa vai crescendo aos poucos, não é de uma hora, como tudo na vida. O conhecimento vem aos poucos, a gente vai entendendo aos poucos.

Na verdade eu acho que o governo é muito mandão. É a triste realidade, o governo, tu não podes plantar um poste, um metro e pouco, se tu passe de 60 cm tu não és mais dono. Tu não pode abrir um dreno, a nossa realidade aqui era tudo meio que banhado, ou morríamos de fome ou fazíamos uma drenagem. Só que pelo governo não dá pra fazer a drenagem porque passa 60 cm, tu estás infringindo a lei. E também pra um cara que não tem conhecimento nenhum, sabe como a árvore vai vários metros de distância, a raiz da árvore percorre vários metros de distância. Pela lei de um cara que não entende, às vezes alguma coisa que quem não tem noção diz: não pode.

Dentro de uma pequena propriedade que tu trabalhas com um hectare, dois, se tu não podes plantar perto do riacho, tipo a nossa realidade, pela lei nós não podemos cultivar aqui perto do riacho com os nossos drenos. Infringimos a lei porque fizemos drenos, porque era tudo banhado, só que se não fosse uma drenagem não tinha onde plantar.

Agora pela lei eu tenho que deixar 10, 15 metros perto do riacho. Eu deixo aqui perto do riacho no plano que a água praticamente não corre, 10, 15 metros, então eu vou cultivar lá no morro. Só que lá no morro quando vem água vai dar erosão. Então é uma lógica que quem faz as leis não tem uma compreensão. Então a lei às vezes é feita por pessoas que não têm noção, que não estão às vezes do nosso lado. Às vezes nem todos os deputados e senadores têm noção de que é aquela agricultura, botam as leis no contexto de um país imenso, não pensam que uma pequena propriedade é diferente de um latifundiário. O latifundiário dá, mas imagina nós aqui, com problema de costas até hoje. Hoje é a vigésima e tanta vez que eu tento endireitar minhas costas com o dreno. Agora tem que deixar plana, que não escorre água nada, deixar uns verdes plantados, só que não dá erosão aqui. Eu vou cultivar lá no morro porque não tem riacho, só que lá no morro dá erosão. Só que na minha lógica eu até prefiro cultivar perto do meu riozinho aqui e plantar os pêssegos lá no morro que dá erosão, e plantar minhas verduras aqui perto do riacho. E também tem outra lógica, que tu não dá pra cultivar uma horta, muitas hortaliças até tu podes cultivar no sombreado, mas tem certas árvores que a raiz dá uns 5, 10 metros. Longe acaba absorvendo os nutrientes, a questão de água e tudo, então, às vezes cultivar no meio do mato é difícil. Um as leis muito difíceis de compreendê-las.

Mas tem uma lei federal que eu não posso plantar perto de riacho nada a 10, 15 metros. Eu concordo se é questão de riacho que vem no morro, numa encosta, tudo bem, isso eu concordo que tem que deixar 10, 15 metros, mas é muito preferível, na minha realidade, cultivar no plano, na baixada aqui que está tudo cheio de dreno por baixo, que a água não escorre, que não dá erosão nada, plantar as minhas verduras aqui no plano, perto do riacho, só que pela lei tem que deixar 10, 15 metros. Então as leis pra lei federal é 15 metros. Eu não tenho como me adaptar, só que com a lei ou tu te enquadras ou tu cai fora. Esta é uma questão muito grande quanto a essa questão da metragem.

Mas nós tivemos reunião dentro da AECIA, quarta-feira agora de junho, 2004, pra ver essa realidade, só que as discussões estão grandes. Leis muito difíceis de serem inseridas por nós.

São leis, na verdade, feitas por pessoas que não conhecem a realidade, porque a maioria dos nossos governantes moram na cidade. Agricultor Pai – Fazem de gabinete né. (E 16)

Constatou-se que a grande maioria dos agricultores confiam “mais ou menos” nos órgãos ambientais. Os associados que deram grau de confiança 1 (muito) às instituições da área ambiental querem maior fiscalização e eficácia por parte delas. Ao mesmo tempo, existem produtores bastante incomodados com a ação, às vezes eminentemente punitiva desses órgãos. É relevante, igualmente, a demanda dos agricultores por papéis mais mobilizadores e conscientizadores por parte desses órgãos.

A discrepância existente entre as leis ambientais e a realidade vivida pelo pequeno agricultor também é um aspecto significativo. Para melhor discuti-los, tratarei, de forma breve, do papel das leis e órgãos ambientais no Brasil.

A Lei 6938/81, no seu art. 2º, inc. I, instituiu, como princípio da Política Nacional do Meio Ambiente, “a ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico,

considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo”.

Essa Lei instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), cuja finalidade é estabelecer uma rede de agências governamentais, nos diversos níveis da Federação, visando a assegurar mecanismos capazes de, efetivamente, implementar a Política Nacional do Meio Ambiente. A implementação da política se faz mediante os princípios de direito ambiental, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação infraconstitucional (MARCHESAN, STEIGLEDER e p. 16).

O direito ao meio ambiente e à qualidade de vida, integra, segundo posicionamento de José Afonso da Silva (CAPPELLI, 2004, p. 20) e do Supremo Tribunal Federal, **a terceira geração dos direitos fundamentais**, ao lado do direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e do direito à comunicação, a qual pressupõe

o dever de colaboração de todos os estados e não apenas o atuar ativo de cada um e transporta uma dimensão coletiva justificadora de um outro nome de direitos com causa: os direitos dos povos.

Os direitos fundamentais da terceira geração, também denominados direitos de fraternidade ou de solidariedade, contêm, como nota distintiva, o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (família, povo, nação) e caracterizando-se, em consequência, como **direitos de titularidade difusa ou coletiva**.

Roxana Borges refere que o direito ao meio ambiente equilibrado não se pleiteia exclusivamente ao Estado, ou especialmente a outras pessoas, como se esses devessem alguma prestação àqueles. Sendo um direito–dever *erga omnes*, existe uma situação de solidariedade jurídica e de solidariedade ética em que os sujeitos encontram-se em pólos difusos. Diz ela que ‘definitivamente, o direito ao meio ambiente está fundado na solidariedade, pois só será efetivo com a colaboração de todos. A demanda que se faz neste momento não é que se proteja a propriedade do outro, ou sua liberdade, ou seu direito de assistência frente ao Estado, mas o respeito ao outro, à pessoa e a vida em geral, que não se circunscreve ao espaço delimitado pelos direitos civis, políticos ou sociais, mas abrange todo o seu relacionamento com o meio ambiente e com o futuro, uma vez que o outro não é mais apenas aquele que se conhece agora, mas também aquele que está por vir, ou seja, são também as gerações futuras” (MARCHESAN, STEIGLEDER e CAPPELLI, 2004 p. 22).

Luis Felipe Colaço Antunes, diz que o interesse difuso é um interesse híbrido que possui uma alma pública e um corpo privado que transcende o direito subjetivo privado e se estende pelo público.

É um interesse coletivo-público, um interesse pluriindividual de relevância pública, cuja forma mais natural de agregação é a forma associativa. Um interesse comunitário de natureza cultural, não corporativo. (MARCHESAN, STEIGLEDER e CAPPELLI, 2004, p. 24).

Com base em todos aspectos citados, como articular os diferentes saberes locais dos agricultores ecologistas com os saberes técnico-científicos das agências governamentais (e das não-governamentais)? Como negociar tantos interesses distintos presentes entre os diferentes agentes? O fato de o direito ao meio ambiente e à qualidade de vida possuir titularidade difusa ou coletiva traz dificuldade de compreensão para muitas pessoas. A própria herança da forma de colonização do Brasil contribui para isso e as conseqüências deste fator se encontram visíveis no estado de degradação de seus recursos naturais.

As demandas dos agricultores da AECIA em relação às agências ambientais (maior fiscalização e eficácia por parte delas, papéis mais mobilizadores e conscientizadores e menos punitivos) e, ao mesmo tempo, as reclamações da discrepância existente entre as leis ambientais e a realidade vivida pelo pequeno agricultor, poderiam, provavelmente, ter melhor resolução através do aumento no número de parcerias entre os órgãos ambientais governamentais e os diferentes setores ligados à agricultura (prefeituras, sindicatos, associações, ONG's, movimentos religiosos, etc...) na região. Acredita-se que, assim, a "situação de solidariedade jurídica e de solidariedade ética" entre sujeitos que se encontram, muitas vezes, em pólos distintos poderia estar presente mediante a colaboração de todos os agentes envolvidos.

4.3 COMO OS AGRICULTORES SE VÊM OU SE CLASSIFICAM EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO DAS PESSOAS QUE VIVEM MELHOR E PIOR NO BRASIL (AUTO-AVALIAÇÃO DO SEU NÍVEL DE VIDA)

A pergunta realizada era a seguinte: classificando as pessoas que vivem melhor no Brasil no nível 10 e as que vivem piores, no nível 1, em que nível o senhor

(a) se colocaria entre o 1 e o 10 e por quê? Optei por deixar que os entrevistados falassem para que, a partir dos seus dizeres, fizesse minhas considerações. Mas, de antemão, gostaria de observar que em relação à população brasileira: setenta e cinco por cento das famílias se pontuaram de 7 a 10, uma família se deu nota 6, duas se deram nota 5, e outra, 4.

Consubstanciado pelos relatos que seguem, “o trabalho ecológico e tudo que se aprendeu e se cresceu ao longo do tempo através dele” foi significativo para 31% dos agricultores. A questão da saúde foi citada por 44% das famílias e o fato de que um bom nível de vida “não é só ter dinheiro”. O “convívio em grupo”, “o valor que o consumidor dá ao teu trabalho”, o “contato com pessoas de outros lugares” e a “convivência com a natureza” foi relatado por 19% das pessoas.

A questão dos princípios e valores que estão envolvidos na opção desses agricultores pela agricultura ecológica e que influencia diretamente suas respostas em relação a essa pergunta, está bem representada no capítulo que trata do motivo que os levou à mudança de modelo agrícola. As antigas formas de sociabilidade, as festas dos padroeiros das linhas, as comemorativas do calendário católico, as de batismo e de casamentos, estão mescladas a outras esferas da vida social que contagiaram esta comunidade: a participação em partidos políticos, militância em ONG's e a adesão a movimentos sociais.

Como afirma Fukuyama (1996, p.48), “freqüentemente, o que começa como um ato político termina corporizado num atributo cultural”. Nesses termos, é que se acredita que ganha relevância a questão das relações de poder, as quais passam pela atuação de grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais, políticas e econômicas específicas de uma determinada região³².

Esses agricultores assumem uma nova ruralidade que implica concepção diferente de ver o mundo, de reconstruir modos de vida e de ressignificação da profissão de agricultor.

Interessante observar os motivos de escolha através de suas falas.

³² Cunha, Luis Alexandre Gonçalves. “Confiança, capital social e desenvolvimento territorial”, in: R. RAÉGA, Curitiba, UFPR – Internet, n. 4, p. 49-60, 2000.

Agricultor marido – Ah, o nosso nível é bom, olhando o mundo aí fora o nosso nível é bom, concorda comigo? Eu colocaria um oito pra nós.

Agricultora esposa – Pelo fato de que, como eu falei ontem à noite, a gente escolhe a agricultura, mas a gente não está fora né, do outro, e todo esse conhecimento que a agricultura ecológica passou, o que a gente aprendeu com isso, eu acho muito valioso.

Agricultor marido – E também porque tem uma escala de valores que tem que ser considerado; que a gente sabe que no mundão anônimo aí, princípios e valores não existem, isso soma pra tu ter um nível, uma qualidade de vida, um bem estar. Porque bem estar, às vezes, não é só ter dinheiro.

Simone – E essa nota é pelo que mesmo?

Agricultor marido – Ah, por tudo isso aí. Não é só pela comida, passa pela mesa, passa pelas relações pessoais, passa pelos valores...

Agricultora esposa – Pelo ar, pela saúde, pela convivência como um todo, a gente passa a ser amigo dos bichos também, né, aquilo que eu te falei antes: o meu pai antigamente caçava, hoje ele já aprendeu; aprendeu não, mas caça menos, a gente vai convivendo com tudo que está ao nosso redor.(E1)

Agricultor - É uma coisa difícil, porque a gente sempre costuma olhar quem está a frente de nós, quer dizer, a tendência de todos nós é olhar quem está a frente e daí parece que estamos muito distantes e de 1 a 10 parece que a gente está lá no 4 ou 5, mas se a gente inverter, em vez de olhar e ver uns poucos que tem bastante, podemos dizer que temos demais, não demais, mas muito mais do que quem não tem, estaríamos em 7, 7, 5, 8, eu acredito.

E isso é pela situação econômica que é uma das coisas, mas também outras coisas: o trabalho, o convívio em grupo, a consciência que nesses 15 anos a gente conseguiu trabalhar o ecológico, o conhecimento, o contato que a gente tem com diversas pessoas de diversos lugares. Econômico não tanto, mas um pouquinho também. Mas do outro lado no campo do conhecimento a gente cresceu um monte, o que não tivemos oportunidade de aprender na escola, a gente nesses 10 anos aqui aprendeu, não tanto quanto, se tu comparar com o nível da escola, mas cresceu como pessoa, foi uma diferença enorme, quando tu chega lá e coloca o teu produto pro consumidor e o consumidor elogia bastante e ele se sente mal quando não tem, então isso se torna uma injeção de ânimo pra tu fazer mais aquele trabalho... te aperfeiçoar e fazer sempre melhor.

O nosso trabalho é bonito, porque do outro lado tem pessoas que consomem, acho que é uma troca, por isso que as feiras são trabalhosas, são difíceis, mas tem retorno não só econômico, tem esse respaldo de ver as pessoas que acreditam em você e que dão valor pro teu produto, tem respeito, então eu acho que vale a pena de fazer esse sacrifício de levantar a uma hora da manhã, trabalhar até tarde pra fazer, porque depois tu volta cansado, mas tu volta com uma valorização.(E 3)

Fica evidenciado pelos relatos acima, que 56% dos entrevistados fizeram menção à situação econômica do conjunto da população brasileira ao ouvirem a pergunta formulada.

Agricultor – Temos harmonia com a natureza. Como eu já falei, é o convívio com a natureza, é uma estrada longa, a gente tem convivência com pessoas do mundo inteiro, a gente viaja um monte. A gente mora aqui, mas não tem uma vida só aqui, a nossa vida é muito ampla, a gente tem

contato com pessoas ricas e pobres, com pessoas saudáveis e doentes, pessoas de cultura diferente, a gente entende outras coisas, temos o essencial para vida de um ser humano, como ser humano a gente tem uma qualidade de vida muito boa mesmo. (E5)

O aspecto “temos o essencial para vida de um ser humano” foi referido por 31% dos associados da AECIA.

Essa agricultora se colocou no nível 10 porque, segundo o que ela mesma cita no final de seu relato, “como ser humano, a gente tem uma qualidade de vida muito boa mesmo”.

Agricultor – Eu diria que eu gostaria de me localizar entre 6 a 7. Porque a gente não passa necessidade como a situação pior que está no Brasil, não passa fome, tem a nossa vestimenta, come razoavelmente bem, compra alguma coisa no mercado, a gente compra fruta ecológica, banana é ecológica, bergamota é ecológica... O que tem aqui na propriedade é ecológico. Alguma coisa a gente até compra, algumas bolachas de fora, leite, quando nosso rebanho é pequeno a gente compra de caixinha porque não dá pra comprar aquele mais natural ensacado. É que a gente não tem muita alternativa, teria que ampliar o nosso rebanho, mas não é a nossa atividade principal. Então não digo que esteja totalmente bem, sempre tem necessidade de aumentar, se tu estás bem estruturado financeiramente não precisa trabalhar tanto, pode ficar mais folgado, mas no interior a gente trabalha consideravelmente bastante, não é muito de ficar parado. Talvez até a gente não se dedica tanto ao lazer, de tirar uma viagem, talvez pela falta de condições, ou por ficar preso à propriedade, que tu não pode abandonar a criação e tudo. O bom seria tirar uma viagem, deixar a tua criação com alguém. Às vezes a gente não tem condições ou não confia que os outros façam o serviço bem pra ti, com igual qualidade. É nesse patamar, não passa necessidade, mas também não digo que esteja bem estruturado, sobrando dinheiro e com um bom maquinário. Então é um patamar razoável: 6, 7. A gente não passa necessidade, está bem de saúde, não tem dinheiro sobrando mas tem praticamente o suficiente. Tem condições de pegar um livro e ler, então está integrado, não está totalmente desligado, está por dentro da situação geral, a gente faz a nossa parte. (E16)

Agricultora – Vamos fazer o seguinte: em termos de dinheiro, eu vou colocar no um, em termos de saúde, de alimentação, porque eu acho que a gente tem nível de primeiro mundo, nesse caso...

Simone – Mas assim no geral, se tu observar a maioria do brasileiro, pensa nos que vivem melhor, nos que vivem pior.

Agricultora – – Porque nem todo aquele que é rico tem uma vida dez, às vezes ele é infeliz. E a gente que mora na favela também não têm uma vida zero porque às vezes ele está sem comida, uma hora está sem dinheiro mas ele não tem comida, não tem saúde, não tem nada, não têm condições de vida. E a gente não pode ter dinheiro como aquele rico, mas não morre de fome como aquele pobre. A gente fica no meio termo, eu acho.

Agricultor – O bom seria... no meio; mais lá por seis, sete.

Agricultora – Pra ficar ali é difícil, mas bota sete; porque o bom seria igualar, ser todo mundo igual, quando isso aí, acho que nunca! Mas não é como no tempo de Jesus, que tu tem que vender tudo, doar pros pobre, pra ficar igual, tu pega... imagina multinacionais que tem... quem é que vai se

botar lá no meio? Não tem como, né, então, eu acho que sete, seria quase um pouquinho mais adiante, mas vamos deixar por aí.

Agricultora – Em termos de dinheiro a gente não se pode comparar, e em termos de saúde, de alimentação, a gente pode se comparar com uma pessoa rica, eu acho, pelo meu modo de ver. (E9)

A importância da alimentação quando se comparam com o restante da população é fundamental para, aproximadamente, metade dos produtores. “Mais horas de lazer e menos horas de trabalho” é uma demanda significativa para 19% dos agricultores. Como já foi relatado, essas famílias são pequenas e na agricultura ecológica o trabalho braçal é muito intenso, tornando-o muito mais cansativo do que se tivessem escolhido a agricultura convencional. Observa-se, nos relatos abaixo, que mesmo para um “agricultor ecologista” (é como eles se denominam, vide significado da AECIA) a questão econômica possui peso.

Agricultor - Nota 7 porque temos dificuldades financeiras. O lado positivo é o nosso trabalho, para ele eu poderia dar 10. (E12)

Agricultor - Temos o que comer, mas se pegar os muito ricos, eu acho que estou no 3. (E15)

Dentro do universo de entrevistados, 19% passam por dificuldades financeiras e 12,5% julgam que para poderem dar a si mesmos um grau maior de pontuação teriam que ter algum dinheiro sobrando, o que não acontece.

4.4 O QUE ESTÁ FALTANDO PARA A VIDA NESTE LUGAR FICAR MELHOR?

Para boa parte dos agricultores (38%), a resposta está no aumento da conscientização ecológica através de um número maior de pessoas que trabalhassem com agricultura ecológica ou fossem ecologistas. Um dos entrevistados falou sobre na formação de um bloco ambiental:

Agricultor - Aqui a gente tá precisando que todo mundo faça o trabalho que a gente está fazendo, que é ter um bloco ambiental, ser companheiro de todos nós e não ter atrito. Tem gente que tem ciúmes porque trabalhamos sem agrotóxicos, será que eles tão patrocinados pela Monsanto ou pela Bayer, ou mais alguém, porque a Bayer estraga e depois dá o remédio pra matar, e não é por ali, e são anos de cultivo.

Um bloco ambiental e um trabalho ecológico. O meu sonho seria que um dia chegasse, baixasse uma lei que agrotóxico no Brasil não se usasse mais. Ah! mas o país vai morrer de fome... É melhor morrer de fome do que morrer intoxicado, porque de fome não vai morrer. Se todo mundo trabalha, todo mundo tem o sustento e o desemprego vem de onde? Vem da agricultura, das grandes máquinas e produtos químicos. (E 6)

Um quarto dos entrevistados reivindica melhores estradas e diz que elas deveriam, no mínimo, ser revestidas de cascalho, periodicamente. Três entrevistados declararam que teria que haver mais mão-de-obra na região. Os dois fatores estão diretamente relacionados a melhorias no processo de comercialização realizado por esses agricultores. O relato abaixo ilustra bem esta necessidade:

Agricultor – Nós estamos com problema de mão-de-obra, difícil conseguir mão de obra, a gente na propriedade poderia fazer muito mais coisas e temos pouca produção, eu acho. O objetivo seria fazer alguma parceria, fazer algum contrato de trabalho cooperativado, alguma coisa dessa espécie aí, poderia utilizar mais a potencialidade do espaço.

Porque muita gente que está desempregada, se tu pegares pra atividade no campo eles não aceitam, teria que descobrir quais os canais e procurar a melhor forma. Eu acho que alguém deve ter. E depois tem outro problema que são as relações trabalhistas, atividade rural é uma atividade que independe de horas trabalhadas, horário também, não é compatível com horário, na cidade tem que ser um outro, se bem que se determina as horas extras, horas trabalhadas. Pegar num horário de verão, trabalhar até uma e meia não tem quem agüente, tem que analisar tudo isso. Mas na minha opinião deveria se fazer uma relação cooperativada, alguma coisa dessa espécie assim. (E8)

Na opinião de 12,5% dos entrevistados, uma casa nova, melhorar a agroindústria, maior tempo de lazer, maior cuidado com o meio ambiente, maior apoio à agricultura ecológica por parte do poder público e desenvolvimento de novas tecnologias para a agricultura orgânica são demandas significativas.

Isoladamente, existem outras considerações: maior distribuição de renda, que todas pessoas pudessem desfrutar de estudo e de alimentação de qualidade, maior disponibilidade de horários no transporte público, maior incentivo à cultura e mais dinheiro.

Um dos entrevistados lembrou a questão da segurança, alertando que se encontra muito precária na região. Os últimos noticiários de jornal demonstram que o número de roubos no interior está aumentando, exatamente por este motivo. A fala do agricultor a seguir ilustra bem esta situação.

Agricultor – Se bobear aí levam tudo, se deixar a casa assim, no ano passado, em agosto, na comunidade roubaram mais de vinte nossos, durante a missa. Saí da missa e não achei mais a camionete.

Irmã do agricultor – Há um tempo foi assassinado um vizinho aqui, por assalto.

Simone – E tu não achaste mais a caminhonete?

Agricultor – Não. Bom, achei, praticamente achei os principais suspeitos, fui falar com eles, processar, são duas pessoas da comunidade aqui, né, depois eu comecei a investigar e acabei descobrindo umas quadrilhas, daqui.

Irmã do agricultor – E não é que venha de fora, tem violência por tudo, não precisa ser só na cidade grande. É pessoal daqui, é vizinho.

Agricultor – Tem ladrão grande, tem ladrão pequeno, tem de tudo que é tipo. E hoje a sociedade tem dado muito valor ao dinheiro, somente ao dinheiro, não à ética e à formação, em busca do dinheiro fazem qualquer coisa.

Irmã do agricultor – Tem problema de drogas.

Agricultor – Mataram um cara vizinho aqui, estavam rondando, na época... (E8)

Interessante que a segunda família entrevistada, mesmo morando na mesma região, tem uma visão antagônica em relação ao relato de E8:

Agricultora – mas é que na nossa cidade tu pode deixar a porta aberta e sair e ir trabalhar!

Agricultor - Quando tem dinheiro em casa a gente sai e vai por trilha e se quiserem entrar na nossa casa, entrem, nesse ponto. (E 2)

5 RECURSOS NATURAIS (SOLO, ÁGUA, BIODIVERSIDADE) E RESÍDUOS SÓLIDOS

Um silvicultor chamado Gifford Pinchot (1865-1946), desenvolveu o conceito de que os bens encontrados na natureza – madeira, água potável, vida selvagem, diversidade de espécies e mesmo as paisagens podem ser considerados recursos naturais, os quais deveriam ser bem gerenciados para favorecer o maior número de pessoas pelo maior período de tempo possível. O paradigma atual de desenvolvimento sustentável também defende uma abordagem semelhante: desenvolver recursos naturais para atender as necessidades humanas de forma a não prejudicar as comunidades biológicas e considerar ainda as necessidades das futuras gerações (LUBCHENCO et al., 1991).

É fácil perceber que muitas das coisas das quais se usufrui provêm da natureza: a madeira da mesa de trabalho; o papel usado para se escrever; o alimento que se come; a roupa que se veste; a recreação nos parques, cachoeiras, praias e outros espaços turísticos. Todavia, ao se observar mais atentamente, percebem-se outros fatos essenciais para a sobrevivência do homem e que lhes são proporcionados pela natureza: regulação da composição atmosférica, ciclagem de nutrientes, conservação dos solos, qualidade da água, fotossíntese, decomposição de lixo, entre outros.

Esses últimos aspectos apresentados se referem a processos de transferência da natureza para um processamento humano posterior de matéria, energia e informação que proporcionam condições para a manutenção da espécie humana e são conhecidos como serviços ambientais ou ecológicos. Mesmo não possuindo etiquetas de preço, esses serviços são extremamente valiosos e caros (BENSUSAN, 2002).

Lamentavelmente, habita-se um mundo onde é a economia dos preços que governa. Preços costumam estar desvinculados dos custos reais (levando-se em consideração também os custos ambientais) pelo menos no que diz respeito à utilização da natureza pelo ser humano. Ambientalistas, ecólogos, biólogos, freqüentemente, vêem-se limitados em seus argumentos frente à lógica da economia

de mercado, em que todas análises de custo-benefício são fundamentadas em preços e não em outros valores, certamente muito mais significativos, mas que são difíceis de serem quantificados.

Mesmo assim, em 1997, um grupo de pesquisadores estimou em 33 trilhões de dólares anuais o valor dos serviços proporcionados pelos ecossistemas, calculando o quanto custaria substituir tais serviços, se essa possibilidade existisse. Esses dados foram baseados em um estudo³³ feito em 16 ambientes distintos e, para cada um foram considerados os seguintes serviços: regulação da composição química da atmosfera, regulação do clima, controle de erosão do solo e retenção de sedimentos, produção de alimentos, suprimento de matéria-prima, absorção e reciclagem de materiais já utilizados, regulação do fluxo de água, suprimento e armazenagem de água, recuperação de distúrbios naturais, tais como tempestades e secas, formação dos solos, ciclagem de nutrientes, polinização, controle biológico de populações, refúgio de populações migratórias e estáveis, utilização de recursos genéticos, lazer e cultura.

Para se ter uma idéia da ordem de grandeza do valor desses serviços, basta lembrar que o Produto Nacional Bruto Global gira em torno de 18 trilhões de dólares por ano. É importante destacar que à medida que os ambientes naturais são alterados e os serviços ecológicos comprometidos, o valor de cada um tende a aumentar significativamente. Todos esses serviços dependem da manutenção de ecossistemas naturais e de sua diversidade biológica (BENSUSAN, 2002).

A convenção da Biodiversidade aprovada na ECO 92 e assinada pelo Brasil salienta a importância da identificação e monitoramento da diversidade biológica, da conservação, da pesquisa e do manejo dos recursos naturais. A carta das Nações Unidas para o Meio Ambiente diz que

toda forma de vida é única, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem; e para oferecer tal reconhecimento a outros organismos, o homem deve ser guiado por um código moral de ação (ROMANOWSKI e BUSS, 1997, p. 62).

³³ Constanza, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. *Nature*, v. 387, n. 6230, p. 253-260, 1997.

O Brasil é o líder mundial em diversidade biológica, possuindo o maior número de espécies aquáticas e terrestres, mas registrando, também, o maior número de espécies ameaçadas (FONSECA et al., 1994 apud ROMANOWSKI e BUSS, 1997).

A sobrevivência das espécies além de ética, é também vital para a sobrevivência do ser humano.

Raven (1992 apud ROMANOWSKI e BUSS . p. 68) enfatiza que,

como a biodiversidade guarda uma relação tão estreita com a sobrevivência humana, sua conservação deveria por justiça ser considerada uma questão de segurança nacional.

Considerando-se os aspectos citados, abordar-se-á, nos próximos tópicos, a situação geral dos recursos naturais e o destino final dos resíduos sólidos na região, segundo a visão dos agricultores da AECIA.

5.1 SOLO

Os solos, muitas vezes vistos erroneamente como um material inerte na natureza, são constituídos de partículas minerais, orgânicas e organo-minerais. Contém, também, grande número de organismos vivos que são responsáveis tanto pela qualidade do solo e por muitas de suas propriedades, quanto pela manutenção da vida no Planeta. Assim, a conservação da biodiversidade e a conservação dos solos estão estreitamente relacionadas. As atividades do homem dependem, em sua quase totalidade dos solos. E a qualidade de vida do homem no Planeta depende dos demais seres vivos que nele habitam.

A dependência dos solos da atmosfera, da hidrosfera, da litosfera e da biosfera é tão forte que se pode afirmar que se faltar um deles não há formação e desenvolvimento dos primeiros. Outro fator importante na vida dos solos é o tempo. Quanto mais tempo ele ficar exposto a ação de organismos e dos fatores climáticos, mais crescerá em profundidade e mais organismos podem nele se desenvolver (ASSAD, 2002).

Ao se perguntar o que representa o solo aos sujeitos da pesquisa — os agricultores — observou-se homogeneidade nas respostas. As expressões recorrentes foram: “o solo é a nossa base”, “é tudo para quem trabalha na agricultura”, “é nossa fonte de vida”, “é um bem da humanidade”, “acho que significa tudo na terra, o trabalho da gente, o pão de cada dia”.

Na seqüência, apresenta-se um pouco da riqueza das falas desses agricultores sobre o tema.

Agricultor - Bom o solo é nossa base, então como te dizer... é onde a gente vive. A gente ocupa ele a todo instante, acho que deve ser bem trabalhado, bem distribuído dentro de uma propriedade. Como é que vou te dizer agora... bem se o solo for bem cuidado tu vai ter um retorno dele e se tu maltratar ele, também tu vai ter um retorno só que ao inverso, um positivo e um negativo. Então nesse 15 anos aqui a gente começou a olhar pra ele com outros olhos, mesmo na produção, principalmente na produção, porque o que a gente fazia...era tudo no químico e se o solo não estava bom, ia lá pegava um químico, um nitrogênio, alguma coisa e ia ali e aplicava, claro que depois além do adubo exigia mais o agrotóxico. Então a base do nosso trabalho foi em cima do solo, porque se uma pessoa é bem alimentada tem um balanceamento bom, ela vai ficar com muito mais defesas do que uma pessoa mal alimentada, mal estruturada, que ela não tenha todos. Nenhuma alimentação, moradia, ela vai ser bem mais sujeita a doenças. Mesma coisa uma planta. Uma planta pra ficar sadia ela tem que ter uma alimentação boa, ela vai ter que ter um solo bom e foi ali que a gente começou a trabalhar o solo, parou de usar os químicos e passou a usar a adubação verde, fazendo assim um trabalho diferente. Hoje a nossa base é o solo, por isso que a gente tem que trabalhar bem com esterços fermentados, com adubações verdes...(E3).

Agricultor - ... um meio de sobrevivência. Porque eu vejo que o solo é nossa fonte de vida, e pra sustentar a família, mas também nós temos que ter respeito por ele, tem que andar junto, porque não dá pra ele ser sustento pra nós, por alguns anos, algumas décadas, tem que ser pra nossa geração, pra outras que vem e numa visão assim. O que a gente está fazendo, a gente acredita que trabalhando dessa forma o solo, ele vai melhorando, cada vez mais e passa a ter mais vida, tanto que pelo contrário, pelo convencional, eles trabalham dez anos com hortigranjeiros, aí depois tem que aposentar a terra, deixar lá uns quinze anos, pra se recuperar, porque eles matam todos os microorganismos que tem no solo. A gente acha que nesse trabalho, a gente está valorizando tudo isso, o meio ambiente, o meio ambiente que vivemos tem que ser preservado, e assim, viver em cima, mas também respeitando. E a gente percebe que tem tido uma melhora no solo, depois de deixar de usar adubo químico, uréia e agrotóxico principalmente, os herbicidas, eles matam. Em um metro cúbico de terra existe o peso de microorganismos de um boi de uns trezentos quilos, e o agrotóxico ele vai matando esses microorganismos, e então quando você matou esses microorganismos deu... a terra está como uma estrada, não tem mais vida nela, então é aquilo que acontece com quem trabalha com agrotóxico. A terra não produz mais, eles matam todos esses microorganismos que são os benéficos pra produção e pra terra ter vida, e o nosso trabalho preserva tudo isso aí. Então a terra vai melhorando, cada vez mais. (E7).

Agricultor - O solo é um bem da humanidade, eu acho que não pertence a uma pessoa ou mais pessoas, pertence a todo o grupo. Por isso que a gente deve, nossa passagem aqui é temporária e a gente deve preservar pra que outras pessoas que venham no futuro, possam ainda trabalhar nela. Eu acho que a história nos mostra que, sei lá... a existência da terra, há milhões de anos que ela existe, mas nos últimos cinquenta anos houve um desgaste violento; se for mais cinquenta anos nessa dimensão, não sei o que é que sobra. Então, acho que tem que ter uma preocupação muito grande com o solo, e a gente têm. Dentro da agricultura ecológica a gente tem todo um cuidado pra que mantenha as características ou até melhore

as condições atuais que a gente encontrou, tornar ele cada vez mais produtivo, sem alterar. (E8)

Praticamente todas as respostas versam sobre a questão de manter o equilíbrio do solo em termos de micro, macronutrientes e de matéria orgânica. Conjuntamente, são citadas as boas práticas da adubação verde, compostagem, rotação de culturas, minhocultura, ou seja, todos os aspectos que fazem com que o solo esteja vivo. E todos estes fatores culminam com a noção de solo como bem presente e futuro, procurando manejá-lo sempre nas melhores condições possíveis.

Paralelamente, muitos dos agricultores entrevistados apresentam, de forma crítica, a forma como o solo vem sendo tratado na região. Esse aspecto é melhor retratado na declaração seguinte:

Agricultor – Olha, o solo é difícil assim de descrever sem ter pensado, refletido antes. Afinal no meu entendimento, vou tentar explicar assim o que me vem em mente agora, porque as perguntas não cheguei a ler elas antes nada. Mas eu vejo hoje em dia que pra fazer uma transição de uma agricultura convencional pra ecológica, demanda muito tempo. Porque os solos eles estão bastante já degradados, pela questão da erosão, que antigamente o pessoal não tinha noção nenhuma praticamente e o pessoal não tinha consciência, na verdade, porque às vezes faltava um apoio teórico, às vezes, análise. Pensavam que era uma coisa inesgotável, mas ao longo do tempo, erosão e mais erosão, falta de cuidado, às vezes culturas intensivas, o solo está bastante degradado assim, pouca matéria orgânica, níveis de fertilidade muito baixos e assim a questão de manejo muito intensivo pela falta de conhecimento e sem melhorias, os solos estão bastante degradados. Fazer a transição da agricultura convencional pra ecológica demanda algum tempo para que o solo esteja realmente equilibrado e temos que iniciar aumentando a matéria orgânica e a questão da fertilidade, de entrar com micronutrientes, calcário, micro e macronutrientes. E então é aos poucos, embora o pessoal da agricultura convencional, hoje em dia eles estão já com bastantes noções do que é solo, só que eles andam abusando na questão de química, posso dizer por mim mesmo, que o pessoal aqui, a vizinhança, todo mundo trabalha com maçã, deve ter em torno de uns 60 sócios, deve ter duas famílias, nós e mais uma família que não trabalha com maçã e então essas duas famílias não trabalham e os solos aqui estão todos praticamente infectados, tanto é que eles vieram pedir pra nós se nós queríamos fazer parte da questão de poço artesiano, que eles vão fazer um poço que tem um potencial enorme que abastecesse cinquenta e tantas famílias, só que poços artesanais é questão assim, o pessoal acabou com as fontes superficiais por causa da questão da macieira e da química.

O solo é de onde a gente extrai o alimento né, então ele tem que ser bastante equilibrado quanto à questão nutricional, de macro e micronutrientes, porque o que está no solo é o que vai na fruta. Então é interessante que o solo esteja equilibrado pra dar um produto com gosto, com sabor e principalmente que seja tratado com a linha ecológica que dá muito mais sabor aos alimentos. O sabor às vezes está relacionado com a aplicação de fungicidas e herbicidas e com a questão de excesso de

nitrogênio que vem com bastante vigor, não chega a extrair e às vezes desequilibra o nitrogênio, às vezes é um produto maravilhoso mas tem muito de um nutriente e falta de outro, então é interessante equilibrar tanto dentro da linha ecológica como convencional, mas é notória a qualidade dos produtos extraídos de solos que trabalham dentro da linha ecológica porque os próprios microorganismos que melhoram o solo, a questão das minhocas, têm lugares que o pessoal tanto cultiva que praticamente até as minhocas se vão. Mas dentro da nossa linha, graças a Deus estamos....(E16)

O entrevistado acima é o único que relaciona a qualidade do solo ao sabor e conteúdo nutricional dos alimentos de maneira tão enfática. De forma geral, as pessoas relacionaram a saúde do solo com a sua própria, a do Planeta e a das futuras gerações. As opiniões manifestadas são coerentes com os conceitos relacionados a sustentabilidade, comentados neste tópico e na introdução do trabalho.

5.2 ÁGUA

A água é um elemento natural essencial à vida no Planeta, mas é utilizada igualmente como insumo básico da imensa maioria das atividades econômicas. É encontrada na natureza em quantidades que variam aleatoriamente, no tempo e no espaço, sendo também extremamente sensível a degradação qualitativa. O fato de a água ser uma substância fluida faz com que o seu uso em um local afete não apenas os usuários nesse mesmo local, mas, também, aqueles situados ao longo da direção do fluxo.

É crescente, hoje, em nível mundial, o fenômeno da escassez dos recursos hídricos, fato que também vem ocorrendo no Rio Grande do Sul, onde em determinadas regiões, a situação já é alarmante.

Um estudo do Banco Mundial salienta que as guerras do século XXI serão guerras por água. Em certas regiões do Planeta, por exemplo no caso da guerra Israel-Palestina, que se estende desde a segunda metade do século XX, a disputa pelos recursos hídricos já está no cerne do conflito. Em outras partes do globo, a água tem produzido sérios desentendimentos.

O consumo de água atual no mundo – 4370 quilômetros cúbicos por ano – tende a aumentar cerca de 56% até 2025, ocasionando uma crise mundial de água (BENSUSAN, 2002).

Há muito tempo, os pesquisadores que estudam as águas consideram que as características do corpo d'água refletem as características de sua bacia de drenagem. A manutenção da vegetação nas margens dos rios e de outros corpos d'água é primordial para garantir a qualidade das águas. Sua remoção causa a diminuição da precipitação local, o aumento do escoamento superficial da água, a diminuição da infiltração, o aumento da erosão dos solos, a diminuição do estoque de água subterrânea, o aumento do assoreamento de rios e córregos, conduzindo, entre outras conseqüências, à alteração da qualidade da água. A cobertura vegetal assegura, também, a continuidade dos processos que perpetuam a diversidade de seres vivos presentes naquelas águas. Um conjunto de organismos faz fotossíntese e que constitui o alimento dos peixes que, por sua vez, servem de alimento para muitos outros animais, inclusive para o homem.

Outros usos da água dependem de sua qualidade e quantidade, como a irrigação para a agricultura, e geram outros problemas, comprometendo a manutenção dos serviços ecológicos. O maior consumo de água no mundo ocorre na agricultura. Atualmente, estima-se que um terço dos alimentos do mundo venham de terras irrigadas artificialmente, e cerca da metade dessas terras sofrem de problemas de salinização dos solos. Outro grave problema relacionado à água é a desertificação.

Por estes motivos não se pode analisar a água somente como um recurso a ser utilizado, mas, também, deve-se ver as interferências das mudanças sociais sobre este recurso (BENSUSAN, 2002).

Algumas perguntas do questionário foram abordadas levando-se em consideração os aspectos mencionados. Inicia-se apresentando os dados de origem da água para consumo doméstico.

Sete famílias utilizam poço artesiano profundo como fonte de abastecimento. Treze fazem a captação por meio de fontes com proteção (material construído). Um entrevistado utiliza fonte sem proteção.

Dentre os que fazem uso de poços artesianos, cinco deles também utilizam fontes com ou sem proteção.

Quanto à irrigação, 81% fazem uso dessa prática e 19% não a utilizam. A água de captação provém, na sua maioria, de açudes (44%). Há ainda, captação a partir de vertentes que formam arroios (19%), poço artesiano (6%), de uma fonte do vizinho (6%), e a partir de nascentes (6%).

No destino dado aos dejetos humanos, 75% possuem privada com fossa séptica, 19% fossa negra e 6% um sumidouro com pedra (estão para instalar uma fossa séptica).

Segundo Gil (2003), a qualidade da construção da fossa séptica e sua manutenção são fatores que influenciam sua eficácia contra a contaminação do solo. Na região Sul, 56% dos domicílios se utilizam da fossa séptica, o que aparentemente não representa, de fato, um problema para a população, pois, esta região apresenta bons indicadores de saúde.

Todas as famílias utilizam como destinação final dos dejetos animais, a compostagem, realizada na propriedade. Uma delas declarou que o esterco do cavalo vai para criação de minhocas californianas.

Apenas uma família não possui nenhum corpo d'água na propriedade. Alguns chegam a possuir três nascentes ou mais na propriedade e as vezes até dois pequenos rios ou córregos que passam pela mesma.

Os aspectos supracitados demonstram que a região onde esses agricultores vivem é, de forma geral, rica em recursos hídricos, no entanto, os mesmos já apresentam significativas alterações do ponto de vista qualitativo, conforme os comentários seguintes.

Muitos acreditam que suas nascentes permanecem iguais ou até melhoraram, enquanto que em relação aos rios, houve piora na qualidade da água.

As causas para melhora na qualidade da água foram as seguintes:

- maior conscientização do povo em relação às nascentes;
- as nascentes são cuidadas em nossas propriedades e se encontram isoladas. Não há contaminação por agrotóxicos e temos vegetação ao redor delas (alguns estão plantando mais árvores nativas em seu entorno) (apontado por 44%);
- menor poluição das empresas.

Em relação à piora do mesmo fator tem-se outros relatos:

- uso de agrotóxicos (observado por 69%);
- presença de chiqueiros, estrebarias, esgotos (25%);
- indústrias colocam muito produto químico nos rios sem tratamento anterior (19%);
- lixo, principalmente plástico, na beira do rio e das estradas (12,5%).

Individualmente foram dadas as seguintes opiniões:

- estão utilizando mais água na irrigação;
- introdução de espécies exóticas nos rios;
- erosão;
- poluição urbana;
- presença de curtumes;
- pessoal utiliza sabão em pó.

Acreditou-se que seria importante transcrever o relato integral da opinião do agricultor que fala sobre a introdução de espécies exóticas.

Agricultor - Olha, naquele tempo, agrotóxico ninguém nem sabia o que era, se existia que nem hoje.

Simone – Mas o senhor acha que a qualidade era melhor, talvez?

Agricultor – Eu acho, com certeza. Algum poluente de cima, ninguém, não saía do rio nada.

Simone – E se pescava mais também? Tinha muito mais peixe do que hoje?

Filho do agricultor – Sim, tinha muito mais peixe.

Simone – E a variedade também?

Filho do agricultor – É, mas era mais peixe, não sei como é que se chama, nativo assim. Hoje consegue encontrar uns peixes mais modificados assim, sei lá o que, que já vem de aquário assim. E isso começou a dar um desequilíbrio aí no ecossistema, nos rios, nos peixes. Então a gente vê assim que nos rios pequenos que tem aqui no lado não tem esses peixes, esses de rio. Porque diz que soltaram essas variedades ali e ficam comendo os outros.

Simone – E no Turvo o que o senhor pesca lá? Que peixes?

Filho do agricultor – A maioria que muita gente pesca é lambari, jundiá .

Simone – Traíra também?

Filho do agricultor – Tem também traíra.

Simone – E aparece carpa lá também?

Filho do agricultor – É, aparece.

Simone – Carpa também vocês pescam no rio Turvo?

Filho do agricultor – Não, eu sei que o pessoal fala que tem. Às vezes grande, porque eles saem do açude já grande, daí vai e depois pra pegar, e quando pega é grande, fora do normal até.

Simone - ... Então a quantidade de variedades de peixes no rio diminuiu?

Filho do agricultor – Diminuiu. Não sei, eu acho que a entrada de uns peixes que não eram dali, que foi desequilibrando. Acho que foi o principal também. E acho que diminuiu o pessoal que vai pescar também. E lambari eu acho que é um peixe que come os outros também. Ele come os ovinhos dos outros peixes. (E11)

Segundo Rodrigues e Primack (2001), espécies exóticas podem deslocar as espécies nativas através de competição por limitação dos recursos. As espécies animais introduzidas podem ser predadoras das espécies nativas podendo levá-las à extinção, ou alterar o seu habitat a tal ponto que muitas dessas espécies não

conseguirão subsistir. Podem, igualmente, trazer doenças (através de vírus e bactérias, por exemplo, não presentes no local de introdução) que podem prejudicar ou de forma mais radical, levar à morte muitas espécies nativas.

O problema da introdução de espécies exóticas em rios através da criação artificial desses peixes não é um problema novo no estado. Já faz tempo que o órgão ambiental estadual se depara com esse tipo de questão. Depois que ocorre a migração desses peixes aos rios torna-se extremamente difícil controlar a população dos mesmos para que ela não altere as populações dos peixes nativos e de outras espécies da biota. Acredita-se que a fala desse agricultor mereceria um estudo mais aprofundado por parte da FEPAM para averiguação do fato.

Em relação à piscicultura, 81% das famílias criam peixes e 19%, não. Das famílias que possuem peixes na propriedade, todas os criam em açudes.

A seguir, a Tabela 4 apresenta os tipos de peixes criados e a porcentagem de famílias que os possuem nas respectivas propriedades.

Tabela 4
Tipos de peixes criados pelos agricultores

Nome popular	Nome científico ³⁴	% de famílias que os criam
Carpa comum	<i>Cyprinidae</i>	19%
Carpa capim	<i>Cyprinidae</i>	56%
Carpa húngara	<i>Cyprinidae</i>	25%
Cascudo	<i>Loricariidae</i>	6%
Esbricia ³⁵	-	6%
Lambari	<i>Characidae</i>	69%
Jundiá	<i>Pimelodidae ou Hetapteridae</i>	69%
Pacu	<i>Characidae</i>	6%
Tilápia	<i>Cichlidae</i>	6%

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

³⁴ Nestes grupos de peixes é muito difícil identificar a espécie sem sua visualização, por este motivo foram citados apenas os nomes das famílias.

³⁵ Esbricia – termo da região utilizado para denominar um peixe escorregadio, que possui uma ventosa, presente nos açudes e arroios da região. Pesquisadores contatados da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul não conseguiram descobrir a qual família ou espécie o mesmo pertencia.

Praticamente dois terços do grupo criam peixes nativos como jundiá e lambari, o que diminui a chance de, no caso de haver uma enchente, espécies exóticas migrarem para fontes, rios ou arroios. O número de pessoas que criam carpa capim é preocupante, mas essa espécie, por ser vegetariana, não apresenta perigo em potencial tão grande quanto outras espécies exóticas carnívoras ou omnívoras o seriam para os ecossistemas aquáticos da região.

De acordo com 56% do grupo, existem períodos de escassez de água. As causas são a estiagem entre janeiro e fevereiro, períodos de seca em outras épocas e o fato de que, em alguns locais, existem muitos usuários que utilizam água para irrigação.

Nos últimos dez anos, as enchentes na propriedade ou na região aumentaram, segundo 50% dos entrevistados. As razões são o desmatamento, “o desequilíbrio que está havendo na natureza, que é culpa de todo mundo”, chuvas muito fortes, maiores do que eram antes e vizinhos que ao ampliar suas plantações aumentaram a erosão e as enchentes. A outra metade acredita que permaneceram iguais e individualmente citaram os seguintes motivos: habitam lugares altos por isso não tem problema de chuva, aumentou o número de açudes e o fato de nos últimos anos haver seca impediu muita enchente.

De maneira geral, as percepções dos sujeitos da pesquisa a respeito do recurso natural – água – se coadunam com uma das hipóteses constantes no primeiro capítulo: na percepção desses agricultores houve um aumento na degradação dos recursos naturais da região. Os motivos principais apontados foram: a utilização de agrotóxicos, a presença de criações animais, esgotos, lançamento de produtos químicos industriais e o lixo presente nos mais diversos ambientes.

5.3 RESÍDUOS SÓLIDOS

Os problemas relacionados à geração, acondicionamento e destinação final do lixo têm sido vinculados ao processo de passagem da humanidade à vida em grupo e a sua fixação em determinados lugares, agravando-se com o desenvolvimento das comunidades humanas. Por outro lado, a emergência da civilização industrial, o acelerado crescimento urbano e populacional e a desconsideração em relação à variável ambiental nos planos de desenvolvimento, são fatores que provocam expressivo aumento da geração de resíduos sólidos.

Capra (1996, 1982) analisa a crise multidimensional que está causando a progressiva degradação mundial como fruto de uma crise de percepção constituída historicamente a partir da visão de mundo como algo mecânico e compartimentado. Somente no século XIX começaram a surgir soluções técnicas e passou-se a adotar medidas para a regulamentação dos serviços e dos procedimentos no campo da limpeza urbana. A preocupação, discussão e busca de definição de uma política de tratamento do problema do lixo são recentes.

Na segunda metade do século XX, a tematização acerca das dimensões socioambientais do problema lixo vêm à tona juntamente com o surgimento da crise ecológica. No final da década de 1970, começam a ser organizados congressos e seminários exclusivamente sobre resíduos sólidos, iniciando também, neste período, o tratamento mais aprofundado da questão junto à problemática sanitária, que já desenvolvia há mais tempo estudos e ações sobre questões referentes a águas e esgotos.

As soluções adotadas iniciaram-se com o estabelecimento de empresas e órgãos públicos especificamente responsáveis pelos serviços de coleta, transporte e destinação final do lixo das cidades. As políticas de tratamento e solução do problema, entretanto, ainda se referiam mais aos efeitos, sem uma crítica elaborada sobre as atitudes, hábitos e comportamentos produtivistas-consumistas da população.

O lixo é a expressão de uma sociedade. Sua composição e o tratamento recebido por parte do cidadão denuncia o tipo de sistema sob o qual o mesmo está submetido e reproduz, e a relação deste com a natureza (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 1993 apud AZAMBUJA, 2004).

Conforme Neto (1999, p. 15),

se extraterrestres quisessem estudar os habitantes desse planeta que gira em torno do Sol, bastaria prestar atenção naquilo que os nativos produzem e jogam fora.

Não é uma tarefa fácil definir lixo, pois, sua origem e formação estão ligadas a inúmeros fatores: variações sazonais, condições climáticas, hábitos e costumes, variações na economia, etc. Assim, a identificação desses fatores é uma tarefa muito complexa e somente um intenso estudo, ao longo de muitos anos, poderia revelar

informações mais precisas no que se refere à origem e formação do lixo no meio urbano e rural.

É comum definir lixo como todo e qualquer resíduo que resulte das atividades diárias do homem na sociedade. Esses resíduos compõem-se basicamente de sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, trapos, couros, madeira, latas, vidros, lamas, gases, vapores, poeiras, sabões, detergentes, e outras substâncias descartadas pelo homem no meio ambiente (LIMA, 1991).

Segundo Alves (1999), nas zonas rurais antigas, lixo não existia. As bananeiras e outras plantas eram revitalizadas pelos excrementos humanos, e os porcos, galinhas e cachorros tratavam de reciclar todas as sobras orgânicas; naqueles tempos nada havia o que se assemelhasse a garrafas, plásticos, latas de refrigerantes e pneus. O lixo estava integrado à vida.

De certa forma, mesmo hoje, a quantidade de lixo no meio rural é muito menor do que no meio urbano. Uma boa parte da alimentação das pessoas é obtida a partir da produção agropecuária da unidade rural. No caso dos agricultores da AECIA, a quantidade de gêneros alimentícios comprados no comércio local é pequena, o que faz com que haja pouco volume de resíduos inorgânicos.

Conforme Gil (2003), a coleta seletiva no Brasil ainda é pouco representativa, em virtude de ocorrer em apenas 8% dos municípios, com serviço de limpeza urbana e/ou coleta de lixo. Dos três estados do sul do Brasil, o Rio Grande do Sul é o que apresenta maior porcentagem de municípios com coleta seletiva (30%). A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2000 ³⁶ mostra que o destino do lixo depende significativamente da situação do domicílio, urbana ou rural. Constata-se que na zona urbana 97% do lixo é coletado, na zona rural apenas 20,8%. Essa diferença em relação ao meio rural se deve, principalmente, às grandes distâncias entre as residências, o que a torna muito dispendiosa.

O fato de a coleta domiciliar na zona rural ser limitada faz com que a destinação dada ao lixo seja extremamente diversificada e nem sempre a mais adequada.

³⁶ A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB foi realizada pelo IBGE no primeiro semestre de 2000, avaliando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e coleta de lixo prestados à população pelas entidades que atuam nos respectivos setores. Os dados coletados nesse levantamento estatístico envolveram, entre outros fatores, informações sobre o lixo coletado, a frequência da coleta e o destino final do lixo de todos os municípios do Brasil. O objetivo desta pesquisa foi investigar as condições de saneamento.

No meio rural do Rio Grande do Sul, 53% dos domicílios queimam o lixo na respectiva propriedade, 14,3 % enterram os resíduos na propriedade, 7,7% enterram em terreno baldio ou logradouro, 0,3% jogam em rios, lago ou mar e 3,9% dão outro destino.

O Rio Grande do Sul é um estado bastante urbanizado, 82% da população vive em áreas urbanas. No meio rural vivem 18% da população. Nesse universo, aproximadamente dois milhões de pessoas possuem carência do serviço público de coleta de lixo o que dificulta a sustentabilidade socioambiental nestas regiões.

Gil (2003), afirma que um dos problemas mais graves é o lixo jogado de maneira indiscriminada em rios, lagos ou mares. Proporcionalmente este volume é bem maior nos centros urbanos, perfazendo 56% do total. De forma geral, essa destinação é dada pela população que vive a margem dos rios e lagos, tendo nível baixo de instrução e renda.

A Constituição Federal de 1988 promoveu a descentralização do planejamento e execução de políticas públicas, como as de saúde, educação, habitação e assistência social, além de um aumento do repasse de recursos tributários aos municípios. Sob certo aspecto, essa condição poderia ser considerada um passo rumo à democracia, por outro lado, levando-se em conta que existem no Brasil mais de 5.500 municípios, e que as situações financeiras administrativas e de suporte técnico variam consideravelmente entre eles, pode-se imaginar as dificuldades que os poderes locais enfrentam para fazer face aos novos desafios de prover serviços básicos, anteriormente sob responsabilidade do governo federal, em suas respectivas comunidades (MARTINS, 2003).

A responsabilidade pela proteção do meio ambiente, pelo combate à poluição e pela oferta de saneamento básico a todos os cidadãos brasileiros está prevista na Constituição Federal, que deixa ainda, a cargo dos municípios, legislar sobre assuntos de interesse local e de organização dos serviços públicos. Por isto, e por tradição, a gestão da limpeza urbana e dos resíduos sólidos gerados em seu território, inclusive os provenientes dos estabelecimentos de serviços de saúde, é de responsabilidade dos municípios (PNSB, 2000 - IBGE – p.50).

Em conversação feita com o Secretário da Agricultura e Meio Ambiente do município de Antônio Prado, em junho de 2004, a situação relatada foi a seguinte: existe uma empresa terceirizada de nome Toniolo que é responsável pela coleta e destino final do lixo gerado no município. O município não possui aterro sanitário mas já existe o projeto pronto para sua efetivação. Ao mesmo tempo, não existem

recursos financeiros para executá-lo. A cidade conta com serviço de coleta seletiva semanal. Depois de forte pressão feita pelo representante da AECIA na câmara de vereadores sobre o poder municipal, tornou-se possível a coleta do lixo seco das comunidades rurais tendo como local de armazenagem e coleta, as capelas que existem em cada linha.

Nas falas dos entrevistados pode-se ter uma idéia de quão difícil foi convencer o poder público da necessidade de implantação da coleta seletiva no meio rural.

Agricultor - Eu ouvi conversa que me parece que a Prefeitura do Prado, ela tem uma outra empresa, uma firma, que está juntando o lixo da cidade, agora na colônia eu não sei como vai ficar, se é pra nós levar em um tal ponto no Prado, ou se eles vão arrumar um jeito de continuar como estava, porque sempre esperamos pela comunidade.

Simone – No caso, vocês parecem que pressionaram um pouco a Prefeitura, pra eles virem buscar o ...

Agricultor – Sim. Até nós da associação, da AECIA, fazia reunião e tinha o Nilson Camatti, que ele era vereador, e agora é o Volmir, vereador, sempre cutucavam pra eles recolherem o lixo da colônia, até pneu, essas coisas assim era pra ter juntado. Até eu vi diversas vezes pneu no lixo, junto com plástico e daí isso ali foi bastante falado na reunião da AECIA mesmo. Daí nós tínhamos os vereadores, que foram pra Prefeitura e conseguimos, até o mês passado, agora vamos ver como fica. Se vai continuar ou como que fica. Acho que o pessoal se acostumou a juntar o lixo, só que eu vejo às vezes que eles não estão separando bem o lixo; eles pegam, eu vi porque os cachorros espalharam um monte de lixo, foi aberto um saco, o cachorro abriu, lá tinha lixo plástico e sapato; sapato não é plástico. Então isso tem que separar. Tudo bem, leva lá, mas separado. (E13).

Agricultor - A Prefeitura não está fazendo um bom trabalho nesse lado aí, eles estão enterrando tudo. Só pra recolher, mas no fim vão enterrar tudo, não tem um trabalho bom de reciclar, de separar, de vender o produto final. (E7).

Simone – Mas não existe uma unidade de triagem?

Agricultor – Tinha uma vez.

Simone – Agora não tem mais?

Agricultor – Só se reativaram esses anos últimos, de um ano, dois pra cá. Mas tinha uma vez, há uns sete, oito anos. Da época que eu era vereador, eu passei os quatro anos batendo foto do lixão e denunciando e cobrando do prefeito e nunca tomaram atitude. Agora parece que é o promotor que está agindo, Ministério Público que está agindo, cobrando da Prefeitura, de repente pode ter havido algumas mudanças agora, parece que agora terceirizaram o lixo seco. Não sei se é o lixo seco ou o orgânico, vem uma empresa de Gravataí buscar.

Simone – Isso na cidade de Antônio Prado?

Agricultor – Isso, é...eu não sei se é o lixo seco ou orgânico, mas tem uma coisa assim. (E7).

Uma das perguntas feitas aos entrevistados era : o que é lixo para o senhor (a).
As expressões mais recorrentes foram:

- “se for bem aproveitado nada é lixo” (31%).

Agricultor - é que eu não queria dizer o que eu penso...mas o que eu penso mesmo que eu aprendi quando estava estudando que lixo mesmo é só o homem, porque olha só... lixo é nada, porque isso daqui é matéria orgânica, se você tem um plástico ou outras coisas é material reciclado, e lixo é material reciclado ao mesmo tempo. Que nem ontem a gente chega em casa com um monte de coisa da feira, o que a gente tinha dentro do auto era só lixo, mas não era lixo nada, era tudo útil, eram coisas utilizáveis. (E5)

Refletir sobre o papel do lixo, sua contextualização cultural, evoca discussões tão importantes quanto os costumes e crenças, indicando no ciclo-vida-morte a possibilidade de interpretações até mesmo religiosas.

Assim, têm-se delineado situações, na questão do lixo, indicadoras de um novo tempo, em que o estigma da morte dá lugar a possibilidades que mudam radicalmente muitos dos valores tradicionais do homem. Num processo similar ao de certas religiões (nas quais a morte é vencida pela transformação, pela conquista de uma nova vida) e da própria natureza (onde a morte é fonte de vida), o que era percebido como sujo, desprezível, podre, agora é energia, matéria prima, natureza embutida. O lixo é reciclável, algo que consegue renascer. Desse modo, quando se passa a acreditar em uma concepção de vitória sobre a morte, o que era degradante, sem sentido, decadente, ameaçador passa a ser prenúncio de uma vida melhor, no caso do lixo doméstico, a reciclagem o reintroduz direta e claramente no “ciclo” da natureza, superando assim a sua “morte” (EIGENHEER, 1992).

- “lixo é plástico, basicamente”...(25%).

Agricultor – Eu acho que a primeira coisa que vem na cabeça quando se fala em lixo seria o plástico. Bom seria não produzir...acho que porque ele está bastante presente na sociedade. E depois de utilizado não tem utilidade, daí se torna um lixo. (E4)

- “é uma coisa ruim” (19%).

Agricultora – Uma coisa bem ruim (risos)...

Agricultor – Um problema pro meio ambiente, pra descontrolar dos mosquitos, causa problema. O plástico. E os próprios dejetos que vão pra água.

Agricultora – é uma coisa assim, uma poluição, né.

Agricultor - Que polui as águas, os rios. O problema maior está nos dejetos, não só das pessoas como dos animais. Esterco é ruim, acaba com o

oxigênio, acaba com os peixes. Cria bastante mosquito. Aí é um problema sério. (E15)

Não é necessário ser um especialista em história dos costumes para saber que as preocupações com o lixo têm uma existência relativamente recente. Nas cidades medievais, o “lixo” (restos de comida, excrementos, cadáveres de animais...) era, em grande parte, jogado nas ruas. A palavra se encontra entre aspas porque, naquele contexto, certamente, ela não poderia significar o mesmo que passou a representar para o homem de hoje.

Nos cemitérios medievais, as sepulturas eram, com enorme freqüência, coletivas, e ficavam sempre algum tempo semi-abertas até se completarem. O cemitério localizava-se nas adjacências da igreja que era o centro da vida comunitária cotidiana e, nesse local, as pessoas passeavam, compravam, vendiam, fabricavam pães... Não há registros, senão muito posteriores, de pessoas reclamando do mau cheiro, chamando aquilo de “lixo”, ou apresentando dessas práticas uma concepção negativa, como se tudo aquilo fosse dejetos. Muito vagarosamente essas práticas medievais, em relação ao “lixo”, se modificaram. E não se tratou absolutamente de uma modificação espontânea, sem resistências, como qualquer passeio pelas cidades brasileiras e por várias européias pode, ainda hoje, demonstrar muito bem. É preciso considerar seriamente a possibilidade de que, diferentemente do postulado pelos dogmas, houvesse certa desiderabilidade no “lixo” e que as pessoas retirassem algum prazer da convivência com ele, conforme Rodrigues (1992).

O entrevistado E13 assim se manifesta em relação ao lixo:

Agricultor - Lixo pra mim é uma coisa ruim; suponhamos plástico, eu detesto ver plástico em volta, agora considero um lixo também uma coisa que a pessoa não cuida bem, suponhamos ao redor da casa tem que ficar limpo, tem que a aparência ser bonita e não relaxada, deixar alguma coisa, pode ser também madeira, mas aí perto de casa não é lugar, lugar é... que nem uma árvore que está apodrecendo em frente da casa não é lugar, melhor embaixo de parreiral. Mas agora, o pior lixo é aquelas embalagens de agrotóxicos. Não quero ver nem longe... (E13).

A antropóloga inglesa Douglas (1976 apud CARREGAL, 1992, p. 12) recusa-se a avaliar a atitude humana frente à sujeira separada de seu oposto, a limpeza. Vista pela autora como a reordenação do ambiente, um movimento e um esforço criativos para relacionar forma e função, para fazer da experiência uma unidade, a limpeza

presume classificação, ordenação enfim, ordem, o que leva o homem a observar a sujeira como o que é desordenado, fora das classificações, o que está isolado.

O contraponto sujeira /limpeza leva Douglas, 1976 (apud CARREGAL, 1992, p. 12) a declarar:

Acredito que idéias sobre separar, purificar, demarcar e punir transgressões têm como função principal impor sistematização a uma experiência desordenada. É somente exagerando a diferença entre dentro e fora, acima e abaixo, fêmea e macho, com e contra, que um semblante de ordem é criado.

A higiene e a sujeira para Carregal (1992), tocam os sistemas simbólicos. Ao invés de se ligarem somente à higiene/estética e ao conhecimento de organismos patogênicos, as idéias sobre a sujeira estão relacionadas com

sistema, ordenação e classificação sistemática das coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados. Esta idéia de sujeira leva-nos diretamente ao campo do simbolismo e promete uma ligação com sistemas mais obviamente simbólicos de pureza (CARREGAL, 1992, p.12).

“só aquilo que não tem mais utilidade nenhuma mesmo” (12,5%).

E, individualmente, surgiram as seguintes opiniões:

Agricultor – Vem um monte de coisas. Lixo começa desde a própria poluição do ar, isso não deixa de ser lixo. Depois também é o que o pessoal joga fora, lixo de agrotóxico e plástico nos rios, jogam fora na beira da estrada. A primeira coisa que vem na cabeça é isso. Eu acho que a queima também, queima de plástico, queimada de... de campo não porque aí já não é. Produtos químicos que jogam fora. Acho que é mais ou menos isso aí. (E12)

Agricultor - Pra mim lixo é que nem destruição. Tu olha assim, tu vê o lixo, dá até mal estar dependendo do lixo. (E14)

Agricultor - Lixo pra mim são os produtos químicos, acho que lixo é também aquela sobra que tu não podes mais reaproveitar... (E8)

Interessante observar a ojeriza das pessoas em geral aos plásticos. Esse material é o que apresenta a maior rejeição por parte dos entrevistados.

Existe um caso único no grupo, de um agricultor que utiliza plástico e latas como material de drenagem em sua propriedade.

Agricultor – Nós selecionamos tudo que é plástico, pegamos lixo do Volmir, da agroindústria dele pra reciclar, pedimos os dos outros. Agora plástico é relativo. Eu utilizo a estufa feita de plástico, utilizo plástico em baixo pra

proteger dos matos, então se utiliza razoavelmente bastante. A única que eu não tenho controle é embalagem tipo do que vendem na feira, agora tudo que é plástico da feira é aproveitado pra drenagem. Até eu pego de fora, pego do pessoal, reciclo bastante. Saco de calcário, essas coisas. (E16)

É uma forma de fazer com que resíduos sólidos possam se transformar em algo útil do ponto de vista agrícola. Sua propriedade possui terrenos elevados aonde ele diz que não pode plantar. A parte baixa e plana alaga com facilidade; por este motivo ele é obrigado a fazer drenos para poder produzir.

Os associados da AECIA moram em Antônio Prado e Ipê. Por serem administrações públicas diferentes resolveu-se dividir a abordagem feita com o grupo de entrevistados nos respectivos municípios.

Uma das questões dizia respeito ao destino do lixo nas residências. Em relação ao lixo seco (plástico-vidro-metais-papel) as respostas foram as seguintes:

Município de Antônio Prado – 13 famílias associadas

- 92,5% tem o lixo seco coletado pela prefeitura;
- 30% reaproveitam o vidro;
- uma família recicla seu lixo seco na usina de triagem de Caxias do Sul . Eles trocam, vendem ou doam: vidro, plástico e papel;
- 85% trocam os vidros por garrafões em duas fábricas em Ipê (13 kg de vidro = um garrafão);

O papel possui os seguintes destinos finais:

- 54% enviam para coleta seletiva do município
- duas famílias usam como adubo;
- uma família queima o papel;
- outra, ou queima ou coloca em um buraco;
- em uma das propriedades ele auxilia os serviços domésticos e é também usado para acender o fogo;
- um dos agricultores utiliza o papel para queima na churrasqueira (o volume é pequeno).

Os metais não foram categorizados porque a maioria coloca esse tipo de material no lixo seco para reciclagem ou, em último caso, vende para algum ferro velho.

O lixo orgânico têm como disposição final:

- 77% o utilizam para compostagem;
- 77% o retiram uma parte para alimentação dos animais;
- três famílias o usam diretamente como adubo;
- uma família alimenta os porcos e o gado com as sobras da agroindústria;
- uma família usa todo lixo orgânico somente para alimentação animal.

Dos associados da AECIA, moradores de Antônio Prado, 61,5% incineram o papel higiênico, duas famílias enterram, uma o queima ou dispõe na horta e uma última, o envia para coleta seletiva da prefeitura.

Como lixo tóxico, os materiais pesquisados foram: pilhas, lâmpadas, baterias e embalagens de medicamentos.

Em relação às pilhas:

- 46% as separa e as envia junto com outros materiais para a coleta seletiva do município;
- uma família deixa na usina de reciclagem de Caxias do Sul (município vizinho);
- duas famílias estão guardando as pilhas porque não sabem o que fazer com esse tipo de resíduo;
- um dos entrevistados as devolve para as Lojas Arno;
- um dos agricultores disse que “algumas se perdem por aí, outras se coloca no lixo seco”;
- uma família as coloca junto com as coisas que vão para o ferro velho;
- um dos agricultores relatou que não sabia o que estava acontecendo com as pilhas porque apenas sua tia utilizava para ouvir rádio e ele acreditava que ela fazia a disposição final no solo da propriedade.

Os componentes das pilhas são os seguintes metais pesados: zinco-carvão, manganês, lítio, óxido de mercúrio, óxido de prata e outros (ROTH, 1999).

Como se tornam inúteis após a utilização, as pilhas são descartadas junto ao lixo comum das residências. Esses metais pesados (que possuem toxicidade

neurológica e hepatológica quando absorvidos pelo organismo humano) podem se incorporar ao solo, serem carreados a corpos hídricos ou ainda alcançar o lençol freático.

As lâmpadas têm a seguinte destinação:

- uma família guarda as luminárias junto com os vidros para reciclagem;
- quatro famílias as colocam junto com os vidros para posterior troca por garrações;
- uma família está guardando as lâmpadas para ver o que vai fazer futuramente;
- um dos entrevistados as leva para usina de reciclagem em Caxias do Sul;
- um dos agricultores as colocam em um balde e as está guardando;
- quatro dos agricultores entrevistados as entregam junto com os vidros (mesmo as fluorescentes) para trocar por garrações em uma fábrica de Ipê;
- uma última família as coloca no canto da garagem para o ferro velho.

Foi observado um problema sério em relação às lâmpadas. Muitos dos agricultores colocam as lâmpadas junto com outros vidros para posterior troca por garrações em fábricas de Ipê. O que os fabricantes fazem com o interior da lâmpada comum que possui tungstênio, ninguém sabe. Algumas das lâmpadas utilizadas são fluorescentes. Cada lâmpada fluorescente possui em média 15 miligramas de mercúrio metálico que poluirão o solo e as águas. Este componente é absorvido pelo organismo, na forma de metil mercúrio, e atinge o sistema nervoso causando distúrbios neurológicos e deficiências nos órgãos sensoriais, além de danos renais; além disso pode desencadear efeitos mutagênicos e alterações no metabolismo (ROTH, 1999).

Baterias de carro são deixadas no local de compra deste material por 92,5% dos entrevistados. Uma das famílias está guardando duas baterias porque não sabe o que fazer com elas. Dos dois entrevistados que utilizam bateria de celular, um devolve para as lojas Arno e o outro não sabe qual destino dar a elas.

Na abordagem feita com esse grupo foi observado que eles praticamente não usam remédios. No caso das pessoas que os utilizam, as embalagens de medicamentos possuem destinação final bastante heterogênea:

- 54% separam e colocam no lixo seco para reciclagem (no caso da embalagem de papel, um dos entrevistados enterra e outro queima) ;
- em uma família, as embalagens de papel vão para a escola (material de sucata) e o resto para reciclagem;
- uma família está guardando os vidros de homeopatia para a farmácia para posterior reutilização;
- um dos agricultores as entrega no posto de saúde, “depois fica na consciência deles”;
- 23% coloca as embalagens de vidro junto com os outros vidros (para depois trocar por garrações) e o plástico e cápsulas encaminha para reciclagem.

Município de Ipê – três famílias associadas

Quanto ao lixo seco:

- duas famílias enviam o lixo seco para a coleta seletiva da prefeitura;
- uma família reaproveita o alumínio e os plásticos como material de drenagem em sua propriedade;
- duas famílias trocam os vidros por garrações em duas fábricas em Ipê (uma parte é reaproveitada para sucos, chimier, etc)

O papel possui os seguintes destinos finais:

- uma família queima uma parte do papel e recicla a outra;
- uma família o envia para coleta seletiva do município
- um dos agricultores o enterra debaixo do parreiral.

O lixo orgânico tem como disposição final:

- uma família o utiliza para compostagem, sendo que uma parte fica para alimentação dos animais;
- duas famílias o usam diretamente como adubo e uma parte serve de alimento para os animais.

Em relação ao papel higiênico, duas famílias o queimam e uma o coloca debaixo do parreiral.

Quanto às pilhas:

- uma família as está guardando porque não sabe o que fazer com este tipo de resíduo;
- outra família as entrega na Receita Federal de Caxias do Sul em um contêiner ou coloca junto com o lixo seco (informaram que existem outros locais de recolhimento de pilha nesta cidade);
- um dos agricultores relatou que não utilizava pilhas já que tudo é elétrico na residência. No entanto, possuía uma pilha de celular que ele não sabia o que fazer.

As lâmpadas têm a seguinte destinação:

- duas famílias as estão guardando para ver o que vão fazer futuramente;
- o filho de uma dessas famílias disse que as lâmpadas fluorescentes vão inteiras junto com os vidros para a fábrica que troca vidro por garrafões em Ipê;
- a terceira família envia as lâmpadas quebradas junto com os vidros para troca por garrafões (inclusive as fluorescentes). Sobras foram enterradas numa vala.

Duas famílias deixam as baterias de carro no local de compra desse material. Um dos agricultores está guardando as baterias porque não sabe o que fazer com elas. Dos dois entrevistados que utilizam bateria de celular, um a devolve para as lojas revendedoras e o outro não sabe que destino dar a esse material.

Quanto às embalagens de medicamentos, observou-se o seguinte:

- uma das famílias as devolve ao posto de saúde;
- um dos agricultores as envia para reciclagem ou as utiliza como dreno na propriedade;
- uma das entrevistadas coloca as embalagens no lixo seco para reciclagem e as cápsulas e remédios são enterrados (informou que vidros de termômetros quebrados são entregues no posto de saúde);

Tanto o grupo de Antônio Prado quanto o de Ipê utilizam medicamentos raramente. Quando estão doentes, na sua maioria, recorrem à homeopatia, o que demonstra coerência em relação à preocupação com a saúde e o meio ambiente.

Na continuidade, passa-se a algumas considerações finais sobre a questão do lixo.

A Agenda 21 brasileira recomenda aos gestores municipais e às organizações da sociedade civil que participam das discussões acerca das questões relativas à gestão urbana, que se combata o desperdício e a geração de resíduos por parte dos consumidores domésticos e pelas empresas, dentre outros itens. O mesmo documento ressalta a importância de se estimularem soluções comunitárias, promovendo-se, em primeiro lugar, o desenvolvimento institucional, através do fortalecimento de canais democráticos de participação (BRASIL, MMA, 2000).

Em realidade, não produzir lixo, ao invés de reciclá-lo, seria bem melhor em termos ambientais. O homem ainda está bastante distanciado dessa atitude, dir-se-ia, quase utópica situação de “emissão zero”. Tal mudança exigiria uma transformação radical nas formas de produção e consumo o que abarcaria igualmente, modificações estruturais profundas em todos setores da sociedade.

A essência da idéia de reaproveitamento se fundamenta na redução das atividades extrativistas de matéria-prima. Esse fato, associado à redução da quantidade a ser tratada pela retirada do material reciclável, torna o reaproveitamento fator essencial no gerenciamento de resíduos sólidos, tanto no que se refere à proteção ambiental quanto às implicações econômicas e sociais, ao mesmo tempo recuperando mão-de-obra que hoje faz parte da economia informal. Também significa economia energética no processo de reciclagem, em relação ao processo produtivo convencional, extrativista.

O PNSB 2000 enfatiza que, considerando-se toda a população urbana de 169,5 milhões de habitantes, apenas oito milhões de moradores, em 8% dos municípios brasileiros, participam de programas de reciclagem.

Grande parte das experiências de coleta seletiva e reciclagem nos municípios brasileiros não pode ser considerada, ainda, “auto-sustentável”, nem desvia dos aterros e lixões parte substancial de resíduos com potencial de reciclabilidade. Os custos dos serviços municipais, quando os mesmos não são adequadamente planejados e gerenciados, representam um dos obstáculos para que se ampliem os programas de coleta seletiva de resíduos domiciliares (RUBERG; AGUIAR; PHILIPPI JUNIOR, 2000 apud MARTINS, 2003).

Ao mesmo tempo, não se consideram os danos ambientais provocados pela disposição de resíduos sólidos em áreas impróprias ou mesmo em aterros

controlados (estes últimos com menor grau de impacto ambiental) nem se contabilizam todas as externalidades sociais e ambientais geradas nesses procedimentos. Todos esses aspectos fazem com que não se tenha a exata dimensão da relação custo-benefício que envolve o conjunto do processo de separação e reciclagem de resíduos.

As “livres forças de mercado” somente reciclam o lixo até o ponto em que seus custos e receitas se equilibram, sendo necessários a partir daí, incentivos estatais para manter a atividade. Ao fazer esse tipo de análise é necessário considerar os ganhos obtidos com a opção pela alternativa de reciclagem, mensurando-se os custos ambientais evitados, incluindo-se, aí, os custos com a disposição dos resíduos em áreas verdes ou sua incineração, além dos aspectos sociais envolvidos (geração de trabalho e renda, por exemplo) (PIMENTEIRA, 2002 apud MARTINS, 2003).

As estatísticas apresentadas no início deste tópico sobre o PNSB-2000, na área rural demonstram a situação de precariedade e falta de opção que as comunidades que vivem nesse meio possuem atualmente. Visto que o custo é alto para que essa prática se efetue, em nível municipal, caberia aos órgãos públicos o papel de facilitadores de parcerias ou consórcios entre municípios próximos na construção de uma logística que viesse a propiciar esse tipo de ação. Ao mesmo tempo, a maior integração entre órgãos ambientais estaduais e municipais no sentido de troca de informações constante, facilitaria o encaminhamento da questão dos resíduos sólidos.

Bons resultados na gestão dos resíduos sólidos estão vinculados à participação ativa da população com práticas adequadas ao serviço. Também é importante o conhecimento das estruturas organizacional e operacional necessárias à execução dos serviços, conhecer os custos correspondentes e a diversidade de serviços que compõem um sistema de limpeza urbana ou rural. Para que isto se efetue é necessário que haja um relacionamento estreito entre o órgão responsável pelos serviços e a população, o que pode ser obtido através de canais de comunicação permanentemente abertos, como os conhecidos serviços de atendimento ao público por telefone, correio comum e eletrônico e ouvidorias. Complementarmente, são também necessárias campanhas de sensibilização da sociedade para essas questões, seja através da mídia, seja diretamente nas ruas, com apelos para as interfaces com a saúde e com o meio ambiente. A pesquisa (PNSB 2000) revelou

que os percentuais de municípios com campanhas de educação ambiental são ainda pequenos nas diferentes regiões do País, mas, há alguns anos atrás eram quase inexistentes. Foram declarados 2030 movimentos reivindicatórios nos canais de comunicação, em vários municípios, para implantação, ampliação e melhoria dos serviços promovidos, em sua maioria, por associações de bairro ou de moradores (46%), seguidas de partidos políticos (22%) (PNSB, 2000).

5.4 FLORA E FAUNA OU BIODIVERSIDADE

Crenças religiosas e filosóficas relacionadas ao valor da proteção das espécies e vida natural são encontradas em muitas culturas, em vários lugares do mundo há milhares de anos. Muitas religiões enfatizam a necessidade de as pessoas viverem em harmonia com a natureza e proteger as espécies já que elas são uma criação divina.

Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau, Arthur Schopenhauer são filósofos que elegeram a natureza como elemento importante para o desenvolvimento moral e espiritual do homem. Defensores da vida natural, tais como John Muir e Aldo Leopold esforçaram-se pela preservação das paisagens e a manutenção da saúde dos ecossistemas naturais. Outra percepção relacionada ao tema é a hipótese de Gaia, introduzida por James Lovelock que vê na Terra as propriedades de um “superorganismo” cujos componentes biológicos, físicos e químicos interagem para manter as características da atmosfera e do clima (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

Paralelamente a essas considerações preservacionistas e ecológicas existe uma moderna disciplina, a biologia da conservação, que se fundamenta em pressupostos básicos relacionados as mesmas. A aceitação de uma ou duas das seguintes asserções já seriam razão suficiente para justificar os esforços em favor da conservação: a diversidade de organismo é positiva, a extinção prematura de populações e espécies é negativa, a complexidade ecológica é positiva, a evolução é positiva, a diversidade biológica tem valor em si (PRIMACK e RODRIGUES, 2001).

Embora a proteção da diversidade biológica seja o ponto central da biologia da conservação, o termo “diversidade biológica” tem significados diferentes para

distintas pessoas. Para Sombroek, “a diversidade biológica é a variedade e a variabilidade de organismos vivos e de sistemas ecológicos nos quais eles vivem, sendo produto da evolução” (ASSAD, 2002, p. 211). Já, a definição dada pelo Fundo Mundial para a Natureza (1989) é “a riqueza da vida na terra, os milhões de plantas, animais e microrganismos, os genes que eles contêm e os intrincados ecossistemas que eles ajudam a construir no meio ambiente” (PRIMACK e RODRIGUES, 2001, p. 10).

A diversidade biológica deve ser considerada em três níveis: genético, de espécies e de ecossistemas. A diversidade genética diz respeito à variação dentro de uma mesma espécie, como resposta a processos de modificação de clima, de solo, de condições hídricas, entre outras. Essas variações podem ocorrer lentamente, ao longo do tempo, em períodos de centenas, milhares e, às vezes, milhões de anos, ocasionando uma lenta adaptação dos seres vivos. Podem, igualmente, resultar de variações, às vezes bruscas, sob condições muito específicas, por exemplo, uma seca extrema, uma fertilidade muito alta (ou muito baixa) de solos numa dada área, o que faz com que uma espécie encontre condições mais ou menos favoráveis às quais ela se adapta, migra ou não sobrevive.

A diversidade de espécies refere-se à variedade de organismos vivos que existe em determinada área, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade. Ou seja, quanto maior o número de espécies em uma área e quanto mais abundante for cada uma dessas diferentes espécies, maior é a diversidade de espécies.

Por fim, tem-se a diversidade de ecossistema que é a variedade de habitats, de comunidades bióticas e de processos ecológicos e as interações entre esses níveis. Por sua vez a biodiversidade de uma determinada região é função dos diferentes processos de modificação das condições ambientais que ocorrem no planeta desde sua formação.

Essas modificações podem ser muito lentas, mas, também, bruscas, agem como indutoras de processos evolutivos dos organismos existentes nessa região. Ou seja, a evolução dos seres vivos, que começou a ser mais bem compreendida, do ponto de vista científico, a partir dos estudos de Darwin, no século XIX, é o resultado de processos de adaptação dos mesmos às mudanças ambientais (ASSAD, 2002).

Conforme Diegues (2000), no Brasil, ecólogos e biólogos, promotores da introdução da biologia da conservação no país, relacionam claramente seus

aspectos científicos com a promoção de políticas públicas referentes à conservação da biodiversidade. Alguns autores alertam para os conflitos entre as propostas de conservação derivadas da biologia da conservação e as populações locais.

No entanto, a aceitação destas pelas comunidades humanas diretamente afetadas (isto é, em vários níveis restringidas em suas atividades correntes) é uma questão de muito mais difícil solução. Deste modo, a integração de perspectivas sociais, econômicas e políticas nas abordagens clássicas da biologia da conservação se torna um aspecto crucial e indispensável (DIEGUES, 2000, p. 12).

Fonseca e Aguiar (1995, p.61), enfatizam, igualmente, que apesar da biologia da conservação gerar no Brasil estratégias para a conservação da biodiversidade, ela

não fornece todas as ferramentas teóricas e práticas para a consecução dos objetivos ligados à conservação da biodiversidade. Metodologias e enfoques inovadores e interdisciplinares, que levem em consideração as muitas interfaces existentes entre o processo de desenvolvimento e a base de recursos naturais mantida pelos ecossistemas naturais e seus componentes são necessários para se encontrarem soluções sustentáveis no longo prazo.

Diegues (2000) sustenta que existe um novo conservacionismo que deve estar ancorado, de um lado, no ecologismo social e nos movimentos sociais do Terceiro Mundo que começam a surgir em vários países, por exemplo a Índia, o Zimbábue, o Brasil. Esses movimentos enfatizam, como o faz o novo naturalismo³⁷, a necessidade de se construir uma nova aliança entre o homem e a natureza, baseada entre outros pontos, na importância das comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas na conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam. Para tanto, deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente importantes.

³⁷ Moscovici, S. 1974. *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Paris: Col. 10/18.

Tendo como referência as idéias acima enunciadas passa-se às visões dos agricultores sobre a biodiversidade local. No final do tópico estão relatadas as opiniões dos mesmos sobre transgênicos.

Uma das questões diretas do questionário era o que teria acontecido nos últimos tempos (dez anos) com as matas na região (de proteção às margens dos rios e nascentes e de topos de morro ou chapadas).

O percentual de 81% dos entrevistados declara que as matas aumentaram; 12,5% acredita que diminuíram e uma família apenas disse que permanecem iguais. Um dos agricultores observou que nos topos de morros as matas diminuíram.

Os motivos alegados para o aumento das matas são:

- a existência de leis ambientais (75%), incluindo-se, neste fator, a proibição de queimadas;
- os roçados diminuíram (25%);
- dificuldade de mecanização em certas áreas (12,5%);
- saída de muitos agricultores do meio rural (12,5%);
- a conscientização aumentou (12,5%);
- a punição através de multas (12,5%);
- as pessoas estão trabalhando com reflorestamento (6,25%);
- o desmatamento diminuiu (6,25%).

Os que opinaram pela diminuição das matas, relataram, como causas, a derrubada de mato para lenha, aumento da área de lavoura e a presença de gado (pisoteio da vegetação) na beira do rio.

Em relação à fauna, nos últimos dez anos, 62% dos entrevistados acreditam que o número de animais aumentou, 19% dizem que diminuiu e outros 19% julgam que permanecem iguais.

De forma geral, as causas para o aumento são a existência de leis ambientais de proibição à caça, aumento da conscientização e o menor tempo das pessoas para caçar. A origem da diminuição está no maior uso de agrotóxicos (que matam os animais), na poluição e no fato de os animais não conseguirem se reproduzir pela falta de florestas que são o seu habitat.

O resultado do questionamento feito ao grupo sobre os animais que não são mais vistos atualmente foi o seguinte:

Tabela 5

Animais que não são mais vistos atualmente na região

Animais que não são mais vistos atualmente	Nome científico ou família*	Número de agricultores que mencionaram o animal
Anta	<i>Tapirus terrestris</i>	2
Canário (da terra)	<i>Sicalis flaveola</i>	1
Gralha azul	<i>Cyanocorax chrysops</i>	1
Lebre	Leporidae	1
Leopardinho (jaguaririca ou gato-do-mato)	Felidae	1
Lobo guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	1
Nhandu (ema)	<i>Rhea americana</i>	2
Mão pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>	1
Onça	<i>Panthera onca</i>	1
Paca	<i>Agouti paca</i>	2
Perdigão	<i>Rhynchotus rufescens</i>	1
Perdiz	<i>Nothura maculosa</i>	3
Pomba	Columbidae	1
Sabiá	Turdidae	1
Tamanduá	Myrmecophagidae	1
Tatu	Dasypodidae	1

N=16

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

* Em alguns casos, como não foi possível identificar a espécie, colocou-se apenas a família.

Quanto aos animais silvestres mais comuns da região, os mais lembrados estão na tabela a seguir:

Tabela 6
Animais silvestres mais comuns na região

Animal silvestre	* Nome científico ou família	Número de agricultores que mencionaram o animal
Andorinha	Hirundinidae	1
Beija-flor	Trochilidae	1
Bugio	<i>Alouatta fusca</i>	5
Capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	8
Cascavel	<i>Crotalus durissus</i>	3
Cardeal	<i>Paroaria coronata</i>	1
Cobra d'água	Colubridae	1
Cobra verde	Colubridae	2
Coati	<i>Nasua nasua</i>	7
Cutia	<i>Dasyprocta azarae</i>	5
Coral	Elapidae	4
Curicaca	<i>Theristicus caudatus</i>	2
Ema	<i>Rhea americana</i>	6
Garça	Ardeidae	1
Gambá de orelha branca (raposa)	<i>Didelphis albiventris</i>	11
Gavião	Accipitridae	1
Gato-do-mato	Felidae	5
Gralha azul	<i>Cyanocorax chrysops</i>	4
Graxaim	Canidae	10
Irara	<i>Eira barbara</i>	1
Jacu	Cracidae	7
Jararaca	<i>Bothrops jararaca</i>	1
João-de-barro	<i>Furnarius rufus</i>	3
Lagarto	Teiidae	6
Lebre	Leporidae	11
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	3
Mão-pelada	<i>Procyon cancrivorus</i>	2
Morcego	Molossidae	1
Papagaio	<i>Amazona pretrei</i>	3
Pardal *	<i>Passer domesticus</i>	1
Perdigão	<i>Rhynchotus rufescens</i>	2
Perdiz	<i>Nothura maculosa</i>	1
Pica-pau	Picidae	1
Pomba do mato	Columbidae	3
Pomba rola	Columbidae	8
Porco espinho	<i>Coendou villosus</i>	5
Quero-quero	<i>Vanellus chilensis</i>	3
Rabo de palha	<i>Guira guira</i>	2
Ratão do banhado	<i>Myocastor coypus</i>	3
Sabiá	Turdidae	5
Saracura	<i>Rallus maculatus</i>	1
Seriema	<i>Cariama cristata</i>	5
Tamanduá	Myrmecophagidae	7
Tatu	Dasypodidae	13
Tico-tico	<i>Zonotrichia capensis</i>	3
Tucano	Ramphastidae	9
Urubú	<i>Coragyps atratus</i>	1
Veado	Cervidae	14
Zorrilho	<i>Conepatus chinga</i>	2

n=16

Fonte: Azambuja, Simone, 2005.

O pardal apesar de ser exótico, foi lembrado como silvestre. Talvez pelo enorme tempo de adaptação que ele já possui no Estado.

Os ofídios foram citados por muito poucos. Aliás, é significativa a rejeição que a maioria desses agricultores tem por esta classe animal. Através desse relato poderemos observar esta constatação.

Agricultor - Eu quando vejo uma cobra, a primeira coisa é não deixar escapar, só a verde que eu não me preocupo, mas as outras. Às vezes eu sulfato as parreiras e deixo, ela não incomoda, mas aquelas que tu enxerga lá fora, mas aquela dificilmente tu leva mordida. Mas tem uma outra preta, que se fala cobra de banhado, aquela provavelmente só come peixe, eu acho, porque ela não incomoda. Agora fora essas aí não tem nenhuma que eu deixaria viva, só aquela que tu está dizendo aí eu não conheço.

Cascavel tem umas. Depois tem aquela de rabo branco, que dizem que é a pior, mas aquela é uma cobra pequena, a ponta do rabo é branco, aquela te enfrenta, se tu está ali, se ela é da grossura do dedo ela se abre e fica largona assim, demônio... Daí conforme o que se apresenta ela te enxerga mal e mal, tu faz um barulhinho, ela já fica pronta pra te morder. Não deixo escapar uma, porque eu tenho medo. Sabe que um dia me aconteceu, faz uns quatro, cinco anos, eu peguei a foicinha e fui cortar pra vacas e não é que veio aquele milheto, tinha uma baita duma jararaca, daquelas bem grisadas, bem enrolada, eu passei a foicinha por cima e a mão. Ela não quis morder porque estava dormindo eu acho, até acho que não se mexeu não sei porque. Mas depois daquela nunca mais que deixo uma cobra escapar, porque tu está sempre trabalhando no meio da sujeira, da capoeira ou mato, sei lá ... grama. Nas lavouras é sempre perigoso. Tu está sujeito à picada de cobra. Então, depois daquela eu não deixo escapar nenhuma. (E13)

Araújo e Ely (1978, p. 20), citam que

a estória da serpente começa com a história do mundo. No paraíso, ela aparece como o princípio do mal, causando a primeira queda do homem, recebendo então, do Senhor, a maldição de 'andar de rastro sobre o ventre, comer pó todos os dias de sua vida e estar em constante luta com a espécie humana.

As serpentes foram cultuadas entre os povos da antiguidade que, por meio da adoração ou veneração, procuravam agradá-las para se livrarem do mal que poderiam causar.

Na Grécia Antiga, teve grande importância o mito da serpente "Píton" que tinha 100 cabeças e foi morta por Apolo com suas flechas. Esculápio, pai da Medicina e da magia, tinha a serpente como um dos seus principais atributos, visto que ela

simbolizava a renovação da vida, o rejuvenescimento e o renascimento. Era igualmente considerada símbolo da prudência e da ponderação.

No Antigo Egito, a serpente era considerada símbolo da fertilidade. Na Índia e Indochina, era venerada a serpente de sete cabeças ou deus-serpente. Na mitologia mexicana, Coatlicué, mulher-serpente, era protetora das parturientes. Entre os maias e astecas a serpente significava a força geradora da vida e da sexualidade (ARAÚJO e ELY, 1978).

Na cultura ocidental não se encontram vestígios de culto ou veneração às cobras (se houvesse, provavelmente seriam menos sacrificadas). O que se observa é um medo exagerado e supersticioso transmitido de geração para geração desde tempos imemoriais.

Araújo e Ely (1978) fazem referência crítica a crenças enganosas encontradas no Brasil, principalmente nas zonas rurais, o que auxilia na desmistificação de muitas estórias contadas a respeito das serpentes.

Araújo e Alves (1992) alertam para que todos os agricultores deste país, principal alvo das cobras, tome todas as precauções que estiverem ao seu alcance para não serem vitimados. Antes de se vestirem, devem observar se suas roupas e botas não abrigam a companhia dos ofídios. É sabido que 80% dos acidentes podem ser evitados se o produtor utilizar botas de cano alto ou perneiras de couro com botina. Aliás, o uso de botinas evita 60% dos acidentes e o simples sapato já impede 50% das possibilidades de envenenamento. Essas orientações possuem uma explicação lógica: as cobras, em sua maioria, dão botes de até um terço de seu tamanho, com exceção da temível surucucu, que ultrapassa este limite.

Os ofídios possuem papel fundamental na cadeia alimentar dos ecossistemas, mantêm o equilíbrio natural no meio ambiente, alimentando-se, por exemplo de roedores, que são atraídos pelas culturas agrícolas e pelo lixo que o homem introduz nos meios rural e urbano. Economicamente, possuem grande importância através dos produtos que deles são extraídos e para a saúde pública. Por exemplo, os venenos das serpentes são utilizados na fabricação de medicamentos para hipertensão, cola cirúrgica, analgésicos, entre outros³⁸.

³⁸ Araújo, Moema Leitão de; Alves, Maria Lúcia Machado. Porto Alegre, Revista Natureza em Revista. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, n.13, ago. 2002.

Marques, Eterovic e Sazima (2001, p. 7), Giuseppe Puerto (Diretor do Museu Biológico do Instituto Butantan) cita no prefácio da obra:

Em suas formas sinuosas, desenhos e cores, que as camuflam para sua proteção. Em seu comportamento tímido e solitário, seu direito à privacidade. Em seu veneno letal, seu direito de matar para sobreviver. Em seu poder de “rejuvenescimento”, a cada muda de pele, criando o símbolo da eternidade. Por essas e outras razões, temos o dever de conhecer e entender o que a evolução levou milhões de anos para criar!

Voltando à Tabela 5, pode-se averiguar que as classes mais lembradas são, em primeiro lugar, a dos mamíferos e, secundariamente, a das aves.

As atitudes de simpatia para com os animais se inserem diversificadamente de acordo com as culturas locais. Os mamíferos assumem nesse cenário, um lugar especial, mesmo tratando-se de animais aquáticos, instância em que os peixes são menos considerados que os golfinhos, mesmo que ambos sejam companheiros de uma mesma rede de pesca (DESCOLA, 1998 apud DAL FARRA, 2003).

Acredita-se, igualmente, que a proximidade do ponto de vista fisiológico e comportamental favoreça essa maior identificação com os mamíferos.

No conjunto dos mamíferos silvestres citados, alguns estão ameaçados de extinção: anta, bugio, gato-do-mato, jaguatirica, lobo-guará, onça, paca, tamanduá e algumas espécies de veados, conforme Fontana, Bencke e Reis (2003). Interessante observar que alguns destes animais são vistos com frequência pelos agricultores, o que demonstra que talvez possa estar havendo um aumento na população dos mesmos nessas localidades. Pesquisadores da área de Mastozoologia da Fundação Zoobotânica relataram que não existe estudo sobre mamíferos silvestres realizado nessa região do Estado.

Os mesmos autores supracitados dizem que

a biodiversidade é um bem comum e é o produto de mais de três e meio bilhões de anos de evolução biológica. A extinção, por sua vez, é algo que nos diminui a todos. É um sinal de que passamos por cima do direito à vida de outras formas de vida e nos julgamos capazes de selecionar quais espécies devem e quais não devem continuar existindo em nosso planeta. Não devemos extinguir espécies. Se não por outros motivos, simplesmente porque as gerações futuras poderão querer dar um valor maior à biodiversidade.

No Rio Grande do Sul, as principais causas de declínio e extinção de espécies são: destruição de hábitat, descaracterização de hábitat, caça ilegal e pesca predatória, efeitos de poluentes, introdução de espécies exóticas, comércio ilegal, interações com a pesca comercial (por exemplo, captura incidental de aves marinhas em espinhéis ou o emalhamento de botos em redes de pesca), coleta predatória, agentes patogênicos e hibridação, relatam Fontana, Bencke e Reis (2003).

Animais como os insetos, que possuem papel essencial na agricultura, em atividades de polinização e controle biológico, não foram lembrados por esses agricultores. Talvez esse fato seja realmente uma unanimidade para a população em geral. Refletindo sobre o assunto pode-se considerar que, a maioria das pessoas não costuma associar as palavras “animal silvestre” a insetos.

Mas, seria importante lembrar que longe dos refletores dirigidos aos grandes astros da conservação – doces pandas, simpáticos elefantes e esbeltas girafas – insetos, nematóides, acarinos e organismos patogênicos desempenham papel fundamental: o controle de pragas. Na maioria dos casos, os mesmos são recrutados no ambiente natural de onde provêm as pragas. A escala do controle biológico é expressiva: nos últimos 100 anos, cerca de 300 pragas de insetos foram controladas por 560 espécies de seus inimigos naturais. Estima-se que, aproximadamente, 40% dos programas de controle biológico de insetos e 30% dos programas de controle de plantas não-desejáveis são bem-sucedidos. Os procedimentos, de forma geral, são muito baratos e ao ser estabelecido o controle biológico se mantêm, evitando novos gastos de tempo e dinheiro (BENSUSAN, 2002).

Além disso, a polinização (realizada por muitos animais, principalmente os insetos) é um processo-chave para garantir a produtividade agrícola.

Muito da chamada biodiversidade reside nas plantas produtoras de pólen e nos animais que realizam seu transporte. Como uma grande quantidade das plantas que compõe a dieta alimentar humana e suas vestimentas depende de polinizadores animais para se reproduzir, a crise da biodiversidade não acontece apenas na Amazônia, acontece nas hortas, nos campos de agricultura, nos supermercados, nos restaurantes, nos shoppings, nos grandes magazines de roupas, nas carrocinhas de cachorro-quente, enfim, ao redor do homem.

Muitos desses polinizadores vivem e se alimentam em áreas de vegetação natural e polinizam campos de agricultura, hortas e jardins adjacentes, prestando um

importante serviço (vale ressaltar que há cerca de 25 mil espécies de abelhas polinizadoras e que a maioria delas são abelhas solitárias que não produzem mel). Nem todo animal que visita uma flor é um polinizador. Há polinizadores específicos para cada planta. Considerados sob o ponto de vista das flores, eles são um recurso escasso. O desaparecimento dos polinizadores naturais possui múltiplas causas, como a destruição e fragmentação de habitats naturais, uso de práticas agrícolas inadequadas, pecuária, uso de pesticidas e herbicidas e a introdução de polinizadores não-nativos. Através do reconhecimento do problema e de suas conseqüências econômicas algumas ações para reverter esse quadro já estão em curso. Nos Estados Unidos, está em curso uma proposta para a criação de uma política nacional de polinização (BENSUSAN, 2002).

Dando continuidade às observações do presente estudo, para 87,5% dos agricultores os animais silvestres, em geral, não representam uma ameaça. Destes últimos, 31,25% responderam que algumas espécies são uma ameaça em função das investidas que fazem contra as lavouras. Apenas 12,5% dos entrevistados consideram os mamíferos e aves como ameaçadores.

A parcela de 56,25% acredita que a fauna silvestre está ameaçada por caçadores.

Abaixo, transcrevem-se as falas dos agricultores sobre o assunto.

Agricultor - Eles podem se tornar sim, se plantar uma lavoura eles vão ir lá. Mas tem espécies que os caçadores não precisariam matar e eles matam. Se se cria em quantidade pode ser ameaça, mas nem todos são uma ameaça pra lavoura, depende das espécies.

Agricultora – o porco espinho destrói a lavoura, aquele que tu falou antes também, foi o coati ou a cotia.

É cotia! Parece um porquinho, é um mamífero meio gordinho.

É ele come milho.

Agricultora – os macacos também comem milho. Tem frutas que eles comem, mas se não tem fruta eles debandam pra roça. (E5)

Agricultor - Seriam um equilíbrio, o macaco deveria ter vergonha de ser parente do homem. (E6)

Filho do Agricultor – Eu acho que a única ameaça é quando alguém, por exemplo, essa história do javali, alguém soltou proposadamente e ele começa a ser uma ameaça daí, dentro da natureza normal, assim eu acho que não seria uma ameaça. O javali é exótico, nem é nativo. Mas tem outros ali, quando o pessoal começa a soltar, ele se procria demais aí começa a ser uma ameaça. Mas dentro do normal da natureza não é uma ameaça, eu não considero.

Filho do Agricultor – Se alguém, vamos dizer ali as capivaras, se soltarem as capivaras ninguém mais segura agora. Porque quem comia as capivaras nem mais existe hoje. Quem que é, a onça, um outro animal

maior, não existe, e aí se começar criar assim, daqui uns anos vai ter quantas, 100 capivaras, 150. E aí vai se tornar uma ameaça.

Simone – Não sei se eles estão ameaçados por caçadores ainda ou não?

Filho do Agricultor – Caçador quase nem mais existe. (E11)

Agricultor - ameaçado por caçadores não, porque o pessoal tem medo da prisão. (E13)

Agricultor – O pessoal diz.: Ah... o cachorrinho vai bem, cuida da casa, é o amigo da pessoa, mas é um incômodo porque eles destroem tudo que é bicho. Nós ultimamente temos um monte de lagarto aqui que come cobra, come rato. Existe muita pouca cobra aqui perto.

Agricultor – Tucano uma vez não tinha agora tem um monte, jacu então nem se fala.

Simone – Mas Jacu prejudica alguma coisa?

Agricultor – Ele não prejudica muito, mas onde bate um bando de Jacu nos caquis, é um desastre. O tucano com poucas bicadas se vai um caqui. (E16)

Belton (1993) citam que, na verdade, poucas espécies de aves são pragas para o agricultor e criador, outras são acusadas de causarem danos, os quais, sem dúvida, são exagerados. Medidas de controle são tomadas, muitas vezes, sem qualquer tentativa séria de avaliar os benefícios que tais aves também proporcionam. É mais fácil ver o estrago feito numa lavoura de arroz, à colheita de milho ou a um cordeiro recém nascido do que calcular as vantagens que o causador do dano têm trazido pelo consumo regular de sementes e ervas daninhas, de insetos, camundongos e outros animais considerados “pragas” no meio rural.

Indagando-se sobre uma característica que considerassem importante nos animais silvestres 44% dos entrevistados afirmam que eles são importantes à medida que possuem uma função no ecossistema que é, principalmente, a de equilíbrio das populações. Realizam controle populacional tanto da sua quanto das outras espécies (inclusive das que se tornam pragas).

Abaixo, tem-se as falas sobre o tema:

Agricultor - O fato de ele ser um controlador dos animais eu acho. Sei lá, não sei se é nesse sentido também. Acho que ele é importante porque ele faz parte do ecossistema, se a gente na terra, na agricultura, faz esse trabalho pra preservar o ambiente, o ecossistema da terra, então eu acho que toda a cadeia é importante. Daí se a minhoca, se um outro fungo, um outro bichinho não existir é porque um outro comeu ele. Se começarem a existir demais, também é porque tem um outro que está faltando. (E11)

Agricultor - Eu não consigo explicar isso aí, tenta me explicar melhor... Desses aí eu não saberia dizer as vantagens e desvantagens; no momento eu não faço idéia. Quando eu olho um bicho, certos bichos eu mato porque não presta pra nada, tem um que come o outro, que até seria bom, mas no momento não tenho nada pra falar, eu não perdi tempo pra ver o que é que o bicho faz, que vantagem tu tens, porque ele faz, se um come o outro, de preferência um bicho como o lagarto que come as cobras, pelo menos é uma boa, porque têm algumas a menos que incomodam. (E13)

Agricultor - O lagarto come as cobras, ratos... eu acho muito interessante. Agora o gambá pra mim podia... não sei o que ele traz de benefício. Quando pegava as galinhas, meia noite gritavam, gritavam... Se tu for analisar, as lebres dão prejuízo pros vizinhos. Eu vejo de interessante nos animais silvestres é que eles fazem parte do sistema e comem um monte de bichinhos tipo: vaquinha, mosca da fruta. Pra nós eles não chegam a ser prejudiciais, fazem parte de um sistema, o único é o gambá. Eles se escondem no galpão, fazem o ninho deles no galpão. Então imagina, fazem cocô... (E16)

Conforme Silva (1984), alguns mamíferos aprenderam a viver no ambiente artificial criado pelo homem e tornaram-se pragas. Contra essas espécies são promovidas verdadeiras guerras de extermínio, mas elas continuam proliferando, pois encontram alimentação abundante onde habitam, seja na zona urbana ou rural. Nesses combates é comum o homem envenenar e matar também animais que não o prejudicam, pela falta de estudos e de um controle adequado. Em muitas ocasiões, algumas espécies são acusadas, levemente, de atacarem plantações ou animais domésticos e são combatidas mesmo não havendo estudos que comprovem esses danos. O desconhecimento sobre a verdadeira causa do prejuízo e também sobre a biologia da espécie não possibilita métodos de controle realmente eficazes e com efeitos duradouros.

Ainda, segundo o mesmo autor, todas as situações que envolverem manejo de espécies de animais silvestres devem ser levadas aos órgãos competentes e solucionadas com base em conhecimento científico. Informações gerais básicas sobre a fauna brasileira que pudessem ser acessadas por toda a população, também seria um passo fundamental para a formação e ampliação de uma consciência popular mais ecológica. A mentalidade dominante da população sul-riograndense sobre os mamíferos não é condizente com o verdadeiro valor desse importante patrimônio ecológico e cultural. Os moradores da zona rural são os que têm melhores condições de conhecer as espécies silvestres, todavia, algumas vezes este conhecimento encontra-se restrito a situações empíricas ou relatos que são transmitidos através de gerações. Muitas vezes, envoltos nas lendas e superstições,

os animais acabam sempre em posição de inimigos e não são valorizados como deveriam.

Um caso típico que se pode citar é o dos graxains que são considerados nocivos por seu suposto hábito de atacar animais de criação. No entanto, estudos sobre o conteúdo de seus estômagos inocentam os mesmos. Nos poucos casos em que foi, de fato, constatada a presença de restos de ovinos em seus estômagos, estes eram sobretudo de carniça, o que evidencia apenas a ingestão de partes de animais já mortos. A maior proporção do alimento de origem animal era de ratos, evidenciando sua importância como predador (SILVA, 1984).

Em alguns países europeus, como a França, agricultores que têm perdas de animais domésticos pela captura feita por animais silvestres, possuem direito à indenização proporcional aos danos causados. Talvez esta pudesse ser uma boa alternativa para os agricultores do ponto de vista econômico, o que não retira o fato de que são necessárias políticas públicas na área de educação ambiental como atestam todos aspectos supracitados.

Para 25% dos agricultores a beleza associada aos animais é uma característica significativa. É o que diz E9:

Agricultor - Embelezar a natureza, é uma coisa diferente, anima também.
(E9)

Dois entrevistados falaram a respeito do medo que estes animais possuem e de seu comportamento arisco.

Agricultor - Acho que todos eles são bastante ariscos. Eu não sei se é um pouco a caça do homem e também cachorros que têm pela região aí. Se vê uma pessoa já se espanta, se vê um cachorro, o cachorro vai atrás, isso aí é uma coisa que eles tentam fugir sempre. Eles tem medo. (E4)

Surgiram outros pontos de vista individuais interessantes, expressos na seqüência a seguir.

Agricultor - A liberdade, principalmente a liberdade, a livre escolha, de escolher o lugar, o alimento. Eu acho que é. A alegria deles também, porque se fosse se colocar no lugar deles, tu tem um animal fechado, tu te coloca no lugar deles, no caso assim.

Simone – Tu achas que eles são mais alegres do que os domésticos?

Agricultor - Ah são, sim. Embora tem esses periquitos que chama, sei lá, estes de gaiola, se soltar, daí eles morrem. (E12)

Agricultor - Instinto para sobrevivência. Os animais não fazem tanta coisa ruim quanto o ser humano. Mães de animais não abandonam os filhotes e isso que ser humano pensa. (E10)

Agricultor - A sua independência, se viram, não precisamos alimentá-los. (E8)

Agricultor - Olha... eu acho interessante a questão dos coatis, porque eles vivem em bando. Devem comer de tudo que é jeito. Esses pêssegos que eu te mostrei ali por baixo, eles comiam os que estavam no chão maduros e nunca subiram em cima de um pé, e eu achei eles várias vezes e até de dia e eles nunca comeram. Quer dizer, me parece que eles tem um certo juízo, eles sabem o que eu posso e o que não posso! Se tem no chão eles comem, se tá no pé eles nunca subiram. (E2)

Nesses registros são visíveis as ligações da liberdade, a independência, a alegria, o aspecto do instinto, de uma menor maldade, do cuidado com os filhos e até um suposto “juízo” como elementos peculiares à natureza dos animais.

Na averiguação sobre se os entrevistados já haviam comido carne de caça e em que situação, 94% deles disseram que comeram carne de caça. Apenas um falou nunca ter comido.

Nas falas abaixo, os entrevistados relatam a caça e o consumo de animais silvestres.

Agricultora – na minha época, vamos supor se tinha a liberdade pra ir caçar, porque antigamente não era proibido caçar. Se ia caçar qualquer bicho, eu mesmo, o meu pai, ele tinha cachorro, ele pegava veado, ele pegava lebre, eles faziam vamos supor num domingo e eles iam em 4 ou 5 homens. Ah... hoje nós vamos caçar o veado e caçava e comia. Mas agora de uns anos pra cá não dá pra fazer assim. E eu nunca vi veado de perto quando era mais nova, mas agora faz uns 10, 12 anos pra cá eu já vi diversos por perto.

Agricultor - Sim, na época que se caçava era o pombo, às vezes em grande quantidade e era preparado né.

Simone - mas é porque era costume na região?

Agricultora – Sim, mas é que se criava bem mais, é que antigamente se criava bem mais o pombo. A lebre também. (E5)

Porém, 12,5% dos entrevistados sempre foram contra a caça.

Agricultor – Não. Sempre fomos contra. Eu já comi, no passado.

Agricultor – Acho que só quando eu era pequeno, nem me lembro eu acho.

Pai do Agricultor – A última passarinhada que eu comi foi lá no Bortolotto, aquele dia que casou a princesa Diane que depois faleceu num desastre.

Acho que foi em 82. (E 16)

Já, 44% comeram a caça silvestre pela questão da tradição.

Agricultor - Tatu, lebre, algumas pombas. Quase todo mundo caçava para comer algo diferente, era tradição passarinhada. Existiam famílias que caçavam animal de todo tipo. A diversão era caçar e pescar. (E3)

Agricultor - Eu nem me lembro mais. Agora, antigamente caçavam mais, sabe. Eles caçavam, se reuniam, juntavam as pombas, os jacus, faziam aquelas fornadas, né.

Era mais costume. Hoje eu acho que é mais fácil tu ir lá no mercado e comprar uma carne e fazer um churrasco do que ir caçar. Mas uma vez teve por capricho. É que eles faziam aquelas roçadas nas encostas, aí plantavam milho e trigo. E depois então os bichos vinham e comiam e daí eles faziam aquelas cevas e caçavam, na verdade caçavam bastante. (E15)

Um dos entrevistados caçou porque os animais (ratão do banhado) estavam estragando a lavoura; outro argumentou que consumiu por ser uma carne diferente; um terceiro disse que pegava pássaros antigamente com arapuca. Duas famílias caçam com arapuca (principalmente pombas).

No conjunto, conforme relatos, os animais mais consumidos são: tatu, lebre, pomba, sabiá, “passarinhada” e jacus.

Agricultor - Uma vez tinha... Nem se vê mais pomba. Tem gente que caça pra comer, mas nós não. Nem se enxerga mais, os veados, se pega umas pombas a gente nem caça com espingarda, arma umas arapucas, só. Onde tem bastante passarinho, tu dá comida ali, daí tu pega, pega ali uns seis passarinhos pra fazer uma janta. É bom no inverno comer uma pombinha. Tu faz com recheio. Um ano tem 50 pombinhas, tu pega cinco ou seis e deu. O resto tu deixa criar de novo. E pega sempre na época que não tem ninho, senão tu destrói tudo. (E9)

Agricultor - Às vezes pomba de mato, aqui nas lavouras, eu boto uma arapuquinha, não sei o modo de dizer, ...umas duas vezes por ano só para sentir o gostinho da passarinhada, só para matar a saudade do gosto. Não uso espingarda, tá louco... Os fiscais podem ouvir. (E13)

A partir dessa fala se observa que a tradição da “passarinhada” ainda se mantém viva. Ao mesmo tempo alguns registros, como os abaixo demonstram certa mudança de mentalidade por parte da população.

Mãe do Agricultor – Ah mas não muito, menos, menos. Eu ando bastante nessas casas por aí, então eles dizem que matar pra quê o bichinho... Quando é no fim não sobra nada pra comer. Que uma vez eles diziam “esses passarinhos, essas coisas”, agora é raro, se tu vai matar um passarinho pra comer. O que que sobra pra comer.

Agricultor – A facilidade das coisas, né. A facilidade das coisas hoje. Porque antes tinha condições de perder um tempo, uma meia hora e pegar um passarinho e hoje tu não tem mais, o pessoal não tira mais o tempo pra isso, não tira. (E11)

Agricultor - Antigamente a gente tinha este hábito de caçar. Agora não. Era pomba, era Uru acho que chama. É, mais eram estes passarinhos ali. Até sabiá antigamente se comia.

Eu assim caçar, só quando eu era menino. Tinha uns dois anos quando eu caçei, acho. Mas quando eu cheguei, um dia eu tinha feito uma ceva assim, aí cheguei e começaram a chegar as pombas e vinham devagarzinho, bom... mas era um bichinho tão lindo. Pra que matar? Aí depois eu comecei a colocar na cabeça isso aí: não vou mais matar e ... dá pena do bichinho, né...

Simone – De vez em quando não dá uma vontadezinha assim?

Agricultor - É, pra comer até que dá, mas pra chegar e matar não. Me dá dó do bichinho. Mas saudade, vontade de comer assim eu comia.

Simone – Mas não é muito pouca carne? Muito trabalho pra um pouquinho assim?

Agricultor - Não. Dá trabalho até um pouquinho, mas mais é pra ter uma variação, na realidade, isso aí. Mas assim, se eu fosse sair daqui hoje e dizer: amanhã eu vou caçar uns passarinhos ali, não. Não vou. (E12)

Em uma das entrevistas feitas, um *nonno* deixou passar (sem o consentimento do genro que estava ao lado e repreendeu-o pela informação) que havia plantado caquizeiros só para atrair os sabiás que depois vinham se alimentar dos frutos. O fato foi hilário, visto que o genro exclamou: - *Nonno*, não fala isso, a gente não faz mais passarinhada!

O que foi possível perceber é de que existe certo conflito de gerações em torno do “matar ou não passarinhos” (ou mesmo outros animais). A geração mais nova tende a abandonar o costume e a mais velha a querer que perdure, o que gera sentimentos ambíguos nas diferentes instâncias.

Segundo DAL FARRA (2003), ao afirmar reiteradas vezes que “há novos olhares em relação aos animais e que ganhou força nos últimos anos o discurso de bem estar animal e de proteção à natureza, não pretendo dizer que ocorreu uma ruptura com a utilização dos animais e dos bens naturais como recurso para o bem estar humano. Apenas assinalo que tais práticas que envolvem o emprego utilitário desses seres têm sido atravessadas e ‘vigiadas’ pelas sensibilidades em relação a eles” (p. 227).

Essas sensibilidades conforme se observou no grupo de entrevistados, são heterogêneas entre si, múltiplas, complexas e, muitas vezes ambíguas. O mesmo entrevistado que se diz ser contra a caça, o que, de certa forma, poder-se-ia considerar memorável afirma que “o gato caça os ratinhos, só por isso nós temos. Senão eu destruía tudo que é gato”.

Na argüição sobre a vontade de fazer criação de algum tipo de animal silvestre, 75% dos entrevistados não possuem vontade e 25% têm interesse nesta atividade.

Os que não possuem vontade de fazer criação deram os seguintes argumentos:

- falta de tempo (25%);
- acham que os animais estariam melhor soltos nas florestas (25%);
- dá muito trabalho (19%);
- não gostam de sacrificar animais (12,5%);
- preferem animais domésticos (6,25%);
- é difícil conseguir agradá-los (6,25%);
- a propriedade é pequena (6,25%).

Os que têm interesse dizem que “é bom ter perto de casa para ‘contentar os olhos’, apreciar a beleza”(19%).

A fala de E12 ilustra bem esta idéia.

Agricultor - Eu teria. Teria vontade de criar umas capivaras. E que mais que eu queria ter? Teria vários, mas aí seria quase um zoológico, teria que fazer cercado... Umas cotias, paca também eu gostaria de ter. Eu faria mais pra ter perto de casa assim, pra Bonito. Pra ter um hobby diria eu assim. Porque eu gosto de animais. Antigamente nós tínhamos, tinha um lugar aqui que tinham feito uma roça e foi achado um ninho de Jacu e tinha três ovos. O meu pai levou para casa e eu propus chocar embaixo de uma galinha. E conseguimos salvar um. Mas era, morava em baixo, no galpão ali. Todas as manhãs a gente ia tomar café. Eu tenho hábito de tomar café aí pelas sete e meia, 8 horas e todos os dias nós íamos tomar café, nós abríamos a janela e ele vinha na janela. Aí nós dávamos comida pra ele, dava pão, polenta. Ele comia e depois ele saía, depois passava o dia inteiro ali com as galinhas, chamava ele e ele vinha. Bá!... eu tenho uma saudade que... Depois ele sumiu, desapareceu. (E12)

Um dos agricultores declarou que faria criação de animais silvestres “para não deixá-los desaparecer”, e utilizá-los como alimento também (em último caso) (19%).

Dal Farra (2003, p. 212) afirma que

dentro das inúmeras possibilidades de representações de animal inseridas, inclusive, no discurso ecológico, nós fazemos as nossas escolhas: defendemos o cuidado dos animais que são importantes para nós, olhamos para alguns com mais interesse do que para outros, aumentamos o poder de nossas lentes de ‘curta distância’ para atingir também os animais da fauna local junto com os ícones de preservação como o panda, problematizamos a caça e, fundamentalmente, absorvemos as representações cuja ressonância com nossos valores proporcionam maior engajamento com os discursos que circulam no tecido cultural.

Nas questões relativas aos animais domésticos, o primeiro item analisado era sobre o tipo de criação a que eles estavam sujeitos.

Os dados se encontram na seqüência:

- 25% tem todos os animais livres na propriedade;
- 25% criam, em liberdade, galinhas, vacas e gatos;
- 12,5% tem todos os animais confinados;
- 12,5% confinam porcos, mas galinhas e vacas , não;
- 12,5% confinam frangos, um deles faz comercialização;
- 6,25% tem semiconfinamento para todos os animais na propriedade;
- 6,25% tem semiconfinamento para galinhas e porcos. As vacas são livres.

Na pergunta sobre se os animais domésticos possuem livre reprodução, 69% responderam que sim, o restante apresentou as seguintes variações:

- um dos agricultores afirmou que a reprodução é controlada;
- outro relatou que sobre as vacas e porcos existe controle, mas sobre as galinhas, não;
- uma família mencionou que procura ter cria de vacas e porcos no verão;
- uma agricultora que cria somente galinhas falou que compra os pintos, por este motivo não controla a reprodução;
- um dos entrevistados disse que controla as vacas para que toda a vez que uma estiver com cria, a outra não esteja (em função do leite).

Outra questão averiguada foi se na visão deles esses animais possuíam bem-estar. Praticamente todos acreditam que seus animais domésticos tem bem-estar, com exceção de uma família que ficou em dúvida porque seus animais se encontram confinados.

Os motivos do bem-estar animal: para 44% é porque possuem alimentação. Para 37,5% é porque estão livres, soltos, em um bom espaço (com exceção dos porcos, que em todos lugares onde são criados, estão confinados).

A fala abaixo, retrata esse pensamento:

Agricultor – Olha...eu penso que eles estão livres, estão soltos, se eles estivessem fechados, talvez com melhor comida até, mas eles estariam ali, quase como uma pessoa na prisão, então eles estão mais livres, eles estão em um bom espaço. Tem várias nascentes de água, se eles querem tomar uma água mais quente vai na água do açude, se eles querem tomar uma água mais fresquinha vai no pocinho. Acho que eles têm um...

Simone – Mas mesmo os porcos?

Agricultor – Os porcos estão um pouco mais prisioneiros: o espaço deles é menor, eles têm um chiqueirinho deles com um colchão d'água, mas o espaço deles é bem menor. E aí eles não podem nem escolher a comida, normalmente eles comem aquilo que tu está dando. Agora pro gado às vezes tu pega um pico de grama, às vezes pega um outro mato que nasceu, nativo, tem um pouco mais de liberdade.

Simone – Os porcos não podem escolher a água...

Agricultor – Não, daí não. Não tem essa liberdade. (E2)

Já, 25% afirmam, bem-estar animal porque eles possuem cobertas, galpão, abrigo, conforme a fala a seguir:

Agricultor – Sim. Bom, poder dormir debaixo de uma árvore...

Agricultora – É, eles tem as cobertas, tem galpãozinho pra eles se abrigarem quando chove, no inverno que é frio, é um bem estar.

Agricultor – Mas o bem estar é do ponto de vista deles, eu prefiro dormir numa cama do que dormir debaixo de uma árvore, mas por outro lado, eu acho que uma vaca não gostaria de dormir numa cama. Acho que é o ambiente deles, solto, livre. (E1)

Para 19% dos entrevistados esse bem-estar se relaciona a “eles tem sossego” e “não apanham, não são judiados”.

Sobre isso, fala E10:

Agricultor - Os frangos estão acostumados a estarem presos, são bem alimentados, tem água limpa, estão tranquilos, comem, bebem. Tem lugar para ficar, estão em uma casa seca e bem alimentados. O meu cachorro está preso, isso diminui o bem estar, mas ele tem bom tratamento, nunca surrei meu cachorro. (E10)

Considerou-se, também, a opinião individual de alguns entrevistados:

Agricultor - tem direito porque é um ser vivo também. (E6)

Agricultor – Os cachorros, dar banho?

Agricultora – É, os cachorros a gente deveria ter mais higiene, cuidar mais. (E7)

Agricultor - teriam (no frio) e não teriam (no calor). Com certeza, livres eles estariam melhor, mas o custo dificulta. (E9)

Agricultor - Sim, imagina, os nossos gatinhos, tem que ficar comprando leite, gastando dinheiro com leite, para eles tudo. Eles ficam sempre aqui. Eles só tem mordomia. (E16)

Agricultor - Bem estar é a Marcela que chega lá e pega no colo e brinca. É bem estar e aí chega o Marcelo e a Leila, vão lá: "ah, cachorrinho lindo"... pega no colo e é aquela festa. Chega a mana: "ah..." cada um leva uma. (E7)

Dal Farra (2003, p. 243), salienta que

a relação do ser humano com os animais é caracterizada pela ambigüidade no que concerne ao bem estar animal, como pode ser evidenciado pela simultaneidade de práticas ligadas à criação de animais de companhia e à preservação de animais silvestres junto ao maciço consumo de produtos de origem animal em nossa sociedade.

Conforme a Instrução Normativa N° 7, de 17 de maio de 1999 (em anexo), que regulamenta a produção orgânica no país,

entende-se por bem-estar animal, permanecer o mesmo livre de dor, sofrimento, angústia e viver em um ambiente em que possa expressar proximidade com o comportamento de seu habitat original: movimentação, territorialidade, descanso e ritual reprodutivo. Além disso, cita que, o transporte, pré-abate e abate dos animais deve seguir princípios humanitários e de bem estar animal.

Um fato que chama a atenção na região é que os porcos são sempre confinados. Talvez seja um costume longínquo que perdura até hoje. Alguns alegam que eles fuçam em tudo e por este motivo fica difícil deixá-los soltos.

Estudos realizados na Austrália por Hemsworth e colaboradores demonstraram que suínos tratados de forma gentil são mais fáceis de manejar, atingem maturidade sexual mais rapidamente e são mais produtivos (ZANELLA, 1997).

Multiplicam-se as informações científicas comprovando que a resposta dos animais ao estresse físico e psicológico, dor e sofrimento tem muito em comum com a resposta manifestada pelos humanos. Dados recentes sugerem que certos animais têm uma capacidade cognitiva desenvolvida, interagem com o ambiente de forma sofisticada, aprendendo tarefas complexas através da experiência. Animais também desenvolvem relações sociais complexas.

Quando o meio ambiente inviabiliza a manifestação de atividades comportamentais próprias da espécie, formas anormais de comportamento podem se desenvolver. A ocorrência e manutenção de comportamento estereotipado, caracterizado pela repetição de movimentos, relativamente invariáveis, sem objetivo ou função aparente é um dos indicadores de que as condições ambientais são inadequadas.

Animais domésticos são sociais e o isolamento ou disrupção da estrutura social podem induzir mudanças comportamentais e neurofisiológicas (ZANELLA, 1997).

Sob o ponto de vista filosófico, SINGER (2004), principal formador do movimento “Libertação Animal”, que atrai a cada dia maior número de adeptos em todo mundo, vai um pouco mais além, dizendo que muitos filósofos e outros escritores, de uma forma ou de outra propuseram o princípio da igual consideração de interesses como um princípio moral básico; porém, poucos reconheceram que esse princípio aplica-se aos membros de outras espécies da mesma forma que aos da humana. Bentham foi um dos poucos que teve essa compreensão. Em uma passagem reveladora de grande antevisão, escrita numa época em que os escravos negros haviam sido libertados pelos franceses, mas ainda eram tratados, nos domínios britânicos, da mesma forma que hoje, muitas pessoas, tratam os animais, Bentham (apud SINGER, 2004, p.8-9) escreveu:

Talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos que jamais poderiam ter-lhe sido negados, a não ser pela mão da tirania. Os franceses já descobriram que o escuro da pele não é razão para que um ser humano seja irremediavelmente abandonado aos caprichos de um torturador. É possível que um dia se reconheça que o número de pernas, a vilosidade da pele ou a terminação do osso sacro são razões igualmente insuficientes para abandonar um ser senciente ao mesmo destino. O que mais deveria traçar a linha intransponível? A faculdade da razão, ou, talvez, a capacidade da linguagem? Mas um cavalo ou um cão adultos são incomparavelmente mais racionais e comunicativos do que um bebê de um dia, de uma semana, ou até mesmo de um mês. Supondo porém, que as coisas não fossem assim, que importância teria tal fato? A questão não é ‘Eles são capazes de raciocinar?’, nem ‘São capazes de falar’, mas, sim: ‘Eles são capazes de sofrer?’³⁹ (SINGER, 2004, p. 9).

Nessa passagem, Bentham cita a capacidade de sofrer como a característica vital que confere a um ser o direito à igual consideração. Ao asseverar que se deve considerar os interesses de todos os seres com capacidade de sofrer ou sentir prazer, ele não deixa arbitrariamente de admitir a consideração de quaisquer interesses – como o fazem os que traçam a linha por referência à posse de razão ou linguagem. A capacidade de sofrer e de sentir prazer é um pré-requisito para se possuir algum interesse, uma condição que precisa ser satisfeita antes que se possa falar de interesse de modo compreensível.

Singer (2004, p. 9) afirma ainda que

³⁹ Bentham J. Introduction to the Principles of Moral and Legislation, capítulo 17.

seria um contra-senso afirmar que não é do interesse de uma pedra ser chutada na estrada por um menino de escola. Uma pedra não tem interesse porque não sofre. Nada que lhe possamos fazer fará qualquer diferença para o seu bem estar. A capacidade de sofrer e de sentir prazer, entretanto, não apenas é necessária, mas também suficiente para que possamos assegurar que um ser possui interesses – no mínimo o interesse de não sofrer...Se um ser sofre, não pode haver qualquer justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser, o princípio de igualdade requer que seu sofrimento seja considerado em pé de igualdade com sofrimentos semelhantes – na medida em que comparações aproximadas possam ser feitas – de qualquer outro ser.

A última pergunta relativa a esse tema foi qual característica os agricultores consideravam importante nos animais domésticos. Dos entrevistados, 62,5% consideraram “o alimento que os mesmos produzem: dão leite, carne, ovos”, importante característica.

A seguir, transcrevem-se as falas dos entrevistados.

Agricultor - Eu gosto dos animais domésticos porque tem a galinha que põe ovo, quando tu quer comer faz uma sopa. A vaca a gente gosta porque tem o leite, tu faz um queijo, tem nata, tem, dá pra fazer várias comidas, sobremesas. Tu sabes de onde que vem né. Porco a gente cria muito pouco. E tem pombinha também, a gente tem mais pra bonito.

Simone – E em relação assim a cachorro, gato.

Agricultor – Cachorro eu gosto mais pra ficar vigiando um pouco a casa, cuidar, avisar de noite quando chega alguém. Gato assim pra controlar os ratos, é importante também. E outros animais eu não tenho assim.

Simone – E assim uma outra característica de cachorro e gato que não seja vigiar a casa e nem controlar os ratos.

Agricultor – Pra ajudar a tocar o gado. (E15)

Outra característica citada (37,5%) foi que “alguns cuidam da casa, questão da segurança” e 25% considera os “serviços que eles prestam dentro da propriedade (adubam as lavouras, puxam arado)” e, também 25% “o companheirismo que eles apresentam” e “a docilidade e mansidão” desses animais, e 12,5%, falam sobre a “relação de entendimento” que eles possuem com os humanos.

As falas abaixo revelam as características que consideram importantes nos animais domésticos:

Agricultor - o cachorro é muito companheiro, tem cachorro que só falta falar. O gado tem adubo orgânico para por na horta”. (E10)

Agricultor – Os animais que tem aqui são todos mansinhos, não é animal brabo. Vaca também, é tudo manso, touro também; as galinhas às vezes brigam com os cachorros.

Simone – E que característica tu consideras importante neles?

Agricultora – Esse cachorrinho quando eu chego em casa ele vem sempre ao meu encontro, ele vem assim como se fosse uma pessoa, como eu vou te dizer, é... ele entende, te olha, te vê.

Agricultor – Tu chega de carro e ele começa a latir, mas uma latida diferente tipo lobo do mato.

Agricultora - Tanto que ali como a minha mãe com as vacas, a minha mãe entende muito bem as mi... as vacas entendem muito bem a minha mãe, ela chama as vacas já estão lá. Então é assim, é uma coisa muito boa, eu não sei como é que tu pode colocar.

Agricultor – Elas tem uma relação de reconhecimento, as vacas e o dono, parece. Aí se vai um de nós já não é da mesma forma.

Simone - Sim. Ela tem uma psicologia ali com as vacas então.

Agricultora - É, é.

Simone: E eu não sei, as vacas têm nome?

Agricultora - Tem. Filha, dá o nome das vacas pra tia.

Simone – As vacas têm nome?

Filha do Agricultor – Chiquinha, Boneca, Pintada.

Interessantes estes relatos no sentido de realçar o caráter quase humano de certos animais, “ele vem assim como se fosse uma pessoa”, e ao mesmo tempo trazendo marcas fortes de representações de animais domésticos com certos “atributos humanos”, como a sensibilidade, a compreensão e a capacidade de interlocução.

Quanto à característica negativa (se livres): "o fato deles incomodarem quando estão livres, mexerem por tudo" (12,5%), e a positiva quando há interesse em controlar outra espécie: "o controle de população que eles fazem (gato equilibra a população de ratos)" (19%).

Agricultor - Acho que seria negativa: as galinhas que incomodam por tudo quando estão soltas, elas não põem ovos, dificilmente põem ovos se estão fechadas, mas seria negativa nesse ponto. Porque elas vão mexer por tudo, aqui está aberta, elas vem cagar porque não tem porta, então é um problema. Eu acho importante ter isso dentro da propriedade, porque se eu não tivesse o gado eu iria depender do leite, que não saberia de onde que vem, que origem ele tem, que alimentação a vaca teve, e principalmente a carne, que vem de mercado, e aí vem com tudo, tu não sabe se foi respeitado a carência dos produtos, e pelo menos aqui, eu crio eu sei a carne que eu estou comendo, né. (E3)

Agricultor - Importante, o gato caça os ratinhos, só por isso nós temos. Senão eu destruía tudo que é gato. A vaca dá leite, dá o esterco, a carne para consumo. (E16)

Simone – E fora essa questão mais econômica, alguma outra característica.

Agricultora – Os cachorros destroem tudo. É uma característica. (E16)

A tendência a um conceito de “serventia” em relação aos animais em geral, é visível não só neste depoimento, como nas estatísticas resultantes de perguntas feitas aos agricultores quando assinalam características importantes dos animais silvestres e domésticos. Esses aspectos reforçam uma das hipóteses enunciadas na

introdução, a de que existiria uma preponderância por parte desses agricultores a uma visão utilitarista em relação aos animais. Algumas dessas questões poderão, quem sabe, ser mais bem compreendidas, através da lembrança de alguns fatos históricos do passado da humanidade.

Dal Farra (2003) diz que o abandono da vida nômade, o início da instalação de grandes aglomerações de pessoas e a conseqüente divisão de trabalho criaram espaços culturais locais e os animais também tomaram parte nesse processo, especialmente os domésticos. O “trazer o animal para casa” compreendia, também, a sua utilização como animal de tração (boi, cavalo e outros similares). A necessidade sempre caminhou em união com a oportunidade nestes casos. Sob esse aspecto, o animal passou a ser doméstico, mas, também, e desde as civilizações mais antigas, um utilitário.

Em contraposição às religiões animistas de muitos povos indígenas, que, vêem cultura na natureza e natureza na cultura, a tradição judaico-cristã partiu do princípio que ao homem foi dado o domínio sobre a natureza (DIEGUES, 2000).

Conforme Singer (2004, p. 211),

as atitudes ocidentais para com os animais têm raízes em duas tradições: o judaísmo e a antiguidade grega. Essas raízes confluem no cristianismo e é por meio dele que se tornam prevalescentes na Europa. A Bíblia nos diz que Deus fez o homem à Sua própria imagem. Poderíamos entender isso como se o homem também fizesse Deus à sua própria imagem. De qualquer forma, essa concepção confere aos seres humanos uma posição especial no universo, como seres que, únicos entre todas as coisas vivas, são semelhantes a Deus. Além disso afirma-se explicitamente, que Deus deu ao homem o domínio sobre todas as coisas viventes... À medida que pensadores começam a assumir posições relativamente independentes da Igreja, surge uma visão mais esclarecida de nossas relações com os animais; mas, com relação a certos aspectos fundamentais, ainda não rompemos com as atitudes aceitas de forma inquestionável na Europa até o século XVIII.

Na modernidade, os animais estão mais representados na forma de um recurso para o “progresso” humano. A destruição do seu habitat e a sua utilização para fins utilitários à humanidade transformam os animais num bem a serviço desta, não apenas como alimento, mas, também, como objetos exóticos e de entretenimento como na pesca, na caça, no turismo e nas apresentações circenses (FRANKLIN, 1999, apud DAL FARRA, p. 28).

No século XVII, os cientistas já antecipavam o triunfo do ser humano sobre as espécies “inferiores”. Para Bacon, o propósito da ciência moderna era devolver o

domínio do homem sobre a criação, o qual havia sido perdido com o pecado original. O animal domesticado era o símbolo da civilização ocidental e se olhava com desdém para as filosofias orientais que pregavam uma relação harmoniosa com o mundo natural. Thomas (1983) afirma que esse modelo de dominação e domesticação dos animais serviu como base ideológica para a dominação dos seres humanos que “se comportavam como animais”, como os pobres, as mulheres, os negros, etc. (DIEGUES, 2000 p. 7).

Conforme Thomas (1984), no começo do período moderno o predomínio do homem sobre o mundo da natureza era a meta incontestável do esforço humano. Por volta de 1800, ainda era esse o objetivo da maioria das pessoas, alvo inclusive que parecia estar firmemente ao seu alcance. No entanto, tal objetivo já não estava imune a controvérsias. Começaram a surgir dúvidas e hesitações sobre o lugar do homem na natureza e o seu relacionamento com outras espécies. O estudo criterioso da história natural fez cair em descrédito muitas das percepções antropocêntricas dos tempos anteriores. Um senso maior da afinidade com a criação animal enfraquecera as antigas convicções de que o homem era um ser único. Uma nova preocupação com os sofrimentos dos animais veio à luz, e, ao invés de continuarem destruindo as florestas e derrubando toda árvore que não tivesse valor prático, um contingente cada vez maior de pessoas passou a plantar árvores e a cultivar flores por pura satisfação emocional.

O mesmo autor (1984, p.28) comenta que a partir do fim do século XVIII começaram a surgir vozes destoantes quanto aos direitos ilimitados do homem sobre a natureza. As atitudes humanas passaram de uma visão antropocêntrica para uma atitude mais sentimental, principalmente pelas influências da urbanização e do Iluminismo. Para essa mudança contribuiu, igualmente, o avanço das Ciências Naturais. Além de Darwin, colaboraram para essa nova visão pesquisadores como Lineu. Através dele, as classificações dos animais passaram a ser baseadas em características estruturais como a anatomia, ficando os termos ligados ao utilitarismo menos visíveis na literatura zoológica. Anteriormente, as classificações dos animais eram feitas através da utilidade destes para o ser humano, como domesticado e selvagem, por exemplo (DAL FARRA, 2003).

O processo de civilização humana pode ser concebido como um sinônimo da conquista da natureza pela espécie humana. Thomas afirma que a civilização européia seria impossível sem os animais de produção. Com a colonização de

“novos mundos”, esse processo se espalhou, através da introdução de bovinos, ovinos e suínos.

Ao se trazer essa discussão para os tempos de hoje, comprovar-se-á que são cada vez maiores as tensões e os conflitos na relação animal-ser humano no século XX, desde a produção animal e a produção de alimentos, passando pelos animais de estimação, pelo turismo ecológico e pelas mudanças na utilização dos animais como alimento. Enquanto os apelos feitos pelos sentimentos de romantismo aos animais têm se ampliado no decorrer do século XX, tornou-se difícil conciliá-los com as necessidades de produção de alimentos, assim como com os meios de produção necessários para tal ou ainda, com a utilização de animais em experiências científicas. Em relação às formas de criação de animais que servem de alimento, existe uma lógica produtivista de “quanto menos gastar, melhor” (DAL FARRA, 2003 p. 31).

No início do século XX, quatro temas-chave podem caracterizar a relação animal-ser humano: a sentimentalização em relação aos animais, o papel do Estado Moderno na regulação desta relação para assegurar um comportamento “civilizado” do ser humano em relação a eles, a demanda pelos direitos dos animais e um incremento da importância dos animais nas atividades de lazer do ser humano (FRANKLIN, 1999, p. 34 apud DAL FARRA, p. 31).

Os fatores "sentimento" em relação ao abate do animal e os direitos à liberdade dele estão presentes na fala desse agricultor, conforme os fragmentos da entrevista que segue.

Agricultor - Eu acho que, eu vejo como positivo, eu acho que seria não ter o animal fechado, amarrado.

Agricultor – Eu pensei na raça, pela beleza, pela qualidade. Pela estrutura animal.

Simone – É, pode ser o cachorro também.

Agricultor – Com o cachorro eu acho que, as características, eu acho que é saber ensinar o animal. Eu gosto muito disso aí também.

Simone – Então seria o fato deles serem mais dóceis assim. Aceitam serem disciplinados?

Agricultor – Isso.

Simone – E quando tu pensa em vacas, galinhas, porcos, como é que tu vê estes animais?

Agricultor – Bom, depende, se eles estão soltos é uma coisa, quando eles estão fechados eu já vejo diferente. Eu vejo, se eles estão fechados, eu vejo como um sofrimento pra eles. A liberdade eu acho que é tudo né, a gente pode ver por nós. Se tirar a liberdade... Não sei se é por esse lado.

Simone – Mas como que é pra ti, desculpa eu te perguntar, falaste dos animais domésticos, a questão da beleza, da raça, a qualidade, a estrutura

do animal e tal, mas essa questão de se alimentar deles, como é que isso funciona pra ti?

Agricultor – A alimentação, que nem nós no caso ali, a gente tem uma alimentação própria. Ele é tratado através do milho que a gente planta, da cana, a gente planta cana pra ter no inverno, soja também a gente tem plantado, aí faz uma ração pro animal.

Simone – Mas eu digo na hora de matar como é que é assim.

Agricultor - É, dá dó, dá dó de matar assim. A gente cria o bichinho ali com carinho, mas não adianta, uma hora ou outra vai ter que matar né.

Simone – E tu nunca pensou em ser vegetariano? Só por curiosidade.

Agricultor – Eu até já tentei um pouco, mas eu não consegui.

Simone – Porque eu já fui também, depois eu desisti. É difícil.

Agricultor – É, não é fácil. E tu sabe que vai numa festa, num restaurante, o que vai comer? E numa grande cidade tem varias opções, tem restaurante vegetariano, mas aqui não tem tanto. (E12)

De acordo com Dal Farra (2003, p. 242),

em meio à profusão de imagens a que estamos submetidos, verificamos que os arranjos e rearranjos das representações de animal evocam em nós lembranças longínquas, narrativas saudosas e, por vezes, espetaculares envolvendo animais silvestres, animais de companhia e animais de produção. Entre pontos de divergência e convergência que observamos entre os animais e nós mesmos – também animais – nos surpreendemos como há ‘inteligência’ entre eles, como eles podem ter ‘sentimentos’, se emocionar e compartilhar nossas vidas. Os diferentes ‘lugares’ que os animais ocuparam e ocupam na vida cultural contemporânea, são permeados de grande sensibilidade, mas também de atos pouco românticos por parte do ser humano e que por vezes parece que nos esquecemos. Os animais estão em nossas vidas, não apenas como companhia, ou como maravilhas naturais a serem admiradas, eles também se encontram modificados e embalados em nossas geladeiras, em nossa mesa e até mesmo em nossas vestimentas.

Na questão relativa a características importantes de um animal doméstico, uma das famílias enunciou que eles não sabiam o que responder. Apenas a filha de 8 anos conseguiu se pronunciar a respeito, dizendo que gostava muito dos bezerros e das vacas. Achava-os “bonitinhos, fofinhos” e quanto aos cachorros: “a gente pode brincar com eles”.

Ao ser perguntado sobre uma característica, E13 disse:

Agricultor – Uma característica seria o que? O que significa característica? ... Agora eu me cansei nisso aí. Vou Ter que esfriar a cabeça. Vamos ter que parar um pouquinho... (E13)

Agricultor - são tipo doméstico, não saem para fora. Não se movimentam muito. Cachorro, pela guarda da casa, inteligência, conhecem o dono. Gato é um animal que gosta de crianças, fica junto das pessoas. (E14)

Agricultor – Eu acho que ele vive bastante próximo das pessoas que convivem com eles.

Simone – Mas ele vive bastante próximo como?

Agricultor – Acho que na hora que a gente sai de casa ele já está por roda, brincar, aonde a gente vai eles acompanham bastante, os cachorros no caso.

Simone – Eles seriam assim companheiros?

Agricultor – Companheiros. Eles cuidam também. Quando chega uma pessoa eles dão sinal.

Simone – E no caso de alguns que teriam também fins econômicos, tipo vacas, porcos, sei lá.

Agricultor – Esses entram também?

Simone – É.

Agricultor – Não sei, a gente tem pra ter leite, carne, o principal é pro leite aí.

Simone – Vocês não costumam dar nomes pras vacas, coisa assim?

Agricultor – Sempre tem um nome pra cada vaca.

Simone – E esse nome quem é que dá aqui na família. Isso é só por curiosidade.

Agricultor – No tempo de piizada era eu e minha irmã. Eu acho que quem influencia mais nos nomes são as pessoas mais novas. Até a sugestão pode vir de uma pessoa de mais idade, mas o que pega mesmo é da piizada mesmo.

Simone – E elas atendem pelo nome? Não sei se quem cuida ...

Agricultor – É a mãe que cuida. A mãe chama pelo nome, mas não sei se, acho que pelo nome não.

Simone – Mas de qualquer forma elas tem nome?

Agricultor – Sim. (E4)

Num universo de dezesseis famílias, apenas duas dão nomes às vacas leiteiras. O ato de dar nome ao gado leiteiro, corriqueiro mesmo para agricultores “convencionais”, fez com que estranhássemos esse fato. O pequeno número de agricultores que possuem esse hábito no conjunto dos associados demonstra uma certa “frieza” em relação a este grupo animal. Além disso, as crendices também aparecem nas entrevistas.

Agricultora – O gato, também pela utilidade deles, ele é companheiro, está sempre junto.

Filho da Agricultora – E o gato serve para descarregar as energias negativas. É. Ele fica se esfregando nas pernas, fica junto com as pessoas e depois vai lá no sol. Pra descarregar as energias.

Simone – Ele pega as energias negativas das pessoas?

Filho da Agricultora – É, dizem que é assim, tem um esquema assim.

Filho da Agricultora – Essa história das sete vidas.

Este registro se diferencia de qualquer outro do grupo e torna-se interessante por associar o gato “ao poder de descarregar energias negativas”, uma

representação mística. Associações místicas e sagradas em relação aos animais, foram realizadas, por muitas culturas, em diferentes períodos históricos.

No Antigo Egito, já havia diversas raças de cães, animais venerados, existindo, inclusive, cemitério para eles. Os gatos também eram tratados como animais sagrados naquele país e, semelhante aos cães, eram mumificados, além disso, era proibido matar estes animais domésticos. Na Índia, ainda hoje, a vaca, o elefante e o macaco são sagrados (SHELDRAKE, 1999 apud DAL FARRA, 2003).

No intuito de trazer algumas considerações finais, pode-se dizer que, mesmo no movimento mais conservador em defesa do bem estar dos animais, do qual o homem faz parte (não tendo assumido o vegetarianismo, por medo de tornar-se insociável morando em um estado de hábitos alimentares eminentemente carnívoros), existe alguma consciência a respeito do consumo de carne. Os que ainda a consomem apresentam suas desculpas e, quando preparam refeições para outros geralmente estão sempre prontos a oferecerem alternativas. Acredita-se que exista uma nova consciência sobre a necessidade de se estender a simpatia por cães e gatos a porcos, frangos incluindo, aí, os ratos de laboratório e tantos outros animais não humanos.

Essa nova consciência está bastante presente na Europa, onde, segundo Singer (2004), o que as pessoas viram (através da doença da vaca louca e da aftosa) foi uma prova incontestável de que a moderna produção animal trata os animais como coisas, apenas meios para seus fins, sem qualquer outra razão para existir. Depois de a Suíça mostrar que a mudança é possível (deixando as galinhas ciscar em chão coberto de palha ou outro material orgânico e botar ovos em um ninho coberto, de chão macio) a oposição ao sistema de gaiolas empilhadas aumentou por toda a Europa, e a União Européia, que compreende quinze países membros, concordou em acabar com a caixa de arame padrão. Em 2012, os produtores de ovos europeus terão de destinar pelo menos 7,50 metros quadrados a cada ave, provendo-as de um poleiro e uma caixa com ninho para botarem ovos. Até 2007, o antigo sistema de criação de bezerros criados para vitela (deliberadamente mantidos anêmicos, sem palha para se deitarem e confinados em engradados individuais tão estreitos que não podem se virar) deverá ser banido por todos os países-membros da Comunidade Européia. O confinamento de porcas prenhes, em “celas de gestação”, foi banido na Grã-Bretanha em 1998, e será proibido na Europa, exceto nas primeiras quatro semanas de prenhez (SINGER, 2004).

É muito importante que países como o Brasil não acompanhem o caminho equivocadamente escolhido pelos países “desenvolvidos” e que não adotem o sistema de confinamento de animais em unidades de criação intensiva. Os europeus tentam, agora, resolver os equívocos cometidos no passado. É trágico, tanto para os animais quanto para os seres humanos que os países ditos em desenvolvimento estejam seguindo os mesmos modelos obsoletos estabelecidos pelos europeus nas décadas de 60 e 70.

Serres (1994, p. 49) diz que é necessário fazer uma revisão dilacerante do direito natural moderno, que supõe uma proposição não-formulada, em virtude da qual o homem, individualmente ou em grupo, pode se tornar sozinho sujeito do direito.

A Declaração dos direitos do homem teve o mérito de dizer: ‘todo homem’ e a fraqueza de pensar: ‘apenas os homens’ ou os homens sozinhos. Ainda não estabelecemos nenhum equilíbrio em que o mundo seja levado em conta, no balanço final. Os próprios objetos são sujeitos de direito e não mais simples suportes passivos da apropriação, mesmo coletiva. O direito tenta limitar o parasitismo abusivo entre os homens, mas não fala desta mesma ação sobre as coisas. Se os próprios objetos se tornam sujeitos de direitos, então, todas as balanças tendem a um equilíbrio.

De acordo com Brandão (1994), é demorado para que um reconhecimento do outro, natural, como um sujeito de alteridade em si mesmo surja à consciência do Ocidente. Isso, talvez, tenha ocorrido em muito menos tempo do que se imagina. Todos os textos, de Habermas a Boff, assinalam para o desejo ainda em absoluto não-realizado, de uma utópica harmonia entre os homens, irmanados, e entre eles e todo o mundo de todos os seres vivos, cuja aproximação obriga, indubitavelmente, a esta árdua passagem de uma sensibilidade já amorosa, mas ainda francamente utilitária, em que tanto o meu-outro-sujeito-social quanto o meu-outro-sujeito-da-natureza sejam vivenciados e chamados à reciprocidade pelo que são em-si e não apenas para-mim. Thomas Keith chama a atenção para o fato de que, em parte, é através de associações de proteção aos animais e de círculos de vegetarianos que este deslocamento de um antropocentrismo ontológico e utilitário cede, cá e acolá, lugar a uma espécie de cosmocentrismo, onde os humanos deslocam-se para uma posição mais do que apenas cientificamente biológica *dentro da* e não *fora* ou *acima* da cadeia da vida (DAL FARRA, 2003).

A agricultura ecológica nasceu de um movimento que faz a tentativa de resolver uma crise que é social, ambiental, política, mas, também ética. Entende-se pelo termo que ela abrange um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção. Neste modelo, é uma opção apreender o funcionamento de sua forma de produção de maneira global e sistêmica.

A identificação da agroecologia, como disciplina que deve orientar a agricultura ecológica, não constitui, portanto, a proposição apenas de um modelo diferente, mais próximo das condições naturais, mas expressa uma forma de relação homem-natureza mediada por uma representação que não exclua a natureza do homem. Natureza e homem necessitam estar ligados por elementos comuns, à medida que neles se expressa subjetividade e racionalidade.

Assim, a natureza é racionalmente cultivada e preservada, e passa a ser vista não como instrumento, como recurso, mas como elemento de preservação e de recriação da vida. Esse objetivo comum, do homem e das demais espécies vivas, reforça no homem a sua dimensão natural e com ela se identifica (BRANDENBURG, 2002).

O objetivo de reprodução da vida, pelo que tudo indica, deve ser parte do projeto social do agricultor ecológico. Esse projeto que combina racionalidade e subjetividade, nas relações de trabalho, será fundamental para reforçar a condição de outro tipo de ator social ou de um novo sujeito. Um sujeito que forjará na sociedade a identidade de um dos novos movimentos sociais da contemporaneidade.

A reafirmação de uma identidade em torno de um projeto social, aliada a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da ecologia, é que permitirá ao movimento, além de maior reconhecimento social, redefinir o trabalho como uma atividade autônoma, criativa, portadora de sentido, participando igualmente de uma sociedade pós-moderna solidária em uma ruralidade cidadã e viva.

5.5 TRANSGÊNICOS

De tão freqüentes que têm sido, nos últimos anos, as discussões em torno da temática das biotecnologias, um observador atento não assumiria riscos ao situá-la como centralizadora entre aquelas que marcaram o desfecho do século que acaba

de findar. Sendo o século XXI batizado, por antecipação, como “o século biotecnológico” ou, ainda, “o século da biologia”, o que se percebe, na acalorada discussão a respeito, é a mobilização de uma série de símbolos aos quais as biotecnologias são geralmente associadas e, em decorrência, uma tendência à formação de grupos distintos em torno das representações que estas põem em movimento (SILVEIRA e ALMEIDA, 2005).

Conforme a mesma autora, para quem acompanha os intermitentes embates envolvendo as sementes de soja geneticamente modificadas e a Lei de Biossegurança, é nítida a impressão do contraste, das antinomias inconciliáveis reveladas na série de pares de oposições explicitadas pelos discursos dos agentes: solução/problema, seguro/arriscado, conhecido/desconhecido, exato/imprevisível, sustentável/insustentável, agronegócio/agricultura familiar, biologia molecular/ agroecologia, soja *Roundup Ready*/soja convencional, entre outras... Aos poucos, a coerência dos discursos vai desvelar que tais perspectivas biotecnológicas estão relacionadas, igualmente, a distintos projetos de natureza, sociedade, agricultura e desenvolvimento, advindo, desta maneira, contrastes que de outra forma permaneceriam incompreensíveis, veja-se o caso acima mencionado da contraposição entre o agronegócio e a agricultura familiar (SILVEIRA e ALMEIDA, 2005).

Conforme Schmidt (2000), as ações judiciais impetradas pelo IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e pelo Greenpeace podem trazer a idéia de que a resistência aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) no Brasil tenha surgido de forma repentina e partido mais de organizações urbanas ligadas a consumidores e ambientalistas. Acredita-se que as origens dessa resistência sejam a continuidade de um processo, iniciado no final dos anos 1970, de questionamento do modelo agrícola adotado no país e de combate às regulamentações que são favoráveis às indústrias internacionais fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos.

Interessante lembrar o papel de resistência desempenhado pelo governo anterior do Rio Grande do Sul. Com as eleições de 1998, o Partido dos Trabalhadores assume, a partir de janeiro de 1999, o Executivo do Rio Grande do Sul e aumenta sua representação na Assembléia Legislativa do estado. Parte desta vitória pode ser justificada pelo apoio e pelo voto de importantes segmentos ligados à agricultura familiar. Assessorias parlamentares e postos-chave nas instituições

públicas ligadas à agricultura e ao desenvolvimento rural passam a ser exercidos por pessoas relacionadas, de longa data, com o movimento de fortalecimento da agricultura familiar e com propostas técnicas “alternativas”, melhor definidas como agroecológicas. Destaque-se, entre essas pessoas da sociedade civil recrutadas pela “máquina pública”, os técnicos ligados às ONG’s articuladas na Rede Tecnologias Alternativas (TA-Sul), em especial ao CETAP e ao CAPA. Uma das “idéias-força” destas ONG’s é a autonomia do agricultor, sendo o material vegetal (semente) considerado estratégico para o modelo de desenvolvimento. Já, em março de 1999, uma iniciativa no Legislativo, explicitamente apoiada pelo Executivo, buscou transformar o Rio Grande do Sul em “estado livre de transgênicos”. Na verdade, tal decisão foi reflexo de um longo processo de discussão no seio de um movimento, o de “agricultura alternativa”. Este movimento criticou e combateu o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil e a dependência dos agricultores em relação às sementes (SCHMIDT, 2000).

O mesmo autor, cita que esta iniciativa do Rio Grande do Sul reacendeu a polêmica. Diversas propostas de projeto de lei apareceram nos Legislativos estaduais. Seminários sobre o tema, com ótima participação da sociedade civil, passaram a ser realizados em todas as regiões do sul do Brasil (sempre com a importante participação das ONG’s que assessoram a agricultura familiar).

Embora esse seja um fenômeno que assuma dimensões globais, o fato é que o Rio Grande do Sul conquistou um lugar de destaque nesta discussão: por um lado, o debate que existiu (e continua existindo) no Estado, em torno das biotecnologias, foi iconizado, utilizado como emblema em lutas externas; de outro, a própria proximidade geográfica com a Argentina acabou permitindo o surgimento de um “fato consumado”, o qual foi construído de encontro às próprias lutas em favor de um “Estado Livre de Transgênicos” (SILVEIRA e ALMEIDA, 2005, p.15).

Após essa breve introdução, relatando um pouco do histórico de discussão sobre transgênicos no estado do Rio grande do Sul e sua relação com o movimento de agricultura ecológica passa-se à visão dos agricultores sobre essa matéria.

De forma geral, os associados da AECIA não são favoráveis à utilização de transgênicos (ao mesmo tempo, 31% dos agricultores iniciaram a entrevista dizendo que não possuíam grande conhecimento a respeito do tema). Os motivos são variados e se encontram listados na seqüência a seguir com as porcentagens correspondentes a cada opinião:

- com 75%:

“Vai ser um dos maiores problemas no futuro em função dos possíveis riscos à saúde e à natureza”, “não se sabe o que pode acontecer daqui uns tempos”, “a gente não conhece nada, só pode imaginar o que vai acontecer... o tempo dirá”, “é uma roleta russa”, “muda tudo na natureza e na alimentação”, “é um tiro no escuro”.

Esses dados são coerentes com a própria regulamentação sobre agricultura orgânica no país, a qual proíbe a utilização dos transgênicos nesse tipo de produção.

- com 12,5%:

Perda da “identidade” das espécies.

O entrevistado E8 assim expressa sua preocupação com os transgênicos:

Agricultor - E o transgênico vai nessa linha, ao meu modo de pensar, além da perda de outro fator que é a perda da identidade das espécies, que não se sabe mais o que é, que fruta, ou que planta que é uma transgênica, onde são cruzados os gens de outras espécies animais e vegetais e então se perde totalmente a identidade da espécie. E sem contar o risco de problemas de possíveis riscos trazidos à saúde que não tem testes ainda e na própria natureza, também. Qual o efeito do transgênico, na mutação das espécies na natureza, o que pode acontecer com o meio ambiente, com os demais seres vivos, talvez um dia possa perder o controle, então, têm esses lances. (E8)

- com 25%:

Um dos fatores que gera o transgênico é a ganância das empresas e do agricultor por produzir mais.

- com 19%:

As multinacionais que produzem transgênicos são as mesmas da Revolução Verde.

O entrevistado E8 opina sobre o tema:

Agricultor - Antes dos transgênicos, um dos fatores é a ganância por produzir mais e mais, aquela vontade insaciável ou mesmo até por competição. De que o produtor tem que produzir cada vez mais e os preços são cada vez mais baixos, então a própria situação econômica que é dada, também pra que isso ocorra e é o cara querer ganhar mais e mais, então uma das tentativas seria aumentar a produção. Isso tu podes perceber

quando que o cara usa herbicidas na propriedade onde que substitui pelo trabalho manual de uma enxada, o rendimento dele é muito superior. (E8)

- com 19%:

Dependência do produtor em relação às sementes e aos insumos utilizados na lavoura.

E8 também demonstra conhecer a origem dessas mudanças e suas conseqüências:

Agricultor - Ao meu modo de pensar é uma tecnologia nova e ela é de novo uma pesquisa das grandes empresas multinacionais, os mesmos que vieram com a revolução verde, e a idéia, ao meu ver é de criar um domínio ainda maior em relação ao produtor. Existe uma tendência de escravizar o produtor em relação às próprias sementes e insumos utilizados na produção. Porque se é uma semente crioula, natural, o próprio agricultor guardava a sua semente, poderia reproduzir, depois quando veio a revolução verde, surgiram os híbridos, que já eram castramento da semente, onde a indústria detém a tecnologia, faz o melhoramento e castra a semente a fim de que ela não possa se reproduzir mais depois em outros plantios. Aí fica a dependência de todo o ano o agricultor comprar a semente daquela empresa e o preço é multiplicado por infinitas, por várias vezes o valor e imagina o transgênico, então onde a tecnologia é muito mais superior, onde o custo é elevado pra desenvolver um produto, onde não há participação do estado, do poder público nisso, que são normalmente indústrias privadas, desvinculadas do poder público, o único interesse é se obter lucro, ganho financeiro e o agricultor fica à mercê desse processo aí, ele fica mais distante e talvez mais pobre. O que tu vê hoje é que o agricultor tem que levar sua produção não pra ganhar dinheiro, mas pra pagar os custos, ou seja, da semente, do maquinário, dos equipamentos, de uma série de coisas. O cara trabalha cada vez mais pra sobrar menos. (E8)

- com 31%:

- está se introduzindo uma modificação na natureza dos seres vivos, “para que modificar a natureza?”.

- com 12,5%:

- existe também o problema do patenteamento, “só eles têm as fórmulas”.

- com 19%:

- há rejeição de outros países em relação a este tipo de tecnologia.

E5 questiona a opção e a rejeição do transgênico pelos europeus:

Agricultor - Sim, porque o homem tem inteligência pra certas coisas, pra fazer a coisa certa, não pra fazer coisas mais graves do que estão, mas se

é pra piorar não adianta. Por exemplo, se há uma necessidade e não há outra maneira daí tudo bem, mas obrigar as pessoas a comer os transgênicos sem necessidade, sem saber, é bastante complicado. Isso aí, a gente acha que não merece isso. Nos Estados Unidos, estes países que foram os primeiros que começaram com os transgênicos, na Europa, só que agora eles comem transgênicos. Eles não querem mais transgênicos. Se eles foram os primeiros porque agora eles não querem mais? Eles tem algum motivo e agora tão tentando empurrar pra outros países. Eles podiam ficar pra eles se os transgênicos fossem tão bons. E as grandes redes de supermercados? Eles não querem transgênico e o problema a gente sabe que tem um monte por aí que já aconteceu, que a pesquisa mostra. A gente prefere o que vem direto da natureza, que a natureza criou, que a gente sabe que é saudável. Talvez, que fosse uma maneira menos agressiva e com o tempo fossem usadas coisas que não prejudicassem e que não criassem tantos problemas. (E5)

Outras opiniões isoladas bastante significativas também apareceram.

Agricultor - O transgênico não está de fato aí pra solucionar o problema de fome, ele está aí pra solucionar o problema da empresa que produz, pra vender mais um produto e não é a solução da fome no mundo. (E1)

É interessante o registro de um dos associados da AECIA ao afirmar que existe um movimento de agricultura ecológica que é contra os transgênicos e adotando esta questão quase como uma bandeira de luta do mesmo, o que se encontra melhor explicitado na introdução deste tópico. É uma das visões que enriquece o embate atual entre os “agentes do otimismo tecnológico” e os “críticos da cautela”, conforme cita Silveira e Almeida (2005).

Agricultor - Contra. Eu sou contra os transgênicos. Nós somos contra, o movimento de agricultura ecológica, é contra. Por ser uma coisa assim patenteada, que só eles têm a fórmula e são grandes empresas e por ser um risco à saúde humana. A gente acha, no nosso ponto de vista que toda a genética colocada em espécies de produtos de agricultura que não vem a ser o seu ciclo normal, não vai ser benéfico à saúde. Tanto é que usam genes que não se sabe de onde vem, esses genes que eles injetam, que eles fazem nas plantas e que podem ser benéficos, mas podem ser maléficis para saúde. Então a gente é contra porque tem algumas informações que deixam a gente meio assustado. Em outros países não aceitam mais isso e aqui está se implantando, por causa que traz alergias, já comprovado em outros países. Então nós vamos querer ter um produto que faz mal à saúde? A gente já não estava querendo agrotóxico, a gente mudou pra ecológico, pra tirar tudo isso e agora então vem aí alteração na genética das sementes que é mais assombroso... a gente fica assim, meio constrangido até por ter já isso na nossa volta! (E7)

É relevante também o registro do entrevistado E11 no sentido de achar que realmente os transgênicos vieram para ficar:

Agricultor - Sim, a gente tem uma preocupação aqui no Ipê e todos os agricultores que fazem parte do movimento, na preservação da biodiversidade. Só que, por outro lado, os transgênicos são uma coisa que vieram pra ficar, na ofensiva que foi feita pelas empresas e pelos grandes produtores, a gente estava percebendo já há uns dois, três anos atrás que é uma tecnologia, como dizem eles, que está vindo pra ficar, com o apoio das grandes empresas e da imprensa também. Então, nós, mesmo sabendo que isto é prejudicial, mesmo assim dizemos que não. Quer dizer, nós podemos dizer não pra nós, mas pra tentar que isto reverta, parece-me que cada vez mais vamos ter que começar a se acostumar. E vai acontecer que daqui a uns 20, 30 anos o pessoal de repente vai começar a perceber que é arranjado e tal e aí, bom agora está aí né... vamos fazer o quê. Agora não tem mais o que fazer, é que nem os agrotóxicos, que o pessoal inventou isso há uns 20, 30 anos atrás, na revolução verde e hoje se convive com eles. Uns começaram a diminuir e tal, mas não tira mais. Tem gente que não sabe mais trabalhar sem isso e vai ter gente que não vai mais trabalhar sem transgênicos. Então, infelizmente... (E11)

O problema da contaminação genética também foi um dos fatores lembrados pelo agricultor E15:

Agricultor - Aonde tu vai plantar uma lavoura de transgênicos com uma outra convencional ela vai misturar, não vai ser mais uma semente boa, vai ser tudo geneticamente modificado e aí fica meio esquisito, né... Acho que é uma semente, como se diz, da morte pra mim, não faz mais sentido. Não é uma semente que vem há anos. Pra mim eu acho que tudo que é modificado é já, vai ser um problema, principalmente aqui pra região nossa, de pequenas propriedades. Uma vez se tinha o hábito de produzir muita semente em casa, então fazia aquelas trocas, fulana tem uma semente de feijão, eu tenho da outra, tenho de milho. (E15)

Na fala a seguir chama a atenção a expressão “pesquisa pé de chinelo”, assim conceituada pelo entrevistado E1:

Agricultor - Até hoje, nós da agricultura ecológica, praticamente não houve pesquisa em cima do nosso produto. As universidades viram as costas,, é lógico, a gente sabe que toda a pesquisa envolve muito dinheiro e nós não bancamos isso aí. Tem que ser uma decisão da sociedade, do governo, porque como nós, a nossa ação sobre o meio ambiente não polui, não mata, nós não vamos dar problemas pra gerações futuras, só que nós não temos poder de barganhar junto às unidades de pesquisa, principalmente EMBRAPA e ser pago pra que se fizessem pesquisas pra nós. Nossa função é produzir o melhor possível, mas a pesquisa tem que estar ligada a um órgão que de fato faz pesquisa científica também, nós temos a nossa

pesquisa, eu digo, a pesquisa pé de chinelo, mas é preciso mais embasamento, nós não temos que estar enfrentando a roda pelo tempo. Porque não se aproveita o grande conhecimento que já existe acumulado, da sociedade pra passar pra agricultura familiar e ecológica também? A transgenia é um mal não necessário, não há necessidade. (E1)

Sem dúvida, sob o ponto de vista histórico, a falta de apoio da pesquisa oficial no Brasil, no sentido de uma ampliação da agricultura ecológica, é um fato.

A experiência da “Revolução Verde” demonstrou que esse modelo além de excludente e concentrador, contribuiu para disseminar problemas ambientais como erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos e perda da biodiversidade. Portanto, o paradigma científico utilizado na agricultura tem que ser transformado. Não se trata de promover pura e simplesmente a substituição de um modelo por outro, mas de um processo emergente de construção de um novo paradigma cultural e científico, fundamentado em princípios éticos e morais.

Segundo Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1999), o conhecimento local ou nativo (CN) de uma população de agricultores de uma região específica tem sua base na experiência repassada pelas gerações anteriores como a vivida pela atual geração. Quando uma tecnologia desenvolvida em outro lugar é incorporada pelos agricultores locais como parte de sua agricultura, ela passa a fazer parte de seu conhecimento nativo tanto quanto as tecnologias desenvolvidas por eles próprios. O conhecimento dos agricultores sobre o ecossistema local – os recursos naturais e como eles interagem – encontra-se refletido nas suas técnicas agrícolas e na sua capacidade de usar os recursos naturais para obter seus meios de vida. Mas o CN é bem mais do que se reflete nas técnicas. Ele é carregado de muitos *insights*, percepções e intuições relacionados ao ambiente, envolvendo seguidamente os ciclos lunar e solar, a astrologia e as condições meteorológicas e geológicas. Essa “sabedoria popular” geralmente está integrada a sistemas de crenças e normas culturais e é expressa em mitos e tradições. Os métodos tradicionais de comunicação, por exemplo, as canções e os provérbios, e as estruturas tradicionais de organização social e cooperação, também fazem parte do sistema local de conhecimentos, os quais nem sempre são facilmente compreendidos pelas pessoas formadas nos preceitos da ciência ocidental.

Muitos casos demonstram que as instituições formais de pesquisa e extensão agrícola não são os únicos agentes de inovação e disseminação de novas tecnologias. Provenientes de várias partes do mundo, muitas evidências empíricas

mostram que o modelo da “fonte central de inovações” não corresponde à realidade. A maior parte das tecnologias da área agrícola que estão em uso no mundo atual foram desenvolvidas por agricultores, e não por cientistas educados no âmbito do sistema formal. Os sistemas agrícolas baseados nessas tecnologias desenvolvidas pelos agricultores são os que fornecem os alimentos para a maioria da população humana. As inovações desenvolvidas pelos agricultores são realizadas mediante processos que a maioria dos agentes externos não percebe (RÖLING, 1988; BIGGS, 1985; CHAMBERS et al., 1989 apud REIJNTIES, HAVERKORT e WATERS-BAYER, 1999).

Dessa forma, se contesta a abordagem por grandes culturas vegetais ou espécies animais, a especialização por disciplinas, a distância entre a realidade dos laboratórios e estações experimentais e as condições dos agricultores, a não participação dos mesmos nas ações do desenvolvimento, enfim, um questionamento ao clássico modelo linear “pesquisa-extensão-agricultor”. Esse questionamento pressupõe outra orientação e uma reorganização da pesquisa científica e técnica a serviço do desenvolvimento agrícola sustentável (DUFUMIER, 1985).

Segundo Mazoyer (1993) impõe-se uma ruptura, uma reviravolta nas concepções atuais que normatizam os estudos das sociedades rurais. Ao invés de considerar unilateralmente os sistemas agrícolas como locais de extração de mercadorias, de investimentos rentáveis e como forma de livrar-se das questões de reprodutividade através de cálculos cegos de atualização, é importante conceber, antes de tudo, um sistema agrário como um ecossistema cultivado, socializado e cuja reprodução ecológica e social deve sempre prevalecer sobre a exploração, que é dirigida pelas relações de produção e de troca.

Dufumier (1985) cita que são raros os programas de pesquisa/extensão que, ao proporem soluções técnicas, consideram a complexidade existente no ambiente das propriedades agrícolas e as condições agroecológicas e socioeconômicas das mesmas. As propostas de ação continuam muito uniformes para os diversos “tipos” de agricultores. Por não considerarem os problemas que realmente os afetam quando gerenciam sistemas de produção complexos, associando diversas culturas vegetais ou animais, as soluções propostas são, muitas vezes, ineficazes, em especial quando praticadas no contexto de unidade de produção como um todo, pois podem concorrer com outros recursos raros.

É necessária uma abordagem que considere a diversidade de situações das unidades de produção familiar e que torne complementares as ações da pesquisa e da extensão num enfoque que não priorize os meios, mas o homem na sua unidade de produção; que se oponha ao verticalismo das abordagens tradicionais, em que os projetos são preparados sobre a base de prioridades nacionais que na maioria das vezes são distintas das locais. Que tenham como abordagem eleita, a iniciativa e a participação dos agricultores como elementos centrais do processo agropecuário. Outro desafio que se coloca para a pesquisa e para a ciência diz respeito à questão tecnológica. As “ditas modernas tecnologias de produção agrícola”, dependem de um manejo intensivo e de uma disponibilidade ininterrupta de energia e de capital, não são adequadas a uma era pobre em energia e com sérias perturbações ambientais e sociais. É necessário a transição de uma agricultura fortemente dependente de recursos materiais e financeiros para outra agricultura auto-sustentável, conservadora de recursos, eficiente no uso da energia, em suma, ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa (DUFUMIER, 1985).

O mesmo autor cita que as tecnologias alternativas priorizam o ser humano sobre os recursos materiais, baseando-se nas condições e limitações dos agroecossistemas e tornaram necessário que se valorize o conhecimento científico moderno mas, ao mesmo tempo, que se absorva elementos e aprendizagens das experiências locais e do conhecimento etnológico acumulado por diversas gerações. O dilema não está na rejeição das modernas tecnologias, mas em transferi-las e adaptá-las às condições ecológicas, sociais, econômicas, históricas e políticas dos agricultores.

As demandas para tornar as unidades de produção sustentáveis devem partir de ações previamente determinadas (resultado de um mapeamento com a participação direta dos interessados) que condicionem a sustentabilidade da agricultura regional. Após o diagnóstico, cabe aos pesquisadores, técnicos e produtores buscarem soluções (alternativas possíveis) e a análise de suas conseqüências e de sua compatibilidade em relação aos objetivos definidos. A geração de tecnologia, nesse processo, possibilita a testagem das hipóteses advindas da pesquisa experimental em condições reais, viabilizando-se a adoção de determinado método de cultivo ou de novas atividades com a clareza do que se está adotando. Ao mesmo tempo se rompe com o voluntarismo difusionista que propõe

soluções para problemas pontuais sem conhecimento das conseqüências nos sistemas de produção, no longo prazo (DUFUMIER, 1985).

Ainda, segundo o mesmo autor, para adaptação e implantação de uma visão sustentável da agricultura as instituições de pesquisa, universidades, colégios agrícolas e órgãos de extensão rural deverão incorporar em suas pesquisas, currículos e práticas, o enfoque da agroecologia. O processo deve estar centrado em sistemas agrários e seus correspondentes, considerando os efeitos ambientais das ações e teorias desenvolvidas; potencializando o uso racional dos recursos locais e o conhecimento dos agricultores; promovendo a participação de jovens e mulheres, democratizando cada vez mais as relações familiares; desenvolvendo pesquisa com participação e fazendo a união entre a pesquisa, o ensino e a extensão.

Segundo Nunes e Nunes (1997), a conservação e o manejo sustentável dos recursos requerem uma agenda de pesquisa diferente, com características diferenciadas: respostas tecnológicas integradas com ações institucionais e de políticas, objetivos múltiplos (produtivos, ambientais), visão sistêmica e um enfoque multi e interdisciplinar.

O aspecto citado leva a crer que profissionais de diferentes áreas consideradas “não-agrárias” (biólogos, antropólogos, historiadores, sociólogos, economistas, farmacêuticos, bioquímicos, engenheiros florestais, etc...), serão convidados a somar esforços para trazer novos conhecimentos agroecológicos.

Num processo de transição do atual modelo de agricultura para uma perspectiva sustentável, os interesses políticos e econômicos de grupos que vêm na atividade agrícola a possibilidade de lucro no curto prazo, desconsiderando variáveis sociais e ecológicas, precisarão ser confrontados. Para tal desafio, nada melhor que partir das especificidades biológicas do processo agrícola e dos conhecimentos técnico-científicos para manter os sistemas agroecológicos ao longo do tempo, respeitando os ciclos da matéria e da energia em sua dinâmica de manutenção, bem como permitindo a geração de “frutos” econômicos, sociais e ambientais.

6 CERTIFICAÇÃO

Neste capítulo trata-se, inicialmente, da certificação de produtos orgânicos. Os debates em torno desse tema nem sempre são harmônicos, pelo contrário, muitos desentendimentos são verificados, seja por questões metodológicas ou de princípios. Conforme Santos (2004, p. 1),

as questões metodológicas dizem respeito, basicamente, às formas de como a certificação é realizada; já as de princípios remetem aos impactos causados pela adoção de uma ou outra forma, ou ainda se a certificação está contribuindo ou não para a promoção da agroecologia.

O objetivo de abordar esse tema foi o de verificar que conceitos e expectativas os agricultores possuem em relação a esse processo e o de analisar em que medida a certificação participativa poderia trazer na sua prática, maior número de elementos ligados à sustentabilidade social, econômica e ambiental. Posteriormente, lançam-se questões relativas à forma de comercialização atual praticada por esses agricultores examinando se estas correspondem as suas necessidades presentes e futuras.

Antes de transcrever mais especificamente as opiniões dos agricultores julgou-se importante realizar um retrospecto da origem e situação atual da certificação de produtos orgânicos. Também estão referenciadas algumas noções sobre os diferentes tipos de certificação, utilizados no estado do Rio Grande do Sul. Por último transcrevem-se os depoimentos dos agricultores sobre essa questão e uma breve discussão a respeito do tema.

6.1 CERTIFICAÇÃO: ORIGEM E SITUAÇÃO ATUAL EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL

Um aspecto relacionado ao mercado de produtos genericamente denominados de orgânicos ou ecológicos, destinados ao consumo humano, produzidos de forma não-convencional, refere-se as possíveis formas de certificação dos mesmos. Para se chegar a uma diretriz básica, aceitável para as diferentes condições agrônomicas e o comércio internacional, na década de 1970, muitas discussões e consultas

ocorreram em nível da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM). O objetivo era definir os padrões mínimos para todas as linhas de agricultura orgânica. Ficou a cargo de cada organização definir critérios mais específicos e editar as diretrizes mais peculiares para a sua região. Os padrões da IFOAM não foram feitos para servirem como modelo, mas como base de trabalho. Formam o que se denominaria, o espírito do trabalho. Normalmente, os países em desenvolvimento têm dificuldades em implementar normas mais rígidas; por isso, tem sido de uso geral tomar-se as diretrizes da IFOAM como base de trabalho inicial. Certificadoras (credenciadoras) de outros países possuem tendência a não aceitar produtos com padrão inferior ao desta federação. Em países de grandes extensões, como é o caso do Brasil, recomenda-se que as diferentes associações tenham uma diretriz básica, o que garantirá a mesma qualidade para produtos de origens diferentes.

Observa-se, através destes dados, que um movimento mundial para a auto-regulamentação da produção orgânica foi iniciado pela IFOAM. Também a FAO respondeu ao crescimento do setor, propondo padrões internacionais comuns através do *Codex Alimentarius*, processo ainda em andamento.

Segundo Viglio (s.d.),

em 1990, foi introduzida a legislação definindo o alimento orgânico e estabelecido um programa federal de certificação, o National Organic Standards Board (NOSB), que propõe padrões para o cultivo orgânico no país. Apenas para se ter uma idéia do dinamismo desse movimento, na Califórnia, o total de vendas no atacado cresceu de US\$1 milhão em 1987 para aproximadamente US\$50 milhões em 1997. Ainda segundo o *Economics Research Service* (ERS), do USDA, estima-se que os EUA movimentam cerca de US\$1 bilhão anuais com alimentos orgânicos, menos que 1% das vendas totais de alimentos no país.

Conforme Desbrosses e Lemaire (2000), para os vegetais existe, depois de 1991, um regulamento europeu (Regulamentação 2092/91 modificada).

Para a produção animal, a regulamentação européia entrou em vigor em setembro de 2000 e substituiu ou foi acrescentada às atuais normativas nacionais de cada país. Na França, por exemplo, existem doze normativas anuais que regulamentam a produção animal (uma para cada tipo de produção). Neste mesmo país, somente os produtos que contêm o selo de um dos oito organismos certificadores (ECOCERT é responsável por 80% das certificações) podem ser considerados "BIO". Esta referência é a garantia do controle de toda a cadeia de

produção. Agricultores que obtiveram a certificação por estes organismos podem colocar o logotipo AB – *Agriculture Biologique*, do Ministério da Agricultura (*Le Guide Hachette du Bio*, 2000).

O governo brasileiro está acompanhando a nova tendência e vem tomando medidas para disciplinar o setor. Em março do ano de 1999, se reconheceu a necessidade de criar um certificado oficial para produtos cultivados sem agroquímicos, cada vez mais valorizados aqui e no exterior. Tal preocupação foi anunciada já há algum tempo por ocasião do lançamento do Programa de Qualidade Total pelo Ministério da Agricultura, em parceria com o SEBRAE, que prevê a formação de uma comissão para criar um selo de certificação como forma de incentivo à agricultura orgânica. Foi publicada no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa número 7, de 17 de maio de 1999, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (em anexo), que estabelece as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal ou animal.

Atualmente, existem comissões estaduais de agricultura orgânica de todas as unidades da federação, nas quais participam organizações não-governamentais (ONG's, associações, cooperativas, sociedade civil) e governamentais (Ministério da Agricultura, Ministério de Desenvolvimento Agrário, universidades, instituições de pesquisa). Jaime Weber, representante do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) - Santa Cruz, que participa dessa "comissão" (termo que está sendo utilizado) cita que a mesma terá como função debater a agricultura orgânica, dando orientações ao Ministério da Agricultura e expondo, inclusive possíveis irregularidades que possam estar ocorrendo nessa questão.

A Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003 (Anexo 2), que dispõe sobre a agricultura orgânica, salienta que a certificação da produção orgânica, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação dessa legislação, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País. Ressalta, igualmente, que os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

No seu artigo 3º, dispõe:

Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o caput deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

O parágrafo primeiro abre uma brecha em relação aos agricultores familiares que comercializam em feiras, que não precisariam estar certificados desde que cadastrados junto ao órgão fiscalizador. Já, o parágrafo segundo fala sobre a certificação da produção orgânica, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País. A partir disso, se supõe que serão aceitas a certificação por credenciadoras e por redes de certificação solidária, igualmente.

Conforme depoimento de Jaime Weber (CAPA - Santa Cruz) e de Laércio Meirelles (Centro Ecológico - Litoral) existe o reconhecimento de que a certificação participativa é um processo válido, mas ela terá que seguir certa burocracia, ser registrada e avaliada pelo órgão competente, semelhante a outras certificadoras.

Segundo Rogério Dias, representante do MAPA, que trata da discussão da regulamentação futura da Lei, no caso de venda direta, a associação ou cooperativa pode se cadastrar junto ao órgão fiscalizador e isso bastará como credencial para provar que o indivíduo associado a ela é um produtor orgânico. Um dado importante serão os mecanismos de garantia do controle da qualidade orgânica, os quais terão instrução específica no texto final que determinará as normas.

No presente, nenhuma instituição ou rede de certificação possui registro no futuro órgão fiscalizador que poderá ser o Ministério da Agricultura ou INMETRO (definição que ainda está em discussão). Ou seja, atualmente não existe produto orgânico certificado regulamentado pelo governo. Os selos utilizados no momento valem por “reconhecimento”, mas não possuem valor legal.

Segundo o técnico do Centro Ecológico, Laércio Meirelles (comunicação pessoal), algumas empresas certificadoras procuram divulgar o seu processo como o mais vantajoso em relação à certificação participativa como se este tivesse maior

base legal em relação às redes. Porém, como já foi citado, esse fato não corresponde à realidade do ponto de vista legal.

A IFOAM e MAELA (Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe) promoveram, de 13 a 17 de abril de 2004, o Seminário Internacional sobre Certificação Alternativa, organizado pela ONG Centro Ecológico, no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, estado ao Sul do Brasil.

Mais de 20 países estavam representados nesse Seminário. Organizados em grupos de discussão, os participantes discutiram os pontos em comum dos seus diferentes formatos e métodos para garantir a credibilidade do produto orgânico e desafios a superar para outorgar maior legitimidade a estes mesmos métodos.

Na Carta de Torres, documento final do Seminário, lê-se:

Para os participantes existe uma clara necessidade de se buscar alternativas mais adaptadas econômica, social e culturalmente às diferentes realidades dos pequenos produtores de todo o mundo do que a certificação hoje conhecida como de terceira parte.

Os participantes concordam também que para os mercados locais, prioritários para os produtores orgânicos, as formas de certificação alternativa são muito adequadas. Por outro lado, uma das determinações do Seminário foi justamente buscar formas de reconhecimento e legitimação destas estratégias de certificação para mercados que vão além do local.

A recente legislação Brasileira sobre produção orgânica, que prevê a não obrigatoriedade da certificação para processos de comercialização que envolvam a relação direta produtores – consumidores e o reconhecimento da Certificação Participativa como uma metodologia válida de certificação, foi vista como um exemplo interessante. Participantes de vários países se comprometeram a exercer pressão junto a seus governos para que as legislações em seus países incorporem conteúdo semelhante.

Por último, os participantes gostariam de salientar a disposição de trabalharem em conjunto, não apenas pela busca de reconhecimento destes métodos alternativos de certificação em outras esferas, mas para evitar a crescente ‘convencionalização’ da agricultura orgânica, onde supostas exigências de mercado muitas vezes têm afastado o movimento orgânico de muitos de seus princípios originais.

6.2 MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO

6.2.1 Certificação através de credenciadoras (certificadoras) presentes no Estado

Em relação à certificação por credenciadoras no Brasil, o Instituto Biodinâmico (IBD), de Botucatu é uma das instituições que se propõe a fornecer o certificado de

"produto orgânico" aos produtores. A sua certificação possui aceitação em mercados no Brasil, Europa, Estados Unidos e Japão.

A criação do IBD ocorreu em 1990, sendo um marco para a agricultura orgânica e biodinâmica e contribuiu para impulsionar a produção de orgânicos no país. O Instituto segue os padrões e diretrizes da *International Federation of Organic Agriculture Movement* (IFOAM), da Alemanha e dos Estados Unidos, que credenciam 18 certificadoras no mundo. O primeiro produto a receber o selo orgânico foi o cacau. Desde essa época, o órgão confere dois selos: o Orgânico Instituto Biodinâmico, para produtos orgânicos, e o Deméter, para produtos, além de orgânicos, biodinâmicos.

Segundo Harkaly (s.d.), engenheiro agrônomo desta instituição,

para não seguir a tendência dos produtos ditos naturais, urge que surjam certificadoras calcadas em legislações que obriguem a sua atuação para a comercialização de produtos ditos orgânicos. As certificadoras garantem uma fiscalização de todo o processo de produção, substituindo o governo nesta função. A questão da certificação é um mito que interessa ser derrubado o quanto antes. Não é verdade que a certificação inviabiliza a comercialização de produtos. Evidentemente estes custos mudarão de grandeza para os produtos de consumo interno, e no caso, pegamos um produto de luxo. Mecanismos diferentes deverão ser criados para a certificação de produtos que formam a base nutricional do país. O governo também tem a sua participação no processo de certificação no acompanhamento de desenvolvimento de leis e portarias para fornecer a base legal de atuação da agricultura orgânica. Dependendo de como esta questão vai ser trabalhada em nível de Ministério, poderá ser uma chance de se estruturar melhor a este trabalho no Brasil.

A Ecocert Brasil chegou ao país no início de 2001 e seu escritório fica em Florianópolis, Santa Catarina. A certificadora é uma representação da empresa francesa Ecocert (constituída em 1992 – autorização ministerial em dezembro de 1996), considerada uma das maiores da Europa e presente em mais de 50 países. A Ecocert Brasil segue as normas do Ministério da Agricultura brasileiro para certificação, constituindo-se como uma associação civil sem fins lucrativos, diferente da matriz na França. Para a certificação de produtos destinados ao mercado interno é utilizada a IN 007 / 09, para produtos destinados ao mercado internacional são utilizadas as respectivas normas nacionais dos diferentes países (CEE 2092/91, JAS...)

Além da certificação para produção orgânica, a certificadora fornece atestados para outras aplicações agroecológicas, por exemplo, cadeias produtivas de soja

não-transgênica, a exploração sustentável de florestas e a ausência de mão-de-obra escrava infantil. Neste caso, o selo leva a marca da Concert, pertencente a Ecocert (www.ecocert.com.br).

Certificação através de mecanismos de certificação conhecidos como rede de certificação solidária

A Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) produziu um sistema de garantia baseado em um processo democrático de consultas com os envolvidos na produção orgânica desde princípios dos anos 1970. Esse processo resultou em uma estrutura sofisticada - o Sistema Orgânico de Garantia que se baseia nas Normas Básicas de IFOAM, nos Critérios para Acreditação, no Programa de Acreditação de IFOAM e no selo de IFOAM. Esse sistema revelou sua eficiência ao longo do tempo, especialmente nos mercados massivos dos países de alta renda e no sempre crescente comércio orgânico internacional.

A margem de todo este sistema sofisticado de Certificação estruturado nos países do norte, milhares de pequenos agricultores ao redor do mundo, em particular nos países do Sul, viram-se obrigados a criar alternativas mais adaptadas às suas realidades. Sistemas alternativos de certificação existem também nos países considerados ricos, onde o interesse é crescente. As razões para estes 'métodos alternativos de certificação' são variadas, mas freqüentemente se originam nos altos custos da certificação oficial, nas discordâncias com o paradigma de assegurar a credibilidade dos produtos orgânicos, ou num desejo de fortalecer política e socialmente aos agricultores. Em muitos casos, a certificação tipo ISO 65 é vista como desnecessária e inadequada à realidade (Carta de Torres, 2004).

Santos (2004) declara que atualmente, os procedimentos das certificadoras estão cada vez mais especializados, enfocando muitas vezes, somente a verificação do cumprimento das normas. Essa prática tem levado à criação de um verdadeiro mercado de certificação, no qual diferentes organizações disputam acirradamente pelo seu espaço. O que fica cada vez mais evidente é que a produção de produtos orgânicos e os processos de certificação decorrentes não têm tido maior contribuição para a modificação da realidade agrícola de maneira mais ampla, constituindo-se, apenas, em uma oportunidade de acessar um mercado diferenciado.

Frente a essa realidade, as redes de certificação solidária surgem sob a perspectiva de articular experiências concretas de agroecologia e construir um

processo diferente de certificação denominado “participativo em rede” que contrapõe o modelo vigente.

Como exemplo de rede de certificação solidária, cita-se um caso que funciona de modo articulado nos três estados da região sul do Brasil, a Rede Ecovida de Agroecologia (RE). Os associados da AECIA são todos vinculados a esse tipo de certificação.

A Ecovida origina-se do trabalho de Ongs e de organizações de agricultores no Sul do Brasil, que há mais de 30 anos desenvolvem atividades de organização social, produção e comercialização de alimentos e produtos gerados sem agroquímicos sob princípios de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, cooperação, resgate da cultura local e de valorização das pessoas e da vida. Ela possui vinte e um núcleos regionais que abrangem 170 municípios e reúnem, aproximadamente, 2.400 famílias de agricultores organizados em 270 grupos, associações e cooperativas, 30 ONG's, 10 cooperativas de consumidores e dezenas de pequenas agroindústrias e comercializadoras de produtos ecológicos. Quanto à comercialização, há aproximadamente 135 feiras ecológicas em todo o Sul do Brasil ligadas à Rede ECOVIDA (SANTOS, 2004).

Segundo Jornal da Programação do 4º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia (2003),

a Rede Ecovida é o resultado do esforço que todos nós, grupos de agricultores/as, entidades, consumidores/as temos feito nos últimos trinta anos para desenvolver uma nova agricultura, que resgate nossa cultura e identidade, que valorize o agricultor, respeite e se una ao consumidor, que busque conviver em nossa grande casa, a Terra, a natureza e suas relações.

A Rede Ecovida é um espaço de articulação entre agricultores familiares e suas organizações, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de alimentos ecológicos.

Seus objetivos são:

- desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
- incentivar o trabalho associativo na produção e no consumo de alimentos ecológicos;
- articular e disponibilizar informações entre organizações e pessoas;

- aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- ter uma marca-selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade;
- fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular.

Conforme cartilha da própria Rede,

a certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade. O selo de certificação expressa que o produto foi gerado com respeito ao meio ambiente e que é fruto de relações sociais saudáveis. E o mais importante: a aplicação dos princípios e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores e consumidores envolvidos no processo, o que garante o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada região. O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali acontece a filiação à Rede, a troca de experiências e a verificação do Conselho de Ética. Há portanto, um entrelaçamento de ações, um envolvimento real e um compromisso integral entre todos os que participam do processo, tanto de produção quanto de certificação. Isso faz com que a Certificação Participativa se diferencie de outras certificações que são feitas por elementos alheios ao processo produtivo local.

Passos para a obtenção do certificado de qualidade Ecovida:

- integrar um grupo, associação ou cooperativa e, através desta, fazer parte do núcleo regional mais próximo;
- participar ativamente dos encontros do núcleo regional, do encontro ampliado e das atividades promovidas pela Rede;
- seguir as normas de organização e funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia;
- seguir as normas de produção da Rede Ecovida de Agroecologia;
- compor, no grupo ou organização, uma comissão de ética, que será a responsável direta por garantir o processo Ecovida;
- solicitar o processo de certificação ao núcleo regional;
- aguardar o parecer final do núcleo regional.

A opinião dos agricultores ecologistas sobre certificação apontou para uma certa similaridade. Num universo de dezesseis entrevistados, doze concordaram no fato de que a idéia de certificação tem a ver com geração de credibilidade e corresponsabilização solidária no processo de produção de alimentos o que envolve várias partes (produtor, consumidor, técnicos). A idéia geral é a de que não

comemos a certificação e sim o alimento. Acima de tudo, ela necessita ser viável, humana e possível a todos os agricultores familiares. Nesse sentido, o agricultor tem papel primordial no processo de certificação, visto que é ele quem faz a agricultura ecológica no dia a dia.

As palavras do sujeito da pesquisa E1 ilustram melhor esse conjunto de idéias.

Agricultor - A certificação é polêmica, eu sou favorável à certificação. Agora tu me pergunta qual certificação? Tem a certificação que não envolve o consumidor e não envolve o produtor. Ela só envolve o certificador, que é uma pessoa que na propriedade vem e diz se o teu produto é ecológico ou não, ignorando a prática, o conceito, ou o compromisso do agricultor e o ponto de vista deles. As vezes é mais importante a certificação do que o produto. Para nós não, pra nós é mais importante o alimento do que a certificação. Tu não vai comer a certificação, tu vai comer o alimento. Então, eu sou favorável a uma certificação sim, mas que ela não seja excludente, que ela não seja um instrumento de elevar o produto ecológico que já é caro demais, né... que ela não seja um instrumento de exclusão do agricultor e do consumidor; porque quanto tu exclui o consumidor, tu exclui o agricultor, então é muito comum agricultores que não conseguem, no momento que certificam o seu produto, quase que fica inviável a comercialização devido ao custo. Então eu sou a favor de uma certificação humana, viável, possível, que seja e é possível pra todos os agricultores familiares. Eu acho que a certificação não tem que ser um empecilho, ela tem que ser uma viabilidade e não se colocar como um empecilho mas como uma viabilidade da agricultura ecológica, que é o oposto; aqui a certificação ela barra, ela inviabiliza, ela exclui, ela seleciona, eu acho que o papel da certificação deveria ser outro, mas sou favorável à certificação que viabiliza a propriedade; que não deixe o produto tão caro, algo assim. (E1)

Fortalecendo o registro supracitado, Medaets (2003) afirma que os padrões de produção orgânica sofrem grandes variações tanto no âmbito governamental (de país para país) quanto no âmbito privado (de um organismo certificador para outro). A certificação pelo lado da oferta oferece procedimentos que permitem aos participantes gerenciar o nível de qualidade dos seus produtos e garantir um conjunto de atributos. Do lado da demanda, informa aos consumidores que determinado produto tem certos atributos, servindo como mecanismo de redução de assimetria de informações.

Muitas críticas têm sido feitas ao uso compulsório da certificação por auditoria externa de terceira parte (por credenciadoras) como mecanismo de controle da qualidade, na produção e comercialização de orgânicos, estabelecido pelas regulamentações privadas e governamentais. A CEE (2002) faz referência a que tais programas de certificação não diferenciam grandes e pequenos produtores,

requerendo esforços idênticos de inspeção, independente do tamanho da operação, podendo resultar em inspeções desnecessárias a pequenos produtores. Além disso, os procedimentos de certificação e de estruturação dos organismos certificadores que estão sendo “globalizados” pelas Guias ISO, relacionadas ao assunto, foram desenvolvidos tendo por referencial o setor industrial-urbano e o ambiente de competição e não consideram as especificidades do meio rural e as potencialidades das relações de cooperação na construção da credibilidade.

Segundo Medaets (2003), além dessas críticas, alguns grupos consideram que:

- Os programas de certificação aumentam os custos dificultando que os agricultores de menor escala possam internalizá-los;
- Os agricultores menos estruturados têm dificuldade em cumprir com as exigências documentais;
- O controle externo realizado é ineficiente.

Conforme foi citado no estudo de Paulus (1999), as maiores divergências entre os defensores da agricultura orgânica referem-se à forma de certificação dos produtos orgânicos. No Brasil não existe uma tradição de certificação se comparado com outros países onde a normatização e o sistema de certificação já se encontram bem avançados. No Brasil, o Instituto Biodinâmico de São Paulo é a principal instituição que se propõe a fornecer o certificado de “produto orgânico” aos produtores, seguindo as normas de certificação propostas pela IFOAM. No entanto, os custos são bastante elevados (dados de 1999) para o produtor, pois, além da taxa de ‘matrícula no valor de R\$100,00’ ainda se deve pagar uma visita de campo, no valor de R\$380,00/dia se o produto for para exportação e de R\$220,00/dia se o mesmo for para consumo interno. Além disso, as visitas costumam ser de dois ou três dias, e o produtor deverá pagar eventuais despesas com transporte e alimentação. As seguintes análises: teste de resíduos de piretróides (R\$230,00); chumbo, cádmio, mercúrio (R\$230,00), também devem ser assumidas pelo produtor. Após o início do projeto, se houver trabalho de consultoria do Instituto, o qual dá ao produtor direito ao selo de certificação, é cobrada uma taxa que varia de 0,5 a 2,0% do valor das vendas para exportação e um valor fixo para venda no mercado interno. Isso demonstra que existe dificuldade econômica dos produtores em fazer a opção pela certificação, dentro dos parâmetros propostos pelo Instituto

Biodinâmico. Além do custo elevado, a outra crítica que se faz é sobre a centralização do poder de decisão sobre a concessão do selo.

Segundo o mesmo autor (1999, p. 131),

impõe-se buscar alternativas locais, ou mesmo regionais, com a maior participação possível de agências envolvidas, sejam elas representantes de produtores, técnicos ou consumidores. Isso não deve significar o abandono de princípios gerais de produção orgânica ou ecológica, que entretanto podem ser seguidos sem que a certificação tenha necessariamente as mesmas agências, sobretudo considerando-se a diversidade de produtos possíveis e a dispersão geográfica possível num país de dimensões quase continentais como o Brasil. Essa forma de certificação descentralizada, participativa e baseada sobretudo na confiança e co-responsabilidade, que está sendo proposta pela Coolméia e várias outras ONG's, é altamente interessante para comercialização em espaços locais ou regionais. Contudo, quando se trata da venda para redes supermercadistas ou para produtos destinados à exportação, torna-se muito mais difícil evitar a certificação através de entidades com reconhecimento internacional, como é a IFOAM.

Dois dos associados apresentaram bom grau de aceitação das duas formas de certificação. Os motivos apresentados foram a maior rapidez e agilidade da certificação por credenciadoras, principalmente no caso de comercialização para mercados externos, como se pode constatar no depoimento de um deles:

Agricultor - Ela é mais rápida, eu acho, e mais eficiente, por ser uma coisa privada, onde pessoas são remuneradas pra tal, ela é mais ágil, em termos de... tem um agricultor que tem um determinado mercado que ele quer certificação, e daí tu encomenda essa certificação empresarial, convencional, ela é mais rápida no atendimento. Já a outra são pessoas que foram delegadas, tem um grupo e tal, mas normalmente são pessoas que tem outras atividades e não são remuneradas, talvez tenha umas diárias, mas não um vínculo empregatício com aquele papel, por isso que eu acho que há uma diferença, é quase como se fosse comparar o poder público com o poder privado, se mexe mais rápido; mas isso também depende da cobrança, das próprias organizações, como é estruturado. Acho que as duas têm espaço. O único problema é que, não se centralize, acho que quantas mais tiver melhor. (E 8)

O mesmo agricultor também aventa a possibilidade de uma certificação em nível regional:

Agricultor - Se forem certificações regionais eu acho que é melhor ainda, quanto mais tiver melhor. Vamos supor: existem no Brasil credenciadoras que certificam no Brasil inteiro. A regional, ela baixaria o custo. Não precisaria de pessoas de fora, no caso aqui, vamos ser certificados por uma credenciadora de São Paulo, o cara tem que vir de São Paulo pagar os custos do cara, a estadia, avião, passagens... Acho que a própria facilidade

em estar próximo, acho que permitiria uma assistência, mais visitas, a menos custos, custos mais baixos. (E 8)

Dois dos entrevistados disseram não possuir opinião formada por possuírem pouco conhecimento a respeito do tema. A entrada deles na associação foi recente, o que, provavelmente, justifica esta falta de opinião.

Para um dos agricultores, a dificuldade de se adaptar às normas de certificação vigentes na Rede ECOVIDA para que a propriedade se torne 100% ecológica (em termos produtivos) representa um problema significativo.

Agricultor – Olha... no momento essa certificação, eu não entendo muito disso aí, mas, é bom, porque, claro, não sei se essa certificação, ela é que garante o produto livre disso e daquilo, mas por outro lado na certificação é um pouco exigente, porque não é fácil de tu ter visto em tudo porque na propriedade eles exigem cem por cento de ser ecologista. Não ter nada de, mas eu tenho as notas... por causa de certificação eles estão mexendo com o negócio que não pode tratar as vacas com isso e com aquilo; então, pra mim incomoda um pouquinho são as vacas. Primeiro tem que terminar com as vacas pra ser uma propriedade cem por cento. Então, certificação pra mim por certos lados é bom, porque daí garante a propriedade cem por cento, é certo que tu não está usando nada na propriedade, os venenos, então esse o meu problema são as vacas, que no momento não tem bom resultado, fizeram teste disso e daquilo, mas não; eu não vejo resultado bom pras vacas, então certificação pra mim, na minha propriedade eu vou ter que desistir das vacas. Daí eu ficaria cem por cento...

Olha, vi certa região que funciona produto homeopático, mas certa não. Então, até que não achem um produto que faz um bom efeito, porque não adianta eu; berne hoje pra controlar não é fácil, carrapato até que daria, mas os bernes é complicado. Então, vamos esperar mais um ano, dois pra ver se eles que estão fazendo teste, disseram que estão melhorando as pesquisas. Falei com um, com outro, disseram que está melhorando, disseram vamos ver...se der um bom resultado daí eu vou partir pra o que tiver melhor resultado. Nós na colônia temos um monte de coisas pra cuidar e se eu faço de um jeito e não me dá resultado, eu vou ter que estar perdendo tempo atrás das vacas, então é melhor eliminar as vacas e deu. Pra mim, eu vou eliminar as vacas se for difícil de cuidar, porque não adianta. Tem um serviço pra fazer, vai atrasar outros serviços pra ir atrás das vacas e não resolve muito. (E13)

Ao mesmo tempo, alguns agricultores se indagam sobre o que fazer a respeito da intervenção dos vizinhos em suas propriedades.

Agricultor - Aquele ali debaixo, o meu vizinho, sorte que o vizinho está debaixo, as águas das chuvas podem trazer pra dentro da tua lavoura, mas eu estou fazendo um quebra-vento. Fui visitado pelo pessoal da certificação, daí vou ter que fazer aquele corte pra garantir, porque ali é certo que não; que seja um negócio bem feito, porque senão é complicado. Caso lá debaixo, as parreiras, se tiverem um pouquinho de

vento, pode trazer um pouco de tratamento pra cima, então, aquele quebra vento ali ele tranca, não entra nada na minha lavoura.. Então alguma coisa tem que fazer um joguinho ceder um pouco um e outro, porque; é a mesma coisa, suponhamos, eles falam: o vizinho está abusando, mas não é de uma hora pra outra que tu muda a cabeça do vizinho. Então tu vai ter que um pouco falar pro vizinho, tem que mudar um pouquinho, se ele não quer mudar tu tem que tomar providência, tentar ou tu desistir de plantar ali perto. Porque aí é problema, ou fazer algum valo pra que não entre água; inventar alguma coisa, escapar da contaminação. (E 13)

Agricultor - Eu hoje até questionei de novo porque a técnica disse assim no Centro: não porque nós estamos, tu estás com a mesma pergunta do outro dia, porque se o vizinho passa nós temos que plantar, fazer uma área de árvores, de uma coisa pra não ter contato, mas adianta o que se no solo ele penetra, não adianta fazer uma barragem ali plantar uma fileira de pinus ou alguma coisa pra cá, na polarização o contato e tal, se ele vai para o próprio solo. Aí eu questionei muito isso aí, Até hoje ela me chamou, não mas tu estás sempre com aquela, mas e o teu vizinho? Tu tem que fazer a tua parte. Tudo bem, eu vou fazer a minha parte, mas se o vizinho vai lá e passa veneno e está em cima da minha divisa eu faço o quê? Eu tinha mato no lado do meu parreiral. O cara derrubou tudo. Eu tinha uns três metros, eu disse deixa mais três, fica na tua que eu fico na minha, que eu vou fazer uma plantação de capim, alguma coisa, ele não quis e está passando na minha terra. Aí eu vou ter que brigar com o cara. E daí é essa questão que eu estou vendo... Eu tenho que proteger toda a minha área, então eu tenho que pegar meu parreiral, pegar tantos metros, desmanchar ou fazer uma barreira ali, fazer até um valo pra não ter contato com nada. Então eu acho que é errado isso aí. Porque ele fez de forma, eu já estava com meu parreiral.. Ele derrubou a mata que tinha lá pra fazer isso aí. Então além de prejudicar o meio ambiente, de destruir aquela mata, ele aterrou aqueles arvoredos tudo, cortou e fez fora da lei e ainda está prejudicando. Eu me sinto muito prejudicado com isso.

– Eu acho que teria que ter uma lei mais rígida do cara assim, tu chegar assim: eu quero, que isso seja assim via estadual, o cara que passou veneno que está fora da lei, tem que....(E15)

Meirelles (2000, p. 7) cita que

é importante buscarmos respeitar os diferentes ritmos de adoção de mudanças oriundos de cada distinta realidade técnica, ecológica, econômica ou mesmo psicológica. Em outras palavras, cada agricultor possui um ritmo para a transição e isto deve ser respeitado. O importante é a ecologização constante e crescente, no tempo e no espaço, e a manutenção do bem criado. Também o tempo necessário para a conversão é aqui relativizado. Não se baseia em um tempo supostamente necessário para descontaminar o solo e conseqüentemente produzir alimentos mais limpos, mas sim no desejo efetivo de ecologização progressiva, manifestado e demonstrado pelo agricultor.

Frente a essa problemática é importante observar como se tenta solucionar esses impasses em outros países.

Conforme Desbrosses e Lemaire (2000), não é o produto que é orgânico, mas sua procedência de produção. Seria mais correto falar em “produto originado da

agricultura orgânica” que é a mesma menção que se encontra nas embalagens. O certificador que coloca seu selo não pode afirmar que seu produto é 100% orgânico (face ao estado atual do meio ambiente). Mas ele pode garantir que seu produto foi cultivado, transformado, conservado, transportado e distribuído dentro de um modo de produção orgânico.

No caso da regulamentação francesa, se uma propriedade está para receber certificação e o entorno possui agricultura convencional, os certificadores, nestes casos, avaliam os riscos e efetuam análises. A certificação é negada ou atendida de acordo com os resultados dessas análises. Algumas técnicas podem, igualmente, ser propostas, plantar cercas vivas, corredores de florestas, abertura de valos, para combater esse tipo de problema. A poluição ambiental é levada em consideração pelos certificadores e é por este motivo que praticamente não existem produções orgânicas em regiões do país onde o ambiente já esteja bastante comprometido (muito industrializadas).

Segundo o mesmo autor, a regulamentação em vigor não prevê a obrigatoriedade da análise de resíduos de pesticidas. No entanto, os certificadores se antecipam ao poder público e fazem estudos específicos antes da certificação, pois, sua credibilidade pode ser questionada. Por escolha de vida e pela facilidade, os agricultores orgânicos franceses são provenientes de regiões ecologicamente preservadas. Ele chama a atenção para o fato de que mesmo no interior de uma área de preservação, a poluição ambiental existe de toda maneira e que um produto jamais será 100% ecológico.

Observa-se que, face ao conjunto de aspectos citados e mesmo existindo mecanismos de contenção da contaminação do entorno, a preocupação dos agricultores da AECIA em relação aos vizinhos é compreensível, mas difícil de solucionar, ao menos no curto prazo. Necessitar-se-ia de uma transformação (talvez radical) de todo o sistema agrícola vigente, como já citado por Dufumier (1985) no tópico sobre transgênicos, ou ainda conforme Leff (1994 apud LEFF, 2003, p.34),

o significado de uma racionalidade ambiental que integre os potenciais da natureza, os valores humanos e as identidades culturais em práticas produtivas sustentáveis incluindo as inter-relações complexas de processos ideológicos e materiais diferenciados. Os fundamentos epistemológicos e ontológicos do saber ambiental adquirem assim sentido para conceber uma estratégia capaz de construir uma nova ordem social.

Alguns entrevistados manifestaram a idéia de que os agricultores que utilizam agrotóxico é que deveriam buscar a certificação.

Agricultor - Eu sou da opinião que deveria ter o carimbo no produto contaminado, entendeu? O produto limpo não! O produto limpo deveria ser natural, mas como a gente vive numa sociedade de valores avessos, tudo está de pernas pro ar, nós temos que avisar o consumidor que ele está consumindo um produto que não tem veneno, né...infelizmente é assim. O ideal seria, de fato, que não houvesse necessidade de certificado, todo o produto que tenha algum produto químico ou algum adubo sintético, ou transgênico, que o consumidor fosse avisado, o ideal seria isso, mas como a gente não vive nesse ideal, infelizmente nós temos que gastar muita energia...porque nós somos poucos, os ecológicos são poucos ainda, temos que gastar muita energia, pra provar que o nosso produto é limpo. É mais ou menos que nem a pessoa sem pecado que vai se confessar:

- Olha, padre, eu não tenho pecado.

Porque eles sabem que todos os outros têm, então ele tem que dizer que não tem. É andar na contra mão dos valores. E o mais esquisito é que não serve a palavra do que produz. Se parte do princípio que o agricultor é um indivíduo desonesto. (E1)

Sobre esse aspecto, Meirelles (2003, p. 2) cita que

a premissa de suspeição dos agricultores, intrínseca a esta lógica de certificação, constitui outra desvantagem deste processo, já que causa desconforto a quem busca a certificação e não contribui com o resgate da auto-estima dos agricultores e agricultoras envolvidos.

Outra desvantagem da metodologia de certificação hoje consagrada no “mundo orgânico”, segundo o mesmo autor (2003, p. 2),

seria o próprio sobre-preço, que elitiza o consumo de produtos orgânicos, se é verdade que não é consequência exclusiva da certificação, guarda com esta uma estreita relação. A certificação se legitima mais na medida que os preços dos produtos orgânicos são mais altos que os similares convencionais. O prêmio orgânico (diferencial de preço entre o produto orgânico e o similar convencional) aumenta em função do preço pago pela certificação. Com este mútuo condicionamento mais difícil fica o rompimento da barreira do ‘nicho de mercado’ e a busca da massificação e democratização da produção e consumo de produtos limpos. A normatização de fato cumpre um papel de deixar mais claro o que se quer dizer quando se fala em produção orgânica. Por outro lado pasteuriza procedimentos e burocratiza o acesso dos produtores à condição de ‘produtores orgânicos’. Limita a criatividade e tende a reduzir a prática da agricultura orgânica ao cumprimento de regras pré-estabelecidas.

Conseqüentemente, observa-se uma posição generalizada de que a certificação individual por auditoria externa de terceira parte é um serviço ao qual o

agricultor familiar tem limitações de acesso. Tal questão seria menos relevante se não se estivesse atravessando um processo de regulamentação do mercado de orgânicos que tornará obrigatória a certificação da produção orgânica. Daí, a definição do problema central dessa questão ligar-se à inadequação do sistema de certificação que se constituiu a partir dos normativos ISO para a produção orgânica familiar. Mesmo com a universalização da certificação por auditoria externa, como único mecanismo aceito para reduzir a assimetria de informações na comercialização do produto orgânico, alguns outros mecanismos que buscam esse mesmo fim também se manifestam. Primeiramente, observa-se, no Brasil e em outros mercados, o importante papel que os efeitos de “reconhecimento” têm desempenhado nas feiras locais de produtos orgânicos. Além disso, no caso particular brasileiro, desenvolve-se uma iniciativa denominada “Certificação Participativa em Rede” envolvendo número considerável de produtores e colocando-se como alternativa ao sistema formal de certificação por terceira parte. Esse movimento se desenvolve no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida (MEDAETS, 2003). O mesmo autor (2003, p. 11) afirma que:

Se por um lado existem críticas à certificação por auditoria externa de terceira parte, seus adeptos questionam a real capacidade que esses mecanismos alternativos possuem de ‘garantir’ ao consumidor a manifestação dos atributos previstos nos padrões de produção orgânicos. Tais críticas se concentram:

- No fato de que o monitoramento da produção a ser certificada é feito em âmbito local por produtores que supostamente teriam interesses pessoais no processo, gerando conflito de interesses;
- No reduzido volume de registros exigidos dos produtores e do organismo certificador;
- Na avaliação de que as técnicas e procedimentos utilizados sejam deficientes;
- Na não utilização de análises laboratoriais como técnica auxiliar.

Verifica-se um acúmulo significativo de informações sobre as questões relacionadas ao tema da certificação devido à grande demanda, principalmente na área industrial, por certificações de sistemas de gestão da qualidade e de gestão ambiental. O inverso pode ser dito no que se refere à discussão sobre mecanismos alternativos que possam ser adequados para a certificação de produtos provenientes do meio rural. A Certificação em Grupo por auditoria externa de terceira parte e a Certificação Participativa em Rede talvez possam ser consideradas as únicas alternativas diferenciadas no que se refere ao atendimento ao grupo específico dos agricultores familiares. No que se refere à primeira, um conjunto básico de informações se encontra disponível devido ao seu histórico mais largo de operação e suas raízes na regulamentação ISO. Entretanto, no que se refere à Certificação Participativa em Rede pouco pode ser encontrado.

Em resumo, convivem hoje sistemas em que o controle da qualidade da produção orgânica é feito baseado em redes sociais ao lado de esquemas rígidos de avaliação de conformidade. Entre esses dois mecanismos desenvolvem-se alternativas que procuram combinar o controle social, a construção da confiança, a ação coletiva e componentes simplificados de avaliação de conformidade como instrumento metodológico de controle da qualidade.

6.3 REDE ECOVIDA

É o dia-a-dia, é a convivência. Agora tem uma certificadora que tem ali e faz uma análise do produto, agora a Rede Ecovida é a convivência do dia-a-dia. (E5)

De forma geral a Rede Ecovida representa uma ferramenta importante para os agricultores e por esse motivo eles estão apostando fortemente na mesma, inclusive no sentido de ela possuir um reconhecimento internacional. A maioria acredita que em razão da seriedade do trabalho da Ecovida e havendo persistência, ocorrerá aceitação futura da mesma em todos os lugares.

A entrevista com um dos primeiros associados da AECIA diz o seguinte:

Agricultor – Eu acho que esse modelo participativo é um pouco mais demorado, porque é um trabalho voluntário, dos próprios agricultores, e das ONGS, mas que pode dar muitos frutos no futuro, porque quando começar a ser conhecida no mercado, de quem consome, da toda a estrutura dela, da Rede Ecovida, o consumidor também; e se o consumidor conhecer também o trabalho dos outros institutos de certificação que é totalmente diferente, de repente, o consumidor vai perceber que pode até ser bem mais sério o trabalho participativo do que alguns técnicos que são pagos pra fazer o trabalho e que vão uma vez por ano só e... então, eu acho que a Rede Ecovida tem muito ainda a crescer, a divulgar, e a fazer um trabalho, né.

Simone – E no caso de comercializar o produto pra o exterior ou pra São Paulo, como é que fica? Eles pedem certificadora?

Agricultor – Nem todos, a gente tem clientes aí. A maioria são casas naturais, casas que vendem só produtos orgânicos, e essas não vem pedindo selo. Mas quem pede são as grandes redes de supermercado, mercados, né e o nosso cliente é... não têm muitos clientes de mercado. Por exemplo: a gente trabalha com o Zaffari de Porto Alegre, e alguns mercados de São Paulo, mas não muito grandes. Em outros mercados também tipo o Carrefour, eles queriam pedir o nosso produto mas não solicitaram certificação; tanto que eles queriam usar a marca deles, e a gente não está cedendo muito a isso, mas nós temos tido problema com alguns produtos in natura, de não vender por não ser certificado, de alguns comerciantes, porque fazem o trabalho de comprar produtos e

distribuir produtos orgânicos. Não compraram da gente por não ser certificado pelo IBD, por outras organizações de certificação. E a gente tendo a Rede Ecovida não é reconhecida, eles não aceitam, mas a gente está nessa batalha aí, a gente está resistindo a isso, de abrir mão de ser certificado por essas empresas, por esses institutos. (E7)

Para muitos associados, o ECOVIDA não é simplesmente um selo, uma marca, ele está dentro do processo de identificação da articulação histórica dos agricultores ecológicos e das ONG's nos três estados do sul, no âmbito familiar com seus valores sociais, culturais e ambientais. Ela faz parte de processos regionais que naturalmente se construíram e que precisam ser respeitados. Esses aspectos corroboram com a hipótese inicial de que para os produtores da AECIA, a agricultura ecológica não representa simplesmente trocar um modelo de agricultura por outro para melhor atender a um novo nicho mercadológico, e, sim, possibilitar que esse mercado emergente traga consigo maior justiça social, qualidade de vida ao agricultor e à comunidade em geral, melhoria dos recursos naturais e tantos outros aspectos que a agricultura sustentável agrega na sua prática. Nesse sentido, os mecanismos de certificação participativa possuiriam mais elementos a serem agregados a essa idéia do que outros tipos de certificação.

Sob a ótica desses agricultores, os problemas que a Rede enfrenta atualmente seriam:

- necessidade de organização mais rápida, objetivando mais os encontros;
- um número maior de visitas aos agricultores;
- teria que ser reconhecida internacionalmente;
- funciona bem, mas tem o problema de não ser aceita no mercado de São Paulo, por exemplo.

Frente aos problemas citados pelos agricultores, em relação à certificação participativa, cabe citar alguns limites e desafios da Rede ECOVIDA que se coadunam com os mesmos.

Segundo Santos (2004), a heterogeneidade, em nível de organização dos núcleos regionais Ecovida, apresenta-se como um limite inicial. Esta aponta para uma questão estrutural, representada pela falta ou escassez de recursos humanos e financeiros para promoção da dinâmica organizativa dos núcleos: reuniões, visitas, intercâmbios, etc. A não-cobrança pelo processo de certificação além da

inexistência de orçamento específico para desenvolver o processo, somados à falta de estrutura dos agricultores familiares, impõe limites ao desenvolvimento mais ágil da proposta. Outro aspecto que traz limite organizacional ao núcleo é a filiação de organizações que há pouco tempo desenvolvem seu trabalho em agroecologia. Isso traz inconvenientes, tanto sob o aspecto do controle interno da propriedade - pela presença simultânea de áreas de manejo convencionais, em transição e as ecológicas – quanto por falta de clareza do agricultor ou da associação quanto ao que seja agroecologia. Esse aspecto se reflete na heterogeneidade da organização do núcleo e no desnivelamento de interesses, dos grupos e associações em integrar o processo, o que causa alguns problemas como a busca pura e simples do selo de qualidade em detrimento da construção da proposta, como se a Rede fosse apenas uma certificadora.

Em relação às normas, o primeiro ponto consiste na dificuldade de criação de normas mais adequadas e condizentes às realidades tropicais ou subtropicais ou ainda para sistemas agroflorestais. O segundo ponto diz respeito à apropriação e verificação das mesmas por parte dos agricultores, técnicos e consumidores. Essa questão aborda aspectos informativos e formativos, uma perspectiva educativa quanto ao acesso, entendimento e prática das normas (SANTOS, 2004).

Em relação aos limites externos, a dificuldade na relação com outras instituições certificadoras em estabelecer a reciprocidade de processos distintos aponta, apesar da falta de debate sobre o assunto, algumas possíveis explicações. A primeira seria a dúvida quanto à credibilidade do processo. A segunda refere-se à ausência do volume costumeiro de documentos exigidos. A terceira explicação diz respeito ao fato de que a certificação baseia-se na prestação de serviços que pode dar bons retornos às certificadoras. A quarta razão pode vir à tona diante da incapacidade de compreender que distintas realidades culturais, organizacionais e mesmo ambientais podem demandar processos diferenciados de geração de credibilidade.

Santos (2004) cita que, em relação aos processos de exportação a questão é ainda mais paradoxal. Isso ocorre porque a possibilidade de intervenção na elaboração das leis e das normas acerca da certificação e da circulação de mercadorias é pequena. Os países em desenvolvimento possuem dificuldades em participar das definições da legislação internacional. Assim, os países desenvolvidos definem suas normas e os interessados em acessar seus mercados

devem seguir as orientações, não importando suas realidades internas. Tudo remete a uma questão de mercado, onde quem compra define as regras.

Vários são os desafios internos frente ao processo desenvolvido pela Rede Ecovida de Agroecologia. Se houver organização dos agricultores e dos consumidores, estes serão capazes de construir o processo em curso. A Rede será fortalecida e poderá mostrar resultados cada vez mais sólidos, propondo para a sociedade uma nova forma de entender e praticar a agroecologia, onde a certificação participativa mostra-se como uma conseqüência desta ação coletiva. A cidadania construída através da produção e consumo de produtos, cuja produção leva em consideração a terra e as pessoas, mostra que o processo vai bem além de questões meramente mercadológicas.

No aspecto estrutural, a realização e implementação de projetos que aportem recursos financeiros para a organização dos núcleos regionais, das organizações de agricultores e de consumidores e de apoio à conversão de sistemas produtivos têm se revelado um caminho promissor. A partir da consolidação do trabalho, outro desafio que se destaca é o de inclusão de maior número de iniciativas em agroecologia, sejam elas de produção, processamento, comercialização, consumo ou assessoria (SANTOS, 2004).

Conforme o mesmo autor (2004, p. 16),

é fato que o processo de certificação participativa em rede deve ser aperfeiçoado. Por se tratar de algo novo ele carrega consigo algumas dificuldades ou limitações. A capacitação de todos os participantes do processo no núcleo regional (agricultores, consumidores e técnicos) torna-se fundamental, pois o adjetivo participativo carrega consigo um peso de responsabilidade e não um jogo de “empurra-empurra”! O debate travado em torno da certificação pode criar um momento reflexivo e avaliativo de como está a prática da agroecologia no Brasil, o que permitirá um resgate dos princípios da mesma e de seus desdobramentos. Um destes desdobramentos refere-se à comercialização dos produtos orgânicos. Será que o caminho assinalado pelas grandes redes de supermercados, pela exportação e pelo preço altamente diferenciado, pela ocupação de um nicho de mercado, estará verdadeiramente sintonizado com o caminho de uma transformação mais ampla da base social e ecológica de nossa agricultura?

Por fim, cabe lembrar o desafio que a Rede Ecovida de Agroecologia tem no cenário nacional. Os agricultores familiares e agroextrativistas organizados representam não somente a base da Rede, mas também o segmento principal que

deve ser apoiado pelos governos e pelas políticas públicas nos mais diferentes níveis.

Santos (2004, p. 18) finaliza, citando:

A Rede Ecovida apresenta um grande acúmulo de experiências em agroecologia que podem e devem ser multiplicadas. Aliado ao compromisso com a agricultura familiar, estes fatores podem contribuir significativamente na transformação da realidade agrícola e rural da Região Sul e, quem sabe, do Brasil.

Já, Meirelles (2003) cita que um dos próximos passos para a Rede seria o de buscar a conexão com um conjunto de trabalhos que possuem objetivos semelhantes aos da Rede, e que acontecem em todo o Planeta. A ampliação dessas conexões concederá maior legitimidade a este processo de certificação e num outro sentido, contribuirá para contagiarmos de maneira positiva, os rumos do desenvolvimento de nossa sociedade.

A última questão deste tópico feita aos agricultores foi se eles conheciam a Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003 que trata da agricultura orgânica (em anexo).

Essa Lei salienta que a certificação da produção orgânica, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação dessa legislação, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País. Menciona, ao mesmo tempo, que a regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica. Portanto, foi necessária uma abordagem analisando o conhecimento dos entrevistados sobre essa lei e seus possíveis efeitos na prática dos mesmos.

Apenas um dos agricultores conhecia substancialmente o conteúdo da Lei (alguns tinham ouvido falar). Esse associado é economista e responsável pela comercialização da AECIA em diferentes mercados, através do escritório que os mesmos possuem, na cidade de Antônio Prado.

Agricultor - Eu acho que até foi um ganho, se não houvesse uma mobilização dos produtores ela não estaria nessa formatação, ela viria com uma outra proposta de ter certificadoras, talvez uma empresa ou duas, quase que um monopólio, e não, com certeza não teria espaço pra certificação participativa e acho que essa Lei até contempla essa modalidade. Acho que ela permite várias certificadoras. Essa pressão popular ela deve ser mantida, tem que ficar ainda de olho. (E8)

Conforme Santos (2004, p. 17),

a aprovação da Lei nº 10.831 de 23/12/03 que trata da agricultura orgânica e da certificação está permitindo o delineamento de novos horizontes. O conteúdo desta lei respeita as diversas iniciativas em curso no país, pois é resultado de um trabalho árduo realizado por diversas organizações congregadas em torno do GAO – Grupo de Agricultura Orgânica, formado a partir do ENA – Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002 no Rio de Janeiro. O GAO tem a tarefa de construir, junto com o Governo Federal, a normatização da produção orgânica brasileira. A lei prevê a possibilidade de sistemas distintos de certificação, além da não obrigatoriedade da certificação em casos de comercialização direta de agricultores aos consumidores.

Mesmo não conhecendo em profundidade a Lei, a expectativa de alguns agricultores sobre a mesma é a seguinte:

Agricultor - A nossa briga aí nessa lei é que ela não venha... ela venha possibilitar que se criem grupos de certificação onde haja participação do agricultor, do consumidor, do assessor; e quem é que pode dizer se o teu produto é ecológico ou não; não necessariamente uma empresa que queira gerar lucro, pode ser a sociedade civil organizada, possíveis órgãos do governo, EMATER, EMBRAPA, FEPAGRO, porque não dizer em grupos de técnicos ligados as Pastorais. Nós temos que desvincular essa idéia de certificação e lucro. Eu acho que é um equívoco se pensar em criar mais um instrumento pra espolar o agricultor e o consumidor. Em última instância cai no agricultor; mais no agricultor, porque se inviabiliza a produção, o consumo, vai inviabilizar a propriedade e o consumidor que quer comer produtos ecológicos não vai poder porque não vai ter dinheiro. (E1)

Esse registro evidencia a “fragilidade” do agricultor frente a situações que possam ser criadas através de regulamentações produzidas sem um diagnóstico anterior da realidade e dos problemas que os produtores ecológicos enfrentam.

Schmidt (2001, p.107) diz que

os dispositivos de reconhecimento institucional que começam a ser implementados ao longo dos anos 90 – ou seja aproximadamente 20 anos depois da Europa – introduzem, por um outro viés, as normas impostas pelos mercados importadores. Dispositivos esses que nem sempre são coerentes com os interesses dos produtores nacionais e, principalmente, dos locais. De forma mais geral, os desajustes entre as políticas globais de crescimento endógeno no Brasil e os dispositivos de reconhecimento construídos por consumidores cada vez mais distanciados dos mercados locais (Plassard, 1993) revelam os efeitos perversos veiculados pela adoção mimética das normas e dos códigos importados.

6.4 COMERCIALIZAÇÃO

Historicamente, a comercialização sempre representou um fator básico na reprodução social dos agricultores.

Segundo Meirelles (2003), em alguns locais começam a se configurar o que se poderia definir como redes solidárias de produção e circulação de produtos ecológicos, nas quais diferentes atores, envolvidos com distintas etapas do processo produtivo, se articulam em torno do fortalecimento mútuo e da criação de espaço em que as relações de mercado se submetam a um conjunto de princípios e valores mais amplos. Essas redes estão presentes, com maior ou menor intensidade, sempre que a construção do mercado de produtos agroecológicos se submete à lógica da inclusão social e da cooperação.

Paulus (1999, p.120) enfatiza que

muitas das experiências de produção e comercialização alternativa de alimentos fundamentam-se (ou pelo menos têm esse discurso e essa pretensão) em conceitos e valores que vão além de uma perspectiva puramente mercantilista, muito embora seja inevitável a sua inserção em uma estratégia de mercado, sem o que nem a produção e nem o acesso dos consumidores se viabilizariam.

Acredita-se que seja esse o caso da relação que existe entre a AECIA, a Rede Ecovida de Agroecologia e os consumidores que se articulam ao redor das mesmas.

O fato de estarem estruturados numa associação que é também cooperativa e de estarem conectados a redes de produção e comercialização alternativas (cujos objetivos já foram descritos no tópico anterior) produz um diferencial importante na condição desses agricultores. Em visita realizada à propriedade de um dos agricultores ecologistas, o mesmo relatou que era muito importante para os associados, o papel dos consumidores. No dia em que esses não mais consumirem seus produtos os associados terão que se dedicar a outra atividade o que implica deixarem de “fazer o que gostam”, ou, em última análise, abrirem mão do seu “modo de vida”.

Esse fato denota a relação estreita que há entre os integrantes da AECIA e seus consumidores e o papel essencial que os últimos representam na preservação da identidade dos agricultores ecologistas. Sem dúvida, esses produtores

dependem, além da sua própria organização, da sensibilidade e consciência ecológica dos consumidores. O mais próximo a este tipo ideal de consumidor estaria representado pela denominação “consumidor reflexivo” que Paulus (1999) faz referência em seu estudo, baseado na idéia de reflexividade estabelecida por Giddens⁴⁰.

Paulus (1999) declara que a organização de um grupo de consumidores ecologistas, fruto dos movimentos ecológicos e de contestação existentes na década de 1970, significou um desafio muito concreto para técnicos e agricultores, constituindo-se no impulso principal para a organização da produção alternativa no Estado.

Um dos integrantes da AECIA relatou que “nós criamos o mercado”. Na verdade, eles começaram a produzir hortaliças e frutas para um mercado que não existia, o qual estava iniciando sua estruturação na forma de uma feira que futuramente iria se denominar “feira da Coolméia”. Esses dados podem ser corroborados no capítulo referente à descrição etnográfica, no qual é possível acompanhar as histórias de vida desses agricultores.

Com base nos argumentos desse capítulo e nos dados apresentados em outros pode-se relembrar a hipótese inicial de que esses agricultores mudaram de modelo agrícola, num primeiro momento, muito mais por uma questão de valores do que pelo fator mercado.

Se, por um lado, é certo que para o tipo de sociedade em que se vive os valores tanto os de uso quanto os de troca são definidos por relações marcadamente mercantilistas, não é menos certo que esses valores e relações podem transcender a esfera das relações puramente econômicas, tal como as trocas descritas por Mauss (1974) nos estudos que fez sobre a forma e a natureza das trocas nas sociedades arcaicas dos melanésios e dos polinésios (PAULUS, 1999).

Passa-se agora, à apresentação de alguns aspectos referentes à situação atual e expectativas que os agricultores ecologistas possuem em relação à comercialização de seus produtos.

⁴⁰ Giddens, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991, p. 45.

Os associados da AECIA, na sua totalidade, comercializam em feiras que ocorrem nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul e Antônio Prado. Praticamente, metade deles também trabalha com produtos da agroindústria (associados entre si ou não).

A estrutura da cooperativa AECIA vende todos os produtos industrializados e alguns in natura para mercados do Rio, São Paulo (70% da comercialização), Minas Gerais, e mais recentemente Brasília, através da venda direta, atacado e por intermediários. Esses artigos estão presentes em supermercados, lojas de conveniências e de produtos orgânicos.

Mais recentemente, a associação realizou um contrato de venda de molho de tomate com o Grupo Zaffari de Supermercados, parceria que segundo eles está sendo bastante satisfatória. Assim que possuírem um novo rótulo e tiverem melhor visão do quanto produzem, a pretensão é a oferta de novos produtos para esta instituição. Esse é um fato novo em termos supermercadistas e de mercado de produtos orgânicos. Ao menos em Porto Alegre, praticamente todo o alimento orgânico vendido nos supermercados vem de São Paulo ou de outros lugares, o que encarece demais o produto, interferindo negativamente na capacidade de compra dos consumidores. Vendas a supermercados podem representar ligação a mercados convencionais mas, ao mesmo tempo, o fator preço e a ampliação do acesso é um componente fundamental para o aumento da base de consumo de produtos considerados orgânicos ou ecológicos.

A periodicidade de comercialização para os que trabalham nas feiras é semanal (em época de safra pode vir a ser diária).

Para quem possui agroindústria, duas vezes por semana são feitos pedidos de produtos ao grupo através do escritório da AECIA em Antônio Prado. Essas solicitações são repassadas ao conjunto das agroindústrias que enviam sua produção conforme a demanda. De maneira geral todos estão satisfeitos com o processo de comercialização, conforme o demonstra o entrevistado a seguir e sua esposa.

Agricultor - Eu estou satisfeito, eu não estou satisfeito porque eu sou gringo; mas eu acho que nós estamos no caminho certo. Eu acho que o nosso erro nessa história é que nós não somos, nós não estamos aqui pra fazer marketing, nós não temos uma organização de comercialização tão eficiente, mas no princípio nós distribuíamos, se metíamos nas lojas. Pra tu ter idéia, daquilo que a gente comercializa, o custo operacional da nossa comercialização é dez por cento, é baixíssimo, é super baixo, então a

gente aproveita que a gente tem uma máquina enxuta, viabiliza a nossa propriedade, viabiliza o trabalho, agora, nós temos um potencial pra comercializar três, quatro vezes mais do que se comercializa hoje; em alguns produtos, alguns não. Tem uns anos que tem um potencial maior, principalmente a agroindústria.

Agricultora – O que falta são algumas matérias primas: algumas frutas. A gente não consegue ainda em grande quantidade ecológica, em grande quantidade, pouquinho.

Agricultor – Mas eu acho que cada vez mais com a construção da Rede Ecovida, ela vai viabilizar isso aí. A Rede Ecovida é muito importante pra nós, muito, muito, muito. Eu mais do que nunca eu estou...

O que eu acho que precisa mudar mais é mostrar mais o rosto dela, eu acho que toda a propriedade certificada é feita uma tabela, nós deveríamos ter uma tabela, Rede Ecovida. Porque é uma ferramenta construída por nós agricultores e os consumidores. (E1)

Mas também existem algumas reclamações.

Agricultor - Eu acho que até há possibilidades de ampliar esses mercados, de agroindústria pra... porque o problema que a gente tem são as agroindústrias, que trabalham no máximo dois meses por ano. A idéia é inventar novos produtos, outros produtos, outras culturas pra tentar trabalhar mais tempo na agroindústria. (E2)

Agricultor - Sim, estou satisfeito. Acho que o nosso problema é ainda a produção, se a gente tivesse maior produção, a gente teria mais espaço pra comercializar, tem muita gente que a gente tem que negar. Perder produtos por não ter mais. Tem alguns produtos que às vezes sobra, mas é porque tu não tens um número maior pra oferecer também, e a gente acompanha e tu não consegue controlar a vontade do consumidor e todos ao mesmo tempo terminar todos juntos, ao mesmo tempo. Um vai terminar antes, as próprias oscilações da safra também. Às vezes fatores climáticos. (E8)

O cansaço em relação às feiras foi referendado por alguns:

Agricultor - É, na verdade eu estou satisfeito, mas é que hoje em dia é tudo difícil na vida. Então é trabalhoso, principalmente quando tem que acordar de madrugada, tipo uma e meia da manhã, pra ir à Porto Alegre, é muito sofrido por questão de sono, frio, às vezes chuva. Às vezes tu chegas lá e o próprio consumidor, infelizmente não tem, às vezes, noções. Tu chegas numa feira o pessoal às vezes te revira tudo. Em países da Europa o pessoal olha, tem as vistas pra enxergar. Às vezes tu chega lá cansado e tudo e o consumidor todo cheio de direito, tudo pelo consumidor. Acho que não devia ser assim, até o consumidor devia ser mais bem educado. Porque, às vezes, se coloca uma certa quantidade de produto, tem pessoas que vão catar lá no fundo o produto pra depois: ah, não me serve. Então olha e enxerga: se te agrada compra, se não te agrada. Porque se tu levas, tudo bem, mas às vezes está estragando, então tem muitas perdas, deixa cansaço, stress, muito sofrimento, mas, afinal, hoje em dia tudo é meio sofrido na vida, não é, as coisas não são tão fáceis. Então estou satisfeito mas reclamando que hoje em dia não é fácil a vida. (E16)

Simone – Mas e que outro processo tu gostarias que tivesse de comercialização? Como é que tu imaginas um processo menos sofrido?

Agricultor - Um processo menos sofrido, nós na verdade temos pequena propriedade e estamos acostumados com a feira, mas nós podíamos partir tipo pra vender diretamente em mercado. É que é difícil, se tu acabas passando pro intermediário, porque o contexto hoje em dia do agricultor, às vezes é uma situação difícil, porque ele tem que produzir e sobreviver do produto de fora, então é uma distância enorme, ele tem que trabalhar em uma área muito ampla, entender de como produzir, produzir, colher, vender diretamente. Se tu não faz isso, tu acabas vendendo pro intermediário. E intermediário hoje em dia, se tu deixa surgir dele, ele não se difere do convencional. O agricultor trabalha um ano e o intermediário em 2, 3 dias ganha a mesma coisa que a pessoa ganhou no trabalho de um ano. É muito lucro pro intermediário. (E16)

A ligação do comércio com o turismo local foi lembrada por outro agricultor.

Agricultor - Sim, ele é um pouco trabalhoso. Como aqui em Antonio Prado que é um município de turismo, seria melhor fazer um trabalho mais caseiro, que o turista viesse e comprasse sem nós se deslocar com o nosso produto, que ele fosse na horta escolher o seu produto. Acho que o dinheiro mais limpo seria este, se construísse umas cabaninhas e tal, ficasse os dias, o meu pensamento é esse o difícil é tu fazer as coisas pra montar um pesque e pague, alguma coisa assim, mas é muito difícil. (E6)

Segundo Cavaco (1996, p.104),

perante os custos ambientais e sociais do turismo de massas, convencional, gregário, próprio de uma sociedade de consumo, organizado 'industrialmente', afirmam-se procuras diferenciadas, novas, responsáveis e sustentáveis, seletivas em termos econômicos e em valores e comportamentos pessoais, seja no próprio interior do país, seja em regiões mais distantes, desenhando talvez o turismo do futuro, isto é mais integrado culturalmente e ambientalmente.

Essa forma alternativa de turismo, caracterizada por lugares que possuem recursos naturais e culturais não-degradados e que poderiam ser visitados também pelo diferencial de sua produção agrícola possibilitaria uma interessante opção socioeconômica ao município de Antônio Prado (o qual já possui outros atrativos do ponto de vista arquitetônico e cultural).

Um dos associados reivindica maior acompanhamento técnico na feira quanto à questão de certificação de todos os agricultores ecologistas, e a importância da imagem do produto é fundamental para 81% dos entrevistados, assim expressada por E1:

Agricultor - Bah! Eu acho que é que nem tu olhar pela primeira vez pra namorado, tu olha a lata dele, depois tu vai olhar lá dentro. (E1)

Três dos entrevistados julgam que o mais importante é ter um “bom produto”, representados, aqui, pelo entrevistado E10:

Agricultor - ...mas o mais importante de tudo é o produto. Porque quando tu passeia, tu vê assim que tu tem teus clientes, eles conhecem teu produto. (E10)

Questionados se possuíam interesse em aumentar o valor agregado de seu produto, 62,5% responderam positivamente e 37,5% disseram que não. Os que demonstraram interesse citaram os seguintes quesitos para aumentar o valor agregado:

- trabalhar com outras frutas, inclusive as que não conhecemos;
- aumentar a mão-de-obra;
- plantar outras culturas;
- processar novas misturas (principalmente doces);
- fazer doces sem açúcar;
- aprendizagem de novos processos, por exemplo, secagem de alimentos (maçã, banana, tomate);
- necessidade de matéria prima para trabalhar mais tempo. A agroindústria só trabalha dois meses ao ano, em época de safra.

O associado responsável pela parte comercial da AECIA disse que teria interesse na diversificação de produtos, investindo, ao mesmo tempo, nos rótulos (criação da identidade da marca) e na boa informação, possibilitando melhor esclarecimento ao consumidor por meio do site que eles possuem.

A definição dos preços dos produtos tem duas divisões: o das feiras e o da agroindústria, e as feiras, por sua vez, são feitas em municípios diferentes.

Na Feira de Porto Alegre, o preço é decidido entre todos os agricultores ecológicos que dela participam. Reúnem-se uma vez a cada dois meses (outros entrevistados falaram que essa reunião é mensal). A Coolméia tem uma tabela de preços baseada em pesquisa de mercado. A tabela e o conjunto das decisões tomadas em reunião definem o preço do produto. Em cima do valor de mercado

existe uma porcentagem que se coloca a mais ou não (depende do grau de oferta e procura do gênero alimentício).

Pela fala de E3, é possível observar um pouco da lógica existente.

Agricultor - Pra nós assim, a gente faz um preço x por exemplo, que é o que se deveria ganhar, não o mínimo, nem o máximo, mas que seja um preço justo, que incentive a tu trabalhar ainda. E no entanto o mercado, porque um agricultor convencional ele nunca sabe o que vai ser, ele pode tanto ganhar um monte de dinheiro, quanto perder um monte de dinheiro, e isso não é justo, então a gente tenta mais ou menos segurar um preço. Então, se ele vai lá em baixo a gente tenta segurar com mesmo preço, vai ficar caro se tu comparar com o convencional, se o convencional for lá em cima, vai ficar o nosso mais barato. (E 3)

Uma porcentagem de 20% do valor final do produto é comprometida com despesas múltiplas, como se constata na fala de E3.

Agricultor - Seria porque a gente tem que pagar pra comissão da feira da Coolméia, uma porcentagem em cima do que a gente vende, pra divulgação de feiras, pra pagar o funcionário, um pouco do aluguel das bancas e tal, então vai um percentual. Verdura é um, indústria é um, grãos é outro...

Agora, deixa eu ver... desde 7% até 10% mais ou menos, as verduras acho que é 7% e agroindústria é 10%, grãos 8%. Agora eu não sei bem o quê. Eu faço as contas e desconto 15% e daí eu mando lá pro escritório, daí a Eneida, tem a secretária, ela junta todas as 4 bancas e faz separado cada produto e depois ela desconta em cima. Eu já me esqueci quanto que era, porque já faz tempo...

Nós no total do produto é descontado 20%, se eu vendo por exemplo pra ti a R\$ 1 lá pra mim, eu vou ganhar pra mim R\$ 0,80. As vezes um pouquinho menos, porque tem quebra, sempre. De vez em quando tem gente que pega e não paga.

De 20 % que fica, a gente paga os 10% pra Coolméia e outros pra completar os 15% vai pra AECIA e os 5% seria pras despesas com passagens, sacolas que a gente usa e alguma coisinha que sobra a gente faz um racha. Depois ainda tem custos para arrumar balança, toldos. (E3)

O custo de sustentação do escritório da AECIA faz com que eles tenham preço final do produto mais caro do que o de outras associações que não possuem esta estrutura.

Agricultor - Sim, dentro da AECIA somos nós. Aí dentro de outras associações do Ipê, eles definem o custo de produção deles, porque nós temos um custo que os outros grupos não tem: o escritório, a sustentação do escritório, da guria que trabalha ali, como somos uma cooperativa temos um custo um pouco mais alto. Nosso suco é mais caro do que outras associações. Nós temos o custo um pouco acima deles. Nós pagamos o salário da guria que tem ali, porcentagem pro vendedor, luz,

água, telefone, aluguel, e aí sobe um pouco. Isso é tratado como custo na hora da venda, então isso eleva um pouco o valor do produto. (E3)

Na feira de Caxias do Sul existe uma comissão (que troca a cada dois anos) e os agricultores estipulam um preço e todas as bancas aderem ao valor. Em média se vende 20 a 30% acima do preço do produto convencional. Segundo os associados, de maneira geral, o pessoal compra e não questiona os valores dos produtos agrícolas.

Mas, sempre existe algum consumidor que reclama do preço e um dos argumentos aparece na fala de E 6.

Agricultor - Tem um que outro que sempre reclama, mas isso faz parte porque o salário dele é menor. É, muita gente diz: ah! mas tu tá vendendo a cebola há um real o kg, tu tá ganhando muito dinheiro, e daí eu perguntei pra ele:

– tu já foi visitar alguma propriedade convencional e orgânica? E daí ele disse: sim, ah... mas ele tem que usar o veneno a mais e adubos a mais e eu disse: e eu o que é que vou usar? Eu capinei quatro vezes na cebola e os caras passam veneno uma vez e vão só arrancar e daí o cara disse: ah... tu tem razão. Tu tem que pensar que eu tô te vendendo a cebola um pouco mais cara, mas a saúde é pra ti não é pra mim. (E 6)

No município de Antônio Prado ocorre um fenômeno que mereceria maior atenção na formulação de políticas públicas da região, a partir da fala de E10.

Agricultor - Aqui na feira de Antônio Prado, a gente se baseia pelo preço do mercado, porque nós não temos de onde tirar preço. Tem uma pessoa que faz uma pesquisa no mercado e a gente vende quase o mesmo preço, depende do produto, senão é sempre abaixo do preço do mercado.

Simone - Por que vocês sempre vendem abaixo do preço do mercado?

Agricultor - Porque é uma maneira que eles acharam das pessoas comprarem mais. Porque uns dizem que na feira se um produto é cinco centavos mais caro, eles dizem: é mais caro, eu vou lá no mercado. Deixam de comprar aquele produto puro, bom, pra ir comprar aquele produto que já é convencional. Ontem um rapaz foi no mercado viu que era um e quarenta e nove, a batata inglesa, aí os que tinham batata disseram: vamos colocar a um e trinta. Mais barato. A gente vai ver o preço do mercado e coloca mais barato. Em Antônio Prado é assim, por incrível que pareça, porque se não faz assim, não vende, o pessoal reclama muito. Na verdade tinha que ser mais caro o produto. Sim, é mais difícil tudo, pra cultivar, controlar tudo, mas eles não olham esse lado, desde o início da feira, a gente se reuniu e o povo decidiu a ser mais baixo que o mercado. (E10)

Conforme Brose (1999), sabe-se, hoje, que o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar é um dos mais importantes, simples e eficazes instrumentos de geração de riquezas e sua distribuição mais eqüitativa, constitui a base para um desenvolvimento rural sustentável que reduza a pressão sobre os serviços e a infraestrutura nos centros urbanos. Levantamentos da FAO demonstram que os estabelecimentos familiares permitem a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de área que os estabelecimentos patronais. Nas unidades patronais são necessários cerca de 60 hectares para a manutenção de um emprego, enquanto que na agricultura familiar bastam apenas nove hectares.

Para fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo, são necessárias políticas públicas que possibilitem aos agricultores familiares se inserirem ativamente nos espaços econômicos e políticos dos quais estiveram historicamente excluídos. Políticas diferenciadas, promovendo as unidades familiares já inseridas no mercado, minimizando a exclusão dos que se encontram em situações mais problemáticas e incorporando às mesmas o conceito de sustentabilidade dos agroecossistemas (BROSE, 1999).

É de se estranhar que no município onde foi criada a primeira associação de agricultores ecologistas do Rio Grande do Sul, a população não perceba que existem outros processos que não o meramente econômico, atrelados à produção orgânica. Esse fato demonstra, igualmente, a falta de apoio e sensibilidade das instituições municipais em relação a esse modelo de agricultura, conforme comentário de muitos dos entrevistados. Se houvesse um trabalho de base em termos de informação à população das vantagens do consumo de produtos orgânicos, certamente os produtores dessa feira não precisariam passar pelo constrangimento de colocar o preço de seus produtos abaixo do valor de mercado. Ao mesmo tempo, os próprios agricultores poderiam ter a iniciativa de veicular informativos ou campanhas junto à população sobre os benefícios do consumo de produtos ecológicos.

Não existem soluções rápidas e fáceis para os complexos problemas socioeconômicos. Por este motivo, as políticas voltadas ao desenvolvimento local só serão bem-sucedidas com a ativa participação dos beneficiários, e isso significa bem mais do que organizar, por exemplo, um mutirão na comunidade a título de “participação”. O setor público é elemento fundamental para a redução das

desigualdades e prestação de serviços que o mercado sozinho não produz e para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais (BROSE, 1999).

Talvez falte aos integrantes da feira de Antonio Prado maior auto-estima em relação à importância de seu trabalho no intuito de se organizarem para influenciar as políticas públicas municipais para maior valorização de sua atividade.

O agricultor E16 reclama da falta de compreensão de uma parcela dos consumidores e da ausência de pesquisa oficial.

Agricultor - Embora, pra quem não entende de agricultura, acha que produzir ecológico é fácil, mas, como eu citei anteriormente, tem que ter o melhoramento de solo e tudo, demanda anos. Que na agricultura tipo convencional, se tu pegas uma área praticamente estéril, uma área que seja difícil de produzir, jogando uma enorme quantidade de adubo e tudo eles conseguem produzir. Só que no contexto ecológico é muito mais difícil. Essa diferença muitos consumidores não entendem, eles dizem: porque o produto ecológico é mais difícil? Dentro da linha ecológica nós estamos trabalhando em poucos anos e na linha convencional eles são dezenas de anos que estão trabalhando com institutos de pesquisa, EMBRAPA e muitos, tudo em cima, com uma gama de produtos pra tu passar, pra tu aplicar no solo. E praticamente com menos riscos, porque pra gama enorme de produtos que eles têm pra aplicar, contra o fungo, contra o inseto e tudo e tendo mais pesquisa, então a garantia deles é muito maior que a nossa. E por nós colocarmos um produto a um preço um pouco maior, muitos acabam reclamando, mas é questão de conscientização do consumidor. Porque o governo, não é que seja difícil, mas é difícil, às vezes, de produzir ecológico, de compreender o processo, de avançar pela falta de pesquisa oficial. (E16)

Os preços dos produtos da agroindústria são definidos da seguinte forma, de acordo com as falas de E2 e E3.

Agricultor - Ah...A gente sempre senta antes, todos os anos, depois que termina a safra, como a gente já fez esse ano, a gente senta todos os agricultores que industrializaram e a gente vê o preço da matéria prima, preço de custo, faz o preço de custo da produção e aí a gente trabalha com a margem de lucro, uma pequena margem de lucro que é o que sobra. (E2)

Agricultor - ... é claro que a gente dá uma olhada no convencional, mas nada a ver. A gente faz os preços, o preço de custo, a gente pega todos os custos que a gente tem para produzir uma garrafa de suco de uva e depois em cima disso a gente coloca mais uma porcentagem, que varia de 10 a 15, 20% em cima (depende o produto). Claro que no convencional tu encontra as vezes o mais barato e as vezes o mais caro, o custo é o nosso e a margem nossa, independente do que os outros cobram. (E 3)

Segundo o responsável pela área de comercialização da AECIA, é feita uma planilha de custos na qual se incluem os insumos utilizados (garrafa, embalagem, rótulo, tampa, caixa, lenha), a matéria-prima (frutas e legumes basicamente) e a mão-de-obra. A estes custos agregam a margem de lucro para industrializar. Existe uma padronização (através de uma média) nos preços das diferentes agroindústrias da AECIA.

Um dos entrevistados disse que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrado sobre o produto é de 17% no Estado e 12% fora dele. Ou seja, se depender do imposto, torna-se mais caro consumir produtos orgânicos no Rio Grande do Sul do que em outras unidades da Federação.

Apenas como mais um ponto de discussão, Meirelles (2003) diz que para que a certificação participativa e as redes solidárias de produção e circulação de produtos agroecológicos se estruturam e se fortaleçam é primordial a formulação, seguida de sua execução, de políticas públicas que apoiem e estimulem iniciativas configuradoras dessas redes. O mercado de produtos agroecológicos deve, necessariamente, passar pela construção de espaços de circulação de mercadorias que busquem a inclusão social e o benefício de todos os envolvidos, e esses espaços devem ser pautados por valores como transparência, solidariedade, complementariedade e integração ente produtor e consumidor.

De forma geral, pode-se afirmar que se necessita da construção de um novo marco jurídico-institucional que fortaleça, efetivamente, a construção de relações mais eqüitativas entre produtores, processadores, distribuidores e consumidores.

Na seqüência são apontadas algumas sugestões de políticas públicas de estímulo à estruturação e consolidação de redes solidárias de produção e circulação de produtos agroecológicos e de mecanismos de certificação participativa: criação de marcos jurídicos que permitam a presença ativa no mercado de agricultores familiares organizados em pequenos grupos; adequação das regras de certificação de produtos limpos às diferentes categorias de produtores e às características ecológicas, culturais e sociais em que se encontram inseridos, ao menos no que diz respeito ao mercado interno e, principalmente, às redes solidárias; diferenciação do ICMS para produtos agroecológicos, estimulando a produção e o consumo; apoio ao desenvolvimento de mercados locais, com o estímulo ao surgimento de estabelecimentos de abastecimento popular que aproximem o agricultor do consumidor; incorporação de produtos oriundos da

agricultura familiar agroecológica ao mercado institucional e políticas de crédito diferenciado para a produção, transformação e comercialização de produtos agroecológicos (MEIRELLES, 2003).

É interessante lembrar que no governo anterior (de 1998 a 2002), um grupo de pessoas ligadas a diferentes instituições governamentais e não-governamentais e ligadas à agricultura começaram a se reunir para formação de um programa voltado à ampliação da agroecologia no Estado. As reuniões das quais se tomou parte como representante do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, aconteceram de forma sucessiva na sede central da EMATER/RS e confrontavam diferentes visões sobre a participação do Estado como elemento de fomento ao processo de desenvolvimento rural sustentável, através de um programa direcionado à agroecologia e que incluísse estímulo e apoio à transição do modelo convencional para o de produção orgânica.

Em consonância com as solicitações da Carta Agroecológica produzida no final do I Seminário Estadual de Agroecologia, realizado em conjunto pelas Secretarias Estaduais de Agricultura e Abastecimento e de Coordenação e Planejamento, através da EMATER/RS e do Pró-Guaíba, respectivamente, e em sintonia com as demandas prioritárias do Orçamento Participativo, realizado à época, foi elaborado o Programa de Produção, Agroindustrialização e Comercialização de Produtos Agroecológicos - Rio Grande Ecológico, o qual se encontrava alicerçado financeiramente no sistema de crédito rural do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. O programa era subdividido em quatro subprogramas que tinham uma elaboração própria, com suas respectivas metas e objetivos, sendo o de Formação considerado a sua força motriz (AZAMBUJA, 2003).

O Objetivo Geral do programa era o de promover ações que propiciassem a ecologização dos distintos sistemas produtivos agropecuários do Estado do Rio Grande do Sul, e o de apoiar as iniciativas de produção ecológica já existentes no âmbito da Agricultura Familiar, qualificando o sistema de abastecimento no Estado.

Nesse programa, o agricultor familiar pagava apenas o valor do empréstimo e o juro era de 0% visto que o Fundo Estadual de Amparo ao Produtor Rural (FEAPER) equalizava o valor do mesmo. No período de 2000 até fevereiro de 2003 foram investidos neste programa, R\$ 1.822.013,14 (AZAMBUJA, 2003).

7 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foram entrevistadas todas as famílias de agricultores economicamente ativas dentro da associação (AECIA), o que permitiu razoável identificação dos padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão.

De forma geral, acredita-se que os objetivos pretendidos foram atingidos e como eles estão diretamente relacionados às hipóteses passa-se à verificação das mesmas.

Em todas as entrevistas, a questão da saúde desponta como um dos aspectos básicos para a mudança de modelo agrícola entre as famílias pesquisadas. Outros dois fatores foram, igualmente, essenciais para esta transformação e para a institucionalização desse modelo em termos de entidades criadas com a finalidade de expandirem novas práticas produtivas na região: a influência da igreja, particularmente representada na pessoa do padre João Bosco Luiz Schio e/ou o trabalho do Centro Ecológico, na pessoa da engenheira agrônoma, Maria José Guazelli, os quais também tiveram papel fundamental na qualidade de mediadores culturais no elo dessas famílias de agricultores com outros sistemas de práticas comerciais, nas quais podiam inserir seu *modus vivendi* e continuar sobrevivendo no seu meio.

É evidente que se não houvesse um projeto por parte da sociedade civil, da Igreja, do Centro Ecológico e, igualmente, a criação de feiras em que eles pudessem comercializar seus produtos diretamente ao consumidor, sem a necessidade de atravessadores, essas transformações dificilmente teriam ocorrido. Mas isso não retira o mérito individual que cada agricultor teve no momento da escolha. Como disse um dos agricultores: “Porque tu não mudas de uma hora para outra, né. Já tem uma convicção interior em ti, né, depois aí tu desperta”.

Um dos integrantes da AECIA relatou que “nós criamos o mercado”, ou seja, eles começaram a produzir hortaliças e frutas para um mercado que não existia, o

qual estava iniciando sua estruturação na forma de uma feira que futuramente iria se denominar “Feira da Coolméia”.

Conforme as descrições dos próprios agricultores sobre o processo de disseminação da agricultura ecológica entre as famílias moradoras do local, no início tudo foi muito difícil, havia insegurança em relação à capacidade de produzir ou não com o novo método, a falta de pesquisa básica nesta área, a ausência de apoio por parte das instituições governamentais que, muitas vezes, ajudavam a boicotar o trabalho. E, ainda, os vizinhos, a comunidade e, às vezes, até os próprios familiares diziam que eles iriam “morrer de fome”.

Com base nos aspectos supracitados e em muitos dados apresentados neste estudo pode-se inferir que a hipótese principal de que esses agricultores mudaram de modelo agrícola, num primeiro momento, muito mais por uma questão de valores do que para atender a um novo nicho mercadológico, foi corroborada.

Como foi possível observar ao longo deste estudo, a religião é um fator de integração cultural fortíssimo na região. Ela contribui para a construção de uma visão de mundo no cotidiano dos agricultores. A importância do padre como estrutura de liderança das igrejas locais no meio rural, através dos privilégios canônicos e do capital cultural que o mesmo detém, é inegável. A igreja também exerce forte influência nesses agricultores através dos movimentos sociais (Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude). Nesse sentido, conforme enfatiza uma das hipóteses secundárias, o papel dessa instituição foi fundamental na mudança de modelo agrícola experimentado por esses agricultores.

Para a maioria dos agricultores da AECIA, o conceito de qualidade de vida está intrinsecamente ligado ao estilo de vida que escolheram seguir. A maioria dos entrevistados associou o conceito de qualidade de vida ao “fazer uma agricultura saudável para nós e para quem vai consumir”. Os aspectos ligados a ter saúde, respeitar o meio ambiente, estar em um ambiente saudável também se mostraram importantes para muitos deles.

As hipóteses apresentadas a seguir, serão analisadas em conjunto:

- os mecanismos de certificação participativa possuem mais elementos a serem agregados à idéia de agricultura ecológica que outros tipos de certificação;

- a maneira como esses agricultores se associam é um diferencial importante na inclusão aos processos de certificação e na comercialização de seus produtos.

A AECIA foi a primeira experiência de caráter associativo, orientada para implementação de uma agricultura de base ecológica no Estado. O fato de estarem associados facilitou as relações estabelecidas com a Cooperativa Coolméia, abrindo, inclusive, espaço para novos produtores que desejassem participar do projeto. Essa associação possibilitou a esses agricultores, igualmente, a inclusão aos processos de certificação e comercialização de seus produtos. Eles possuem representantes junto à Rede ECOVIDA na região. O fato de estarem conectados a essas redes produz um diferencial importante na vida desses produtores.

A opinião dos agricultores ecologistas sobre certificação, na sua maioria, apontou para certa similaridade no sentido de que a idéia de certificação tem relação com a geração de credibilidade e co-responsabilidade solidária no processo de produção de alimentos o que envolve várias partes (produtor, consumidor, técnicos). A idéia geral é a de que não se come a certificação e, sim, o alimento. Ela necessita ser viável, humana e acessível a todos os agricultores familiares. Ou seja, as estratégias de comercialização e certificação de produtos ecológicos buscam coerência com os princípios que originaram o próprio “movimento ecológico”.

Como já foi dito no capítulo sobre certificação, para muitos associados ECOVIDA não é simplesmente um selo, uma marca, pois está dentro do processo de identificação da articulação histórica dos agricultores ecológicos e das ONG's nos três Estados do sul, com seus valores sociais, culturais e ambientais. Faz parte de processos regionais que naturalmente se construíram e que precisam ser respeitados. Esses aspectos confirmam novamente a hipótese principal de que para os produtores da AECIA a agricultura ecológica não representa simplesmente trocar um modelo de agricultura por outro para melhor atender a um novo nicho mercadológico, e, sim, possibilitar que esse mercado emergente traga consigo maior justiça social, qualidade de vida ao agricultor e à comunidade em geral, melhoria dos recursos naturais e tantos outros aspectos que a agricultura sustentável agrega na sua prática. Nesse sentido, os mecanismos de certificação participativa possuiriam mais elementos a serem agregados a essa idéia do que outros tipos de certificação.

A cidadania construída historicamente através da produção e consumo de produtos, cuja produção leva em consideração a terra e as pessoas, demonstra que o processo vai bem além de questões meramente mercadológicas. Todos esses aspectos contribuem para a confirmação das hipóteses relacionadas a estes temas.

Em relação a existência ou não de um aumento na degradação dos recursos naturais da região, as percepções gerais dos agricultores se diferenciaram em função dos distintos parâmetros analisados. Por este motivo, resolveu-se analisar esta questão separando os diferentes indicadores utilizados: solo, água, biodiversidade e resíduos sólidos.

Conforme as práticas evidenciadas nos depoimentos dos associados da AECIA, houve melhora nas condições de solo das propriedades. Muitas das boas práticas citadas — adubação verde, compostagem, rotação de culturas e minhocultura — aumentam a biodiversidade do solo fazendo com que esteja vivo e equilibrado. Esses fatores culminam com a noção de solo como bem presente e futuro.

Paralelamente, vários agricultores entrevistados apresentam, de forma crítica, a forma como o solo vem sendo tratado na região. A principal causa da deterioração da qualidade dos solos na região, segundo eles, seria a utilização de agrotóxicos.

De maneira geral, as percepções dos entrevistados a respeito do recurso natural – água – condizem com a hipótese que está sendo tratada: na percepção desses agricultores houve um aumento na degradação dos recursos hídricos da região. Os motivos principais apontados foram: a utilização de agrotóxicos, a presença de criações animais, esgotos, lançamento de produtos químicos industriais e o lixo presente nos mais diversos ambientes.

Muitos acreditam que suas nascentes permanecem iguais ou até melhoraram, enquanto que em relação aos rios, houve piora na qualidade da água.

As estatísticas apresentadas no estudo demonstram a situação de precariedade e falta de opção que as comunidades que vivem no meio rural possuem atualmente em relação à destinação final dos resíduos sólidos. Visto que o custo é alto para que essa prática se efetue, em nível municipal, sugeriu-se que caberia aos órgãos públicos o papel de facilitadores de parcerias ou consórcios entre municípios próximos na construção de uma logística que viesse a propiciar esse tipo de ação, acompanhada de maior integração entre órgãos ambientais estaduais e municipais no sentido da troca de informações.

Muitas experiências comprovam que bons resultados na gestão dos resíduos sólidos estão vinculados à participação ativa da população com práticas adequadas ao serviço. Para que isso se efetue é necessário que haja um relacionamento estreito entre o órgão responsável pelos serviços e a população, o que pode ser obtido através de canais de comunicação permanentemente abertos. Complementarmente, são também necessárias campanhas de sensibilização da sociedade que relacionem a questão da saúde com o meio ambiente.

A maioria dos entrevistados declarou que as matas aumentaram. Os motivos deste aumento foram, principalmente: a existência de leis ambientais, a diminuição dos roçados, a saída de muitos agricultores do meio rural e, em menor grau, o aumento da conscientização ambiental.

Em relação à fauna, nos últimos dez anos, a maioria dos entrevistados acredita que o número de animais aumentou, embora alguns digam que diminuiu e outros que permanece igual. De maneira geral, acreditam que as causas para o aumento são a existência de leis ambientais de proibição à caça, aumento da conscientização e o menor tempo das pessoas para caçar. A origem da diminuição, segundo os agricultores que tiveram essa visão, está no maior uso de agrotóxicos (que matam os animais), na poluição e no fato de os animais não conseguirem se reproduzir pela falta de florestas que são o seu habitat. Na percepção dos agricultores, observa-se que nos itens relacionados à biodiversidade houve uma melhora considerável da situação.

Em relação à influência da questão étnica na forma como esses agricultores percebem a natureza, um dos aspectos que chamou a atenção foi o fato de a tradição da “passarinhada” ainda se manter viva. Ao mesmo tempo, alguns registros, principalmente por parte da geração mais jovem, demonstram que atualmente já existe uma mudança de mentalidade nesta questão. Outro aspecto que merece ser citado é que os porcos são sempre confinados na região. Provavelmente, é um costume longínquo que perdura até hoje.

A hipótese de que existe uma tendência a uma visão utilitarista em relação aos animais foi confirmada. A preponderância desse tipo de visão foi corroborada através das estatísticas relativas ao tema apresentadas neste estudo.

A agricultura ecológica nasceu de um movimento que faz a tentativa de resolver uma crise que é social, ambiental, política, mas, também ética. Entende-se pelo termo que ela abarca um conjunto de modelos alternativos ao padrão agroindustrial

de produção. Nesse modelo, é necessário entender o funcionamento de sua forma de produção de maneira global e sistêmica.

A identificação da agroecologia, como disciplina que deve orientar a agricultura ecológica, não constitui, portanto, a proposição apenas de um modelo diferente, mais próximo das condições naturais, mas expressa uma forma de relação homem-natureza mediada por uma representação que não exclua a natureza do homem.

Os atores sociais, embora possam não ser conscientes disso, têm uma capacidade transformadora de criar um diferencial na produção de suas práticas e assim modificar os padrões de ações sociais dominantes (GUIVANT, 1995).

O objetivo de reprodução da vida, pelo que tudo indica, deve ser parte do projeto social do agricultor ecológico. Esse projeto que reúne racionalidade e subjetividade, nas relações de trabalho, será fundamental para reforçar a condição de outro tipo de ator social ou de um novo sujeito. Um sujeito que possibilitará na sociedade a identidade de um dos novos movimentos sociais da contemporaneidade.

Há uma complexa rede de interdependências para o início de uma transformação do modelo agrícola dominante, que envolve além dos próprios agricultores, os órgãos de pesquisa, de extensão rural, políticas públicas e grupos de pressão. A necessidade é, desse modo, de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais de caráter global, para a formulação de novas estratégias de desenvolvimento sustentável, de estruturas sociais mais descentralizadas e de novas práticas e valores vinculados ao consumo e à produção (GUIVANT, 1995).

Além do já citado, a reafirmação de uma identidade em torno de um projeto social, aliada a uma conjuntura social caracterizada pela valorização da ecologia, é que permitirá ao movimento, além de maior reconhecimento social, redefinir o trabalho como uma atividade autônoma, criativa, portadora de sentido, participando, igualmente, de uma sociedade solidária em uma ruralidade cidadã e viva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA Silvio Gomes; PETERSEN Paulo; CORDEIRO, Ângela. **Crise Socioambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira**: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALTIERI, M.A. **Agroecology**: the science of sustainable agriculture. 2ⁿ ed.. USA: Westview Press, 1980. 433p.

ALTIERI, Miguel. Sustainable agricultural developing in Latin América: exploring the possibilities. Agriculture, Ecosystems and Environment, Amsterdã, **Elsevier Science Publishers**, v. 39, p. 1-21, 1992.

ALVES, Rubem. De excrementis diaboli. UFSM, **Ciência e Ambiente**, n. 18, jan./jun, 1999.

ARAÚJO, Moema Leitão; ALVES, Maria Lúcia Machado. O que vem de baixo também atinge. **Revista A Granja**, n. 527, p. 33- 37, ano 48, agosto 1992.

ARAÚJO, Moema Leitão; ELY Leonor Alice Matschulat. **Serpentes**: sua influência na imaginação popular. **Natureza em Revista**, n. 5. dez. 1978, p. 20-23, série I – lendas, crendices e fatos. Publicação da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ASSAD, Maria Leonor Lopes. Conservação de solos e biodiversidade. In: BENSUSAN, Nurit. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê**. Brasília. Editora Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002. 252 p.

AZAMBUJA, Simone P. **Programa Rio Grande Ecológico**: agricultura sustentável, contexto e perspectivas futuras. BIENAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 5. Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, set. 2003.

AZEVEDO, Thales. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/ Instituto Estadual do Livro, 1975.

BAUER M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENSUSAN, Nurit. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília: Instituto Socioambiental, 2002. 252 p.

BELTON, William. **Aves silvestres do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Publicação editada pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

BERTUSSI, Paulo. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Günter (org). **A arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

BEZERRA Maria do Carmo Lima e José Eli da Veiga (Coord.) **Agricultura Sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000. 190 p.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Notas de campo. In: BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação** - uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994. p. 150-175.

BRACAGLIOLI, Alberto. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. Rede Tecnologias Alternativas/Sul. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander (org.) **Reconstruindo a agricultura** – idéias e ideais do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6 jul./dez. 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**, 2000. Departamento de População e Indicadores Sociais, Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: MMA, 2000.

_____. Ministério da Agricultura. **Lei 10.831**, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 347 p., 1999, 2000 (reimpressão).

BUNSE, Heinrich A. W. **O Vinhateiro**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1928.

CALLEGARI, Anna Irma (org.) Tropeçando no dialeto, In: **IMIGRAÇÃO e Fundações**. UFRGS, Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de mutação**. Tradução de Newton Eichenberg. 23 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARREGAL, Lúcia Theresa Lessa. O lixo, uma interpretação. Rio de Janeiro, **Falas em torno do Lixo**, Co-edição NOVA/ISER/PÓLIS, 1992.

CARTA DE TORRES. Documento final do Seminário. [Http://www.centroecologico.org.br](http://www.centroecologico.org.br). Acesso: janeiro de 2005.

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: **Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHECKLAND, P. **Systems thinking, systems practice, includes a 30-year retrospective**. Wiley, Chichester, 1999. 330p.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción Coletiva e Processos de Transición Agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba: Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos, 1998. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Córdoba, Escola Superior de Engenheiros Agrônomos e de Montes, Programa de Doutorado em Agroecologia, Campesinato e História, 1998.

COSTA GOMES, João Carlos. Limites e possibilidades da agroecologia como base para sociedades sustentáveis. Santa Maria, **Ciência e Ambiente**, Universidade Federal de Santa Maria, jul./dez, 2004.

CROUCH, M. L. , Biotechnology is not compatible with sustainable agriculture. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, n.8, v. 2, p. 3-111,1995.

CUMMINS,R.A . Desenvolvimento Sustentável. In: ASMUS, Rosa Maria. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. Brasília: UB, 2004. Tese (Doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. In: RAÉGA, R. Curitiba: Editora da UFPR, n. 4, p. 49-60, 2000.

DAL FARRA, Rossano André. **Representações de animal na contemporaneidade: uma análise na mídia impressa**. Porto Alegre: UFGRS, 2003. Tese (Doutorado em de Educação) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

DALGAARD, Tommy; HUTCHINGS, Nicholas J.; PORTER, John R. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. <http://www.agrsi.dk/jbs/tda/TDAhomepage2002/tommy.html>, 2003. Acesso em janeiro de 2005.

DAUSTER, T. A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. **Revista Educação/PUC**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

DESBROSSES, Philippe e Jacqueline; LEMAIRE, Jean François. **Le Guide Hachette du Bio**. Paris, Hachette, 2000.

DEO, S. D.; SWANSON, L. E. Structure of agricultural research in the Third World. In: **Agroecology**. New York: McGraw-Hill, 1990. 629 pp.

DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. **Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, p. 23-46, abr., 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação** – novos rumos para a conservação da natureza. 2. ed. São Paulo: Hucitec e Anna Blume, 2000. 290 p.

DOUGLAS, Mary. Pureza e perigo. In: CARREGAL, Lúcia Theresa Lessa. O lixo, uma interpretação., **Falas em torno do Lixo**, Rio de Janeiro. Co-edição NOVA/ISER/PÓLIS, 1992.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n.115 p. 139-154, março, 2002.

DUFUMIER, M. Les Politiques agraires. In: NEUMANN, P. S. O processo de produção agrícola e a preservação dos ecossistemas. **Ciência & Ambiente**, n. 6, p.51-62, jan./jul, 1993.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ECKERT, Cornelia. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. Porto Alegre, **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, v.19/20 n. 1/2, 1996-1997.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EIGENHEER, Emílio. Lixo, morte e Ressurreição. **Falas em torno do Lixo**. Rio de Janeiro. Co-edição NOVA/ISER/PÓLIS, 1992.

FONTANA, Carla S.; BENCKE, Glayson A.; REIS Roberto E. (org.) **Livro vermelho da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FONSECA, G.; AGUIAR L. Enfoques interdisciplinares para a conservação da biodiversidade: a experiência do Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre da UFMG. In: **Abordagens interdisciplinares para a conservação da biodiversidade e dinâmica do uso da terra no Novo Mundo**. Belo Horizonte: Conservation International – UFMG – University of Florida, 1995.

FROSI, V. M.; MIORANZA, C. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Caxias do Sul: Movimento, 1975.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: valores sociais e criação de prosperidade. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991..

GIL, Sergio Murilo Pereira. **Estudo estatístico do manejo de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul e o reflexo na sociedade**. Canoas: ULBRA, 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Programa de Pós-graduação em Engenharia: energia, ambiente e materiais da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2003.

GLIESSMAN, S.R. Agroecology. Ecological Processes in sustainable agriculture. **Ann Arbor Press**, Chelsea, MI, 1998.

GOULART, Ângela. Nesta cidadezinha do Sul, pedaços da Velha Itália. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 30 set. 1987.

GUIVANT, Júlia, S. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: **MEIO Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUZMAN, E. S. I CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, (2004: Porto Alegre, RS) ANAIS: [CDroom] 2. 5º Seminário Internacional sobre Agroecologia. 6º Seminário Estadual sobre Agroecologia, Porto Alegre, 22/25 nov. 2004- Porto Alegre, 2004. (1000 exemplares)

HARKALY, A.. **Bases e performance da produção agroecológica e política agrícola**: normatização e credenciamento. Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Botucatu, São Paulo, [s.d.], 31 p.

HARKALY, A. **Perspectivas da agricultura orgânica no mercado internacional**. Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, Botucatu, São Paulo, [s.d] 9 p.

KITAMURA, P. C. Agricultura e desenvolvimento sustentável: uma agenda para discussão. **Ciência&Ambiente**, Santa Maria, n. 6, p. 37-49, jan./jun. 1993.

KUHN, T. S. **La estructura de las revoluciones científicas**. México: Fondo de Cultura Econômica, 1995.

LEFF, Enrique (Coord). **A Complexidade Ambiental**. Tradução de Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Sociologia y ambiente**. Ciências sociales y formación ambiental. Barcelona: Gedisa: CIIH:UNAM:PNUMA, 1994.

LEWGOY, Bernardo. **A Invenção de um Patrimônio**: um estudo sobre as repercussões sociais do processo de tombamento e preservação de 48 casas em Antônio Prado/RS.. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

LIMA, L. M. Q. **Tratamento de Lixo**. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1991.

LOWRANCE, Richard; HENDRIX, Paul F.; ODUM, Eugene P. A Hierarquical Approach to Sustainable Agriculture. **American Journal of Alternative Agriculture**, v. 1, n. 4, p. 169-173, 1986.

LOWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**: religião e política na América Latina. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUBCHENCO et al. **Caring for the Earth**: a strategy for sustainable living. Gland. Switzerland, IUCN/UNEP/WWF, 1991.

MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável**: alguns conceitos e princípios. Texto dado em aula na disciplina de Sociedade e Natureza, notas de aula, 2003.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira; STEIGLEDER, Annelise Monteiro; CAPELLI, Sílvia. **Direito Ambiental**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2004.

MARIOTTI, Humberto. Reduccionismo, holismo, pensamento sistêmico e complexo (suas conseqüências na vida cotidiana). In: MORIN, Edgar. **Religando fronteiras**. [RÖSING, Tânia M. K. (Org.)], Passo Fundo, UPF, 2004.

MARQUES, Otavio A .V.; ETEROVIC, André; SAZIMA, Ivan. **Serpentes da Mata Atlântica** – guia ilustrado para a Serra do Mar. Ribeirão Preto: Holos, 2001.

MARTINS, Clítia Helena Back. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, S. R. Sustentabilidade na agricultura: dimensões econômicas, sociais e ambientais. **Revista Científica Rural**, n. 2, v. 4, p. 175-187, 1999.

MAUSS, Marcel **Ensaio sobre a Dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. [s.l.;s.e.], 1974.

MAZOYER, M., In: NEUMANN, P. S. O processo de produção agrícola e a preservação dos ecossistemas. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, n. 6 , p.51-62, jan./jul, 1993.

MEDAETS, Jean Pierre Passos. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar**: sistemas de certificação de produtos orgânicos. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MEIRELLES, Laércio. **Produto Orgânico ou Produto Ecológico?** Dom Pedro de Alcântara, Jul, 2000. [Http://www.centroecologico.org.br](http://www.centroecologico.org.br). Acesso: janeiro de 2005.

MEIRELLES, Laércio. Comercialização e certificação de produtos agroecológicos, **Anais...** Encontro Nacional de Agroecologia, ASPTA, 2003. <http://www.centroecologico.org.br>. Acesso: fevereiro de 2005.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond 2000.

MORMONT, Marc. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole. **L'Europe et ses campagnes**. Paris: Press de La Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1996.

NETO, Ricardo Bonalume. Lixo é espelho das sociedades humanas. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n. 18, jan./jun, 1999.

NOAL, F. O Movimento ecologista no Rio grande do Sul – uma abordagem historico-social de sua trajetória no período 1970-1995. **Redes**, n. 3, v. 4, p. 255-260, 1999.

NORGAARD, R. B. A Base Epistemológica da Agroecologia. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: ASPTA-FASE, Cap. 2, p. 42-63, 1989.

NUNES e NUNES, L. A contribuição da EMBRAPA aos desafios postos pela sociedade. In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura – Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. 323 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Unesp, 2000.

OLIVEIRA, Valter Lúcio. **A impossível simetria: distinção, interdependência e poder na relação entre agricultores ecologistas e mediadores sociais**. Dissertação (Mestrado), Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS, 2004.

OLIVEIRA Jr., P. H. B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. 72 p.

PAULUS, G. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição**. 1999. Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Agrárias, Curso de Pós-graduação em Ecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. Série Antropológica, 130.

PELAEZ, Victor; SCHMIDT, Wilson. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 14, p. 5-31, abril 2000.

PIMENTEIRA, Cícero Augusto Prudêncio. **Aspectos socioeconômicos da gestão de resíduos sólidos na cidade do Rio de Janeiro – uma análise insumo-produto**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

POZENATO, J. **Antônio Prado: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Fundação Nacional Pró-Memória. [s.d.] Biblioteca de Antônio Prado.

POZENATO, J. **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Pozenato Arte e Cultura, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONIO PRADO. Antonio Prado - A história viva de um povo. Administração Municipal: 1983-1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Os Caminhos do Lixo, da origem ao destino final – experiência popular de gerenciamento integrado em Porto Alegre/RS. Administração popular. Publicação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU – Impressão: Gráfica do DMLU. Trabalhos apresentados no I Simpósio Latino-Americano de Resíduos sólidos, em São Paulo, agosto de 1993.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina, 2001. Capa, Projeto gráfico e diagramação - Visualitá Programação Visual, Dados de catalogação na Publicação (CIP) Internacional.

RAVEN, P. Caracter y valor de la biodiversidade. In: PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. **Estratégia Global para la Biodiversidade**, 1992. 15 p.

REIJNTJES, Coen; BERTUS, Haverkort; ANN, Waters-Bayer. **Agricultura para o futuro**: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 323p.

RIBEIRO, Cleodes Maria P. A construção da identidade na cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: **IMIGRAÇÃO e Fundações**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

RODRIGUES, José Carlos. A cultura do lixo e sua angústia. Rio de Janeiro, **Falas em torno do Lixo**, Co-edição NOVA/ ISER/PÓLIS, 1992.

ROMANOWSKI, E. BUSS. Biodiversidade: animais brasileiros em extinção. In: ESCOSTEGUY, Ângela. **Queridos Animais**: relações humanos e animais: novas áreas profissionais sob enfoque ecológico. Porto Alegre: LPM, 1997.

ROTH, Berenice Weissheimer et al. Destinação final dos resíduos sólidos urbanos. , **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n. 18, jan./jun, 1999.

ROVEDA, Fernando. **Memória e Identidade**: Antônio Prado. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Porto Alegre: Metrópole, 2003.

RUBERG, Claudia; AGUIAR, Alexandre; PHILLIPI JUNIOR, Arlindo. Promoção da qualidade ambiental através da reciclagem de resíduos sólidos domiciliares. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA, Maria Teresa Rodrigues; CANTELLI, Marlize (Org) . **Gerenciamento de resíduos e certificação**. [s.l.; s.e], 2000.

SANTOS, L.C.R. Rede ECOVIDA de Agroecologia e certificação participativa em rede: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no sul do Brasil. In: KUSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime (Org.). **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

SARANDÓN, Santiago. Impacto ambiental de la agricultura: el enfoque agroecológico como necesidad para el logro de una agricultura sostenible. In: **SISTEMAS Agrícolas Sustentables**. Santiago: CLADES/Facultad de Ciências Agrícolas Universidad Central de Ecuador, 1996.

SCHMITT, Claudia Job. **Tecendo as redes de uma nova agricultura**: um estudo socioambiental da Região Serrana do Rio Grande do Sul. 2003.Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SCHMIDT, Wilson; PELAEZ, Victor. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA, p. 5-31, abril, 2000.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural**. Tradução de Beatriz Sidoux. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SILVA, Flávio. **Mamíferos silvestres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 1984.

SILVA, José Graziano. **A modernização conservadora: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. 34 p.

SILVEIRA, Cristiane Amaro; ALMEIDA, Jalcione. **Agentes sociais e disputas em torno das agrobiotecnologias: o caso da soja transgênica no sul do Brasil**. Porto Alegre, 2005. No prelo.

SILVEIRA, P.; DALMORA, E. Interconexões econômicas e ecológicas na gestão dos sistemas de produção. **Ciência&Ambiente**, Santa Maria, ano 4, n. 6, p. 63-73, jan./jun. 1993.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler. São Paulo: Lugano, 2004.

SÓLIS, E. **Guia de trabalho sobre a água**. Centro Pan-americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente, Lima, Capítulo II, p. 13-16, 2000.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo/ Editora Universitária, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais**. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VEIGA, José Ely da. **A transição para a agricultura sustentável nos EUA**. Rascunho da comunicação oral apresentada a 9º Conferência da IFOAM, São Paulo, 1992.

VELHO, Gilberto. Projeto, Emoção e Orientação em Sociedades Complexas. In: **Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 3.ed. São Paulo: Zahar, 1987.

VIGLIO, E. **Produtos orgânicos: uma tendência para o futuro?** Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural, Botucatu, SP, 7 p. [s.d.]

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o 'rural' como espaço singular e ator coletivo. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA, n. 15, 2000.

ZANELLA, Adroaldo José. Bem-estar animal. In: ESCOSTEGUY, Angela, **Queridos Animais: relações humanos e animais: novas áreas profissionais sob enfoque ecológico**. Porto Alegre: LPM, 1997.

ANEXOS

ANEXO A - Instrução Normativa número 7, de 17 de maio de 1999.....	225
ANEXO B - Lei 10. 831 de 23 de dezembro de 2003.....	244
ANEXO C - Roteiro de entrevista aplicado aos agricultores.....	248

ANEXO A

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 17 DE MAIO DE 1999

Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição e,

Considerando a crescente demanda de produtos obtidos por sistema ecológico, biológico, biodinâmico e agroecológico, a exigência de mercado para os produtos naturais e o significativo aporte de sugestões nacionais e internacionais decorrentes de consulta pública sobre a matéria, com base na Portaria MA nº 505, de 16 de outubro de 1998, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal, conforme os Anexos à presente Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NORMAS DISCIPLINADORAS PARA A PRODUÇÃO TIPIFICAÇÃO, PROCESSAMENTO, ENVASE, DISTRIBUIÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE PRODUTOS ORGÂNICOS, SEJAM DE ORIGEM ANIMAL OU VEGETAL

1. DO CONCEITO

1.1 Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial, todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a auto-sustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, organismos geneticamente modificados-OGM/transgênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando a transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

- a) a oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;
- b) a preservação e a ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;
- c) a conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar; e
- d) o fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e o incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

1.2 Considera-se produto da agricultura orgânica, seja “in natura” ou processado, todo aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológicos, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeito desta Instrução considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas.

2. DAS NORMAS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA

Considera-se unidade de produção, a propriedade rural que esteja sob sistema orgânico de produção. Quando a propriedade inteira não for convertida para a produção orgânica, a certificadora deverá assegurar-se de que a produção convencional está devidamente separada e passível de inspeção.

2.1 DA CONVERSÃO

Para que um produto receba a denominação de orgânico, deverá ser proveniente de um sistema onde tenham sido aplicadas as bases estabelecidas na presente instrução, por um período variável de acordo com a utilização anterior da unidade de produção e a situação ecológica atual, mediante as análises e a avaliação das respectivas instituições certificadoras (Anexo 1).

2.2 DAS MÁQUINAS E DOS EQUIPAMENTOS

As máquinas e os equipamentos usados na unidade de produção não podem conter resíduos contaminantes, dando-se prioridade ao uso exclusivo à produção orgânica.

2.3 SOBRE OS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E OS RECURSOS NATURAIS (PLANTAS, SOLOS E ÁGUA)

Tanto a fertilidade como a atividade biológica do solo e a qualidade das águas, deverão ser mantidas e incrementadas mediante, entre outras, as seguintes condutas.

- a) proteção ambiental;
- b) manutenção e preservação de nascentes e mananciais hídricos;
- c) respeito e proteção à biodiversidade;
- d) sucessão animal-vegetal;
- e) rotação e/ou associação de culturas;
- f) Cultivo mínimo;
- g) Sustentabilidade e incremento da matéria orgânica no solo;
- h) Manejo da matéria orgânica;
- i) Utilização de quebra-ventos;
- j) Sistemas agroflorestais; e
- k) Manejo ecológico das pastagens.

2.3.1 O manejo de pragas, doenças e de plantas invasoras deverá se realizar mediante a adoção de uma ou várias condutas, de acordo com os Anexos II e III, desta Instrução, que possibilitem

- a) incremento da biodiversidade no sistema produtivo;
- b) seleção de espécies, variedades e cultivares resistentes;
- c) emprego de cobertura vegetal, viva ou morta, no solo;
- d) meios mecânicos de controle;
- e) rotação de culturas;
- f) alelopatia;
- g) controle biológico (excetuando-se OGM/Transgênicos);
- h) integração animal-vegetal; e
- i) outras medidas mencionadas nos Anexos II e III, da presente Instrução.

2.3.1.1 É vedado o uso de agrotóxico sintético, seja para combate ou prevenção, inclusive na armazenagem.

2.3.1.2 A utilização de medida não orgânica para garantir a produção ou a armazenagem, desqualifica o produto para efeito de certificação, de acordo com o subitem 2.1 da presente Instrução.

2.3.2 As sementes e as mudas deverão ser oriundas de sistemas orgânicos.

2.3.2.1 Não existindo no mercado sementes oriundas de sistemas orgânicos adequadas a determinada situação ecológica específica, o produtor poderá lançar mão de produtos existentes no mercado, desde que avaliadas pela instituição certificadora, excluindo-se todos os organismos geneticamente modificados (OGM/Transgênicos).

2.3.2.2 Para culturas perenes, não havendo disponibilidade de mudas orgânicas, estas poderão ser oriundas de sistemas convencionais, desde que avaliadas pela instituição certificadora, excluindo-se todos os organismos geneticamente modificados/transgênicos e de cultura de tecido vegetal, quando as técnicas empregadas conduzam a modificações genéticas ou induzam a variantes somaclonais.

2.3.3 Os produtos oriundos de atividades extrativistas só serão certificados como orgânicos, caso o processo de extração não comprometa o ecossistema e a sustentabilidade do recurso explorado.

2.4 PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Os produtos orgânicos de origem animal devem provir de unidades de produção, prioritariamente auto-suficientes quanto à geração de alimentos para os animais em processo integrado com a produção vegetal, conforme o Anexo IV, da presente Instrução para a efetivação da sustentabilidade, esses sistemas devem obedecer aos seguintes requisitos:

- a) respeitar o bem-estar animal;
- b) manter um nível higiênico em todo o processo criatório, compatível com as normas de saúde pública vigentes;
- c) adotar técnicas sanitárias preventivas sem o emprego de produtos proibidos;
- d) contemplar uma alimentação nutritiva, sadia e farta. Incluindo-se a água, sem a presença de aditivos químicos e/ou estimulantes, conforme o Anexo IV, da presente Instrução;
- e) dispor de instalações higiênicas, funcionais e confortáveis;
- f) praticar um manejo capaz de maximizar uma produção de alta qualidade biológica e econômica; e
- g) utilizar raças, cruzamentos e o melhoramento genético (não OGM/transgênicos), compatíveis tanto com as condições ambientais e como estímulo à biodiversidade.

2.4.1 Entende-se por bem estar animal, permanecer o mesmo livre de dor, de sofrimento, angústia e viver em um ambiente em que possa expressar proximidade com o comportamento de seu habitat original: movimentação, territorialidade, vadiagem, descanso e ritual reprodutivo.

2.4.2 Os insumos permitidos e proibidos na alimentação animal estão especificados no Anexo IV, da presente Instrução.

2.4.3 O transporte, pré-abate e o abate dos animais devem seguir princípios humanitários e de bem estar animal, assegurando a qualidade sanitária da carcaça.

2.4.4 Excepcionalmente, para garantir a saúde ou quando houver risco de vida de animais, na inexistência de substituto permitido, poder-se-ão usar medicamentos convencionais.

2.4.4.1 É obrigatório comunicar à certificadora o uso desses medicamentos, bem como registrar sua administração, que deve respeitar o que estabeleça o subitem 2.4.4, desta Instrução. O período de carência estipulado pela bula do produto a ser cumprido, deverá ser multiplicado pelo fator três, podendo ainda ser ampliado de acordo com a instituição certificadora.

2.4.4.2 São permitidas todas as vacinas previstas por Lei.

2.4.5 Preferencialmente, a aquisição dos animais deve ser feita em criações orgânicas.

2.4.5.1 No caso de aquisição de animais de propriedades convencionais, estes devem prioritariamente ser incorporados à unidade produtora orgânica, com a idade mínima em que possam ser recriados sem a presença materna.

2.4.5.2 Os animais adquiridos em criações convencionais devem passar por quarentena tradicional, ou outra a ser definida pela certificadora.

3. DO PROCESSAMENTO

Processamento é o conjunto de técnicas de transformação, conservação e envase de produtos de origem animal e/ou vegetal.

3.1 Somente será permitido o uso de aditivos, coadjuvantes de fabricação e outros produtos de efeito brando (não OGM/transgênicos), conforme mencionado no Anexo V da presente Instrução, e quando autorizados e mencionados nos rótulos das embalagens.

3.2 As máquinas e os equipamentos utilizados no processamento dos produtos orgânicos deverão estar comprovadamente limpos de resíduos contaminantes, conforme estabelece os termos desta Instrução e seus anexos.

3.3 Em todos os casos, a higiene no processamento dos produtos orgânicos será fator decisivo para o reconhecimento de sua qualidade. Para efeito de certificação, as unidades de processamento devem cumprir também as exigências contidas nesta Instrução e nas legislações vigentes específicas.

3.3.1 A higienização das instalações e dos equipamentos deverá ser feita com produtos biodegradáveis, e caso esses produtos não estejam disponíveis no mercado, deverá ser consultada a certificadora.

3.4 Para o envase de produtos orgânicos, deverão ser priorizadas embalagens produzidas com matérias comprovadamente biodegradáveis e/ou recicláveis.

3.5 Poderá ser certificado como produto processado orgânico, aquele cujo componente principal seja de origem orgânica.

3.5.1 Os aditivos e os coadjuvantes de fabricação de origem não orgânica, serão permitidos em percentuais a serem definidos pelas certificadoras e pelo Órgão Colegiado Nacional, conforme estabelece o Anexo V, da presente Instrução.

3.5.2 É obrigatório explicitar no rótulo do produto, os tipos e as quantidades de aditivos, os coadjuvantes de fabricação e outros produtos de origem não orgânica nele contidos, sempre de acordo com o subitem 3.1, da presente Instrução.

4. DA ARMAZENAGEM E DO TRANSPORTE

Os produtos orgânicos devem ser identificados e mantidos em local separado dos demais de origem desconhecida, de modo a evitar possíveis contaminações seguindo o que prescreve o Anexo VI, da presente Instrução.

4.1 A higiene e as condições do ambiente de armazenagem e do transporte será fator necessário para a certificação de sua qualidade orgânica.

4.2 Todos os produtos orgânicos devem estar devidamente acondicionados

5. DA IDENTIFICAÇÃO

Além de atender as normas vigentes quanto às informações que devem constar nas embalagens, os produtos certificados deverão conter um “selo de qualidade” registrado no Órgão Colegiado Nacional, específico pra cada certificadora, atendendo as condições previstas no Anexo VII da presente Instrução, além das contidas abaixo:

- a) será mencionado no rótulo a denominação “produto orgânico”, e
- b) o nome e o número de registro da certificadora junto ao Órgão Colegiado Nacional.

No caso de produto a granel, o mesmo será acompanhado do certificado de qualidade orgânico.

6. DO CONTROLE DA QUALIDADE ORGÂNICA

A certificação e o controle da qualidade orgânica serão realizados por instituições certificadoras credenciadas nacionalmente pelo Órgão Colegiado Nacional, devendo cada instituição certificadora manter o registro atualizado dos produtores e dos produtos que ficam sob suas responsabilidades.

7. DA RESPONSABILIDADE

Os produtos certificados assumem a responsabilidade pela qualidade orgânica de seus produtos e devem permitir o acesso da certificadora a todas as instalações, atividades e informações relativas ao seu processo produtivo.

7.1 À instituição certificadora cabe a responsabilidade pelo controle da qualidade orgânica dos produtos certificados, permitindo o acesso do Órgão Colegiado Estadual ou do Distrito Federal a todos os atos, procedimentos e informações pertinentes ao processo de certificação.

8. DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

8.1 O órgão Colegiado Nacional será composto paritariamente por 5(cinco) membros do Poder Público, titular e suplente e 5 (cinco) membros de Organizações Não-Governamentais, titular e suplente, que tenham reconhecida atuação junto à sociedade no âmbito da agricultura orgânica, de forma a respeitar a paridade de um representante por região geográfica, chegando a um total de até 10(dez) membros.

8.1.1 A escolha dos membros das organizações governamentais, será de responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

8.1.2 A escolha dos membros das organizações não-governamentais obedecerá à sistemática própria dessas organizações.

8.2 Os órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal serão compostos paritariamente por 5(cinco) membros do Poder Público, titular e suplente e 5(cinco) membros de Organizações Não-Governamentais, titular e suplente, que tenham reconhecida atuação junto à sociedade no âmbito da agricultura orgânica, chegando a um total de até 10(dez) membros.

8.2.1 A escolha dos membros das organizações governamentais, nas Unidades Federativas será de responsabilidade exclusiva das Delegacias Federais de Agricultura.

8.2.1.1 A escolha dos membros das organizações não-governamentais obedecerá à sistemática própria dessas organizações.

8.3 Cabe ao Órgão Colegiado Nacional fiscalizar as atividades dos órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, de acordo com as normas vigentes.

8.4 Cabe aos Órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, fiscalizar as atividades das certificadoras locais. As que não cumprirem a legislação em vigor serão passíveis de sanções, de acordo com as normas vigentes.

8.5 Ao órgão Colegiado Nacional compete o deferimento e o indeferimento dos pedidos de registro das entidades certificadoras encaminhados pelos órgãos colegiados, citados no subitem acima.

8.6 Aos órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal compete a fiscalização e o controle, bem como o encaminhamento dos pedidos de registro das entidades certificadoras para o Órgão Colegiado Nacional

8.6.1 Na inexistência de Órgãos Colegiados Estaduais e do Distrito Federal, o Órgão Colegiado Nacional cumprirá estas atribuições.

9. DAS ENTIDADES CERTIFICADORAS

9.1 Os produtos de origem vegetal ou animal, processados ou “in natura” para serem reconhecidos como orgânicos devem ser certificados por pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede no território nacional, credenciada no Órgão Colegiado Nacional, e que tenha seus documentos sociais registrados em órgão competente da esfera pública.

9.2 As instituições certificadoras adotarão o processo de certificação mais adequado às características da região em que atuam, desde que observadas as exigências legais que trata da produção orgânica no país e das amarradas pelo órgão Colegiado Nacional.

9.2.1 A importação de produtos orgânicos certificados em seu país de origem, ficará condicionada às exigências sanitárias, fitossanitárias e de inspeção animal e vegetal, de conformidade com as leis vigentes no Brasil, complementada com prévia análise e autorização de uma certificadora credenciada no Órgão Colegiado Nacional.

9.3 As instituições certificadoras para serem credenciadas devem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) requerer o credenciamento através dos Órgão Colegiados Estaduais e do Distrito Federal;
- b) anexar cópias dos documentos requeridos, devidamente registrados em cartório;

- c) descrever detalhadamente seu processo de certificação com o respectivo regulamento de funcionamento, demonstrando suas etapas, inclusive, os mecanismos de auto-regulação ética;
- d) apresentar as suas Normas Técnicas para aprovação do Órgão Colegiado Nacional;
- e) descrever as sanções que poderão ser impostas, em caso de descumprimento de suas Normas; e
- f) comprovar a capacidade própria ou de alguma contratada para realizar as análises, se necessárias, no processo de certificação

9.4 As instituições certificadoras devem dispor na sua estrutura interna, dos seguintes membros:

- a) Comissão Técnica: corpo de técnicos responsáveis pela avaliação da eficácia e qualidade da produção;
- b) Conselho de Certificação: responsável pela análise e aprovação dos pareceres emitidos pela Comissão Técnica; e
- c) Conselho de Recursos: que decide sobre apelações de produtores e outros interessados.

9.4.1 Aos integrantes de quaisquer das estruturas mencionadas nas alíneas a, b e c do subitem 9.4, é vedada a participação em mais de uma das alíneas, tanto como pessoa física ou jurídica

9.4.2 São obrigações das certificadoras:

- a) manter atualizadas todas as informações relativas à certificação;
- b) realizar quantas visitas forem necessárias, com o mínimo de uma por ano, para manter atualizadas as informações sobre seus produtores certificados;
- c) promover a capacitação e assumir a responsabilidade pelo desempenho dos integrantes da comissão técnica;
- d) no caso de destinação para o comércio exterior não comercializar produtos e insumos, nem prestar serviços de consultorias, assistência técnica e elaboração de projetos;
- e) no caso de destinação para comércio interno não comercializar produtos e insumos;

f) manter a confiabilidade das informações quando solicitadas pelo produtor orgânico; e

g) cumprir as demais determinações estabelecidas pelos Colegiados Nacional, Estaduais e do Distrito Federal.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os demais atos necessários para a completa operacionalização da presente Instrução

Normativa serão estabelecidos pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da

Agricultura e do Abastecimento.

ANEXO I

DO PERÍODO DE CONVERSÃO

1. Produção vegetal de culturas anuais: para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 12 meses de manejo orgânico, para que a produção do ciclo subsequente seja considerada como orgânica.

2. Produção vegetal de culturas perenes. para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 18 meses de manejo orgânico, para que a colheita subsequente seja certificada.

3. Produção vegetal de pastagem perene: para a unidade de produção em conversão deverá ser obedecido um período mínimo de 12 meses de manejo orgânico ou de pousio.

Observação: Os períodos de conversão acima mencionados poderão ser ampliados pela

certificadora em função do uso anterior e da situação ecológica da unidade de produção, desde que seja julgada a conveniência.

ANEXO II

ADUBOS E CONDICIONADORES DE SOLOS PERMITIDOS

1. Da própria unidade de produção (desde que livres de contaminantes):

Composto orgânico;

Vermicomposto;

Restos orgânicos;

Esterco: sólido ou líquido;

Restos de cultura;

Adubação verde;

Biofertilizantes;

Fezes humanas, somente quando compostadas na unidade de produção e não empregadas no cultivo de olerícolas:

Microorganismos benéficos ou enzimas, desde que não sejam OGM/transgênicos; e

Outros resíduos orgânicos.

2. Obtidos fora da unidade de produção

a) Somente se autorizados pela certificadora

Vermicomposto;

Esterco composto ou esterco líquido; '

Biomassa vegetal,

Resíduos industriais, chifres, sangue, pó de osso, pelos e penes, tortas, vinhaça e semelhantes, como complementos da adubação;

Algas e derivados, e outros produtos de origem marinha;

Peixes e derivados;

Pó de serra, cascas e derivados, sem contaminação por conservantes;

Microorganismos, aminoácidos e enzimas, desde que não sejam OGM/transgênicos;

Cinzas e carvões vegetais;

Pó de rocha;

Biofertilizantes;

Argilas ou ainda vermiculita,

Compostagem urbana, quando oriunda de coleta seletiva e comprovadamente livre de substâncias tóxicas.

b) Somente se constatado a necessidade de utilização do adubo e do condicionador, através de análise, e se os mesmos estiverem livres de substâncias tóxicas:

Termofosfatos;

Adubos potássicos - sulfato de potássio, sulfato duplo de potássio e magnésio, este de origem

mineral natural;

Micronutrientes;

Sulfato de magnésio;

Ácido bórico, quando não usado diretamente nas plantas e solo;

Carbonato, como fonte de micronutrientes; e

Guano.

ANEXO III

PRODUÇÃO VEGETAL

1. Meios contra doenças fúngicas:

Enxofre simples e suas preparações, a critério da certificadora;

Pó de pedra;

Um terço de sulfato de alumínio e dois terços de argila (caulim ou bentonita) em solução a 1%;

Sais de cobre, na fruticultura;

Própolis;

Cal hidratado, somente como fungicida;

Iodo;

Extratos de plantas;

Extratos de compostos e plantas;

Vermicomposto;

Calda bordaleza e calda sulfocálcica, a critério da certificadora; e

Homeopatia.

2. Meios contra pragas

Preparados viróticos, fúngicos e bacteriológicos, que não sejam OGM/transgênicos, e só com permissão específica da certificadora,

Extraias de insetos;

Extratos de plantas;

Emulsões oleosas (sem inseticidas químico.sintéticos);

Sabão de origem natural;

Pó de café;

Gelatina;

Pó de rocha;

Álcool etílico;

Terras diatomáceas, ceras naturais, própolis e óleos essenciais, a critério da certificadora;

Como solventes: álcool, acetona, óleos vegetais e minerais;

Como emulsionante: lecitina de soja, não transgênica;

Homeopatia.

3.Meios de captura, meios de proteção e outras medidas biológicas:

Controle biológico;

Feromônios, desde que utilizados em armadilhas;

Armadilhas de insetos com inseticidas permitidos no item 2, do Anexo III;

Armadilhas ante-coagulantes para roedores,

Meios repelentes mecânicos (armadilhas e outros similares);

Repelentes naturais (materiais repelentes e expulsantes);

Métodos vegetativos, quebra-vento, plantas companheiras e repelentes;

Preparados que estimulem a resistência das plantas e que inibam certas pragas, e doenças, tais como; plantas medicinais, própolis, calcário e extratos de algas, bentonita, pó de pedra e similares;

Cloreto de cálcio;

Leite e derivados; e

Extratos de produtos de origem animal

4. Manejo de plantas invasoras:

Sementes e mudas, isentas de plantas invasoras,

Técnicas mecânicas;

Alelopatia;

Cobertura morta e viva;

Cobertura inerte, que não cause contaminação e poluição a critério da instituição certificadora;

Solarização;

Controle biológico como manejo de plantas invasoras

ANEXO IV

PRODUÇÃO ANIMAL

1. Condutas desejadas:

M*aximização da captação e uso de energia solar,

Auto-suficiência alimentar orgânica;

Diminuir a dependência de recursos externos no processo produtivo;

Associação de espécies vegetais e animais;

Criação a campo;

Abrigos naturais com árvores;

Quebra-ventos;

Conservação das forragens com silagem ou fenação (desde que de origem orgânica);

Mineralização com sal marinho;

Suplementos vitamínicos; óleo de fígado de peixe e levedura;

Aditivos permitidos: algas calcinadas, plantas medicinais, plantas aromáticas, soro de leite e carvão vegetal;

Suplementação com recursos alimentares, provenientes de unidade de produção orgânica;

Aditivos para arraçoamento: leveduras e misturas de ervas e algas;

Aditivos para silagem: açúcar mascavo, cereais e seus farelos, soro de laticínio e sais minerais;

Homeopatia, fitoterapia e cunpuntura.

2. Técnicas permitidas sob o controle da certificadora:¹

Uso de equipamentos de preparo de solo que não impliquem na alteração de sua estrutura, na formação de pastagens e objetivos de forragens, grãos, raízes e tubérculos;

Aquisição de alimentos não certificados orgânicos, equivalente a até 20% e 15% do total da matéria seca de alimentos para animais monogástricos e para animais ruminantes, respectivamente;

Aditivos, óleos essenciais, suplementos vitamínicos e sais minerais;

Suplementos de aminoácidos;

Amoçamento e castração; e

Inseminação artificial.

3. Técnicas proibidas:

Uso de agrotóxicos nas pastagens e culturas de alimentos para os animais;

Restrições especificadas nos Anexos II e III, quanto à produção vegetal;

Uso do fogo no manejo de pastagens,

Confinamentos que contrariam o item 2.4 e suas subdivisões desta Instrução e demais técnicas que, restrinjam o bem estar animal;

Uso de aditivos estimulantes sintéticos na alimentação. na engorda e na reprodução;

Descorna e outras mutilações;

Presença e manejo de animais geneticamente modificados;

Promotores de crescimento sintético;

Uréia;

Restos de abatedouros na alimentação;

Qualquer tipo de esterco para ruminantes ou para monogástricos da mesma espécie;

Aminoácidos sintéticos; e

Transferência de embriões.

4. Insumos que podem ser adquiridos fora da unidade de produção, segundo a espécie animal e sob orientação da assistência técnica e controle da certificadora:

Silagem, feno, palha, raízes, tubérculos, bulbos e restos de culturas orgânica;

Cereais e outros grãos e seus derivados;

Resíduos industriais sem contaminantes;

Melaço;

Leite e seus derivados;

Gorduras animais e vegetais; e

Farinha de osso calcinada ou auto-clavada e farinha de peixe

5. Higiene e desinfecção:

Adotar programas sanitários com bases profilática e preventiva;

Realizar limpeza e desinfecções com agentes comprovadamente biodegradáveis, sabão, sais minerais solúveis, permanganato de potássio ou hipoclorito de sódio, em solução 1:100, Cal, soda cáustica, ácidos minerais simples (nitríco e fosfórico), oxidantes minerais em enxágües múltiplos, creolina, vassoura de fogo e água.

ANEXO V

ADITIVOS PARA PROCESSAMENTO E OUTROS PRODUTOS QUE PODEM SER USADOS NA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Nome

Água potável

Cloridato de cálcio

Carbonato de cálcio

Í-hidróxido de cálcio

Sulfato de cálcio

Carbonato de potássio

Dióxido de carbono

Nitrogênio

Etanol

Ácido de tanino

Albumina branca de ovo

Caseína

Óleos vegetais

Gel de dióxido de silicone ou solução

Coloidal

Carbono ativo

Talco

Betonina;

Caolinita;

Perlita;

Cera de abelha;

Cera de carnaúba;

Microorganismos e enzimas (não OGM/transgênicos)

Condições especiais

Agente de coagulação

Antiumectante

Agente do coagulam

Agente de coagulação

Secagem de uvas

Solvente

Auxílio de filtragem

ANEXO VI

DA ARMAZENAGEM E DO TRANSPORTE.

Os produtos orgânicos devem ser mantidos separados de produtos não orgânicos;

Todos os produtos deverão ser adequadamente identificados durante todo o processo da armazenagem e transporte;

O Órgão Colegiado Nacional deverá estabelecer padrões para a prevenção e controle de poluentes e contaminantes;

Produtos orgânicos e não orgânicos não poderão ser armazenados ou transportados juntos; exceto quando claramente identificados, embalados e fisicamente separados;

A certificadora deverá regular as forras e os padrões permitidos para a descontaminação, limpeza e desinfecção de todas as máquinas e equipamentos, onde os produtos orgânicos são mantidos, manuseados ou processados;

As condições ideais do local de armazenagem e do transporte de produtos, são fatores necessários para a certificação de sua qualidade orgânica.

ANEXO VII

DA ROTULAGEM

A pessoa física ou jurídica legalmente responsável pela produção ou processamento do produto deverá ser claramente identificada no rótulo, conforme se segue:

1. Produtos de um só ingrediente poderão ser rotulados como "produto orgânico", desde que certificado;

2. Produtos compostos de mais de um ingrediente, incluindo aditivos, em que nem todos os ingredientes sejam de origem certificada orgânica, deverão ser rotulados da seguinte forma:

a) os produtos compostos que apresentarem um mínimo de 95% de ingredientes de origem orgânica certificada, serão rotulados como produtos orgânicos;

b) os produtos compostos que apresentarem 70% de ingredientes de origem orgânica certificada, serão rotulados como produtos com ingredientes orgânicos, devendo constar nos rótulos as proporções dos ingredientes orgânicos e não orgânicos;

c) os produtos compostos que não atenderem as exigências contidas nas alíneas "a e b" anteriormente mencionadas, não serão rotulados como orgânicos.

Água e sal adicionados, não poderão ser incluídos no cálculo do percentual dos ingredientes orgânicos;

Todas as matérias-primas deverão estar listadas no rótulo do produto em ordem de peso percentual, de forma a ficar claro quais os materiais de origem certificada orgânica e quais os que não são; e

Todos os aditivos deverão estar listados com o seu nome completo. Quando o percentual de ervas e condimentos for inferior a 2%, esses poderão ser listados como "temperos".

ANEXO B



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

§ 1º A finalidade de um sistema de produção orgânico é:

I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;

II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;

III – incrementar a atividade biológica do solo;

IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;

V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;

VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;

VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;

VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;

IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

§ 2º O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico,

agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.

Art. 2º Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele **in natura** ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Parágrafo único. Toda pessoa, física ou jurídica, responsável pela geração de produto definido no **caput** deste artigo é considerada como produtor para efeito desta Lei.

Art. 3º Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.

§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

§ 2º A certificação da produção orgânica de que trata o **caput** deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País.

Art. 4º A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

Parágrafo único. A qualidade de que trata o **caput** deste artigo não exime os agentes dessa cadeia produtiva do cumprimento de demais normas e regulamentos que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade de produtos e processos.

Art. 5º Os procedimentos relativos à fiscalização da produção, circulação, armazenamento, comercialização e certificação de produtos orgânicos nacionais e estrangeiros, serão objeto de regulamentação pelo Poder Executivo.

§ 1º A regulamentação deverá definir e atribuir as responsabilidades pela implementação desta Lei no âmbito do Governo Federal.

§ 2º Para a execução desta Lei, poderão ser celebrados convênios, ajustes e acordos entre órgãos e instituições da Administração Federal, Estados e Distrito Federal.

Art. 6º Sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, a infração das disposições desta Lei será apurada em processo administrativo e acarretará, nos termos previstos em regulamento, a aplicação das seguintes sanções, isolada ou cumulativamente:

- I – advertência;
- II – multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- III – suspensão da comercialização do produto;
- IV – condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias-primas;

V – inutilização do produto;

VI – suspensão do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença; e

VII – cancelamento do credenciamento, certificação, autorização, registro ou licença.

Art. 7º Caberá ao órgão definido em regulamento adotar medidas cautelares que se demonstrem indispensáveis ao atendimento dos objetivos desta Lei, assim como dispor sobre a destinação de produtos apreendidos ou condenados na forma de seu regulamento.

§ 1º O detentor do bem que for apreendido poderá ser nomeado seu depositário.

§ 2º Os custos referentes a quaisquer dos procedimentos mencionados neste artigo correrão por conta do infrator.

Art. 8º As pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que produzam, transportem, comercializem ou armazenem produtos orgânicos ficam obrigadas a promover a regularização de suas atividades junto aos órgãos competentes.

Parágrafo único. Os procedimentos de registro, cadastramento, licenciamento e outros mecanismos de controle deverão atender ao disposto no regulamento desta Lei e nos demais instrumentos legais pertinentes.

Art. 9º Os insumos com uso regulamentado para a agricultura orgânica deverão ser objeto de processo de registro diferenciado, que garanta a simplificação e agilização de sua regularização.

Parágrafo único. Os órgãos federais competentes definirão em atos complementares os procedimentos para a aplicabilidade do disposto no **caput** deste artigo.

Art. 10. Para o atendimento de exigências relativas a medidas sanitárias e fitossanitárias, as autoridades competentes deverão, sempre que possível, adotar medidas compatíveis com as características e especificidades dos produtos orgânicos, de modo a não descaracterizá-los.

Art. 11. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, definindo as normas técnicas para a produção orgânica e sua estrutura de gestão no âmbito da União, dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º A regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica.

§ 2º A regulamentação desta Lei será revista e atualizada sempre que necessário e, no máximo, a cada quatro anos.

Art. 12. (VETADO).

Parágrafo único. O regulamento desta Lei deverá estabelecer um prazo mínimo de 01 (um) ano para que todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva possam se adequar aos procedimentos que não estejam anteriormente estabelecidos por regulamentação oficial.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de dezembro de 2003; 182^o da Independência e 115^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Roberto Rodrigues

Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.12.2003

ANEXO C

QUESTIONÁRIO

Município: _____

Questionário N°: --

Localidade: _____

Data: ____/____/2004

1) **SEXO** 1. () Masculino; 2. () Feminino []2) **IDADE** : _____ Anos3) **ESTADO CIVIL** 1. () Casado; 2. () Solteiro; 3. () Viúvo(a); 4. () outro []4) **RESIDE NESTE LOCAL A:** _____ anos (ou _____ meses).5) **OS PAIS MORAM(VAM) AQUI?** 1. Sim () 2. Não () []6) **ATIVIDADE PRINCIPAL / PROFISSÃO:** []

1. () Afazeres domésticos (do lar) 5. () Operário/Assalariado Agrícola, etc.
 2. () Agricultor 6. () Profissional Liberal
 3. () Funcionário Público 7. () Empresário Autônomo
 4. () Comerciante/Industrial 8. () Aposentado.
 9. () Outra. Qual? _____

7) **TEM RELIGIÃO?** :1. () Sim : Qual _____ 2. () Não []8) **ESCOLARIDADE DO ENTREVISTADO** []

1. () Analfabeto 6. () Segundo grau incompleto
 2. () Só Alfabetizado 7. () Segundo grau completo
 3. () Até 4ª série do 1º grau 8. () Superior incompleto
 4. () Da 5ª à 7ª série, 1º grau 9. () Superior compl. Qual? _____
 5. () Primeiro grau completo 10. () Pós-graduado. Qual? _____

9) **OUTROS MEMBROS RESIDENTES NA CASA** (começar pelas pessoas mais velhas):

	Sexo	Idade	Escol.*	Ocupação Principal
1 Cônjuge				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

* 1 a 10 Conforme escala da Questão 8

10) CONDIÇÃO PATRIMONIAL (Exceto residência):

1. () Terra Própria, _____ ha aqui; _____ ha em outro lugar.
2. () Terra Arrendada para outro, _____ ha aqui; _____ ha em outro lugar.
3. () Terra Posse, _____ ha aqui; _____ ha em outro lugar.
4. () Galpão (paiol); _____ m².
5. () Trator ou correlato.
6. () Carro/Caminhão ou correlato.
7. () Comércio: () Aqui; () em outro lugar.
8. () Imóveis de aluguel: () Aqui; () em outro lugar.
9. () terra arrendada de outro, _____ ha aqui; _____ ha em outro lugar.

11) A CASA ONDE RESIDE:

1. Tamanho : _____ m².
2. Qualidade : 1. () Boa, quase nova; 2. () Razoável; 3 () Ruim, velha
3. Propriedade: 1. () Própria 2. () de outro familiar 3. () do propriet. da terra; 4. () alugada []

12) DESCRIVER O USO DA PROPRIEDADE RURAL.

a) Agricultura : milho _____ ha ; soja (trans. ou não) _____ ha feijão _____ ha; arroz _____ ha;
 Horticultura _____ Fruticultura _____ outros _____ ha

O que (especificar) _____

b) Pecuária : Gado Corte _____ Cabeças/ano; Suínos _____ Cabeças/ano; Frango _____ Cabeças/ano;
 Leite _____ l/dia; Outros (o quê?) _____

c) Diversos Mel _____ kg / ano; Piscicultura (qual peixe) _____ kg / ano,
 outros (especificar) _____

d) área de reserva legal (ou área de preservação ambiental) ou de mato: _____

13) NOS PRÓXIMOS ANOS PRETENDE:

1. () Aumentar a produção agropecuária.
2. () Mudar de produto / introduzir novos produtos (especificar)

3. () Outros planos da família para os próximos anos: _____

- 14) RENDA FAMILIAR ANUAL?**
- | | |
|-------------------------------------|-----|
| Menos de R\$ 5.000,00 | () |
| De R\$ 5.000,00 a R\$ 12.000,00 | () |
| De R\$ 12.000,00 a R\$ 15.000,00 | () |
| Entre R\$ 15.000,00 e R\$ 30.000,00 | () |
| Entre R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00 | () |
| Acima de R\$ 50.000,00 | () |

15) PRINCIPAL FONTE DE RENDA:

1. do Chefe _____
2. de outros familiares (se houver) _____

16) QUAL A SUA ORIGEM ÉTNICA?

	1. Luso-brasileira / caboclo	5. Indígena	9. Mista: Luso - brasileira e imigrante (europeu)
	2. Alemã	6. Mista Luso - Brasileira e índio	10. Mista de imigrantes (Alemã, italiana, polonesa...)

	3. Italiana		7. Afro-brasileira		Outros (qual)
	4. Polonesa		8. Mista Imigrante e índio		

11. Do cônjuge*: (utilizar a numeração acima) _____ []

17) BENS DE CONFORTO QUE POSSUI:

- | | |
|------------------|-------------------------------|
| 1. () TV | 6. () Máquina de lavar roupa |
| 2. () Automóvel | 7. () Forno de microondas |
| 3. () Moto | 8. () Refrigerador |
| 4. () Telefone | 9. () Tem antena parabólica |
| 5. () Freezer | 10. () Outros. Quais? _____ |

Obs. 11. () Não tem Eletricidade

18) EM COMPARAÇÃO COM 5 ANOS, HOJE, PARA O(A) SR.(A) E SUA FAMÍLIA ?

	Qualidade de vida	Renda Familiar	Vida comunitária	Trabalho/Atividade	Meio ambiente Local
1. Melhorou					
2. Mesma coisa					
3. Piorou					
4. Não sabe					

18.a- O que é qualidade de vida para o senhor?

19) NOS PRÓXIMOS 5 ANOS, SUA VIDA E DA SUA FAMÍLIA ?

	Qualidade de vida	Renda Familiar	Vida comunitária	Trabalho/Atividade	Meio ambiente Local
1. Vai Melhorar					
2. Ficará Igual					
3. Ficará Pior					
4. Não sabe					

20) Vamos classificar as pessoas que vivem melhor no Brasil no nível 10 e as que vivem pior, no nível 1.

EM QUE NÍVEL O SR.(A) SE COLOCARIA ENTRE O 1 E O 10? []
Porquê?

21) DA LISTA DE INSTITUIÇÕES A SEGUIR, DIGA O QUANTO O(A) SR(A) CONFIA EM CADA UMA DELAS:

01. Família	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. Ñ confia	[]
02. Igrejas	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
03. Empresários	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
04. Sindicatos	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
05. Partidos Políticos	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
06. FEPAM	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
07. Prefeitura	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
08. Câmara de vereadores	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
09. EMATER	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
10. IBAMA	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
11. ONG's (Centro Ecológico de Ipê)	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]
12. PATRAM (batalhão ambiental)	1. Muito	2. + ou -	3. Pouco	4. N. confia	[]

22) NOS DIAS EM QUE O SR. (sua família) NÃO TRABALHA (DOMINGOS E FERIADOS), QUAL SUA ATIVIDADE PREFERIDA? (assinalar duas respostas – Não LER AS ALTERNATIVAS)

1. ir à bailes, matinês ou festas		6. escutar música, ler	
2. caçar		7. Fazer visitas (vizinhos / parentes)	
3. Pescar		8. Assistir televisão	
4. Praticar esportes		9. Ficar em casa descansando	
5. jogar baralho, bocha / bolão		10. Outro, Qual	

23) VOCÊ PARTICIPA DE:

	1. Frequentemente	2. raramente	3. nunca	
1 CTG				[]
2. Festas				[]
3. Bailes				[]
4. Clubes				[]
5. Atividades Esportivas				[]

24) PARTICIPA (membro) DE ORGANIZAÇÕES LOCAIS:

1. () É sócio de Sindicato : () STR; () Patronal; () Outro
2. () Participa de Associações da comunidade
3. () É sócio de cooperativa / de associações de produtores. Qual? _____
3. () Faz parte da Rede ECOVIDA

24.a) Qual o nível de participação? _____

25) PARTICIPA DE ATIVIDADES PATROCINADAS POR ALGUMA(S) DAS SEGUINTE INSTITUIÇÕES? (respostas múltiplas)

	1. Associação de moradores		4. Sindicato
	2. Orçamento Participativo Municipal/ Estadual		5. Entidades sociais e/ou culturais
	3. Conselhos Municipais		6. Partido político
	7. Organização ligada à Igreja (Pastoral da Terra)		8. Outro. Qual?

25.a) Qual o nível de participação? (só vai a festas ou ajuda a organizar, sindicato- só vai as reuniões ou contribui de outras formas)

Meio Ambiente

26). A ORIGEM DA ÁGUA PARA CONSUMO DOMÉSTICO É

1. () Encanada de caixa coletiva: () poço artesiano; () fonte
2. () Poço artesiano profundo
3. () Poço Cavado
4. () De Cisterna
5. () De fonte (vertente) com proteção (construído)
6. () De fonte (vertente) sem proteção
7. () direto de rio
8. () rede pública
9. () Outra: _____

27) QUAL O DESTINO DADO AOS DEJETOS HUMANOS?

1. () privada
2. () privada com fossa negra/séptica
3. () descarregado no rio
4. () outro _____

28) QUAL O DESTINO DADO AOS DEJETOS ANIMAIS?

1. () céu aberto
2. () buraco no chão
3. () esterqueira
4. () lagoa de decantação
5. () despeja em arroio/ rio
6. () outro. Qual?

29) USA ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO?

1. () sim
2. () não

29.a De onde provém a água de captação? _____

30) EXISTE NASCENTE ,RIO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE?

1. () sim
2. () não

30.a - Caso sim, o volume nos últimos 10 anos:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () permaneceu igual

31. EXISTE UM PERÍODO DE ESCASSEZ DE ÁGUA?

1. () sim 2. () não

31.a- Se sim, qual o motivo principal?

1. () seca 2. () uso intensivo e seca 3. () muitos usuários

32. - EM SUA OPINIÃO A QUALIDADE DA ÁGUA DO RIO, NASCENTE ou ARROIO:

1. () melhorou 2. () piorou 3. () permaneceu igual

32.a - Em caso de melhora ou piora, qual o motivo da mudança?

33.A – QUAIS PEIXES O SENHOR CRIA E EM QUE LUGAR (ARROIO, NASCENTE, RIO OU AÇUDE)

33. B -A QUANTIDADE E A VARIEDADE DE PEIXES:

1. () aumentaram 2. () diminuíram 3. () permaneceram iguais

33.a –Quais?

explicação _____

34. NOS ÚLTIMOS TEMPOS (10 ANOS) AS ENCHENTES NA PROPRIEDADE OU NA REGIÃO:

1. () aumentaram 2. () diminuíram 3. () permaneceram iguais

34.a - Por quê? _____

35. NOS ÚLTIMOS TEMPOS (10 ANOS) OS BANHADOS E AS MATAS NA REGIÃO (DE PROTEÇÃO ÀS MARGENS DOS RIOS E NASCENTES E DE TOPOS DE MORRO OU CHAPADAS):

1. () aumentaram 2. () diminuíram 3. () permaneceram iguais

35.a –Explicar _____

36. EM RELAÇÃO À FAUNA, NOS ÚLTIMOS TEMPOS (10 ANOS):

36.a Os tipos de animais silvestres que são vistos com frequência:

1. () aumentaram 2. () diminuíram 3. () permaneceram iguais

37. QUE ANIMAIS SILVESTRES EXISTIAM ANTES QUE NÃO SÃO MAIS VISTOS ATUALMENTE?

38. QUAIS OS ANIMAIS SILVESTRES MAIS COMUNS DA REGIÃO?

39. Na sua opinião os animais silvestres:

1. () são uma ameaça
2. () não ameaçam
3. () estão ameaçados por caçadores

39.a – Cite uma característica que considere importante num animal silvestre

39.b- Já comeu carne de caça ? Em que situação?

40. POSSUI VONTADE DE FAZER CRIAÇÃO DE ALGUM TIPO DE ANIMAL SILVESTRE?

Sim ()

Não ()

41.b – Por quê?

42. A QUANTIDADE E A VARIEDADE DA FLORA: (tipos de árvores que ele conhece)

1. () aumentaram
2. () diminuiram
3. () permaneceram iguais

38.a- explicar _____

43. COM QUEM PRINCIPALMENTE COSTUMA CONVERSAR SOBRE

MEIO AMBIENTE / NATUREZA? (somente uma alternativa)

1. () Com familiares;
2. () Com colegas de trabalho;
3. () Com os vizinhos
4. () Com qualquer pessoa;
5. () com técnicos do governo
6. () com técnicos de ONG'S
7. () Com ninguém (nunca conversa sobre)

44. O QUE É LIXO PARA O SENHOR(A)?

45).O DESTINO DO LIXO DE SUA RESIDÊNCIA:

Lixo seco (plástico- vidro – papel)

1. () Coletado pela prefeitura.
2. () Jogado em uma vala
3. () numa lixeira aberta
4. () queimado
5. () Parte coletado/Parte jogado fora
6. () reaproveitado
7. () reciclado fora

Lixo orgânico (restos de alimentos, papel higiênico)

1. () Coletado pela prefeitura.
2. () compostado
3. () Aproveitado diretamente como adubo

Lixo tóxico (agrotóxicos, pilhas, lâmpadas, baterias, embalagens de medicamentos)

1. () Coletado pela prefeitura.
3. () Jogado em uma vala
4. () numa lixeira aberta
5. () Parte coletado/Parte jogado
6. () Enterrado normalmente
7. () Enterrado em conjunto com vizinhos, cooperativa, associação...

8. () Outra opção de recolhimento. Qual? _____

Agricultura

47. Uso de insumos e outras técnicas

Insumos e técnicas	Utilização (a)	Orientação (b)
1. esterco		
2. adubação orgânica		
3. adubação verde		
4. Uso de plantas recuperadoras do solo		
5. Plantio direto		
6. controle biológico		
7. utilização de caldas (bordalesa, sulfocálcica)		
8. biofertilizantes		
9. vermicompostagem		
10. pó de rocha (adubos minerais de baixa solubilidade)		
11. Semente própria		
12. Semente certificada		
13. Descanso do solo - pousio		
14. Conservação de solo		
15. Rotação de culturas		
16. Consórcio de culturas		
17. queimada		
18. irrigação		
19. Uso de homeopatia (pecuária)		
20. Pastoreio rotativo		
21. reflorestamento ciliar (quais espécies)		

(a) f- frequentemente e- eventualmente n- não utiliza

(b) a- outros agricultores E- EMATER c- cooperativa I- Centro Ecológico de Ipê
P- Prefeitura t- tradição familiar 0- outros (especificar) _____

48. NOS ÚLTIMOS 10 ANOS, A PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () permaneceu igual

48.a – Por quê?

49. SEMPRE TRABALHOU COM AGRICULTURA ECOLÓGICA? (pergunta bem aberta, questão da pluriatividade)

1. () sim 2. () não

49.a – O que o fez mudar para este modelo de agricultura?

49.a – Como o senhor vê o solo (como recurso natural, é apenas um espaço para trabalhar, é um ente vivo)?

50. Nos últimos 10 anos, o uso de agrotóxicos na região:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () permaneceu igual 4. () não soube opinar

50.a – Por quê?

50. Nos últimos 10 anos, o uso de agrotóxicos na sua propriedade:

1. () aumentou 2. () diminuiu 3. () permaneceu igual 4. () não soube opinar

51. Qual sua opinião sobre os transgênicos?

52. Os animais domésticos são criados no sistema de:

1. () confinamento 2. () semi-confinamento 3. () livres

52.a - Possuem livre reprodução?

52.b –Cite uma característica que considere importante num animal doméstico:

53. A SEU VER ELES POSSUEM BEM ESTAR ? (deve Ter, têm)

1. () sim 2. () não 3. () não soube opinar

53.a- Por quê?

Certificação

54. O SENHOR JÁ OUVIU FALAR SOBRE CERTIFICAÇÃO?

1. () sim 2. () não 3. () não soube opinar

Qual sua opinião a respeito?

55. Conhece a legislação a respeito da agricultura orgânica (LEI 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE TRATA DA AGRICULTURA ORGÂNICA)?

1. () sim 2. () não

55.a-Caso positivo, qual sua visão sobre a mesma?

Explicar _____

56. CASO A LEI SEJA REGULAMENTADA, QUAL SUA EXPECTATIVA A RESPEITO DA MESMA?

57. Conhece a CERTIFICAÇÃO ATRAVÉS DE CERTIFICADORAS (CREDENCIADORAS)?

Se o entrevistado falar da REDE ECOVIDA:

60. QUAL SUA VISÃO SOBRE A MESMA?

Explicar _____

COMERCIALIZAÇÃO

61. Como o senhor comercializa seus produtos?

1. () Feira livre 2. () venda direta 3. () intermediários 4. () super mercado 5. () outros
Quais? _____

62. A periodicidade da comercialização é :

1. () mensal 2. () semanal 3. () bimestral 4. () outros . Quais? _____

63. Está satisfeito com esse processo de comercialização? _____

64. O senhor acredita que a imagem do produto é muito importante?

65. O senhor tem interesse em aumentar o valor agregado de seu Produto?

1. () sim 2 () não

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)